

1 2 2 1 1

DOM MIGUEL

E

A SUA REALEZA

ARTIGOS PUBLICADOS NO JORNAL POLITICO 'A NAÇÃO'

REFUTANDO

que contra a legitimidade do Senhor Dom Miguel

ESCEEVERA O SR. CONSELHEIRO

THOMAZ RIBEIRO



Typ. Rua do Bemfornoso, 153

LISBOA

BLEIA
LICA
TECA

35

DOM. MIGUEL

A M E A B E A B E A

ONDE A CANTINA JACQUELINE JACQUELINE

DEU TUDO

o que estava a legitimidade de suas ideias e ideias

que estava a legitimidade de suas ideias e ideias

que estava a legitimidade de suas ideias e ideias

que estava a legitimidade de suas ideias e ideias

DOM MIGUEL E A SUA REALEZA

I

Toca a rebate nos arraiaes contrarios!

A bandeira do propheta proclama a guerra *santa*, lembrando aos filhos do alcorão que, quando se trata de combater a Cruz, devem esquecer-se mesquinhas dissidencias; devem todos unidos em um só corpo batalhar pela honra da meia lua.

Quem motivaria a grita que lá se ouve? Porque os rancores que contra nós vomitam?

Um dos seus mais distinctos sacerdotes dá exemplo de abnegação, promettendo esquecer momentaneamente motivos de queixa, que lhe não faltam, para só tratar do interesse commum!

Ouvi como elle chama os cren-tes á união:

«O partido regenerador sabe qual, no momento em que todos os grupos liberaes devem combater unidos, offensas que infelizmente nunca poderá esquecer.»

Nunca poderá esquecer! Admiramos a memoria; mas não a invejamos. D'este lado, do lado da Cruz, prega-se o contrario, protestamos a Deus esquecer as offensas que nos teem feito, para que Elle se esqueça tambem das que de nós tem recebido.

Não terá ainda o leitor conhecido esta linguagem de tolerancia, de fraternidade christã? E' do sr. Thomaz Ribeiro no seu famoso livro *Dom Miguel e a sua realleza*.

Mas que ha? Que grave successo agita a Europa, que obriga o distincto estadista a chamar á união todas as forças liberaes para combaterem o inimigo commum?

Estará ás portas de Paris Henrique V, ou fluctuará novamente pelas montanhas vascas o estandarte da Cruz, levantado pelo possante braço de Carlos VII?

Nada d'isto; e, quando se dê esse caso, podem as condições politicas ter mudado por sorte que a prudencia aconselhe a uns o silencio, e o valor torne para outros desnecessario chamal-os ás armas.

Mas que ha? Que circumstancia obriga o sr. Thomaz Ribeiro a escrever um grosso volume, convidando os grupos liberaes a combater unidos?

Vamos elucidar o leitor a este respeito.

Em 1832 reinava em Portugal o Senhor Dom Miguel I, e reinava porque as leis do reino o chamavam ao throno, segundo a opinião de abalisados juriconsultos e segundo a sentença do tribunal competente, e porque a nação de um a outro extremo o aclamára Rei, ainda antes dos Tres Estados terem decidido ser d'elle a corôa.

Necessitou n'essa epoca o governo fazer um emprestimo; não duvidaram contractar com elle os srs. Outrequin e Jauge de Paris. O emprestimo realisou-se; mas porque a revolução obrigou o Senhor Dom Miguel a sair do paiz, não ponde aquelle Augusto Senhor pagalo.

Os prestamistas entenderam que o governo, que lhe succedera, estava obrigado pela divida, e n'esta persuasão teem por differentes vezes e modos sollicitado o pagamento; o sr. procurador geral da corôa foi mandado a ouvir a este respeito, e em um extenso relato-

rio, publicado no *Diario do Governo* e depois em um folheto, aconselha ao governo que não pague, porque a divida foi feita por um governo intruso e usurpador, e para provar que a legitimidade estava no sr. D. Pedro

Tapou geiras, passou linhas.

Fez um *relatorio* e um milagre.

Mas os milagres do sr. Ferrão não estão isentos das leis da critica; analysámos o famoso relatorio e teem-nos dito que o pulverisámos. Não nos cabe por isso grande gloria, o sr. Ferrão por mais voltas que dêse ao thribulo não podia com o fumo do podre incenso offuscar o brilho da verdade.

Como existe o relatorio do sr. Ferrão e a analyse que lhe fizemos, podemos francamente dizer que nenhum dos seus argumentos ficou em pé, e de alguns mostrámos que provavam exactamente o contrario do que pretendia aquelle magistrado.

Não agradou isto ao partido liberal, e menos lhe agradou ainda a saraphica paciencia com que sua ex.^a soffreu que lhe desfizessemos a sua argumentação a favor da legitimidade do sr. D. Pedro.

E' necessario que alguém venha reparar o mal que fez o sr. conselheiro procurador geral da corôa e fazenda. . . . Assim o decidiram as lojas e assim se explica, a nosso ver, a apparição do livro do sr. Thomaz Ribeiro.

Corroborá esta opinião a linguagem empregada ás vezes pelo mimoso auctor do D. Jayme! Thomaz Ribeiro não escreveu aquelle livro *motu proprio*; se assim o tivera escripto, não descalçaria mui-

tas vezes a luva, como o forçaram a fazer.

Em todo o caso temos um novo livro a sustentar que o imperador do Brazil não deixou de ser portuguez por ser brasileiro; que o imperador tinha o direito de derogar as leis de Almacave, Coimbra e Lisboa, substituindo-as por uma carta feita por elle, referendada por um ministro estrangeiro como elle, e registrada nos livros de um estado estrangeiro; temos um livro a que necessitamos responder, e havemos de responder.

II

*Pictoribus atque poetis
quidlibet audendi sem-
per fuit aequa potes-
tas.*

(Hor. Arte poetica.)

Não pôde o historiador ter as liberdades concedidas aos poetas; este vae até onde o levam os vãos da sua imaginação; áquelle prescreve-lhe a verdade as raías, de que se não pôde affastar, sem trahir a missão que se impoz, ou talvez sem deixar de ser historiador para ser poeta.

Quando lemos o livro ha pouco saído da penna do sr. Thomaz Ribeiro, *Dom Miguel e a sua realza*, lamentámos que s. ex.^a tivesse vindo, ou o tivessem forçado a vir, para o campo da historia, onde inquestionavelmente perdeu parte dos louros, que como poeta tinha colhido.

Não é o sr. Thomaz Ribeiro coevo dos factos que narra, e por que os estudou nos livros e jornaes

escriptos pelos inimigos do Senhor Dom Miguel, apresenta-os tão desfigurados, que não podem ser conhecidos por aquelles que os presenciaram.

E' verdade que tinha s. ex.^a o recurso da critica; mas não lho permittiu a sua paixão partidaria, ou teve talvez que violentar a sua consciencia para ser agradável áquelles, cuja defeza empreeheu.

Debalde quer occultar a causa que o forçou a escrever aquelle livro; para isso diz na dedicatória que não vae tratar de uma questão de partido, mas nacional, embora ainda na mesma pagina escreva que se está em um momento em que todos os grupos liberaes devem combater unidos.

Qual é o inimigo, que audaz se levanta, para rebater o qual é necessaria a união de todos os grupos liberaes?

A questão do empréstimo de 1832 vê-se não ser mais que um pretexto para o auctor entrar na questão da legitimidade.

Mão *sacrilega* ousou folhear a historia, folhear a legislação patria, e á frente de uma e outra a legitimidade de Pedro I do Brazil ficou a par da legitimidade de Philippe II de Hespanha: ambos egualmente estrangeiros, apoderando-se ambos do throno de Portugal por meios eguaes.

E vem aqui a proposito notar quanto vale a legitimidade: os seus proprios inimigos lhe rendem culto, querendo a todo o custo dar o título de legitimo ao primeiro aventureiro que acceita o logar de seu chefe.

Temos pois o sr. Thomaz Ribe-

ro de lança em riste atacando a legitimidade do Senhor Dom Miguel, para poder chamar legitimo rei de Portugal ao imperador do Brazil; para poder chamar legitimas a todas as consequencias da legitimidade do sr. D. Pedro.

E tão grave é a questão, em tal perigo a vê o illustre estadista, que appella para todos os grupos liberaes, querendo que, postas de parte as offensas que uns teem dos outros, façam causa commum n'este ponto.

Nós, fortes com o direito, e só com elle e por elle, entraremos na estacada, sem pedir o auxilio dos nossos amigos, embora tenhamos a convicção de que cada um d'elles tem forças superiores ás nossas.

Iremos folheando pagina a pagina o livro do sr. Thomaz Ribeiro, e deixando de remissa a questão do emprestimo, responderemos á questão da legitimidade, para nós a primeira, por isso que somos legitimistas.

Com a questão da legitimidade envolve o auctor do livro *Dom Miguel e a sua realza* a historia da epoca do Senhor Dom Miguel, e porque não é muito exacto ver-nos-hemos obrigados tambem a corrigir, perdê-nos s ex.^a o termo, alguns periodos do seu livro.

Não o seguiremos nas suas divagações poetico-historicas; o nosso fim não é confundir ou embrulhar a questão, é fazer ver a verdade, e esta brilha especialmente pela simplicidade.

Depois de fazer um longo extracto dos livros do sr. Reilhac, conclue:

«Os livros do sr. Reilhac são li-

vros miguelistas; onde por muita vez se advoga a legitimidade de D. Miguel; onde ao exercito liberal se chama—os sublevados;—onde se insinua que o chamarem os liberaes—usurpador—a D. Miguel é pretexto para não pagarem as dividas por elle contrahidas;...»

São estes os defeitos principaes que encontra nos livros do sr. Reilhac! Nós já o suppunhamos.

O sr. Reilhac, porém, não comprehendeu todo o alcance da palavra usurpador.

Os revolucionarios dando este titulo ao Senhor Dom Miguel, julgaram-se habilitados a despojal-o não só dos seus direitos politicos, mas até da sua propriedade particular.

A' sombra d'este pomposo titulo, deixam de pagar o emprestimo de 1832, como não duvidam apoderar-se dos brilhantes particulares d'aquelle Augusto Senhor, pagando uma acção de Principe com o mais vil abuso de confiança.

Não era necessario outro facto, para qualificar os dois principes, e para mostrar como muitas vezes dois individuos, que pelo nascimento são irmãos, pelas acções se tornam absolutamente differentes.

Ignora talvez o sr. Thomaz Ribeiro que depois da convenção de Evora-Monte, na qual o Senhor Dom Miguel se tinha obrigado a entregar os diamantes da corôa, aquelle Augusto Senhor, prevenindo o caso de se poder ter extraviado algum, mandára a Lisboa pelo seu guarda joias José Luiz da Rocha todos os brilhantes de sua propriedade particular, com ordem de os apresentar a seu irmão, pa-

ra, á custa d'elles, se indemnizar o estado, se por ventura faltasse algum n'aquelles que pela convenção se obrigára a restituir.

José Luiz da Rocha cumpriu fielmente as ordens que de seu Augusto Amo tinha recebido, o que obrigou o sr. D. Pedro a dizer:

«E' uma acção propria do mano Miguel.»

E porque elle quiz tambem fazer uma acção propria de si, apoderou-se de todas aquellas joias, que hão-de ser restituídas quando fôr pago o emprestimo de 1832.

Terminaremos este artigo applicando ao sr. Thomaz Ribeiro as palavras que s. ex.^a nos dirige: Ha-de ter paciencia, já que nos provocou, ha-de ouvir o que fôra melhor guardar no esquecimento.

III

Voilà com'on escrit l'histoire.

«Em Portugal não ha odios politicos dos liberaes contra os absolutistas, e passou breve o periodo das vinganças, que melhor fôra não tivesse existido. Não queriamos nós recordar queixas antigas, somos a isso forçados.»

E' assim que o sr. Thomaz Ribeiro escreve historia!

Foi no interesse de sua ex.^a que lamentámos que saísse do campo das fantasias para o das realidades, onde tropeça a cada passo, ou por defeito dos guias que segue, ou porque a paixão lhe venda por sorte os olhos que não conhece o terreno que piza.

Não queriamos nós recordar queixas antigas, somos a isso forçados, como somos forçados a não tolerar os ares de doctor da lei, com que sua ex.^a se apresenta, fazendo historia e direito por sua conta e risco.

Nas linhas, que acima transcrevemos, ha uma insinuação, a que daremos o devido correctivo, como ha uma revoltante falsificação historica que é necessario castigar, o que faremos, *porque é sempre conveniente restabelecer os verdadeiros principios, como é necessario rectificar os factos.*

Ao ler aquellas linhas dir-se-ha terem partido da nossa parte os insultos politicos.

E' falso; nem é a primeira vez que esta calumnia tem saído de pennas liberaes, e apêzar de ter sido outras tantas vezes victoriosamente combatida, não duvidou ainda lançar mão d'ella o sr. Thomaz Ribeiro.

As primeiras victimas dos odios politicos fomos nós, os legitimistas. O cacete é invenção liberal, e não faltam ainda testemunhas que viram um dos batalhões do 4 de infantaria usal-o, antes de 1828, quasi como arma prescripta pela organisação do exercito, levando-o os soldados atravessado sobre as moxillas, adornado com a impagavel fitinha azul e branca. De igual arma e igualmente adornada usava na mesma epocha o 8 de caçadores, unicamente com a differença que os soldados deste corpo o traziam pendente de um botão da farda.

N'essa epocha eramos denominados carcundas, e não havia pelas terras do reino festa liberal que

não fosse acompanhada de infernaes morras aos carcundas.

Podíamos citar milhares de factos, mas fallaremos apenas de um juiz de fóra, cujo nome não repetimos em respeito aos seus descendentes, que mandou dar tantas palmatoadas em umas pobres mulheres, por terem dado vivas ao Senhor Infante, que algumas morreram com as mãos gangrenadas.

E note o sr. Thomaz Ribeiro que todos estes factos são anteriores ao dia 22 de fevereiro de 1828. E ainda depois d'este dia quer saber de que lado partiram as offensas por politica? Oiga:

Durante a regencia da carta, foi o commando dos corpos em geral confiado a officiaes liberaes, o que facilitou a revolução militar de 1828 contra o Senhor Dom Miguel, levantando-se os corpos nas suas praças e marchando em seguida sobre o Porto, ponto de reunião. Mas estes levantamentos foram acompanhados das mais atrozes violencias practicadas contra os realistas.

Fallaremos de Santarem por ser o ponto mais proximo de Lisboa; estava alli infantaria n.º 10, que, obedecendo ás instigações do brigadeiro Saraiva, se revolucionou contra o governo legitimo, occupando a villa, depois da revolução, apenas uma noite; mas foi o tempo bastante para darem os peiores tractes aos realistas que apanharam, forçando as portas d'alguns conventos onde deixaram gravemente feridos muitos respeitaveis sacerdotes.

De outras terras poderíamos contar eguaes heroicidades.

Remataremos, porém, com um

facto que s. ex.^a tinha obrigação de conhecer e que mostra não terem partido do campo legitimista as perseguições.

Reunidas no Porto as forças liberaes, metteram nas enxovias da relação grande numero de realistas, e inventavam todos os dias pretextos para os flagellar. Por fim suggeriu-lhes o inferno uma nova tyrannia que levaram á execução no dia 3 de julho de 1828. Oitenta prêsos foram mettidos no porão de um navio, depois fecharam as escotilhas e picaram as amarras, na esperança de que o navio fosse barra fóra e dêsse á costa, devendo estes infelizes encontrar assim a mais afflictiva morte.

A maré enchia, o que demorou a saída do navio; n'este meio tempo approximavam-se as forças realistas da cidade, o que animou um barqueiro do Douro a ir no alcance do navio, saltar dentro, abrir as escotilhas, salvando assim aquellas oitenta victimas.

O commandante de um navio inglez informado do facto veio em auxilio dos infelizes, trazendo-lhes alimentos e gente que tripulasse o navio para evitar o naufragio. Horas depois a divisão do general Povoa obrigava os revoltosos a abandonarem o Porto. Entre os realistas que soffreram estes tractos estavam o juiz de fóra de Aveiro; o capitão mór de Abrantes; fr. Antonio Joaquim de Nossa Senhora dos Anjos, religioso franciscano e capellão das freiras de Santa Clara do Porto; fr. Stanislaw da Immaculada Conceição, religioso franciscano; fr. Alexandre de Nossa Senhora da Boa Nova; José Maria de Vasconcellos Abreu e Lima, fidalgo da

Casa Real; um capitão de milicias de Braga; o escrivão dos almotacés do Porto; Bento Manuel de Lima, procurador da Relação; João Manuel Leite de Almada, secretario do governo do Minho; Bernardo Pereira da Fonseca Campeão, medico do Porto, etc.

Ora, todas estas bellezas foram anteriores ao *Rei chegou*, o que prova que foram os liberaes os provocadores das vinganças, provando ao mesmo tempo que n'este ponto não está muito elucidado na historia o sr. Thomaz Ribeiro. O que dizemos em abono de s. ex.^a porque o não queremos accusar de má fé.

«O periodo das vinganças passou cedo» diz o sr. Thomaz Ribeiro....

IV

«Em Portugal não ha odios politicos dos liberaes contra os absolutistas.

«O periodo das vinganças passou cedo.»

Thom. Ribeiro pag. 77.

Discipulo da escola revolucionaria, o sr. Thomaz Ribeiro segue todos os erros d'essa escola, e por isso invertendo a significação das palavras chama ao Senhor Dom Miguel usurpador, para chamar legitimo a um estrangeiro; chama liberal ao Sr. D. Pedro, para dar aos legitimistas o titulo de absolutistas! Reservando para capitulo especial este epitheto, tractaremos agora dos odios e vinganças liberaes.

As linhas que nos servem de epigraphie revelam no sr. Thomaz

Ribeiro uma ferocidade, que não esperavamos encontrar em s. ex.^a, e que se não coaduna com a bonomia quasi congenita do poeta.

Odios que resistem a dezenas de annos, assassínios que se contam por milhares, parecem ainda pouco ao sr. Thomaz Ribeiro!!

Acha os seus correligionários demasiadamente generosos por ter escapado uma ou outra casa de realista sem ser roubada; por nem todos os prisioneiros terem a sorte do commandante da esquadra legitimista o sr. Antonio Correia Manuel d'Aboim, do sr. desembargador Maciel Monteiro e de tantos outros!!

Decididamente, o sr. Thomaz Ribeiro não conhece a historia portugueza dos ultimos sessenta annos, aliás não escreveria o que escreveu no seu livro *D. Miguel e a sua realza*.

«Não ha odios politicos dos liberaes contra os realistas.»

O que significa a conservação da lei de 19 de dezembro de 1834? Lei digna de ser sancionada pela filha do libertador! Lei que condemna á morte aquelles que ainda não tinham nascido!

«Não ha odios politicos dos liberaes contra os realistas.»

O que significa o modo como ainda hoje estão sendo tractados os poucos officiaes do exercito legitimista?

Parece que s. ex.^a não desapprova a opinião dos seus correligionarios, que na omniosa epocha de 1834 votaram que fossem mortos á fome os miguelistas que podessem escapar ao punhal.

E o sr. Thomaz Ribeiro, embora não seja militar, conhece decer-

to bastante as leis do exercito para saber que nenhum crime pôde ser imputado aos officiaes convencionados em Evora, ainda quando fosse crime, o que negamos, servir o Senhor Dom Miguel.

Podiam elles allegar que não serviam o Senhor Dom Miguel, mas que serviam o paiz, que não pôde prescindir de exercito, qualquer que seja o governo estabelecido. Podiam, com a ordenança na mão, sustentar que tinham cumprido a sua obrigação, porque aquella lhes ordena que vão para onde os seus chefes os mandarem, que sigam as bandeiras dos seus regimentos, e elles não fizeram outra coisa.

Ha um facto que torna mais agravante o modo como tem sido tractados os officiaes legitimistas, provendo ao mesmo tempo que o sr. Thomaz Ribeiro, levado pela paixão partidaria, não vê ou não quer vêr a verdade.

Algum tempe depois da convenção de Gramido, os sargentos que a junta do Porto despachou officiaes, foram reformados na patente de alferes, com o soldo correspondente. Porque se não faz o mesmo aos officiaes despachados pelo Senhor Dom Miguel? Porque os odios politicos o não consentem.

Ora como o livro do sr. Thomaz Ribeiro abunda em documentos, alguns dos quaes diremos com franqueza não sabemos o que provam, tambem publicaremos alguns documentos.

Começaremos pelo seguinte:

«Manda o *duque* de Bragança, regente em nome da rainha, que sejam demittidos do serviço do Hospital Real de S. José, por serem desaffectedos á causa da *legiti-*

midade e consequentemente á sua soberana a augustissima senhora D. Maria II, o medico José Antonio de Amorim, o cirurgião Antonio de Vasconcellos Monteiro Cabral, e a costureira do hospital, Anna Bernarda da Trindade.

O enfermeiro-mór do mesmo hospital o fique entendendo e faça executar.

Paço das Necessidades em 9 de setembro de 1833.—Candido José Xavier.

(*Chronica* 12 de setembro de 1833.)

Que horror! Uma costureira miguelista! Valia bem a pena de fazer lavrar uma portaria, ainda que não fosse senão para deixar este documento da tolerancia do dador, documento que o sr. Thomaz Ribeiro poderia publicar como prova de que os liberaes são umas pombinhas, e incapazes de terem odio a ninguem.

Nem aquella portaria revella odio ou vingança politica, é claro que foi dictada por uma conveniencia do estado e para que não corressem perigo as instituições.

Como o sr. Thomaz Ribeiro não está muito versado na historia dos ultimos sessenta annos, vamos contar-lhe um facto, que decerto ignora, pedindo-lhe que compare, embora nos não diga o juizo que formou á vista da comparação.

No tempo do Senhor Dom Miguel, a quem o sr. Thomaz Ribeiro ou por excesso de delicadeza, ou para imitar o chefe do seu partido, chamou usurpador, houve denuncia contra alguns medicos do hospital de S. José.

O enfermeiro-mór, o respeitavel

monsieur José Maria da Cunha dirigiu-se immediatamente ao conde de Basto dizendo-lhe que os medicos do hospital, qualquer que fosse a sua opinião politica, faziam muito bom serviço e que por isso, se elles fossem demittidos, tambem elle se demittiria.

E aquelles medicos foram todos conservados, apesar das suas opiniões politicas, até á entrada do duque da Terceira em Lisboa; depois nem a pobre costureira escapou !

O sr. deputado Franzini apresentou na camara uma estatística dos crimes commettidos em Portugal no primeiro anno da liberdade, é além de curiosa edificante, e prova que os correligionarios do sr. Thomaz Ribeiro são incapazes de odios politicos, cil-a:

Assassinios Roubos

Districto de Lisboa.....	194	614
Districto de Faro.....	285	509
Districto de C. Branco.....	84	90
Districto de Portalegre.....	89	595
Districto da Guarda.....	221	313
Districto do Porto.....	528	378
Districto de Braga.....	41	620
	1:442	3:119
	=====	=====

Accrescentou que este mappa era deficiente, talvez um quinto, e que por isso se podiam calcular

em 1730 os assassínios commettidos em um anno nos districtos indicados, e que fazendo o calculo extensivo a todos os districtos do reino, dava em um anno 3:550 assassínios e 7:900 roubos.

Nem foi tão breve, como se affigura ao sr. Thomaz Ribeiro, o periodo das vinganças.

A revolução de setembro de 1836 elevou ao ministerio o sr. Passos Manuel, e este cavalheiro, já depois de ser ministro, disse na camara:

«E' necessario tomar medidas para tranquillisar o reino; pois das participações e relações das auctoridades de todo o paiz consta que até hoje se teem commettido dezeseis mil e tantos assassínios e teem sido roubadas mais de sete mil casas.»

Accrescentando que as relações eram deficientes.

Ainda acha pouco, sr. Thomaz Ribeiro?

Ainda lhe parece que em Portugal não ha odios politicos dos liberaes contra os absolutistas?

Ainda julga que o periodo das vinganças passou breve, quando mais de tres annos, depois da entrada do duque da Terceira em Lisboa, o sr. Manuel Passos fazia na camara declarações d'aquella importancia?

Ainda julga que o periodo das vinganças passou breve, quando quarenta e sete annos depois da convenção de Evora Monte, ainda por ali andam, estendendo a mão á caridade, os pobres officiaes legitimistas !!

Não queriamos recordar quezas antigas, somos forçados a isso pelo sr. Thomaz Ribeiro.

V

*Quid domini faciant,
audent cum talia
fures?*

(Virg. Ec. III vers.
16).

Tinhamos promettido ajustar contas com o sr. Thomaz Ribeiro pelo epiteto de absolutistas que nos dá, por sermos partidarios da legitimidade do Senhor Dom Miguel, reservando para si, e para os mais partidarios da legitimidade do imperador do Brazil no throno de Portugal, o titulo de liberaes; vamos cumprir a nossa promessa.

Creemos que s. ex.^a concordará connosco em que o absolutismo não é uma consequencia necessaria da legitimidade, porque esta tanto pôde residir em um governo despotico, como em uma republica; assim, fallando dos governos monarchicos, diremos que um governo é tanto mais absoluto quanto mais o seu soberano põe a sua vontade acima de tudo, desprezando a lei sempre que vae de encontro a ella.

Assentado isto, para se conhecer se a nós ou aos partidarios do primeiro imperador do Brazil convem o titulo de absolutistas, devemos ver quem foi mais absoluto, se este ou o Senhor Dom Miguel.

Ainda quando o sr. D. Pedro fosse rei legitimo de Portugal, nem por isso lhe assistiria o direito de derogar a lei fundamental do paiz, e, fazendo-o, praticou um acto tão absoluto, mais ainda, tão despotico, que de outro equal nos não falla a historia do nosso paiz.

Quem auctorisou o sr. D. Pedro para dar e mandar jurar e observar a carta constitucional?

Não está a condemnação do acto na mesma carta? Pois para alterar qualquer dos seus artigos constitucionaes é necessario convocar cortes com mandato especial *ad hoc*, e para derogar toda a lei fundamental de Portugal bastou um posso, quero e mando do imperador do Brazil?

Suppondo que, por morte do sr. Dom João VI, a corôa de Portugal tinha sido herdada pelo sr. D. Pedro, quem o auctorisou a dividir a monarchia em duas?

No chamado decreto de abdicção diz aquelle senhor:

«Sendo incompativel com os interesses do imperio do Brazil e os do reino de Portugal, que eu continue a ser rei de Portugal, Algarves e seus dominios, e querendo felicitar aos ditos reinos quando em mim couber, etc.» Era o sr. D. Pedro o juiz competente para decidir da incompatibilidade da união do Brazil com Portugal? Pôde o rei decidir a seu bel prazer e de *moto proprio* da integridade da monarchia?

Qual é o acto, em toda a vida publica do Senhor Dom Miguel, que possa em absolutismo ser comparado com a carta e com a abdicção?

Ainda mais: O rei quando abdica tem o direito de escolher a pessoa em quem ha-de recair a abdicção, ou deve a corôa passar áquella que pela lei é chamada á successão? Se a corôa de Portugal era do sr. D. Pedro I com que direito privou d'ella seu Augusto Filho o Sr. D. Pedro II? Que acto

pode o sr. Thomaz Ribeiro apresentar mais absoluto do que este?

Nós teremos talvez occasião de tornar a fallar do acto da chamada abdicção, por em quanto limitamo-nos a apresental-o como mais um exemplo do incomparavel despotismo do sr. D. Pedro.

O decreto da abdicção é data-do de 2 de maio de 1826; mas, caso virgem, depois d'aquelle decreto, o sr. D. Pedro continúa a dizer-se rei de Portugal, e a legislar com a maior semcerimonia para cá. E' muito curioso o seu decreto de 3 de julho de 1827. Pois o sr. Pedro depois de ter abdicado a corôa de Portugal na princeza do Grã-Pará, estava ainda no caso de nomear um seu logar tenente?

Nem se pôde desculpar este absolutismo com a menoridade da princeza do Grã-Pará, porque ás cortes e só a ellas pertencia providenciar a esse respeito; não só por que o sr. D. Pedro, ainda que fosse legitimo, tinha deixado de ser reinante desde o momento da abdicção, mas porque as regencias com poderes magestáticos só pelas cortes podem ser nomeadas, como é expresso no artigo 41 § 3 da Carta Constitucional e no artigo 93.

E neste ponto não fez a carta innovação alguma, porque o direito publico portuguez exige que as regencias, para exercerem poderes magestáticos, sejam reconhecidas e auctorisadas pelos Tres Estados, direito de que estes não cediam, e tanto que tendo El-Rei D. Duarte, em testamento nomeado a sr.^a D. Leonor regente do reino e tutora de seu filho D. Affonso V, os Tres

Estados, não approvando esta regencia, nomearam regente o duque de Coimbra, o infeliz infante D. Pedro, morto depois na batalha da Alfarrobeira.

Era assim o absolutismo de que falla o sr. Thomaz Ribeiro; a liberdade, que s. ex.^a segue, procede de outra maneira. Quando, para chegarem a seus fins, os revolucionarios lançam mão do primeiro principe que lhes apparece, nacional ou estrangeiro, declaram-n'o com a maior semcerimonia *he deiro legitimo do throno*, elle usando e abusando d'este titulo, procede, como acabamos de ver que procedeu o imperador do Brazil, *sem que por isso perca os foros de libertador*.

«Não queriamos recordar queixas antigas,» somos a isso forçados pelo sr. Thomaz Ribeiro; assim tendo mostrado o absolutismo com que o sr. D. Pedro, depois que houve por bem declarar-se rei de Portugal, procedeu nos seus actos politicos, se lhe examinarmos a vida privada, encontraremos mais que absoluto, encontrá-lo-hemos despotico, tyranno.

Para demonstrar isto, recorreremos a uma testemunha insuspeita, a um liberal *pur sang*, Rodrigo Pinto Pizarro, que annos depois foi barão da Ribeira de Saboroza, e que pela rigidez do seu character e honra com que se desempenhou dos altos cargos publicos que lhe foram confiados, mereceu a estima dos homens de bem de todos os partidos.

Corre impresso o auto de resistencia por elle feita aos officiaes de diligencias que foram encarregados de o prender por ordem da

prefeitura de Lisboa, que, segundo consta do mesmo auto, procedia assim em consequencia de ordens superiores.

Sendo-lhe pelo provedor do bairro intimada a ordem de prisão, respondeu: «Que não reconhecia a auctoridade superior, de quem a portaria dimanava, por isso que S. M. I. o duque de Bragança, regente em nome da rainha, era um principe brasileiro que se arrogára arbitrariamente a regencia d'estes reinos, e a quem elle nunca reconhecera, nem prestára juramento. Que se achava doente e que só arrastado seria levado á prisão; que elle sabia positivamente que o queriam assassinar, e que d'isso tinha sido avisado em Londres, por cartas; que S. M. I. o duque de Bragança era muito capaz de o fazer, porque já no Rio de Janeiro tinha mandado assassinar QUATORZE indivíduos, sendo um d'elles o Malagucta, e que mesmo chegára ao excesso de levar por sua propria mão um copo de ponche envenenado á porta de um Fuão. E que estando parte d'esses assassinos hoje em Lisboa, algum estava de certo esperando-o por ordem do governo para commetter n'elle um novo assassinato; porêm que elle tinha duas pistolas carregadas, de que logo lançou mão, para com ellas matar a quem tentasse tiral-o d'aquelle logar, d'onde só sairia em pedaços.»

Podíamos apresentar muitos outros documentos, mas repugna-nos fazel-o. Ficaremos por aqui. Tenha paciência o sr. Thomaz Ribeiro, como nos provocou ha-de

ouvir o que era melhor guardar no esquecimento. Quando vimos s. ex.^a chamar-nos absolutistas, lembrou-nos o verso de Virgilio, que pozemos por epigrapha a este artigo, e que cremos não ser mal applicado: quem não teve pejo de servilmente acceitar os absolutismos do primeiro imperador do Brazil, não tem o direito de fallar em absolutismo.

VI

Risum teneatis, amici?

Hor. Art poet.

«A'lem dos principios do direito publico constitucional temos para demonstrar a illegitimidade de Dom Miguel auctoridades maiores de toda a excepção.

Thom. Rib. pag. 78.

Não comprehendemos bem o que o auctor chama principios de direito publico constitucional, e como elle não nos diz quaes sejam os principios com que quer provar a sua these, figuram-se-nos aquellas linhas apenas um logar comum, sem importancia.

Podemos e devemos todavia analysal-as.

Chamará o sr. Thomaz Ribeiro direito publico constitucional á ordem de principios estabelecidos depois da revolução?

Mas sendo assim, como quer sua ex.^a julgar por elles a questão da legitimidade? Levará o seu amor aos taes principios a querer que elles governassem ainda antes de estabelecidos? Parece-nos uma

extravagancia, mas não podemos comprehender de outra sorte aquellas palavras.

A questão da legitimidade não pôde ser julgada pelas leis de D. Pedro, nem por aquellas que são uma consequencia destas; porque não só não podemos conceder á lei a força retroactiva, mas porque, sendo D. Pedro uma das partes interessadas na questão, toca no ridiculo a pretensão de querer decidir-a pelas leis que elle fez.

Achamos muito mais francos, muito mais leaes, os que dizem: A lei é a nossa vontade, quizemos que fosse rei D. Pedro, pozemos de parte toda a legislação portugueza, saltámos por cima das mil e uma razões que o inhabilitavam para isso, chamámos-lhe Pedro IV e decretámos que o throno passaria d'elle, não ao legitimo e natural herdeiro d'aquelle senhor, mas a sua filha a sr.^a D. Maria da Gloria.»

Isto sim, isto entende-se; o que porém se não entende é o tal direito publico constitucional, apoiado no qual o sr. Thomaz Ribeiro decreta á illegitimidade do Senhor D. Miguel.

E porque o não entendemos, vemos-nos obrigados, se quizessemos demonstrar a illegitimidade do sr. D. Pedro, a recorrer á legislação patria.

O tractado de 29 de agosto de 1825, que fez do Brazil um imperio estrangeiro e do sr. D. Pedro um imperador estrangeiro, é argumento mais que sufficiente, e a que recorrem todos os que querem provar que o sr. D. Pedro e sua descendencia não podiam ser chamados ao throno de Portugal em

10 de março de 1826. Nós porém iremos mais longe, e ao direito publico constitucional do sr. Thomaz Ribeiro oporemos a Ordenação do Reino.

E por ser um livro antigo, e sua ex.^a se mostrar pouco versado nas coisas antigas, permitta-nos lhe offereçamos as seguintes linhas, que fielmente transcrevemos do Liv. 5.^o Tit. 6.^o que resa do crime de Lesa Magestade, diz assim:

«Lesá Magestade quer dizer traição commettida contra a pessoa do Rei ou seu Real Estado... O erro da traição condemna o que a commette, e impece e infama o que de sua linha descendem, posto que não tenham culpa.

1—Os casos da traição são estes....

2—O segundo é se o que tiver castello ou fortaleza do Rei, elle ou aquelle que da sua mão a tiver, se levantar com ella, e a não entregar logo á pessoa do Rei...

3—O terceiro se em tempo de guerra alguém se fosse para os inimigos do Rei, para fazer guerra aos logares dos seus reinos.

4—O quarto se algum der conselho aos inimigos do Rei... em seu deserviço ou do seu real Estado.

5—O quinto se algum fizesse conselho e confederação contra o rei e seu estado ou se tractasse de se levantar contra elle...

.....

9—E em todos estes casos e cada um d'elles é propriamente commettido o crime de Lesa Magestade e havido por traidor o que os commetter. E sendo o commettedor convencido por cada um d'elles, será condemnado que morra morte natural cruelmente e todos os seus bens que tiver no tempo da condemnação serão confiscados para a Corôa do reino, posto que tenha filhos, . . . *havidos antes* ou depois de ter commettido tal maleficio.

10—E sendo o tal crime notorio, serão seus bens confiscados por esse mesmo feito, sem outra alguma sentença.»

Gostavamos que o sr. Thomaz Ribeiro nos dissesse se entende ou não que o sr. D. Pedro foi réo de Lesa Magestade.

A nosso ver está incurso no n.º 2 do referido tit. VI do livro V por se ter levantado com os castellos e fortalezas que o rei lhe confiara.

Está incurso no n.º 3, por ter feito guerra ao reino.

Está incurso no n.º 4, porque não só deu conselho aos inimigos do rei, mas pondo-se á sua frente os dirigiu contra S. M. e seu real estado.

Está incurso no n.º 5, porque não só fez conselho e confederação contra o rei e seu estado, tratando de se levantar contra elle, mas effectivamente se levantou.

E é terminante a Ord. na pena que impõe a cada um d'estes casos: ao réo a pena de morte, aos seus descendentes a perda de quanto d'elle podiam herdar.

Prevenindo no n.º 10 que sempre que o crime fôr notorio os seus

herdeiros ficam *ipso facto* privados da herança, independente de qualquer sentença.

Ora os crimes apontados nos diferentes numeros do tit. VI do liv. V da Ord. foram todos elles commettidos pelo sr. D. Pedro antes do tractado de 29 d'agosto de 1825, e é por isso que temos sempre sustentado que, quando se assignou aquelle tractado, já o sr. D. Pedro e seus descendentes tinham perdido o direito a succeder no throno de Portugal.

Nem se argumente com a qualidade da pessoa, porque tal argumento só serve de prejudicar os descendentes do sr. D. Pedro.

Se os crimes previstos nos numeros do titulo VI do livro V que deixamos transcriptos, commettidos por um simples cidadão inhabilitam seus descendentes, serão menos asquerosos commettidos pelo sr. D. Pedro, a quem a sua qualidade de immediato á pessoa do rei impunha o dever de ser o primeiro a dar o exemplo de fidelidade ao rei e á nação?

Declarando guerra ao seu rei, não declarou o sr. D. Pedro ao mesmo tempo guerra a seu augusto pae, aggravando assim o crime de lesa Magestade com o crime de parricidio?

Ou serão estes crimes, embora condemnados não só pela Ordenação do Reino, mas por todos os principios do direito, aqui e em toda a parte, declarados virtudes pelos principios de direito publico constitucional do sr. Thomaz Ribeiro?

Cremos que sim, nem significa outra coisa a estatua que ali vemos no Rocío.

VII

Não cremos que o sr. Thomaz Ribeiro possa no seu direito publico constitucional encontrar excepção, que absolva o sr. D. Pedro ou o isente das penas comminadas no liv. V tit. VI da Ord.; mas se sua ex.^a, para salvar a memoria do seu heroe e os *direitos* por elle transmittidos á sua descendencia, quer que a successão do reino não esteja sujeita á lei commum, mas que se decida pelas leis especiaes que a regulam, applicadas pelo tribunal competente, de bom grado accettamos o desafio para este campo.

Pedimos a sua ex.^a que ponha por um pouco de parte o seu direito publico constitucional; que se dê ao trabalho de folhear as nossas antigas constituições, e se n'ellas encontrar artigo com que prove que, no ensejo da morte do Senhor Dom João VI, o sr. D. Pedro tinha direito a succeder a seu Augusto Pae no throno de Portugal, nós, baixando respeitosos as armas aos pés do vencedor, proclamaremos a victória de s. ex.^a, e deixaremos de nos denominar miguelistas, denominação que é para nós um titulo de honra, porque a consideramos synonymo de legitimistas.

E com franqueza, não seria pequeno o serviço que s. ex.^a assim prestava aos descendentes do primeiro imperador do Brazil.

Emquanto os quizer defender só com o direito publico constitucional, nem chama novos soldados ao campo da *realiza* da carta, e dá armas aos republicanos, que teem tanto direito como s. ex.^a para usa-

rem das faculdades, que esse direito lhes confere.

Bem sabemos que não são tão numerosos os defensores da dynastia da carta, que lhes fosse indifferente o soccorro dos soldados de Ourique; e conte v. ex.^a que todos elles estão promptos a derramar o sangue em defeza do Principe, que a lei constitutiva do paiz diga:—ESTE É O REI LEGITIMO DE PORTUGAL.

Mãos á obra sr. Thomaz Ribeiro, convença-nos de que estamos em erro.

Em lugar d'essa phraseologia baixa, impropria de quem frequenta a boa sociedade, em lugar de falsificar a historia, pegue nas actas das côrtes de Lamego, de Coimbra e de Lisboa e diga-nos: D. Miguel, (escusa de lhe chamar usurpador) não devia ser Rei de Portugal, por que a lei (não se esqueça de citar os artigos) se oppunha.

Faça isto, sr. Thomaz Ribeiro, e verá como só v. ex.^a com a sua penna, faz mais do que fizemosos exercitos de Rodil e de Concha e do que fizeram as esquadras franceza e ingleza.

As tres nações poderam vencer os miguelistas, mas não os acabaram; e v. ex.^a logo que lhes demonstre que estão em erro; logo que lhes demonstre que no dia 10 de março de 1826, o sr. D. Pedro estava nos termos do contracto fundamental, e por isso era por elle designado como successor de seu Augusto Pae, acabou com o partido miguelista.

Mas emquanto o não fizer, em quanto pretender esconder detraz do seu direito publico constitucional as leis fundamentaes da mo-

narchia; enquanto pretender esconder o brilhantismo da legitimidade sob os grosseiros e injustificáveis epithetos de perjuro e usurpador, nada consegue, ou conseguirá apenas, o que era melhor não conseguir, um sorriso de desprezo.

Ainda uma vez, sr. Thomaz Ribeiro, prove-nos que estamos em erro, e verá como nós todos, com a lealdade de que tantas provas temos dado, marcharemos com bandeiras despregadas para o campo, onde nos provar que reside a legitimidade

Enquanto o não fizer continuaremos em nossas crenças.

E porque não ha direito contra direito, no seu direito publico constitucional reconheceremos apenas a força estrangeira esmagando esta pobre nação, restando-nos todavia o direito de gritar bem alto: Fomos vencidos mas não convencidos.

E porque ainda o não fomos, cremos que o Assento dos Tres Estados do Reino, de 11 de julho de 1828, está plenamente baseado no nosso direito constitutivo.

Tinha n'esta discussão o sr. Thomaz Ribeiro uma grande vantagem sobre nós: podia defender a sua these sem offender a memoria do Senhor Dom Miguel, o que nos fere gravemente; nós, pelo contrario, para defendermos a legitimidade do Senhor Dom Miguel ou havemos de lançar mão da Ordeção do Reino e com os seus artigos provar que o sr. D. Pedro foi réo de lesa magestade e lesa nação, e que por esses crimes os seus descendentes ficaram inhabeis para o throno; ou havemos de lan-

çar mão dos assentos las nossas cortes nacionaes e dizer: O sr. D. Pedro perdeu o direito de succeder a seu Augusto Pae, porque ousou pegar em armas contra o seu Rei e Senhor Natural; porque attentou contra a integridade da nação, e porque se fez estrangeiro.

O sr. D. Pedro está por estos crimes excluido da corôa portugueza pelas deliberações de 1143, 1385 e 1641, cortes de Lamego, Lisboa e Coimbra.

«Não queremos que o nosso reino passe das mãos dos portuguezes» disseram em Santa Maria d'Almacave os fundadores da monarchia, principio que tomaram como base fundamental da nossa constituição, e de que sempre se mostraram tão zelosos os portuguezes, que poucas vezes consentiram que uma princeza estrangeira, embora pelo seu casamento tivesse adoptado a nacionalidade portugueza, fosse regente, e quando o rei de Castella se armava a favor da Senhora Dona Leonor, as cortes de Evora de 1442 e 1443 lhe diziam: «Não é da honra de Portugal que uma mulher estrangeira governe este reino.» E effectivamente apesar do testamento do Rei defuncto, apezar das instancias de Castella, a regencia foi entregue ao infante D. Pedro.

Não podia o sr. D. Pedro, desde que se fez estrangeiro, chamar em seu favor as disposições da lei de Lamego, nem para o fazer tinha as razões que teve o Senhor Dom Affonso Henriques: «Porque foram os portuguezes, disse este, que sem o soccorro de alguém nos

fizeram Rei.» Outro tanto não diria o sr. D. Pedro, por que se os estrangeiros lhe não podiam dar o direito, deram-lhe o auxilio necessario para que o direito da força valesse mais que a força do direito.

Tambem não podia recorrer ás cortes de Coimbra, que mui expressamente excluem da successão do reino o principe que, embora nascesse portuguez, por seus actos se tornasse estrangeiro. Declaram ellas em seus assentos que para succeder no throno portuguez não basta ter nascido em Portugal, e ser filho do ultimo rei, mas é essencialmente necessario ser portuguez no momento da morte de seu paiz.

Nem pôde appellar para as cortes de Lisboa o sr. Thomaz Ribeiro, pois não se pronunciam contra os estrangeiros com menos energia do que o tinham feito as de Lamego e Coimbra. Depois de varios considerandos concluem :

«Em consequencia do que a successão do reino não poderá recair «nunca em um principe estrangeiro, nem em seus filhos, *ainda que sejam os parentes mais proximos do Rei ultimo possuidor.*»

Já fica vendo o leitor que, se não tinha razão, sobejava ao sr. Thomaz Ribeiro a necessidade de invocar o seu direito publico constitucional para defender a legitimidade do imperador do Brazil ao throno de Portugal.

Todas as leis constitutivas do paiz condemnam a doutrina do sr. Thomaz Ribeiro, todas ellas nos dizem que um estrangeiro não pôde ser rei de Portugal.

Mas seria o sr. D. Pedro estrangeiro em 10 de março de 1826? Cremos que o famoso direito publico constitucional do sr. Thomaz Ribeiro não o poderá negar.

E' verdade que quem se atreve a querer fazer desaparecer toda a nossa legislação em frente da Carta do sr. Francisco Gomes, não pôde hesitar em passar diploma de portuguez ao imperador do Brazil, ao imperador da China, ou ao bey de Argel; por isso não vem fóra de proposito dizer alguma cousa sobre a nacionalidade do sr. D. Pedro.

VIII

Risum teneatis, amici?

(Hor. Ars poet.)

Prova-se com as côrtes de Lamego, Coimbra e Lisboa que o estrangeiro não pôde reinar em Portugal; se tambem se provar que o Sr. Dom Pedro já não era portuguez em 10 de março de 1826, fica provado que elle nem podia reinar em Portugal, nem transmittir a seus filhos direitos, que nunca chegou a ter.

Querer que o Sr. D. Pedro fosse ao mesmo tempo portuguez e brasileiro, isto é, que pelo facto de se fazer brasileiro não deixasse de ser portuguez, é um absurdo de tal ordem, que nem em poesia se pôde dizer, sem o poeta se expôr ao riso dos leitores, por incorrer no gravissimo erro conhecido pelo nome de monstro horaciano.

Contra a legitimidade do Senhor Dom Miguel diz o sr. Thomaz Ribeiro que tem auctoridades maiores de toda a excepção: quando che-

garmos á pagina em que falla d'essas auctoridades tractaremos de vêr se ellas dizem o que o auctor lhes attribue, ou se tem o valor que elle lhes quer dar; por enquanto apresentar-lhe-hemos contra a nacionalidade portugueza do Sr. D. Pedro, em 10 de março de 1826, uma auctoridade que cremos s. ex.^a reconhecerá como maior de toda a excepção; é o primeiro imperador do Brazil.

O sr. Thomaz Ribeiro ha-de ter lido a carta brasileira, que o Sr. D. Pedro jurou em 12 de dezembro de 1823, e diga-nos s. ex.^a, mas não faça poesia, diga-nos com a lealdade de cavalheiro, julga que o Sr. D. Pedro, depois d'este dia, ainda continuou a ser portuguez?

D. Pedro jurou observar a constituição brasileira, e n'esta constituição titulo 2.º, art. 6.º n.º 4 lê-se:

«São considerados brasileiros todos os nascidos em Portugal e suas possessões, que sendo já residentes no Brazil na epocha em que se proclamou a independencia nas provincias, onde habitavam, adheriram a esta expressa ou tacitamente pela continuação da sua residencia.»

Adheriu ou não adheriu o Sr. D. Pedro á independencia?

No art. 1.º estabeleceu aquella constituição que os cidadãos brasileiros formam uma nação livre e independente sem algum laço de união ou federação, que se opponha á sua independencia.

Poderia ser soberano d'esta nação livre e independente, e que não quer laço de união ou federação com paiz estrangeiro, um homem que não fosse brasileiro, que tendo uma

nacionalidade ambigua e direitos a outra corôa havia de futuro unir a esta a nação brasileira?

E se isto era impossivel com relação a qualquer outra nação como o seria em relação a Portugal com quem o Brazil n'aquella epocha andava em guerra? Como poderia o Sr. D. Pedro defender os interesses de Portugal contra o Brazil ou vice-versa?

Desde que jurou o art. 1.º da constituição do Brazil, não podia continuar a ser portuguez; nem lh'o consentiriam os brasileiros, educados por elle no odio contra os portuguezes.

O art. 104 determina, e muito bem, que o imperador não possa sair do império do Brazil, sem o consentimento da assemblea geral. Ora, desde que o Sr. D. Pedro jurou este artigo, inhabilitou-se para ser rei de Portugal, por isso que as nossas leis, não menos providentes que a carta do Brazil, tambem não consentem que o rei de Portugal viva fóra dos seus estados.

Nem provam menos contra a conservação da nacionalidade portugueza no Sr. D. Pedro os artigos 98, 102, 103, 116 etc. da constituição brasileira, pelos quaes se obrigou a exercer no Brazil todas as prerogativas do soberano d'um estado separado de Portugal.

E como cremos que o sr. Thomaz Ribeiro reputará a auctoridade do sr. D. Pedro maior de toda a excepção n'este assumpto, apontar-lhe-hemos mais alguns documentos em que aquelle sr. confessa que deixou de ser portuguez, desde que se declarou defensor do Brazil contra Portugal, e depois seu imperador.

E' bem conhecido o tractado de 29 de agosto de 1825, tractado da separação do Brazil de Portugal.

Leia sr. Thomaz Ribeiro, leia com attenção esse tractado, não se regule pelo que diz o seu amigo e collega o sr. conselheiro Martens Ferrão; leia esse tractado e verá como o Senhor Dom João VI decreta, e o sr. D. Pedro acceita a sua separação *in perpetuum* do reino de Portugal.

Chamamos muito a attenção do sr. Thomaz Ribeiro para este importantissimo documento, e cremos que s. ex.^a, depois de o ler attentamente, não póde deixar de concordar connosco em que a reserva que o Senhor Dom João VI faz do titulo de imperador para a sua pessoa (art. 1.^o) e a concessão que d'esse mesmo titulo o imperador faz a seu pae com a mesma clausula de ser só para a sua pessoa (art. 2.^o) bem claro dizem que a corôa de Portugal, por morte do Senhor Dom João VI não passaria ao imperador do Brazil, e que o principe que houvesse de a herdar não poderia usar o titulo de imperador do Brazil.

Temos pois o sr. D. Pedro, brasileiro á vista da constituição do Brazil, obra sua; brasileiro, á vista dos artigos do tractado de 29 d'agosto de 1825 e brasileiro a vista das suas declarações, já depois dos seus patricios o terem banido das terras de Santa Cruz.

O sr. Thomaz Ribeiro que tem á sua disposição uma tão *interessante* collecção de cartas, é prova-vel que tambem tenha as do sr. D. Pedro; leia-as que são interessantes, verá o modo como elle falla de Portugal e dos portuguezes, o

que *justifica a paixão* que s. ex.^a ainda conserva pela memoria d'aquelle sr.

Entre essas cartas ha-de encontrar uma que elle, a bordo da nau em que fugiu do Rio de Janeiro, escreveu a seu filho, o actual imperador do Brazil.

Depois de lhe dar os titulos de *meu filho e meu imperador*, diz-lhe *deixo filhos, patria e amigos...*

Ame a sua e *minha patria...* etc., etc.

Ahi tem o sr. Thomaz Ribeiro mais um documento, que *prova a* nacionalidade portugueza do sr. Pedro.

E prova mais alguma coisa esse documento; prova a dignidade e amor patrio dos liberaes!!

Não se pejam de tomar para seu Rei um vassallo do imperador do Brazil!

A tanto obriga o direito publico constitucional!

Em nome da liberdade recebem reconhecidos os actos mais despoticos, de que resa a nossa historia; em nome da egualdade, acceitam para soberano aquelle que se declara e confessa subdito de um soberano estrangeiro; em nome da fraternidade, declaram que este paiz é de qualquer aventureiro, a quem a revolução estenda mão protectora, qualquer que seja a nacionalidade d'esse individuo, quaesquer que sejam as nacionalidades dos *bravos* que venham com elle conquistal-o.

IX

Emquanto o sr. Thomaz Ribeiro nos não demonstrar que a Ordenação do Reino não era lei do

paiz em 1823, quando um príncipe rebelde se levantou com a porção da monarchia que o seu Rei lhe confiara, tornando-se por isso réo de lesa-majestade, e ficando, *ipso facto*, seus filhos inibidos de poderem d'elle herdar direitos, *Ord. Liv. V. Tit. VI. n.º 10*;

Emquanto nos não mostrar que o Sr. D. Pedro continuou a ser portuguez, apesar de ter jurado, em 12 de dezembro de 1823, a Carta Brasileira, de ter nas cartas que escreveu a seu Augusto Pae declarado que não só deixára de ser portuguez, mas estava em guerra com os portuguezes, declaração que explicitamente repete em algumas das suas famosas proclamações aos brasileiros, e corrobora com os actos, não sendo d'estes o menos significativo a carta de lei que autorisa a armar navios de corso contra Portugal, pondo a preço as cabeças dos portuguezes;

Emquanto, repetimos, nos não provar uma e outra coisa, diremos que o Sr. D. Pedro não podia em 10 de março de 1826 herdar o throno portuguez, porque lh'o vedava a Ord. do Reino e porque por estrangeiro estava posto fora da linha de successão pelas côrtes de Lamego, Coimbra e Lisboa.

Acha pouco? sr. conselheiro, diga com franqueza. Se acha pouco, temos muitas outras razões, que inhabilitaram o Sr. D. Pedro de ser rei de Portugal.

As côrtes de Coimbra de 1385 declararam inhabéis para reinar em Portugal os infantes D. João e D. Diniz, filhos de El-Rei D. Pedro I, *por terem ajudado o inimigo de Portugal* nos sitios de Elvas e Badajoz. D. Pedro fez mais, pôz-se á

frente dos inimigos de Portugal, foi o maior, o mais temível e prejudicial inimigo que o nosso reino teve desde a sua fundação. E como se poderia admittir que o que fôra razão para excluir do throno os filhos de D. Ignez de Castro, não o fosse tambem contra D. Pedro, sendo muito mais grave o crime d'este que o d'aquelles?

Nem se diga que os infantes D. João e D. Diniz foram declarados inhabéis, por se duvidar da sua legitimidade; pois não faltou nas côrtes de 1385 quem asseverasse que D. Pedro não tinha casado com D. Ignez, nem o podia fazer por existirem impedimentos, que a Igreja não dispensou.

Não entraremos n'essa questão, nem ella vem para o caso, por ser evidente que aquellas côrtes, que deram a corôa a D. João I, não podiam excluir os dois príncipes por não serem filhos de legitimo matrimonio, aliás teriam tambem excluido o mestre d'Aviz, de quem diz Camões:

«...como de Pedro unico herdeiro,
(Ainda que bastardo) verdadeiro.»

Estos principios não virão talvez consignados no direito publico constitucional do sr. Thomaz Ribeiro, mas são expressos no direito publico de Portugal. E accrescentaremos até que nem necessitavam de fazerem parte do nosso direito publico: a propria dignidade do povo portuguez não podia soffrer que fosse rei um rebelde, um príncipe degenerado, que ousara fazer guerra a seu pae e á sua patria.

Pelo que vemos e soffremos, estas circumstancias não inhabilitam.

no direito publico constitucional do sr. Thomaz Ribeiro, o que se explica por não ter sido fundido no cadinho da dignidade e do amor patrio, onde foi fundido o nosso direito publico, o direito publico legitimista.

Temos mais, sr. Thomaz Ribeiro, temos um principio até reconhecido pelo seu direito publico constitucional, e que foi liberalmente violado pelo Sr. D. Pedro. A propria carta constitucional, art. 76 estabelece ao rei o dever de defender a integridade da monarchia. E se é este um dos primeiros deveres do rei, como poderia ser rei o Sr. D. Pedro, que longe de conservar a integridade da monarchia, attentou contra ella, fomentando e pondo-se á frente de uma revolução, que depois da mais escandalosa guerra, terminou por separar de Portugal a sua melhor possessão?

Mas perdão, nós dissemos que este principio da integridade nacional fazia parte até do direito publico constitucional do sr. Thomaz Ribeiro, attendendo á prescripção do artigo 76 da carta constitucional, sem nos lembrarmos que o novissimo direito publico de sua ex.^a aboliu aquelle artigo da carta, para poder firmar o tractado de Lourenço Marques de regeneradora memoria.

Ahi tem o sr. Thomaz Ribeiro mais um preceito constitucional, que inhibia o sr. D. Pedro de poder succeder a seu Augusto Pae.

Quando sua ex.^a escreveu o seu famoso livro *D. Miguel e a sua realteza*, não attendeu a estas bagatellas, *de minimis non curat prae-tor*.

Já agora, sr. conselheiro, uma vez que ousámos contrariar o direito publico constitucional de v. ex.^a provando que pelo direito publico portuguez o sr. D. Pedro não podia succeder na corôa de Portugal a seu Augusto Pae, permitta-nos lhe apontemos mais uma razão que o inhabilitava:

As nossas leis exigem que o rei de Portugal viva em Portugal, exigencia muito sensata e que jamais foi dispensada, nem o podia ser.

Ora desde que o sr. D. Pedro pelo seu juramento á constituição do Brazil, se obrigou a viver n'aquelle imperio, renunciou o direito á corôa de Portugal, admittindo por hypothese que o tivesse.

Resumindo: Em lugar das mil coisas urgicas que v. ex.^a escreve, e com as quaes fórma um grosso volume, faria muito melhor serviço á causa que defende se nos porvasse:

Que o sr. D. Pedro pela rebelião de que foi chefe não incorreu nas penas da Ord. livro V, titulo VI.

Que o sr. D. Pedro não deixou de ser portuguez por se fazer estrangeiro e chefe de uma nação estrangeira;

Que o sr. D. Pedro não fez guerra a Portugal;

Que o sr. D. Pedro não coope-rou para que o Brazil se separasse de Portugal;

Que o sr. D. Pedro, jurando a constituição do Brazil, se não tinha obrigado a residir fóra de Portugal.

Prove estes pontos, sr. Thomaz Ribeiro, mas em prosa chã, e que esteja á altura cá das intelligencias

populares; prove-nos isto, e poder-lhe-hemos então dizer com o poeta latino:— *Eris nobis magnus Apollo*.

X

Ponhamos por um pouco de parte os principios do direito publico constitucional do sr. Thomaz Ribeiro, para refutarmos o que elle diz ácerca do juramento do Senhor Dom Miguel.

O juramento é para catholicos uma coisa muito séria; mas s. ex.^a, já temos visto, dedicando todo o seu tempo á poesia e ás praxes do seu direito publico constitucional, não é muito forte no que pertence aos principios do verdadeiro direito, sobre os quaes, por serem velhos, lança apenas um sorriso de desprezo.

O juramento não só pertence ao direito antigo, mas é, rigorosamente fallando, de direito divino, por estar consignado na Constituição do monte Sinai. E qual é o *sábio* que reconhece essa Constituição? O direito divino é incompativel com o direito publico constitucional, e esta incompatibilidade estabelece a raia principal que divide os dois campos: aquelle em que vive o sr. Thomaz Ribeiro com todos os que teem visto a luz, com todos os illuminados, é aquelle em que nós vivemos com todos os reaccionarios.

Não admira por isso que s. ex.^a não faça uma idéa muito exacta do juramento, das circumstancias que o devem acompanhar para que seja valido, e d'aquellas que não só desligam d'elle, mas impõem a rigorosa obrigação de o não cumprir: e que não conhece bem a

verdadeira doutrina sobre o juramento, prova-o a semcerimonia, com que chama perjuro ao Senhor Dom Miguel, em logar de assim denominar o famoso dador da carta.

Vamos dar noticia ao sr. conselheiro Thomaz Ribeiro d'alguns juramentos dados pelo sr. D. Pedro.

No dia 26 de fevereiro de 1821 prestou no Rio de Janeiro o seguinte juramento á constituição que então se fazia em Portugal:

«Juro veneração e respeito á «nossa Santa Religião, obediencia «ao Rei, e observar, guardar e «manter perpetuamente a constituição, tal qual se fizer em Portugal pelas côrtes. Assignado = «Principe Real D. Pedro de Alcantara.»

O sr. Thomaz Ribeiro não pôde negar que o sr. D. Pedro não cumpriu este juramento: jurou veneração e respeito á Santa Religião, e de Henrique VIII para cá não conhecemos principe que mais desacatasse a Igreja, nas suas leis e nas sagradas pessoas de seus ministros; jurou obediencia ao Rei, e pouco depois declarava-lhe guerra, promovendo a separação da mais importante parte da monarchia; jurou observar, guardar e manter a constituição que então se fazia em Portugal, de como cumpriu esta parte do juramento consta de varias actas da camara dos deputados de 1822.

A não ser que o sr. Thomaz Ribeiro encontre no seu direito publico constitucional algum artigo que desligue d'este juramento o principe rebelde, cremos que ne-

nhum título lhe pertence melhor que o de perjuro.

Temos mais: em 10 de abril de 1821 escrevia o Príncipe D. Pedro a seu Augusto Pai.

«Meu Pai e meu Senhor. Com bem desgosto pego na pena para comunicar a V. M. do motim e boatos mui fortes que correm de plano na cidade. A independência tem-se querido cobrir comigo e com a tropa, com nenhum consequio, nem conseguirá, por que a minha honra e a d'ella é maior que todo o Brazil; queriam-me e dizem que me querem aclamar imperador; protesto a V. M. que nunca serei prejuço, que nunca lhe serei falso, e que elles farão essa loucura, mas será depois de eu e todos os portuguezes estarem feitos em postas: é o que eu juro a V. M., escrevendo n'esta com o MEU SANGUE estas seguintes palavras: *Juro sempre ser fiel a V. M. e á nação, e á constituição portugueza.* »

O sr. Thomaz Ribeiro não conhecia de certo esta carta, aliás não deixaria de condemnar o sr. D. Pedro como perjuro; para nos não dar o direito de desconfiar da sua lealdade como historiador, isto é, para não podermos dizer que o sr. Thomaz Ribeiro é tão fiel ás leis da historia, como o sr. D. Pedro foi fiel ao juramento que escreveu com o seu proprio sangue.

Agora para que se veja a coherencia do Sr. D. Pedro, o modo como cumpriu o juramento escripto com o seu proprio sangue, o valor que tinha a sua palavra, vamos transcrever trechos d'algumas outras cartas. Começa-

remos pela de 12 de fevereiro de 1822, combine-se o que diz n'esta da divisão portugueza, com o que tinha dito na de 10 de abril de 1821, e concluir-se-ha que o odio que começa a manifestar, e de que depois, tantas provas deu, contra a divisão portugueza, tinha por base não se ter esta prestado a auxilial-o na traição ao seu Rei e á sua Patria:

«Meu Pae e meu Senhor. Cansado de aturar desaforos á divisão auxiliadora e faltas de palavra, assim como a de no dia 5 d'este mez, me prometterem de ficar embarcados no dia 8; fui no dia 9 a bordo da *União*, e mandei um official dizer da minha parte á divisão que eu determinava que no dia 10 ao romper do sol ella começaria a embarcar, e que assim o não fazendo eu lhe não dava quartel e os reputava inimigos; a resposta foi vi-rem todos os commandantes a bordo representar inconvenientes, e representarem com bastante soberba: respondi-lhe—*Já ordenei e se não executarem amanhã começo-lhe a fazer fogo*: elles partiram, e com effeito fazendo n'elles maior effeito o medo que a honra que elles dizem ter, começaram a embarcar no dia que lhe determinei, e hontem ás tres e meia da tarde já estavam a bordo dos navios, mansos como uns cordeiros, e ordenei que nos dias 14 ou 15 saíssem barra fóra acompanhados das duas corvetas *Liberal* e *Maria da Gloria*, que os hão-da acompanhar sómente até ao cabo de Santo Agostinho, ou pouco mais adiante.»

Sentimos não pouca repugnan-

cia ao publicar esta carta, não pela memoria do principe rebelde, mas por ver que depois de tanta injuria e calunnia contra a divisão portugueza, ainda houve officiaes portuguezes que não duvidaram desembainhar as suas espadas sob o commando d'aquelle principe e em seu serviço.

Outras cartas e actos officiaes e particulares do sr. D. Pedro provam o *respeito* que lhe merecia a santidade do juramento, e como *sabia* cumprir os deveres de vas-sallo e de filho. A'quelle juramento que em 10 de abril de 1821 escrevia com o seu proprio sangue, responde pouco depois jurando a constituição do Brazil; juramento que tambem guardou por sorte que obrigou os brazileiros, passados alguns annos, a pol-o fóra do imperio.

Citaremos ainda a sua carta de 15 de julho de 1824 dirigida a seu Augusto Pae:

«V. M. já quanto antes deve reconhecer a independencia do Brazil. . . Posso assim fallar, pois de Portugal já disse a V. M. NÃO QUERIA NADA. . . O reconhecimento será feito mais tarde ou mais cedo; pois os brazileiros e eu seu imperador, não mudamos de tenção, e antes morreremos com a espada na mão, uma vez que juramos *independencia ou morte*. . . Eu como imperador e V. M. como rei estamos em guerra; devemos sustentar os direitos *das nações independentes de que somos chefes*.»

Eis como o sr. D. Pedro cumprio os seus juramentos de fidelidade ao Rei e á nação!! Eis a que

fica reduzida aquella honra que elle protestava ter, e que dizia ser maior do que todo o Brazil!!

Ha-de ter paciencia, sr. Thomaz Ribeiro, já que por este modo nos provocou, ha-de ouvir o que era melhor guardar no esquecimento.

Ainda mais, já que por este modo nos provoca, ha-de soffrer que o emprazemos para que nos diga se o sr. D. Pedro guardou o juramento de fidelidade que dera a seu Augusto Pae e á nação portugueza?

Não responde de certo, porque não póde responder; não responde porque a questão é tão clara que não admitte sophisma, e ao sr. Thomaz Ribeiro não convem confessar o perjuro do sr. D. Pedro, prefere chamar perjuro ao Senhor Dom Miguel.

Cada escola tem os seus principios, a nossa obriga-nos a dizer a verdade.

XI

Parece-nos ter demonstrado no artigo antecedente, que o sr. D. Pedro foi por mais de uma vez perjuro; mas, nem por isso queremos privar o sr. Thomaz Ribeiro de conhecer um documento importantissimo, e que prova por modo irrecusavel ter o sr. D. Pedro faltado ao juramento que dera de respeitar, manter e guardar a Religião Catholica Apostolica Romana.

E' um discurso pronunciado pelo Santissimo Padre o Papa Gregorio XVI no consistorio de 8 de outubro de 1833: sentimos que a sua extensão nos não permita publical-o na integra, daremos os periodos principaes e que julgarmos

mais convenientes para demonstrar o perjúrio do primeiro imperador do Brazil; eil-o:

«Veneraveis Irmãos, é summamente sensível e penoso ter de vos comunicar aqui coisas tão tristes; mas a dor que nos opprime é tão grande que não podemos deixar de o fazer. . . Queremos fallar-vos dos actos do governo estabelecido em Lisboa, nos fins de julho d'este anno, actos cheios de impiedade e de audacia, cujo objecto é a destruição de tudo o que ha de mais santo na Igreja, assim como dos gravissimos males com que a Religião é opprimida n'este reino, que era até aqui um modelo de devoção e fidelidade á fé catholica, a Santa Sé e aos Pontífices Romanos, nossos predecessores e que tem tido com razão por honra obedecer a soberanos a quem distinguia o titulo de Reis Fidelissimos.

«Não podiamos acreditar a principio, nós o confessamos, as noticias que publicamente corriam sobre attentados tão audaciosos; mas, a inesperada chegada á Italia d'aquelle que nos representava n'aquelle reino, na qualidade de Nuncio Apostolico, e os incontestaveis testemunhos de muita gente nos convenceram da veracidade inquestionavel do que precedentemente se nos havia annuciado. E' tão certo como deploravel que o referido governo expulsou injustamente aquelle que alli representava a Nossa Pessoa e a Santa Sé, intimando-lhe que saísse do territorio portuguez sem a menor demora.

«Depois de uma tão grande injúria á Santa Sé e a Nós, a audacia dos preversos foi mais longe

contra a Igreja Catholica, contra os bens ecclesiasticos e contra os inviolaveis direitos da Santa Sé. Considerando que todas estas medidas foram executadas á chegada de um novo poder, e como resultado de uma conspiração decretada antecipadamente, o nosso espirito enche-se de horror.

«As prisões publicas foram abertas, e depois de sairem os que alli estavam detidos, foram lançados em seu lugar alguns d'aquelles de quem está escripto: *Nolite tangere Christos meos*. Leigos, arrogaram-se temerariamente direitos sobre as coisas sagradas, decretaram uma reforma geral do Clero secular e das Ordens Religiosas de ambos os sexos. D'esta fórma destruíram o privilegio do foro. . .

«Será preciso dizer ainda mais?

Pois a actos tão odiosos e tão contrarios á Igreja catholica se juntaram ainda outros. Todos os bispados por nós conferidos, segundo a nomeação do governo existente, foram declarados vagos. . . Per cumulo de audacia contra a Igreja e auctoridade da Santa Sé, aboliu-se o Augusto Tribunal da Nunciatura Apostolica, e serão submettidas a um tribunal leigo as causas que alli se julgavam. . .

«Expressamente proclamamos e absolutamente reprovamos todos os decretos emanados do sobredito governo de Lisboa em detrimento da Igreja, de seus ministros, do direito ecclesiastico e prerogativas da Santa Sé, e os declaramos nulos e sem valor. . . »

O que fica transcripto é bastante para ver como o sr. D. Pedro cumpriu o seu juramento na par-

te religiosa. E cremos que o sr. Thomaz Ribeiro, apesar de não querer fazer obra senão pelo seu direito publico constitucional, se não atreverá a negar a competencia da auctoridade que invocamos: são de Gregorio XVI as palavras que deixamos transcriptas.

São bem conhecidos todos os factos que ficam apontados, quize-mos porém deixar archivadas aqui as palavras do Santo Pontifice Gregorio XVI.

E note-se que não houve provocação alguma por parte da Santa Sé, nem podia haver coisa que justificasse os actos do sr. D. Pedro.

No mesmo consistorio, e depois de lamentar o que a Igreja estava soffrendo em Portugal, pronunciou Sua Sanctidade as seguintes palavras:

«Estes actos tão culpaveis temos nos affligido tanto mais, quanto menos deviamos esperar que se procedesse assim contra nós pela linha que temos seguido nas perturbações politicas de Portugal, evitando com o maior cuidado tudo o que podesse excitar odios contra nós e contra a Santa Sé... E por isso cuidámos em publicar uma constituição, que começa por estas palavras. *Solicitududo Ecclesiarum* na qual apoiando-nos na auctoridade e procedimento dos nossos Predecessores, marchando pelas veredas dos antigos Soberanos Pontifices, e seguindo o exemplo do que ultimamente nos precedeu, declaramos em termos bem positivos e proprios para excluir qualquer sinistra interpetração, que a nossa intenção não era dar nem ti-

rar direito a pessoa alguma, mas tão somente fazer a obra de Jesus Christo, em desempenho de nosso ministerio apostolico.»

Já vimos que o sr. D. Pedro não cumpriu melhor o juramento de fidelidade ao Rei do que o de respeito á Igreja e suas leis; nem é de extranhar que fosse tão pouco fiel ao que promettera á patria, quem zombava dos juramentos que dera a Deus e ao Rei.

No direito publico constitucional do sr. Thomaz Ribeiro não sabemos como é classificado este procedimento do sr. D. Pedro; nos codigos que estão ao alcance dos profanos, chama-se-lhe perjurio, nem tem nome mais proprio na lingua portugueza.

O sr. Thomaz Ribeiro, elevado pelo seu talento aos maiores cargos publicos, não faz bem em não condemnar, como merecem, os perjuros commettidos pelo sr. D. Pedro; por que fica sem o direito de condemnar aquelles dos seus subordinados, que, no desempenho dos seus deveres, forem tão leaes como foi aquelle Senhor.

Demonstrado, pois, que o sr. D. Pedro foi perjuro, resta-nos demonstrar que o sr. Thomaz Ribeiro ou se engana ou calumnia, quando ousa chamar perjuro ao Senhor Dom Miguel; demonstração que não é muito difficil e que esperamos fazer, no numero seguinte, por modo que o sr. Thomaz Ribeiro, se o orgulho e as suas conveniencias politicas lhe não permittem confessar-se convencido, não ousará pelo menos contradizer-nos.

XII

A seita liberal prescreve aos seus discipulos que proclamem que o Senhor Dom Miguel foi um perjuro, um usurpador e um tyranno, e elles, submissos sempre aos preceitos, que lhes são impostos ao som do malhete, umas vezes sem consciencia do que dizem, outras por malvadez, não duvidam asseverar com o maior cynismo que aquelle Augusto Senhor foi perjuro, foi usurpador e foi tyranno!!!

Reservámos para este artigo mostrar ao sr. Thomaz Ribeiro ou que está illudido, ou que é pouco fiel ás leis da historia, quando assevera que o Senhor Dom Miguel foi perjuro. E, para chegarmos ao nosso fim, começaremos por apresentar alguns principios geraes que o sr. Thomaz Ribeiro, embora lhe custe, não pôde deixar de admitir como exactos:

«O juramento promissorio só obriga, quando a materia prometida fôr justa e honesta.

«Aquelle, que promete coisa injusta ou deshonesta, tem rigorosa obrigação de não cumprir o juramento dado.»

O sr. Thomaz Ribeiro ou ha-de admitir estes principios, ou approvar a perpetração de muitos crimes; dirá, por exemplo, que a degolação de S. João Baptista era um dever de Herodes, como fôra o cumprimento de um dever o assassinio dos lentes de Coimbra, que em 1823 vinham a Lisboa cumprimentar o Senhor Dom Miguel, como representantes da universidade.

Não cremos, porém, que o sr. Thomaz Ribeiro inveje as glorias de Herodes, nem fosse capaz de levantar mão parricida contra os seus lentes, e por isso supponho-o reconhecendo connosco que o juramento promissorio de coisa injusta não obriga.

E aquelle que o cumpre commette um crime tanto maior quanto fôr maior o numero das pessoas prejudicadas pelo cumprimento de um tal juramento, e quanto mais grave fôr a materia, sobre que elle recaia.

Na hypothese figurada pelo sr. Thomaz Ribeiro, o Senhor Dom Miguel tinha jurado preito e homenagem ao imperador do Brazil; poderia fazel-o sem incorrer na maldição fulminada pelo fundador da monarchia, sem faltar á obediencia que devia ás leis do paiz?

A'lem d'isso, se tivesse dado um tal juramento e o cumprisse, não contribuiria, quanto estava da sua parte, para nos entregar todos ao dominio de um soberano estrangeiro?

Não o devia fazer, porque offendia a justiça e sacrificava o direito de todos os portuguezes de serem livres, violando ao mesmo tempo a obrigação que as côrtes da nação lhe impuzeram e que todos os reis seus antepassados lhe transmittiram, pelos mais sollemnes juramentos, de não consentir que o reino fosse para mãos de estrangeiros.

Continuemos, porém, na hypothese do Senhor Dom Miguel ter dado o juramento, tal qual o imagina o sr. Thomaz Ribeiro, ou lhe faz conta asseverar; imaginemos até que o tinha dado na mais ple-

na liberdade e com a mais pura convicção de que o direito á successão no throno de Portugal era de seu irmão. Logo que soubesse que estava em erro e que o throno era seu, não podia em consciencia conservar aquelle juramento, porque offendia a justiça.

O throno portuguez não é objecto de que o rei possa dispor a seu bel prazer, tem leis que regulam a successão, e o rei não as pôde alterar. Logo que o Senhor Dom Miguel se convencesse de que era o legitimo rei, embora tivesse, como tinha, toda a nação pelo seu lado, não devia, elle que tinha a seu favor a força do direito, fazer-se acclamar rei pelo direito da força; esse direito só compete aos verdadeiros usurpadores, aos conquistadores.

Devia, como fez, convocar os Tres Estados, para que decidissem a quem de direito pertencia a corôa, por ser o tribunal competente, o unico a quem competia decidir, em caso de duvida. E nunca, constituir-se elle juiz, arrogando-se direitos que não tinha, ou para pôr a corôa, ou para generosamente a ceder a seu irmão.

Nem devia obrar de outro modo, ainda quando não quizesse reinar; porque n'este caso, facilitando o accesso ao throno a seu irmão ou a sua sobrinha, tomava parte na usurpação, ajudando a excluir o legitimo successor.

O Senhor Dom Miguel poderia, o que é para nós um pouco duvidoso, ter o direito de não querer reinar; mas o que decerto não tinha era o direito de escolher successor. Esse trabalho estava feito desde 1143.

E a pessoa, a quem o throno deveria pertencer na falta do Senhor Dom Miguel, não podia ser privada dos seus direitos por este Senhor ter dado um juramento, em que reconhecia os direitos do sr. D. Pedro, ainda quando esse juramento fosse perfeitamente espontaneo, e o Principe estivesse na posição de se poder aconselhar previamente com homens doutos e de sã consciencia, como o caso pedia.

Esta doutrina é corrente, e todavia o sr. Thomaz Ribeiro não a pôde admitir; não só porque o malhete lhe impõe a obrigação de chamar perjuro ao Senhor Dom Miguel; mas porque, admitindo-a, condemnava o seu heroe, que, quando teve a generosidade de *abdicar* a corôa de Portugal, não o fez em favor do seu successor, mas deu este reino de presente a sua filha a princeza do Grã-Pará.

Mas de lá podem se fazer todas essas coisas, que a tanto auctorisa o direito publico constitucional do sr. Thomaz Ribeiro; de cá, não, porque ha o dever de respeitar a lei, sendo o primeiro que se declara inferior a ella, e com a restricta obrigação de lhe obedecer, o proprio rei.

Ainda quando o Senhor Dom Miguel, continuamos na mesma hypothese, quizesse reconhecer seu irmão como rei de Portugal, não lh'o consentiriam os portuguezes, sempre muito respeitadores do seu Rei, mas tambem muito zelosos sempre dos seus direitos.

Sabemos como a Carta foi recebida, não podendo nem a mão de ferro do general Saldanha, nem a divisão ingleza commandada pelo

general Clinton, conter a expansão dos portuguezes contra a dadia e contra o dador; sabemos como o Senhor Dom Miguel foi recebido, no seu regresso de Vienna em 1828; pois apesar de estar todo o paiz sob a influencia de autoridades cartistas, a noticia foi, de um a outro extremo do reino, acolhida com os mais entusiasticos vivas a El-Rei o Senhor Dom Miguel I.

Temos visto até aqui que o Senhor Dom Miguel, ainda na hypothese de ter livre e expontaneamente jurado reconhecer seu irmão como rei de Portugal, não podia em consciencia cumprir o juramento por ser contra as leis do reino, por ser em prejuizo de terceiro, e offensivo dos direitos de todos os portuguezes; no artigo seguinte veremos o que foi o juramento de Vienna de Austria.

XIII

A situação do Senhor Dom Miguel em Vienna d'Austria deve ser bem estudada, para se poder avaliar bem o famoso juramento de que tanto fallam os seus adversarios.

Os successos de 1823 coroaram de gloria o Senhor Dom Miguel; não houve soberano na Europa que o não mandasse cumprimentar, pelo importante serviço que fizera á causa do throno e do altar; mas, por isso mesmo, a maçonaria jurou-lhe odio eterno, e de tal sorte tem cumprido o juramento que nem o sagrado preceito *parce sepultis* teve força de impor silencio ao sr. Martens Ferrão e ao sr. Thomaz Ribeiro.

Se escrevessem historia, seriam muito para louvar os seus trabalhos; a epoca da vida publica do Senhor Dom Miguel foi por tal sorte agitada, chocaram-se tão violentamente os partidos, que quando bem escripta será uma das mais interessantes paginas de nossas chronicas.

Mas não o fazem, nem o podem fazer, em quanto estiverem ao serviço da seita; esta não quer a verdade, porque seria a sua condemnação; nem pôde defender o seu heroe, ou calumniar o seu inimigo, o augusto representante da legitimidade, senão mentindo.

Eram deseguaes as armas com que a legitimidade e a maçonaria se batiam, e o Senhor Dom Miguel e com elle os legitimistas fomos victimas d'esta desigualdade: de cá só se vestiam as armas forjadas no arsenal de honra, de lá empregavam-se quantas a traição e a perfidia podiam subministrar.

Logo que a maçonaria viu que o movimento de Villa Franca tomava tal força que era impossivel disputar-lhe a victoria, mandou os seus homens mais importantes offerecer os seus serviços a sua alteza, e fez com que o Senhor Dom João VI estivesse sempre cercado dos seus verdadeiros inimigos e por isso mesmo dos inimigos do Senhor Infante.

Quando no dia 5 de junho de 1823, o Senhor Dom Miguel entrava em Lisboa ao lado de seu Augusto Pae, a quem acabava de restituir os direitos e prerogativas reaes, de que a revolução o tinha esbulhado, já a restauração estava dominada.

Os que mais entusiasmados se

mostravam com o brilhante feito de Sua Alteza, eram os que a maçonaria para alli mandara para o intrigarem com seu Augusto Pae, meio efficaz de perderem um e outro, o que era o seu *desideratum*. E o bondoso monarcha deixou-se illudir a ponto que nomeou o seguinte ministerio:—Para a guerra, Pamplona; para o reino, Joaquim Pedro Gomes d'Oliveira; para a justiça Manuel Marinho Falcão de Castro; para os estrangeiros, conde de Palmella.

A indignação crescia entre os realistas á proporção que viam ganhar terreno a maçonaria; temia-se uma nova revolução de que fosse victima a Familia Real e a nação, e os maçons, como depois se soube, eram os mais empenhados em fazer correr estas noticias.

O Senhor Infante foi avisado d'isto, e para prevenir os males, que lhe fizeram crer proximos a surgir, na madrugada do dia 30 de abril percorreu os quartéis, encontrando todos os corpos na melhor disposição, mandou que se reunissem no Rocio, excepto o batalhão n.º 11, que por ser um dos de maior confiança para El-Rei, foi mandado para o paço da Bemposta, onde Sua Magestade então habitava.

Depois mandou proceder a algumas prisões.

Pamplona, tendo sido avisado, conseguiu refugiar-se a bordo de uma nau ingleza, não aconteceu porém o mesmo a Palmella e a outros, que effectivamente foram presos.

Pelas duas horas da tarde foram as tropas a quartéis e o Senhor Infante regressou ao paço da Bem-

posta, dirigindo-se logo á presença de seu Augusto Pae, que estava com todo o corpo diplomatico e que recebendo-o muito bem o mandou descansar.

Pouco depois foi chamado á presença de seu Pae, que lhe disse: — O corpo diplomatico deseja a soltura de Palmella... ao que o Senhor Infante promptamente respondeu: *El-Rei manda e o general obedece*.

Citamos isto para provar que El-Rei se não mostrou contrariado com os successos de 30 de abril.

Mas é prova muito mais importante o seguinte decreto :

«Tendo o Infante Dom Miguel, meu muito amado e presado Filho, commandante em chefe do meu real exercito, obtido vehementes presumpções de que em secretos clubs se traçava uma funesta conspiração contra Elle, contra a Rainha, minha sobre todas muito amada e presada mulher, e contra a minha Real Pessoa, que o pozeram na indefectivel necessidade de recorrer ás armas, sem que uma crise tão arriscada lhe permittisse que previamente houvesse da minha soberania as necessarias resoluções e ordens para se obstar a males da mais superior ordem, que pela sua enormidade e execração não sómente abalariam, mas destruiriam na presente epocha o edificio politico da monarchia, de que Deus me confiou o governo e protecção. E conhecendo eu, pelas ponderações, que fez na minha real presença, os motivos que o determinaram a prevenir por meio da força armada a existencia de tão absurdos e execranlos attentados

(seguem-se providencias para punir os criminosos). E sou outro sim servido attender á muito respeitosa supplica, que na minha real presença fez o mesmo Infante, meu muito amado e presado filho, para lhe relevar os excessos de jurisdicção que exerceu sem a minha real auctoridade, que com effeito hei por bem relevar. José Antonio de Oliveira Leite de Barros, meu conselheiro de estado, ministro e secretario de estado dos negocios do reino, o tenha assim entendido e faça expedir as ordens necessarias ás auctoridades competentes. Palacio da Bemposta 3 de maio de 1824. Com a rubrica de El-Rei Nosso Senhor.»

E já no dia 1 de maio o Senhor Dom Miguel tinha publicado uma ordem do dia, datada do seu quartel general no paço da Bemposta, que tambem prova que a sua enérgica attitude no dia 30 de abril merecera a approvação de seu Pae; aquelle documento termina assim: «Sua Alteza manda tambem publicar ao exercito que estão presos alguns dos individuos, que tramava contra a soberania de Sua Magestade, e que tem no mais alto e distincto apreço a significação, que o mesmo Augusto Senhor se dignou mandar-lhe pelo seu escribeiro mór e camarista, o Marquez de Loulé, approvando tudo quanto Sua Alteza fizesse a bem da nação.—Chefe de estado maior, general MOZINHO.»

Se estes dois documentos mostram que El-Rei approvou os actos de trinta de abril, não depõe menos a favor d'elles a manifestação da cidade de Lisboa, cujos habitantes os festejaram com esponta-

neas illuminações nas noites de 30 de abril, 1 e 2 de maio.

E quando no dia 1 de maio, El-Rei, acompanhado pelas Senhoras Infantas Dona Izabel Maria e Dona Maria da Assumpção, atravessaram a cidade dirigindo-se á egreja da Madre de Deus, foram em todo o transitto recebidos com as mais significativas ovações por todas as classes da sociedade, que saíam ao encontro de Sua Magestade felicitando-o pelo modo como a Real Familia e a nação foram salvas das machinações tenebrosas dos irreconciliaveis inimigos do Throno e do Altar.

Estes são os factos que em prosa chã e simples nos contam os documentos da epoca e testificam muitas testemunhas que felizmente ainda existem; estes são os factos que o sr. Thomaz Ribeiro apresentaria se tivesse liberdade para escrever historia, isto é, se o não forçassem a ser poeta e não historiador, *Poetis atque Pictoribus* etc.

Para melhor se poder avaliar o juramento de Vienna de Austria, julgámos dever fazer um rapido esboço historico dos successos que prepararam aquella verdadeira desgraça politica, que o bondoso Rei subscreveu, sem prever os perigos a que ficava exposto, e de que foi victima, por afastar de seu lado o seu defensor natural e o seu melhor amigo, Sua Alteza Real, o Senhor Infante Dom Miguel. Assim fica reservado para o artigo seguinte o juramento de Vienna d'Austria.

XIV

Os successos de trinta de abril vieram exacerbar os odios da ma-

gonaria contra o Senhor Infante e contra o Senhor Dom João VI. Jurou-lhes guerra implacável, e foram ambos victimas d'este juramento.

Ainda resoavam as aclamações, com que o povo e o exercito festejavam a energia do Senhor Dom Miguel, mostrando-se sempre prompto a desembainhar a espada na defeza d'El-Rei, seu Augusto Pae, quando na manhã do dia 9 de maio de 1824, El-Rei, cedendo á intriga, saiu do paço e foi para bordo da náu *Windsor Castle*!

D'alli proclamou em sentido inteiramente contrario ao decreto, de que demos copia no artigo antecedente, queixando-se do Infante ter attentado contra o Poder Real, e dizendo, que para evitar conflictos, se tinha resolvido a passar a bordo da náu ingleza!!!

Mas o Senhor Infante e o exercito, pela sua obediencia á voz de El-Rei, mostraram bem depressa quão infundados eram os receios de Sua Magestade, e como eram victimas da mais vil calunnia forjada pela maçonaria.

N'essa mesma manhã, dirigia-se Sua Alteza em um escaler para Belem, quando recebeu ordem de seu Pae para se lhe ir apresentar a bordo da *Windsor Castle*. Não hesitou um momento; elle que podia contar com a fidelidade do exercito, que legalmente commandava, que tinha a seu favor o povo todo, obedecendo promptamente, mandou remar para bordo da náu ingleza, e foi entregar-se á prisão.

Não vem fóra de proposito cotejar aqui o comportamento dos dois irmãos:

Quando, em 1822, o Principe Real, o sr. D. Pedro, foi mandado regressar do Brazil ao reino, respondeu á esse decreto, rebellando-se contra seu Augusto Pae e Rei, rebellando-se contra a nação portugueza, incitando o Brazil á revolta, e pondo-se á frented'ella, o resultado ainda hoje o estamos soffrendo; quando, em 9 de maio de 1824, o Senhor D. João VI chama o Senhor Infante a bordo de uma náu ingleza, elle obedece immediatamente e vaé entregar aos grilhões do captiveiro os pulsos innocentes. E note-se que ha uma grande differença: do direito, com que o Sr. D. João VI ordenava ao Principe que regressasse do Brazil, ninguém pôde duvidar; se o Senhor Dom Miguel era obrigado a obedecer ás ordens escriptas á sombra da bandeira ingleza, é duvidoso; como é duvidoso se o Sr. D. João VI tinha o direito de abandonar o paço, de abandonar a capital para se recolher a uma náu ingleza. Mas não entremos n'esta questão, limitemonos a comparar a obediencia dos dois filhos, para depois perguntar ao sr. Thomaz Ribeiro-qual d'elles foi rebelde, qual d'elles foi perjuro, faltando á obediencia jurada a seu Augusto Pae?

Não responde de certo; porque escrever um grosso volume, composto de *lindos nada*s, com que se enfeitam algumas asserções inexactas, ou se disfarça a calunnia e o doesto, é facil; mas, entrar em uma argumentação séria, pondo de parte os termos bombasticos e as phrases ócas, para combater o que o direito prescreve, recusar a letra e espirito dos tractados e negar a autenticidade de documentos irrecur-

saveis e de factos coevos... *hoc opus, hic labor est.*

El-Rei foi violentado a separar-se de seu filho, a quem disse na despedida:

«Miguel, tenho o presentimento de que te não torno a ver.»

E o Senhor Infante parte para Vienna d'Austria, escoltado, podemos dizel-o, pela maçonaria, que conservou sempre a seu lado quem lhe vigiasse os passos, quem *lhe interceptasse a correspondencia e quem obstasse* a que Sua Alteza podesse receber os conselhos dos seus mais leaes amigos, e por isso mesmo dos mais leaes amigos de seu pae.

Emquanto o Infante estava preso em Vienna de Austria, não gozava mais liberdade em Lisboa o infeliz monarcha, que se tinha deixado cahir nas mãos dos principaes inimigos do throno e do altar. Trabalhavam estes incançaveis, e logo que lhes pareceu estarem as coisas convenientemente preparadas, a morte do Sr. D. João VI foi o prologo do terrivel drama, que tem coberto de sangue e ruinas Portugal.

Mas, o Infante ainda vivia, e o Infante era o inimigo implacavel da revolução, inimigo tão temivel pelo seu valor e firmeza de suas resoluções, como pelo grande prestigio que tinha no exercito e no povo, agora robustecido com o direito inquestionavel ao throno desde o dia 10 de março de 1826.

Não se prestava a côrte de Vienna a ser carcereira perpetua de Sua Alteza, e tanto assim que o Imperador logo que recebeu noticia da infesta morte do Senhor Dom João VI, disse ao principe de Metternich:

«Não tenho animo para dar esta noticia ao Infante, porque sei quanto se ha-de affligir; mas é preciso prevenil-o; participe-lh'o, e aconselhe-lhe em meu nome, que parta immediatamente para Portugal.»

Quantas desgraças se teriam evitado, se fosse ávante está tão prudente resolução do imperador?

A diplomacia, porém, não cessou de pôr obstaculos ao regresso de Sua Alteza ao reino, enquanto as coisas não estivessem preparadas: Era necessario que a carta chegasse a Lisboa antes de chegar o Infante; que o general Saldanha a impozesse ao paiz; que o imperador do Brazil abdicasse na princeza do Grã-Pará a corôa de Portugal!!! E ainda era pouco: era necessario não deixar regressar o Senhor Infante ao reino, sem que reconhecesse por meio de um juramento os direitos de seu irmão ao throno de Portugal. Julgavam inutilisal-o assim, e por isso impozeram esta dura condição á liberdade de voltar á patria.

Nós já mostrámos que este juramento não obrigava o Principe por ser sobre materia injusta, por ser contra o que determinam as leis do paiz, por ser contra os direitos do povo, e em prejuizo dos direitos de terceiro, ainda quando elle quizesse e podesse abdicar os seus direitos, e agora acabamos de mostrar que foi nullo e a nada obrigava o Principe, porque foi coacto.

A liberdade é uma condição indispensavel para que o juramento seja valido, e pôde-se dizer que o Senhor Dom Miguel foi livre desde o dia 9 de maio de 1824 até ao dia

22 de fevereiro de 1828? De certo que não.

Longe da sua patria, isolado completamente dos seus amigos, sem ter uma pessoa de confiança a quem consultar em materia tão grave, já para lhe explicar os seus direitos e os do paiz, já para lhe indicar aquillo que a religião e a patria lhe exigiam como dever, e sobre tudo impondo-se-lhe como condição, para poder voltar a Portugal, o dar aquelle juramento, que podia fazer o Principe?

E agora não perguntemos aos poetas, e aos defensores officiaes ou officiosos da legitimidade do imperador do Brazil ao throno de Portugal, mas perguntemos aos jurisconsultos e moralistas imparciaes se um juramento dado nas circumstancias em que o Senhor Dom Miguel deu o juramento de Vienna de Austria, tem alguma validade, ou impõe a quem o dá outro dever que não seja o de o não cumprir?

Não gostamos de fazer certas comparações, repugna-nos até o confrontar os actos do Senhor Dom Miguel com os do Sr. D. Pedro; mas frequentemente surge essa necessidade quando olhamos para qualquer das paginas do livro do sr. Thomaz Ribeiro; e assim, depois de comparar a espontaneidade com que o Sr. D. Pedro jurou a constituição brasileira com a coacção que levou o Senhor Dom Miguel a jurar a carta constitucional, pediremos a s. ex.^a que nos diga como entende que o Sr. D. Pedro pelo facto de jurar a constituição brasileira não ficou inhibido de ser rei de Portugal, mas o Senhor Dom Miguel o ficou pelo facto de jurar a carta?

A pag. 78 do seu livro diz o sr. Thomaz Ribeiro: «que o sr. Becker, Frederico Guilherme IV da Prussia, sir R. Peel e os srs. Batareis o absolvam do perjurio, uns pelos seus exemplos, outros pelas suas doutrinas, sua alma sua palma.»

Parece-nos ter demonstrado ao illustre poeta em prosa chã, mas não falta de logica, que a memoria do Senhor Dom Miguel nem necessita da absolvição que lhe dão taes auctoridades, nem pôde ser condemnada pelo direito publico constitucional do sr. Thomaz Ribeiro. Aquelle juramento não podia, nem devia ser cumprido, porque era illicita a materia sobre que versava, porque feria direitos de terceiro, e porque foi dado em estado de coacção, e como se tudo isto não bastasse, ha o protesto ou protestos e reservas de que o Principe, apezar da sua pouca idade, inexperiencia e isolamento em que estava, guiado unicamente pelo seu bom senso natural, o acompanhou.

O sr. Thomaz Ribeiro, que tem uma tão abundante e curiosa collecção de cartas, não deixará de ter aquella em que o Senhor Infante diz a seu irmão que se conforma com a carta, *mas salva a ventade geral da nação portugueza e sem prejuizo dos seus direitos pessoais.*

Ainda que, por ventura, na collecção de sua ex.^a não exista esta carta, não pôde duvidar da sua authenticidade, uma vez que apparece citada nos protocollos que então se lavraram ácerca da questão de Portugal. Na conferencia diplomatica de 20 de outubro de 1827, em Vienna, fazendo-se leitura de uma segunda carta do Senhor Dom Mi-

guel, um dos diplomaticos observou que não fazia reserva alguma dos seus direitos pessoaes, a que o principe de Metternich acudiu dizendo: «que o Infante tendo já reservado implicitamente todos os seus direitos na carta que tinha escripto ao imperador D. Pedro, enviando-lhe o seu juramento, uma segunda reserva seria superflua.» E com a opinião do chancellor do imperio concordaram os diplomaticos presentes.

Podiamos ainda apresentar ao sr. Thomaz Ribeiro mais provas da existencia dos protestos e reservas de que o Senhor Dom Miguel precedeu e acompanhou o juramento de Vienna; mas não é necessario, s. ex.^a é muito versado na historia, especialmente na parlamentar, e por isso não ha-de ignorar que o protocollo de Vienna de 20 de outubro de 1827 foi apresentado á camara dos communs em 1829, e que n'elle estão exaradas as seguintes palavras:

«O Principe teve a previsão de declarar que elle accetava a regencia, uma vez que fosse sancionada pela vontade geral do povo, e debaixo da reserva de seus «direitos pessoaes.»

Fiel sempre á sua palavra, como modelo de cavalheiros que sempre foi, o Senhor Dom Miguel logo que chegou a Portugal quiz consultar a vontade geral do povo pelo unico modo que o podia fazer, pelo unico meio que a lei lhe permitia: Convocou os Tres Estados.

E' conhecida a sua decisão, foi em virtude d'esta e em conformidade com as declarações e reser-

vas de que tinha acompanhado o seu juramento, que accetou a corôa e se denominou MIGUEL PRIMEIRO, nome que a nação geralmente lhe tinha dado, logo que elle saltou em Portugal.

Perguntamos agora aos imparciaes se não caberá melhor que ao Senhor Dom Miguel o titulo de perjuro, o de calumniador áquelle que lho chama.

XV

Estas doutrinas jesuiticas é que justificam as repubblicas.

THOM. RIB. PAG. 78.

Depois de calumniar a memoria do Senhor Dom Miguel, chamando-lhe perjuro, não podia o sr. Thomaz Ribeiro deixar de calumniar tambem os jesuitas.

A idéa religiosa está por tal sorte ligada á politica, que não podem os nossos adversarios fallar de uma demonstração religiosa qualquer, sem a attribuirem aos reaccionarios ou miguelistas; assim como não podem fallar de legitimistas sem os porem sempre de commun accordo com os frades, especialmente com os jesuitas, e com a propria Santa Sé.

Se não desvirtuassem os factos, não lhes faltariam rasões para supôr a existencia d'esta união. A legitimidade do Pontifice é a primeira e a mais respeitavel de todas as legitimidades, e ao presente victima da revolução, não é por isso de estranhar que os legitimistas dos differentes paizes, onde tambem imp era a revolução, jul-

guem a sua causa identificada com o poder temporal do Papa ; mas ha mais, a legitimidade é a expressão do direito, é a aspiração da justiça, ora a Igreja de Deus nem pôde deixar de sympathisar com o direito, nem ser adversaria da justiça.

Estes principios de homogeneidade, de identificação de interesses, fazem que os revolucionarios involvam no mesmo odio os legitimistas e os miaistros da Igreja, e que por isso não calunniem uns sem calunniarem outros.

Assim o sr. Thomaz Ribeiro, depois de imaginar o Senhor Dom Miguel perjuro, imaginou os jesuitas absolvendo-o do perjurio, e concluiu, que *estas doutrinas jesuiticas é que justificam as republicas.*

Não é muito que quem falsificou as premissas, apresente a consequencia como verdade, sendo ella um absurdo.

Não são as monarchias legitimas, nem os jesuitas que justificam as republicas; nas monarchias bastardas e crimes de que os revolucionarios sempre as acompanham, encontram as republicas não só a sua melhor razão de ser, mas a sua principal força.

As monarchias bastardas, em geral, só agradam áquelles que vivem d'ellas ou á sombra d'ellas ; cotejando-as com a republica, o resultado é sempre a favor d'esta. E a razão é simples é de facil comprehensão; a republica é um principio, a monarchia bastarda é uma mentira politica. Percorrei o paiz, e encontrareis milhares de homens, essencialmente monarchistas, que vos dirão que preferem as republicas ás monarchias bastardas.

Se temeis a republica pelo que ella é, ou pelo que vos pôde prejudicar, se se vos apresenta como um perigo imminente, não imputeis a culpa á monarchia tradicional, nem aos jesuitas.

Abri a historia do ultimo meio seculo, e cada uma de suas paginas vos justificará a razão, porque não falta aqui quem deseje a republica.

Em 1834 conseguiu a revolução expulsar de Portugal a monarchia legitima, substituindo-a pela monarchia da carta, e desde esse momento desapareceu dentre nós o respeito pela religião e seus ministros, o direito de propriedade, e a segurança individual.

Temos á vista uma estatistica que causa horror, pelos crimes de toda a especie com que foi inaugurada a monarchia da carta: em Lisboa, nos quatro primeiros mezes de 1834, perpetraram-se desacatos nas egrejas do Salvador, S. João da Praça, Belem, capella da Flor da Murta, Santa Catharina, S. Mamede e Santa Martha.

As ruas da capital foram theatro dos mais inauditos crimes, foi por ellas arrastado até exalar o ultimo suspiro o respeitavel e consciencioso desembargador Maciel Monteiro; foi espancado e ferido á hora do dia um principe da Igreja, um virtuoso e sabio prelado, o sr. bispo d'Elvas!!

Pelas terras do reino, a inauguração não era feita com menos pompa; um outro prelado, o respeitavel sr. D. Joaquim da Nazareth, bispo de Coimbra, tambem foi victima, e a ponto que um dos amigos intimos de D. Pedro não hesi-

tou em levantar mão sacrilega contra um successor dos apóstolos!!

Estes factos começaram em 1834 a justificar a republica, fazendo que muitos a preferissem á monarchia bastarda.

A par da ferocidade apparecia infrene o espirito do roubo: foram roubados os nossos templos, e nas praças estrangeiras eram publicamente vendidas as mais ricas alfaias, que a piedade de nossos maiores dedicára ao culto do Senhor.

E note-se, que por parte da monarchia da carta não apparecia uma unica medida que prevenisse o crime ou castigasse o criminoso.

Napoleão não foi mais prejudicial a Portugal, do que D. Pedro; nem mais oppressiva a dominação dos Filippes que a da dynastia da carta, e no tempo dos Filippes já havia quem desejasse a republica, e os mais honrados portuguezes appellavam para ella, se o Duque de Bragança se não resolvera a tomar a frente dos restauradores.

Não era a monarchia legitima, era uma monarchia intrusa e estrangeira que então justificava a republica, que a fazia apetevida: entende sr. Thomaz Ribeiro?

Nem nos julguem exaggerados na comparação que fazemos com Napoleão e com os Filippes; os monarchistas da carta, possuidos de um verdadeiro espirito satânico, entregavam ás chammas o que não podiam roubar, e mais tarde serviam-se das chammas como um grande meio de liquidação: assim foram reduzidos a cinzas, entre outros, os conventos de Santo Antonio de Penafiel, de Valle de Piedade, de Salzedas, de S. Pedro das Aguias, a abbadia de S. Martinho

do Campo, a egreja do Covello, o edificio do thesouro, o palacio da regencia, o collegio dos Nobres, a camara municipal, etc. etc.

E o povo que presenciou tudo isto diz, no seu bom senso:

«A republica é decerto melhor do que isto, e senão podemos ter o nosso antigo governo portuguez, esse governo que fez e engrandeceu o nosso reino, que zelava os nossos interesses, e garantia a nossa propriedade, venha então a republica.»

Era este paiz riquissimo, no tempo da sua antiga monarchia; hoje, parodiando o poeta latino, podemos dizer: *Cumpris ubi Lusitania fuit*, aqui existiu Portugal.

A propriedade da Egreja foi pela monarchia da carta denominada bens nacionaes, e a mesma denominação deram á Casa da Rainha, á Casa do Infantado, bens da Universidade etc. etc.

Toda esta propriedade representava um valor fabuloso; pois toda ella desapareceu, sem que se saiba como, nem a realza da carta e seus ministros possam explicar de um modo plausivel o fim que se lhe deu.

O povo sabe-o; e porque o sabe, prefere a republica á monarchia bastarda.

Depois de appareceram tambem todas as propriedades dos conventos das freiras, das camaras municipaes, das misericordias, hospitaes, irmandades e confrarias; o povo sabe-o, e sente-o, porque as misericordias, irmandades e confrarias eram, em geral, nas provincias outros tantos bancos agri-

colas, onde o lavrador encontrava recursos sem vexame.

Mas esta massa immensa de propriedade, que valia centenas de milhares de contos, era ainda pouco para satisfazer as ambições dos monarchistas da carta, e por isso recorreram ao empréstimo, sobre-carregando o paiz com uma divida insolúvel, que cresce todos os annos, d'onde vem a necessidade de augmentar todos os annos o tributo para pagar o juro da divida.

O povo sabe isto, e por isso escreve nos seus jornaes, como se lia em uma folha do primeiro de junho de 1881.

«Conhece-se já em toda a evidencia quanto é inutil e até prejudicial uma monarchia que levando-nos dinheiro, apenas nos dá o ruído festival das suas noites de saraus, ou o pomposo espectáculo das suas paradas apparatusas.»

Restringindo-nos á historia dos ultimos dias que mais quer o sr. Thomaz Ribeiro para justificar as aspirações republicanas que o tractado de Lourenço Marques, e o contracto Burnay?

Ha-de ter paciencia sr. conselheiro, já que nos provocou, ha-de ouvir o que era melhor guardar no esquecimento.

XVI

«A *Gazeta de Lisboa* e todos os folhetos d'aquella epocha esfalfaram o vocabulario dos caes, das ribeiras e dos alcoices para extrahirem os qualificativos com que nos mimoseavam.»

Thom. Rib. pag. 77.

Ha poucos livros tão levemente escriptos, como aquelle que estamos analysando. Nem se julgue immerecida a qualificação pelos creditos de litterato que o auctor gozava, e que não perderia, se dos amenos campos da poesia não passasse para os da historia, deixando-se inspirar não pela verdade, mas pela mais desenfreada paixão partidaria.

Quando assim qualificamos o livro do sr. Thomaz Ribeiro, levamos em vista salvar o auctor de qualificativos, que abundantemente lhe distribuiriam criticos menos indulgentes.

Não ha homem que não cometta erros, nem partido que não tenha de que se arrepender; esta é a verdade.

Escreva-se pois a historia, narrando com fidelidade os actos de cada um dos partidos, e não nos faltará infelizmente que arguir uns aos outros.

Mas, narrem-se exactamente os factos, e não venha agora a calumnia, depois a insinuação perfida, substituir a verdade.

Atreve-se o sr. Thomaz Ribeiro a fallar nos *qualificativos*, com que a *Gazeta de Lisboa* mimoseava os adversarios do Senhor Dom Miguel! A resposta a esta arguição é simples.

Chamava-se *Gazeta* a folha official do campo legitimista, os liberaes denominavam *Chronica* a sua folha official. A bibliotheca publica possui exemplares de uma e outra.

O sr. Thomaz Ribeiro, que escreve, mas não prova, não se dá por isso ao trabalho de nos apontar ao menos um documento offi-

cial, publicado na *Gazeta*, em que o Sr. D. Pedro ou sua augusta filha não fossem tratados com o respeito devido ao seu nascimento; poder-nos-ha sua ex.^a dizer o mesmo em relação á *Chronica*?

Quando o Senhor Dom Miguel fallava de seu irmão ou de sua sobrinha, dizia sempre:

«Meu augusto irmão o imperador do Brazil, minha augusta sobrinha a princeza do Grã-Pará.»

Quando o sr. D. Pedro fallava de seu irmão denominava-o usurpador ou tyranno, nem era mais attenciosa, ou respeitadora de seu tio, a sr.^a D. Maria da Gloria.

Ha um facto que não sabemos se o sr. Thomaz Ribeiro conhece, e por isso lh'o vamos contar:

Sua ex.^a naturalmente sabe que o seu heroe fazia annos no dia 12 d'outubro; pois bem, n'esse dia em 1832, (note-se que já estava no Porto o sr. D. Pedro) o camarista de semana, que era o sr. marquez de Alvito, apresentou-se no paço de pequeno uniforme, o Senhor Dom Miguel extranhou severamente esta falta, dizendo ao seu camarista:

«Não sabe que dia é hoje, marquez? Vá-se vestir convenientemente.»

E o marquez de Alvito foi vestir o grande uniforme e voltou então a desempenhar as funcções de seu cargo.

O dia 26 de outubro mereceria eguaes considerações ao sr. D. Pedro ou a sua filha?

Podíamos citar alguns factos, tanto da ilha, como depois do desembarque do Mindello, para pro-

var que a distincção d'esse dia era dar mais alguma punhalada nos miguelistas.

Não vem fóra de proposito este confronto do anniversario natalicio do sr. D. Pedro com o do Senhor Dom Miguel, e sem perguntarmos ao sr. Thomaz Ribeiro em qual dos paços se conservava mais o respeito da familia, voltaremos á *Gazeta*, que o sr. Thomaz Ribeiro cita com a consciencia do costume.

Dissemos que na Bibliotheca Publica existem exemplares da *Gazeta* e da *Chronica*, agora pediremos aos homens imparciaes que consultem aquellas duas folhas e nos digam se somos nós que fallamos verdade ou se é o sr. Thomaz Ribeiro.

Os partidos costumam qualificar-se reciprocamente por modo desagradavel, o que é decerto para condemnar; mas quem segue tanto este mau costume, como o sr. Thomaz Ribeiro, não tem direito de o estranhar nos outros.

Nas linhas, que pomos por epigraphie a este artigo figura o sr. Thomaz Ribeiro TODOS os escriptores legitimistas frequentando as ribeiras e os alcouces, ora ainda quando sua ex.^a por lá encontrasse um ou outro, fazer a accusação extensiva a todos, é mais que uma falsidade, é uma calumnia.

Queixa-se dos legitimistas chamarem aos liberaes cacarras e malhados, mas não diz que os liberaes chamavam aos miguelistas burros e caipiras.

E agora vamos n'este ponto machucar a fofice do autor do livro *D. Miguel e sua realzeza*, com cre-

mos ter já feito em todos aquelles a que temos respondido.

Diga-nos, sr. Thomaz Ribeiro, de que lado foi a iniciativa, pois é inquestionavelmente muito mais culpado do que o adversario!

Vamos precisar mais a pergunta:—Diga nos, antes dos liberaes chamarem carcundas aos realistas, com que qualificativo eram aquelles denominados por estes?

Foi apanhado, sr. Thomaz Ribeiro, e ha-de isso acontecer-lhe sempre que escrever com a consciencia, mas que escreveu o seu ultimo livro.

O primeiro qualificativo politico foi o de carcundas, com que os liberaes designaram os realistas.

Era este um dos pontos em que o sr. Thomaz Ribeiro não devia ter tocado; não diremos já por consciencia, mas por conveniencia: n'este ajuste de contas a vantagem está do lado dos legitimistas.

A decencia não permite que homens bem educados repittam uns aos outros as estrophes injuriosas, que em altos berros os soldados de D. Pedro cantavam publicamente, sendo muitas vezes ouvidos pelos commandantes e pelo proprio D. Pedro; já se vê que as não podemos publicar. Mas, para remate d'este artigo sobre os qualificativos, diremos que n'aquellas estrophes era calumniada com os termos mais infames e com as mais torpes invenções, sabe quem, sr. Thomaz Ribeiro? A mãe do imperador!

E D. Pedro ouvia, e, se não gostava, pelo menos calava-se, por que sabia que insultar aquella Augusta Senhora era insultar o Senhor Dom Miguel, que, para em

nada se parecer com seu irmão mais velho, até soube sempre respeitar seus paes.

XVII

Ipsa dixit.

Sempre supposemos que a legitimidade dos reis de Portugal dependia, unica e exclusivamente, do direito publico portuguez; convem, porém, mais ao sr. Thomaz Ribeiro dirivál-a da auctoridade, e por isso robustece o seu direito publico constitucional com *auctoridades maiores de toda a excepção*, para provar a illegitimidade do Senhor Dom Miguel.

Imaginou-se, cremos nós, novo Pithagoras, e julgando que ninguém se atreveria a discutir com elle, amontuou em um grosso volume quanto lhe pareceu convir á sua politica e mandou o livro correr mundo, esperando ouvir por toda a parte um respeitoso: *Foi o mestre quem o disse!*

Não lhe aconteceu porém assim, ao passar pela alfandega do Bem-formoso, desconfiaram os guardas que aquelle volume continha contrabando, abrirem-n'o e não se enganaram.

Verificado este, declararam boa a presa; e se a principio achavam o volume grande, depois só admiravam a quantidade de contrabando alli contido.

Contrabando por grosso, e de toda a especie: historia de contrabando, legislação de contrabando, auctoridades de contrabando; logica de contrabando; era um louvar a Deus!

Verificado o crime, seguia-se a

necessidade de castigar o delinquente: seja exposto ao publico, decidiram, applicando-se-lhe de espaço a espaço uma pequena correção. E a sentença está-se executando.

Na questão das auctoridades, começaremos por dizer ao sr. Thomaz Ribeiro que o ponto controvertido estava pouco estudado, e que sendo assim, não admira houvesse, quem de boa fé suppozesse ser o sr. D. Pedro o soberano legitimo de Portugal, por ser o filho mais velho do sr. D. João VI.

Alem disso, começava a dominar na Europa a nefasta doutrina dos factos consummados, e como em Lisboa se estabeleceu, logo depois de morto o sr. D. João VI, a regencia da sr.^a D. Izabel Maria em nome do sr. D. Pedro, os governos não podiam reconhecer rei o Senhor Dom Miguel, estando ainda no exilio.

Assim se explica o tratamento de alteza dada pelo imperador d'Austria, em duas cartas que escreveu áquelle Augusto Senhor, datadas de 4 de abril de 1826, cartas a que o sr. Thomaz Ribeiro, á falta de melhores documentos, liga summa importancia: assim se explica a carta de D. Fernando VII ao sr. D. Pedro, tractando-o como rei de Portugal, e a que o mesmo soberano escreveu á sr.^a Infanta Regente.

Cita depois um periodo de uma carta que diz escripta pelas Sr.^{as} Infantas D. Maria Thereza e D. Maria Francisca a Joaquim Severino Gomes, dizendo que o seu parecer era que a regencia de Portugal devia antes de mais nada representar ao mano Pedro, expondo:

«Vossa Magestade é o nosso Rei e Senhor, e como tal o proclamamos, mas não podemos deixar de representar a V. M. que a nação portugueza conhece a immensidade de males que lhe causou o ignominioso tempo em que esteve dominada pelos constitucionaes: assim o que quer é que V. M. a governe do mesmo modo que a tem governado seus antecessores; pois isto é o que as suas consciencias lhes dictam, e só d'este modo pôde receber a V. M. como seu Rei e Senhor. Ficam esperando resposta de V. M. para saber se demitte ou não o reino, pois no caso affirmativo chamarão o Sr. «D. Miguel.»

Não pudémos resistir á tentação de transcrever este periodo; é magnifico. E o sr. Thomaz Ribeiro dá-lhe tanta importancia, que o imprimiu em normando! Isto diz-nos a falta de provas e argumentos que ha por lá.

Mas, já que o transcrevemos, sempre lhe faremos algumas observações.

Primeiramente diremos que nos é licito duvidar da authenticidade do documento; tem todo o sabor a apocriphe, pois está em completa divergencia com todos os actos de suas Altezas, e a circumstancia de ser extrahido dos *Apointamentos para a historia diplomatica de Portugal* não é bastante para lhe dar authenticidade.

Mas, supponhamos que é authenticico, supponhamos que Suas Altezas escreveram aquella carta, que outra coisa pôde d'ella concluir o sr. Thomaz Ribeiro, senão que aquellas Senhoras, por terem o mau gosto de preferirem a velha con-

stituição da monarchia ás innovações revolucionarias, queriam, inspiradas pelo amor á terra onde nasceram, livrar-nos da carta e suas funestas consequências?

Mas, não amarguremos o gosto que o sr. conselheiro teve, quando descobriu nos taes *Apontamentos* aquelle famoso documento; supponhamos que não é apocripho, supponhamos que é um reconhecimento explicito dos direitos do sr. D. Pedro, que conclue d'aqui, sr. Thomaz Ribeiro?

Ficará em frente d'este documento o sr. D. Pedro com mais direitos, e o Senhor Dom Miguel com menos?

Teriam aquellas Augustas Senhoras o direito de dar e tirar direitos?

Como é facil defender a verdade!

Em cada pagina do livro do sr. Thomaz Ribeiro encontramos nas proprias palavras de s. ex.^a a demonstração dos nossos principios e a refutação do que o auctor com tanto empenho pretende defender, pois que os seus argumentos e documentos ou não dizem nada, ou são contraproducentes ou cáem pelo ridiculo.

A carta das Senhoras Infantas, ou a Suas Altezas attribuida, está n'este caso.

E não obstante, depois de transcrever o periodo, de que acabamos de dar conhecimento aos nossos leitores, o sr. Thomaz Ribeiro, muito senhor de si, pergunta aos seus meninos: «Haverá mais solemne reconhecimento?» Diz muito bem, sr. conselheiro; depois disto cairam por terra todas as duvidas, e nada admira senão, que haja ainda quem

duvide de que, na falta do imperador de Marrocos ou do bey de Argel, o reino de Portugal pertence de direito ao imperador do Brazil. E aqui terminam as provas, filhas da auctoridade que o sr. conselheiro andou mendigando lá por fóra, quasi com tanta solicitude como o imperador do Brazil e os seus delegados andaram pelas tabernas da Inglaterra, da França e da Belgica, procurando defensores para essa mesma legitimidade, tão *sympathica* e tão *geralmente* reconhecida em Portugal.

E, uma vez que se tracta da auctoridade dos estrangeiros a favor da legitimidade do sr. D. Pedro e da sua dynastia, lembraremos ao erudito escriptor uma auctoridade de peso, que de certo esqueceu a s. ex.^a. Com isto não pertendemos irrogar-lhe censura; conhecemos que nem tudo póde occorrer ao escriptor, por mais versado que seja na historia da epocha que descreve, e por melhores e mais auctorizadas que sejam as fontes que consulte. Julgamos até que tambem se não lembron da auctoridade, a que nos referimos, o auctor dos *Apontamentos para a historia diplomatica de Portugal*, que tão bons creditos tem na escola em que está filiado o sr. Thomaz Ribeiro.

Mas, que auctoridade é essa? Parece-nos que com impaciencia nos pergunta o sr. Thomaz Ribeiro.

Já vamos satisfazer a curiosidade de s. ex.^a: a autoridade a que nos referimos é um inglez respeitavel e temivel. Respeitavel pelo seu nome, temivel, porque á sua voz respondiam seis mil boccas de

fogo, proclamando a legitimidade de D. Pedro e levando a *convicção* aos peitos mais descrentes.

Chamava-se CLINTON.

XVIII

Não foi, como fizemos vêr no artigo antecedente, muito feliz o sr. Thomaz Ribeiro nas suas digressões pela Europa, á procura de auctoridades contra a legitimidade do Senhor Dom Miguel; mas porque promettemos acceitar o desafio em todo o campo, onde nos fosse offerecido pelo illustre estadista, tambem iremos bater ás portas de alguns estrangeiros para lhes perguntar a quem pertencia a corôa de Portugal, depois do dia 10 de março de 1826.

Não ignora de certo o sr. Thomaz Ribeiro o modo como o conde Alberdeen encarava a questão portugueza, nem onde elle cria estar a legitimidade, como não ignora de certo que elle punha o reconhecimento do Senhor Dom Miguel pela Inglaterra, unicamente dependente da amnistia. E que a opinião do conde Aberdeen não valia menos que qualquer das que cita o sr. Thomaz Ribeiro é inquestionavel.

Da França, e na epocha a que se refere o sr. Thomaz Ribeiro, falla-nos Nuno Barbosa de Figueiredo, auctoridade que s. ex.^a não pôde regeitar, por ser aquelle cavalleiro o agente diplomatico do partido constitucional.

Em 31 de julho de 1828, escrevia elle de Paris ao então Marquez de Palmella:

«Já em consequencia da recommendação do sr. visconde de Ita-

bayana, eu tinha conferenciado com o sr. de Ferronnays ácerca das fieis tropas portuguezas, que depois da catastrophe do Porto, poderam abrir-se caminho até Hespanha.

«Sinto dizer a v. ex.^a que encontro este ministro muito menos disposto do que eu esperava, a chamar a attenção do seu governo sobre a infeliz posição das sobreditas tropas, illudindo quanto poudes a minha proposta, de se procurar decidir a côrte de Madrid, a deixar embarcar aquelles leaes portuguezes para qualquer ponto fóra do territorio pespanhol.»

E em uma outra correspondencia em que o mesmo diplomatico dá parte dos esforços que fez em vão, para que o governo francez declarasse que não reconhecia o bloqueio dos Açores, diz:

«A' vista d'isto não nos pôde restar a menor duvida de que esta côrte se acha de mãos dadas com a Inglaterra ácerca dos negocios de Portugal.»

E a côrte de França, menos exigente que a da Inglaterra, teria reconhecido o Senhor Dom Miguel até sem a clausula da amnistia, se Hyde de Neuville, por motivos particulares, se não tivesse de amigo convertido em inimigo d'aquelle Senhor, fazendo-lhe no parlamento crúa guerra, que, se não levou Carlos X a reconhecer o Sr. D. Pedro, teve pelo menos a força de lhe paralisar a acção.

O reconhecimento das nações pôde valer de muito para a questão de facto, para a questão de direito nada vale, como o prova o reconhecimento de Luiz Filippe, por todas as nações, o reconhecimento

de Napoleão, o reconhecimento de Victor Manuel e de Humberto, o reconhecimento da Sr.^a D. Izabel e de seu filho, o reconhecimento de Amadeu, e não sabemos quantos mais.

Todavia, sempre notaremos que a queda de Carlos X e a morte de Fernando VII, foram as causas verdadeiras que determinaram o triste fim que teve a nossa guerra civil. Ora, se a illegitimidade do Senhor Dom Miguel estivesse tão provada, como o sr. Thomaz Ribeiro pretende fazer acreditar aos seus innocentes leitores, como se explica ser a sua proscricção de Portugal determinada pela queda da legitimidade franceza e da legitimidade hespanhola?

Se a legitimidade da dynastia da carta está tão comprovada, porque se fazem pallidos os cartistas quando se lhe apresenta a idéa de que Henrique V ha-de ser Rei de França, de que Carlos VII ha-de imperar em Hespanha?

Mas, não nos affastemos do nosso ponto, n'este capitulo queremos unicamente contrapor ás auctoridades estrangeiras, que o sr. Thomaz Ribeiro foi chamar em defeza da legitimidade do Sr. D. Pedro, algumas auctoridades estrangeiras em defeza da legitimidade do Senhor Dom Miguel.

Para mostrar ao sr. Thomaz Ribeiro qual era n'aquella epoca a opinião da familia real franceza e da aristocracia d'aquelle paiz a respeito da legitimidade portugueza, de uma carta escripta de Paris pelo marquez de Palmella ao marquez de Barbacena, transcreveremos as seguintes linhas:

«Encontro n'este paiz toda a

gente disposta a nesso favor, menos a que habita as Tulherias e faubourg Saint Germain.»

Mas quer mais votos estrangeiros a favor da legitimidade do Senhor Dom Miguel? Offerecemos-lhe os nomes do general conde de Bourmont e de muitos outros distinctos legitimistas francezes, que depois da revolução de julho vieram offerecer as suas espadas ao Senhor Dom Miguel.

E note o sr. Thomaz Ribeiro que estes não foram *engajados* (sua ex.^a não leva a mal o gallicismo) não vieram cá fazer fortuna, vie. am, soldados da legitimidade, defender este principio em Portugal, onde o viam atacado pela revolução.

O sr. Thomaz Ribeiro talvez nos saiba dizer o que vinha fazer á Europa o barão de Santo Amaro, quando a revolução de julho o fez sobreestar no desempenho das ordens que trazia. E' uma simples curiosidade, e unicamente para responder áquelles que affirmam que, não receiando n'aquella epoca o sr. D. Pedro ser posto fóra do Brazil e conhecendo pelos factos os poucos elementos de que a revolução podia dispor em Portugal, se resolvera a reconhecer os direitos de seu Augusto Irmão.

Já se vê que, não possuindo nós documento, com que possamos provar isto, apenas o narramos como um boato. Deus perdoe ao marquez de Rezende que em um *auto de fé* entregou ás chammas as credenciaes de que era portador o barão de Santo Amaro e com ellas muitos outros documentos importantes para a historia da epoca, de que nos occupamos.

Mas ponhamos de parte o que não podemos provar, para fallarmos do que está provado ou prova.

Logo que chegou a Portugal a carta de alforria que o sr. D. Pedro dava a estes escravos brancos, que possuia cá no sul da Europa, e com este presente de valor inapreciavel a promessa de um outro, que não provava menos a generosidade do seu magnanimo coração, a promessa de que tambem nos mandaria sua augusta filha, este povo de ingratos mostrou-se incommodado com o primeiro, e ansioso de dispensar o segundo. As manifestações contra o presente e contra a promessa não se fizeram esperar. Uma parte dos nossos fieis soldados, preferindo a emigração a servirem um rei estrangeiro e a obedecerem a uma lei estrangeira, entraram em Hespanha; o modo como alli foram acolhidos, comparado com a recepção que dois annos depois tiveram os partidarios de D. Pedro, quando batidos pelo general Povoas fugiram para aquelle paiz, prova muito mais do que a carta que Fernando VII escreveu ao sr. D. Pedro.

Terminaremos este artigo indo consultar o voto das pessoas competentes.

Os soberanos legitimos, que estão pela revolução privados dos seus reinos, são de certo os juizes mais competentes n'esta questão. O seu proprio interesse os leva a fazer causa com os outros representantes da legitimidade; pois bem, consultemos os magnificos jornaes que a legitimidade tem em

Hespanha, na França e em Napoles, e nenhum d'elles dirá que o sr. D. Pedro era, em 1826, o herdeiro legitimo do Senhor Dom João VI.

Ainda ha pouco, dando noticia do privilegio de *exterritorialidade* concedido pelo imperador da Austria ao Senhor Dom Miguel, o *Univers* dizia que este Principe é filho de Dom Miguel primeiro, e a *Union* dizia que o privilegio tinha sido concedido a Dom Miguel segundo.

E note mais o sr. Thomaz Ribeiro, ambos os jornaes chamam ao Senhor Dom Miguel Duque de Bragança, o que é mais para notar porque nem Elle usa d'este titulo, e Seus Augustos Paes tambem nunca o usaram.

Entende o que isto quer dizer sr. conselheiro?

Mas toda esta argumentação para nós é desnecessaria; temol-a empregado apenas para acompanhar o sr. Thomaz Ribeiro nas suas divagações.

A legitimidade do Rei de Portugal não depende das opiniões dos estrangeiros, como não depende do chistoso direito publico constitucional do sr. Thomaz Ribeiro; a legitimidade do Rei de Portugal depende da lei fundamental da monarchia, consultem-se as côrtes de Lamego, Coimbra e Lisboa, e ellas responderão quem ficou sendo Rei legitimo de Portugal por morte do Senhor Dom João VI.

XIX

Que duvidas se suscitaram em Portugal sobre quem era, á morte de D. João VI, o legitimo herdeiro e successor da corôa de Portugal? Nenhumas.

Thom. Rib. pag. 96.

Nenhumas, repetimos nós com o sr. Thomaz Ribeiro; porque ainda os menos sabidos de nossas leis e foros não ignoravam que o sr. D. Pedro tinha n'aquella epocha perdido os direitos; que a primogenitura lhe dava; por ser réo de lesa-majestade, Ordenação do Reino liv. V. Tit. VI; por ter usado de armas contra El-Rei e a Nação, Cortes de Coimbra de 1385; por se ter declarado estrangeiro, tractado de 29 de agosto de 1825, Constituição do Brazil, Tit. 2.º e 5.º Cap. 2.º art.º 104, e Cap. 4.º art.º 119.

Que mais era necessario para que se não suscitassem duvidas sobre quem era o legitimo herdeiro e successor da corôa de Portugal?

E todavia pôde mais a traição, auxiliada pelas bayonetas e esquadras estrangeiras, do que o direito! Cedendo por fim a força do direito ao direito da força!

No nosso penultimo artigo citamos o general Clinton, e porque alguns dos nossos leitores talvez não conheçam este nome, ou por serem menos lidos na historia dos ultimos sessenta annos, ou porque a tenham estudado nos compendios coordenados para illudir o povo,

diremos agora que assim se chamava o general inglez que ali esteve á frente de seis mil homens, na regencia da Senhora Infanta D. Isabel Maria, para sustentar a *legitimidade* do sr. D. Pedro, contra a legitimidade do Senhor Dom Miguel.

Só este facto prova exuberantemente que em Portugal não podia a camarilha, sem o auxilio das armas estrangeiras, sustentar os pretendidos direitos do Imperador do Brazil.

E por fallarmos na visita, com que nos honrou o general Clinton, para provar que em Portugal *ninguém* duvidava da legitimidade do Imperador do Brazil, não vem fóra de proposito recordar que o *immortal* dador da carta, para pôr pé em Portugal, se fez acompanhar de alguns milhares de francezes, *inglezes*, belgas e polacos, não porque *necessitasse* de taes auxilios quem era tão *estimado* em Portugal, mas para que os estrangeiros viessem admirar a *gratidão*, que os portuguezes lhe votavam, pelas altas *mercês* d'elle recebidas; e para que fosse mais conhecida da Europa esta *popularidade*, vieram ainda, em 1834, ás ordens do general Rodil 12.000 hespanhoes, vieram as esquadras franceza e inglesa.

Estes factos que o sr. Thomaz Ribeiro não pôde negar, provam que se em 1826 havia muito quem duvidasse da legitimidade do imperador do Brazil, nem a divisão Clinton, nem os batalhões estrangeiros, nem a promessa de que os bens da Igreja pagariam as traições, nada disso trouxe aos portuguezes a convicção da legitimidade

do sr. D. Pedro, e tanto assim que, sendo ainda pouco a mais decidida protecção moral, que tres nações lhe deram durante a lucta, foi preciso para esta terminar invasão do general Rodil, e a acção das esquadras franceza e ingleza.

Ha um facto mais moderno, que prova que os descrentes da legitimidade do sr. D. Pedro e seus descendentes não acabaram em 1834.

Um valido provocou em 1846 uma revolução. Com egual enthusiasmo e com o valor com que os portuguezes sabem sempre defender as bandeiras que seguem, corriam ás armas de um lado os cabralistas e do outro os setenabristas, a lucta tomára proporções sérias. Os primeiros eram commandados pelo marechal Saldanha, os segundos pelo conde das Antas, e parecia decidir-se a sorte a favor deste, quando uma batalha infeliz, fazendo-o perder em Torres Vedras mais de metade da sua divisão, o forçou a retirar-se sobre o Porto, julgando-o todos perdido.

N'estas circumstancias a Junta do Porto recorreu aos legitimistas, e sem vir para aqui dizer o que tractara com os seus chefes, ou quaes as esperanças que estes conceberam, é facto que uma parte do partido legitimista se uniu ao exercito commandado pelo conde das Antas. O resultado sabe-o o paiz: a filha do dador teve que implorar o auxilio dos estrangeiros; o general Concha entrou em Portugal á frente de uma brilhante divisão hespanhola; a esquadra ingleza aprisionou a esquadra da Junta do Porto, e uma força de desembarque, que ella conduzia

commandada pelo general conde das Antas; e a esquadra franceza veio para o Tejo, limitando a isso as suas operações, porque mais não foi preciso.

A consequencia foi a convenção de Gramido, celebrada em 1847, determinando as tres potencias conservar a sr.^a D. Maria da Gloria, no throno de Portugal, que lhe tinham dado em 1834.

Quer dizer que ainda em 1847 havia quem duvidasse da legitimidade do sr. D. Pedro e sua dynastia, como hoje ha e haverá; por que se fosse possivel conservar-se ella em Portugal até se extinguir a presente geração, ficariam os nossos filhos, e os filhos de nossos filhos, que diriam como os soldados de Almacave:

«Nós somos livres, e não queremos que o nosso reino esteja em mãos de estrangeiros.»

Fizemos este pequeno retrospecto para mostrar ao sr. Thomaz Ribeiro que ou está enganado, ou pertende enganar os outros, quando se atreve a affirmar que em Portugal não havia quem duvidasse da legitimidade do sr. D. Pedro.

E depois de tão extraordinaria affirmacção, continua o sr. Thomaz Ribeiro:

«Pedimos a maior attenção para os nomes dos que citamos a depôr n'esta justificação, a que não chamamos—pleito—á falta de impugnadores.»

Vemo-nos novamente forçados a lembrar ao sr. Thomaz Ribeiro que não está escrevendo o *D. Jayme*,

onde tem a plena liberdade da invencção; está escrevendo historia, e em frente de homens que lhe não deixarão passar impunemente as cerebrinas concepções, com que pretende esconder a verdade, no interesse do senhor a quem serve.

Quer o sr. Thomaz Ribeiro chamar *justificação* ao que vac escrever sobre a legitimidade do sr. D. Pedro, não escolheu bem o termo, se olhar para a ethimologia; mas deixal-o-hemos passar por estar admittido, ainda que mal, chamar o patrono *justificação* áquillo que diz a favor do seu cliente; mas o que não podemos admittir é dizer que não lhe chama pleito á falta de impugnadores.

Teve-os e tantos que se póde quasi dizer que encontrou um em cada portuguez.

Mas vamos confrontar as datas, não façamos poesia em vez de historia.

No dia 19 de julho de 1826 publicava a folha official, *Gazeta de Lisboa*, o decreto para o juramento da carta constitucional e no dia 31 d'esse mesmo mez o regimento de infantaria n.º 17 e o de cavallaria n.º 2, acompanhados por grande numero de paizanos proclamam, como successor do Senhor D. João VI, o Senhor Dom Miguel Primeiro.

Esta força, commandada pelo distincto general Maggessi, prestou em 22 de setembro de 1826 o seguinte juramento:

«Juro manter e defender os direitos da legitimidade do Senhor «Rei de Portugal e dos Algarves «Dom Miguel Primeiro, Nosso Senhor, e de a sustentar com risco

«da minha vida, derramando todo «o meu sangue para fazer valida e constante a aclamação «que fiz do mesmo Senhor Rei, e «da regencia de Sua Augusta Mãe, «a Imperatriz Rainha Nossa Senhora, durante a ausencia de Sua «Magestade, o Senhor Rei Dom «Miguel, no dia 31 de julho do presente anno.»

Este juramento está assignado pelo general Antonio Tavares Maggessi de Carvalho, pelo seu ajudante general D. João d'Abreu da Silva Lobo, pelos commandantes e officialidade de cavallaria 2 e infantaria 17, por muitos officiaes de milicias e ordenanças, e paizanos.

Ao mesmo tempo era o Senhor Dom Miguel proclamado Rei em Traz-os-Montes pelos regimentos 11 e 24 de infantaria e caçadores 7, commandados pelo marquez de Chaves e pelo visconde de Monte Alegre.

Em muitos outros pontos do reino se manifestava o espirito publico favoravel ao Senhor Dom Miguel, e apezar da dedicação e prestigio do general Saldanha, e das vantagens que sempre tem um governo constituido, o povo protestava por tal sorte contra o imperador do Brazil e suas deditas, que não só foi necessario vir a divisão Clinton, mas vir com tal pressa, que o marquez de Palmella diz, em um officio publicado na *Gazeta de Lisboa* por extracto:

«Vão partir de Inglaterra para Lisboa immediatamente cinco batalhões de infantaria, sem esperarem pela cavallaria e artilheria.»

XX

Determinou o sr. Thomaz Ribeiro aniquilar nos completamente; e por isso, não contente com o valioso testemunho dos estrangeiros a favor da legitimidade do imperador do Brazil, vae agora recorrer a testemunhas portuguezas, que declara maiores de toda a excepção.

As primeiras que chama a depôr são os membros da regencia, residida pela Senhora Infanta Dona Izabel Maria.

A esta regencia liga o sr. Thomaz Ribeiro extraordinaria importancia; e assim como nós, os legitimistas, vamos buscar a origem do nosso direito publico ás côrtes de Lamego, o illustre campeão da dynastia brasileira deriva o seu direito publico constitucional do decreto de 6 de março de 1826, que creou a regencia, que entregou Portugal ao imperador do Brazil.

Antes de apreciar os depoimentos que o sr. Thomaz Ribeiro apresenta como justificação, phrase de sua ex.^a, da legitimidade da dynastia brasileira, fallemos da regencia.

Ha tempos perguntámos ao sr. conselheiro procurador geral da fazenda, onde existia o authographo, note bem sua ex.^a, do decreto de 6 de março de 1826, e porque não obtivemos resposta, fazemos agora a mesma pergunta ao sr. Thomaz Ribeiro.

Naturalmente tambem não responde, e faz mal, porque o seu silencio vem corroborar o que muita gente diz: o authographo não existe, porque o decreto foi fabricado já depois de morto o Senhor Dom João VI.

Nem esta asserção fica destruida por ter o decreto a data de 6 de março e a morte d'aquelle Augusto Senhor ser *publicada* em 10 d'aquelle mez.

Geralmente se dizia ter El-Rei morrido antes de lavrado o decreto; e que para dar a este uma apparencia de legalidade, isto é, para illudir o povo, se occultara aquelle triste acontecimento até ao dia 10. E o estado de decomposição em que já estava o corpo de S. M., quando morreu oficialmente, dava força a esta supposição.

Não temos, porém, provas do facto, e por isso apresentando-o apenas como boato, mas geralmente acreditado n'aquella epocha, insistimos pedindo ao sr. Thomaz Ribeiro, como já o fizemos ao sr. Mártens Ferrão, nos diga onde existe aquelle precioso authographo.

E porque o Sr. D. Pedro, depois que os revolucionarios de toda a Europa, e o ouro d'alguns usurarios lhe abriram as portas da capital, foi a S. Vicente de Fóra e ousou escrever sobre o mausoleu de seu pae:

«Um filho Te assassinou,
Outro filho Te vingará.

«29 de julho de 1833.

D. Pedro.»

Faremos algumas reflexões sobre este escandalo, pois de outro modo não pôde ser qualificada a ousadia, com que o principe rebelde, o filho ingrato profanou aquelle logar digno de tanto respeito, e novo Caim, já que não podia as-

sassinar seu Augusto Irmão, quiz assassinar-lhe a honra.

Mas, permittiria Deus que o Sr. D. Pedro, tentando caluniar o Senhor Dom Miguel, fizesse a confissão do seu crime e talvez uma prophesia? Póde ser.

A *Historia Contemporanea*, que o sr. Thomaz Ribeiro tão frequentemente cita, diz a este respeito:

«Ao julgarmos *assassinato phisico*, nenhum dos filhos existia em «Portugal, na occasião da sua morte.

«Se, pelo *lado moral*, nenhum «dos filhos lhe deu mais desgosto, «do que aquelle que sendo Logar «tenente, se fez imperador, procla- «mando a independencia do melhor «dos seus estados.»

Diz muito bem a *Historia Contemporanea*, o Senhor Dom Miguel nunca deu desgostos a seu Augusto Pae; libertou-o do jugo que a revolução lhe impozera em 1820, e quiz no dia 20 de abril livrar-o dos inimigos que o cercavam, mas o infeliz monarcha acreditou mais a traição do que a tão provada fidelidade de seu filho, e foi victima d'essa desgraça.

Pelo contrario, o Sr. D. Pedro fez que seu pae baixasse á sepultura saturado de desgostos e victima, segundo se diz, dos amigos do imperador do Brazil, de que o Senhor Infante o quiz libertar, mas a que a diplomacia, ou antes a maçonaria, o sacrificou.

Como já dissemos, ninguem n'aquella epocha acreditou que o Senhor Dom João VI tivesse morrido no dia 10 de março, assim como geralmente se affirmava ter S.

M. sido envenenado, não faltando quem dissesse ter sido um dos medicos da sua real camara o executor da sentença, que contra elle lavrou a maçonaria, logo que soube que S. M. estava resolvido a fazer recolher ao reino o Senhor Infante.

Ainda hoje vive alguém que ouviu o Senhor D. João VI dizer:

«Vou mandar vir o Miguel.»

Poucos dias depois, o bondoso monarcha deixava de existir!!

Conta-se a este respeito uma anecdota, que não podemos documentar, mas que repetiremos como ouvimos a pessoa de todo o respeito.

Um dia, estava então El-Rei em Mafra, o medico a que acima nos referimos, dirigiu-se ao cosinheiro dizendo-lhe:

«Sabe, F., El-Rei está muito doente... e o peor é estar teimoso em não tomar remedios, você podia, n'estas circumstancias, fazer um importante serviço a S. M. e ao paiz: era ministrar-lhe no caldo os remedios que eu lhe fornecesse.»

O honrado cosinheiro recusou-se horrorizado. Pouco depois caía na indiscrição de acceitar um copo de vinho do Porto. E' desnecessario dizer o resultado; o que, porém, se não deve deixar de dizer é que o pobre homem tres horas depois de morto estava enterrado. Tal era o empenho, que tinha a seita, de enterrar com o cadaver do pobre cosinheiro o maravilhoso effeito d'aquelle copo de vinho, e o *escandalo* d'elle se ter recusado a prestar

a El-Rei o *serviço*, que, dias depois, algum lhe prestou.

Fosse como fosse, o que geralmente se acreditou foi ter sido envenenado o Senhor Dom João VI, como se acreditou que o decreto da regencia fôra lavrado depois de morto aquelle Augusto Senhor.

O Bispo de Vizeu, o sr. D. Francisco Alexandre Lobo, no seu opusculo sobre a vida do duque de Cadaval, D. Nuno Caetano Alvares Pereira de M. llo, diz ter razões para crer que não deixou de ter motivo o afirmar-se ter El-Rei morrido antes do dia 10 de março, e depois continúa: «O certo é que sobre a molestia ultima d'El-Rei e suas circumstancias pendeu uma nuvem de mysterio, que a poucas pessoas permittiu ver bem claro, e o certo é, que o que se seguiu precisava, n'aquella occasião, de resguardos e precatos, que na verdade se tomaram e que deviam dar azo a rumores varios, e auctorisavam suspeitas.»

Ha uma coincidência notavel, um dos medicos da camara, logo que S. M. morreu partiu para o Rio de Janeiro, e foi o primeiro a levar esta noticia ao sr. D. Pedro. Foi muito bem recebido no Rio de Janeiro e mandado regressar immediatamente a Lisboa para continuar os seus trabalhos.

Se o Senhor Dom João VI foi morto por um dos filhos, como affirma o sr. D. Pedro, é inquestionavel que o parricida não foi o Senhor Dom Miguel, que no enesejo estava longe e bem longe de Portugal, não podia fazer executar a morte pelos seus amigos, todos afastados então da côrte, pois que S. M. estava cercado unica-

mente pelos amigos do sr. D. Pedro.

Ha tambem uma coincidência que o historiador deve aproveitar, no Rio de Janeiro espalhou-se a noticia da morte de El-Rei, alguns dias antes d'ella se realizar, o que não faltou quem explicasse dizendo que circumstancias talvez imprevistas obstarão a que o funebre acontecimento tivesse logar no dia determinado.

Mas faria o sr. D. Pedro uma prophesia quando sobre o tumulo de seu augusto pae escrevia: *Outro (filho) te vingará?* Talvez.

Morreu o Senhor Dom Miguel Primeiro, mas felizmente deixou um filho capaz de cumprir esta parte da prophesia. Não derramando sangue, que não é vingança para ser exercida por Principe tão illustrado e tão christão; mas libertando a Casa de Bragança e a nação da escravidão, a que os sujeitou a revolução, fomentada e capitaneada pelo filho primogenito do Senhor Dom João VI.

Desculpe-nos o leitor a digressão, que fizemos para lhe contar o que na occasião se disse ácerca da morte do Senhor Dom João VI; e agora, insistindo no nosso pedido ao sr. Thomaz Ribeiro ácerca do anthographo que creou a regencia de 6 de março de 1826, passaremos a fallar d'esta e seus actos.

XXI

Mons parturiens.

Vão agora fallar por nós os documentos.

Thom. Rib. pag. 97.

Quem ler isto, escripto por um

homem que ainda ha pouco tempo foi ministro de estado, e que entre os defensores da dynastia brazileira occupa um dos primeiros logares, espera naturalmente encontrar uma serie de documentos, corroborando uns os outros, e concluindo todos elles por demonstrar que o imperador do Brazil era o legitimo rei de Portugal, em 10 de março de 1826.

Pois está completamente enganado! Os documentos apresentados pelo sr. Thomaz Ribeiro nada provam.

O primeiro, é a mensagem enviada pela regencia ao imperador de Brazil.

Esta mensagem diz, que o sr. D. Pedro é *o legitimo herdeiro e successor do throno portuguez*, palavras que o sr. Thomaz Ribeiro sublinha, chamando assim a attenção sobre ellas, orgulhoso por nos apresentar prova tão concludente.

Pois permitta que lhe digamos que este importante documento nada vale. A principal importancia que o auctor lhe liga, é por ser assignado pela regencia; ora s. ex.^a sabe, como nós, que a regencia foi creada para isso mesmo.

E se o sr. Thomaz Ribeiro tivesse argumentos serios e de peso, de que lançar mão, de certo se não soccorreria a estes; porque, homem illustrado o conhecedor do nosso direito, como s. ex.^a é, não ignora que a tal regencia não tinha caracter nenhum legal: Primeiro, porque sempre se duvidou da verdade da sua nomeação, e continuará a duvida, em quanto não apparecer o authographo, que a legalise; segundo, e principalmente, porque as regencias com

poderes magestáticos não podiam ser nomeadas senão pelos Tres Estados.

Sabe o sr. Thomaz Ribeiro que n'esses tempos, que *por elegancia* denomina de despotismo, se algum rei se lembrava de crear uma regencia com poderes magestáticos, o povo, que melhor do que hoje sabia então zelar os seus direitos, lhe não obedecia, e reunido em côtes com os outros braços da nação, nomeava a regencia. Foi assim que o infeliz duque de Coimbra foi regente do reino.

E se a regencia de 6 de março de 1826 não representa legalidade alguma, porque ainda quando tivera sido nomeada pelo Senhor Dom João VI não podia exercer poderes magestáticos, por não ter aquelle augusto Senhor o direito de lh'os transmittir, que legalidade quer o sr. Thomaz Ribeiro que tenham os seus actos, como se atreve a argumentar com elles?

Para levarmos a concessão até á ultima raia, supponhamos que a regencia fôra nomeada pelo Senhor Dom João VI e que os seus poderes lhe foram confirmados pelos Tres Estados, *quid inde?*

Porque a regencia tinha o direito de reger o reino até que do governo tomasse posse o legitimo successor, quererá deduzir o sr. Thomaz Ribeiro, que tinha tambem ella o direito de declarar quem era esse legitimo successor?

Ah! liberaes, liberaes! que valem em vossas mãos as liberdades, os fóros e regalias do povo!!

«Vão fallar por nós os documentos:» diz o sr. Thomaz Ribeiro, e apresenta logo como primeiro documento, como base do direi-

to da dynastia brasileira, a mensagem que a tal regencia mandou ao sr. D. Pedro, dizendo-o *legitimo herdeiro* do throno.

Esta mensagem, mandada pela regencia ao imperador do Brazil, faz-nos lembrar a mensagem mandada a Napoleão, que, se o argumento do sr. Thomaz Ribeiro colhe, ficou desde aquelle momento sendo rei legitimo de Portugal.

Nem faltou quem lh'o chamasse, e é muito para notar, que todos os que reconheceram Napoleão, todos os que o serviram, reconheceram depois o sr. D. Pedro, e tomaram o seu serviço; impellidos sempre pelo progresso, levados pelo amor da patria.

E por fallarmos em Napoleão, e no modo como todos os napoleonicistas ou jacobinos se converteram em pedristas ou liberaes, sem compararmos D. Pedro com Napoleão, por ter sido muito mais funesto para Portugal, não podemos comtudo deixar de recordar o decreto de Napoleão, extinguindo a Casa de Bragança, e a carta de lei da sr.^a D. Maria da Gloria, extinguindo aquelle que, pelo menos, desde 29 de agosto de 1825, era o verdadeiro representante da Serenissima Casa de Bragança; mas ainda n'este caso fica a vantagem a favor de Napoleão: elle extingue a Casa de Bragança como uma necessidade politica sob o seu ponto de vista; a s.^a D. Maria da Gloria vae mais além, não contente com exautorar seu Augusto Tio de todas as honras inherentes ao seu nascimento, o que poderia tambem ser uma necessidade politica sob o seu ponto de vista, leva a *magnanimidade* do seu coração

de senhora, de Princeza e de sobrinha a decretar a morte de seu Augusto Tio, e de todos os seus descendentes!

Estava reservada á filha do *immortal* a gloria de exceder Herodes: este manda matar as creancinhas que tinham nascido em um certo periodo; a sr.^a D. Maria da Gloria decreta a morte daquellas que ainda não tinham nascido!

E para que nada falte a este seculo de verdadeira civilisação, á sr.^a D. Maria da Gloria succedeu seu filho o sr. D. Pedro, como a este succedeu o sr. D. Luiz, e a lei de sangue, a lei parricida, ainda existe!!

No governo teem estado homens tão humanitarios como o sr. Thomaz Ribeiro, tão santos como o sr. Martens Ferrão e o sr. conde de Samodães, mas nenhum d'elles se lembrou ainda de fazer abolir aquella lei.

Não lh'o levamos a mal: o imperador do Brazil mandou o coração para o Porto, mas legou os fígados aos seus descendentes e aos ministros d'estes.

Não lh'o levamos a mal; a lei de dezembro de 1834 deve existir; abolida seria fazer uma lacuna na *santidade* do systema que nos *felicita*.

Para nada faltar a esta lei, que o sr. Thomaz Ribeiro acha tão suave e tão racional, que não obsta a que assevere que o partido constitucional não tem odios politicos, foi sancionada por uma sobrinha do condemnado, e referendada por um Bispo!

Se todos os Bispos assim fossem, não era o *progresso* inimigo da Igreja Catholica. Mas deixemos na

paz do tumulto quem sanccionou o projecto e quem o referendou, e voltemos á mensagem que a regencia enviou ao sr. D. Pedro.

Que esta mensagem não tem nenhum valor juridico é inquestionavel, embora a importancia que lhe quer dar o sr. Thomaz Ribeiro; porque nem era a regencia, ainda quando a queiramos considerar legalissima, o tribunal competente para decidir a questão da successão, nem do povo tinha recebido os poderes necessarios para o representar e fallar em seu nome.

Se a regencia obrasse com a prudencia que a sua posição lhe exigia, ou antes, se ella tivesse sido nomeada pelo sr. D. João VI para acudir ás necessidades do reino, depois da morte d'aquelle Senhor, e não tivera sido creada unicamente para preparar as cousas para o desenlace politico, de que estamos sendo victimas, outro teria sido o seu procedimento.

XXII

Emquanto o sr. Thomaz Ribeiro procura o authographo, tão necessario, do decreto de 6 de março de 1826, continuemos a fazer algumas reflexões sobre os actos da regencia creada por aquelle decreto, regencia que é a base de todo o direito publico constitucional do grande estadista, regencia de que elle, seguindo os passos do seu amigo e collega o sr. Mártens Ferrão, deriva a legitimidade do Sr. D. Pedro.

Foi sempre muito zeloso dos seus direitos, quando se tractava da successão ao throno, o povo portuguez, e se algum rei decretava

n'esse ponto coisa que fosse contra as leis do paiz, não era obedecido.

Assim foi proclamado o Mestre de Aviz, apezar de D. Fernando ter decretado que sua filha lhe succederia no throno, e os campos de Aljubarrota foram sepultura para a maior parte dos portuguezes degenerados, que ao paiz queriam impôr soberania estrangeira.

Levava ainda além o zelo pelos seus fóros este povo, que sempre foi livre emquanto a revolução o não *libertou*; as côrtes de 1439, declarando que o rei não podia nomear regente, nem deixar regedor do reino á sua vontade, não estiveram pela nomeação de regente que El-Rei D. Duarte fizera da rainha sua esposa, a Senhora D. Leonor, durante a menoridade de seu filho o Senhor D. Affonso V, mas nomearam regente e tutor d'El-Rei seu tio, o Infante D. Pedro, Duque de Coimbra.

Muito prova a favor da legitimidade do Senhor Dom Miguel a argumentação do sr. Thomaz Ribeiro; desde que s. ex.^a quer provar a legitimidade do Sr. D. Pedro com a mensagem da regencia, podiamos prescindir de provas a nosso favor, porque não pôde haver juiz que sentencie contra nós, quando o adversario assim fundamenta a justiça da sua causa.

Que significa a mensagem da regencia? Não passa de significar quando muito o desejo de cinco pessoas; e dizemos *quando muito*, porque um dos membros da regencia, dotado de uma inquestionavel probidade, foi arrastado pela maioria, e pelo respeito que tinha a Sua Alteza a Senhora Infanta regente; e de que foi violentado áquelle pas-

so, deu s. ex.^a provas em toda a sua vida, sendo sempre o primeiro amigo do Senhor Dom Miguel, expatriando-se com elle e por elle, morrendo no exilio, e legando aos seus com um nome respeitabilissimo o exemplo de como se cumprem os deveres que a nobreza impõe. Exemplo que, graças a Deus, tem sido seguido religiosamente, sabendo o representante do condestavel conservar o seu nome tão puro, tão honrado como o recebeu.

Nós, embora os votos a favor da legitimidade do Senhor Dom Miguel se podessm contar por centenas de milhares, não allegaremos a seu favor esse argumento, mas sim os artigos das côrtes e da Ordenação do Reino, que excluindo do throno portuguez o Sr. D. Pedro, e sua descendencia, chamavam *ipso facto* á successão do Senhor Dom João VI seu filho segundo, o Senhor Dom Miguel Primeiro.

Nem podiamos fazer o contrario, porque o Senhor Dom Miguel não foi, nem podia ser Rei de Portugal só pela vontade dos seus amigos; reinou como reinaram D. Affonso Henriques, D. João I e D. João IV, isto é, pelo seu direito, julgado em côrtes.

Reinou, segundo as leis fundamentais da monarchia, que, se dão direitos, também impõem penas áquelles que despresam ou violam as condições do pacto fundamental; porque, como diz um distincto escriptor, o sr. Aguiar Loureiro:

«O povo portuguez, quando se constituiu em nação independente, se, para evitar a tyrannia, preferiu o principio hereditario, para não

soffrer tyrannos adoptou leis invariaveis de successão, e impossiveis condições, sem as quaes nenhum poderia reinar, ou perderia o direito quando as não cumprisse.»

E assim a prudencia dos fundadores da monarchia pôz a nação ao abrigo do arbitrio das turbas e dos caprichos ou crimes dos reis e d'aquelles que lhe deveriam succeder.

Somos realistas, e se d'isso não temos dado mais provas sentimolo profundamente, e com a mão sobre a consciencia affiançamos que temos dado quantas temos podido, sem nos pouparmos a trabalhos e perigos; mas, por sermos realistas, não desconhecemos que o rei, pois é um homem, pôde errar, e que mui prudente andou o legislador, quando tomou medidas para evitar que taes erros pozessem em perigo a independencia da nação, ou ferissem os foros, as regalias e a dignidade do povo.

Em diferentes epocas da nossa historia teem os factos vindo confirmar o que levamos dito em relação á prudencia, com que andaram os fundadores da monarchia em 1143, depois sabiamente ampliada em diferentes assentos de côrtes, mas especialmente nas de 1385 e 1641. A sabedoria d'essas leis salvou por mais de uma vez a nacionalidade e a independencia do paiz, n'ella confiamos, e d'ella esperamos, mediante o auxilio divino, a salvação de Portugal.

Mas para que havemos de citar os exemplos do Mestre de Aviz e do Duque de Coimbra, para que lembrar ao sr. Thomaz Ribeiro as disposições das côrtes e os titulos da Ordenação? Sua ex.^a lá tem o

seu direito publico constitucional, e quando este possa, em algum ponto ser omnisso, lá tem a regencia de 6 de março, com a sua mensagem ao sr. D. Pedro, em que lhe confere o titulo de legitimo rei de Portugal.

Não é ambicioso o sr. Thomaz Ribeiro, contenta-se com pouco; uma regencia creada sabe Deus com que builas, e um ou dois decretos de um imperador estrangeiro, constituem o seu direito publico constitucional; meia duzia de votos, filhos uns do interesse e outros do respeito que impunha a espada de um general, e apoiados por uma divisão ingleza, constituem uma popularidade, com que s. ex.^a se extasia e pretende extasiar os outros.

Nós somos mais exigentes, e não admira porque fomos assim educados. Não sabemos como a lei fundamental do estado possa ser derogada a capricho do príncipe aventureiro que se lembre de decretar, e mandar jurar e observar uma outra lei, que destrua aquella. E note-se bem que nem ao rei legitimo damos esse poder; pelo contrario, é nossa opinião que no momento que o fizesse, perdia o direito, isto é, deixava de ser legitimo; porque o rei não pôde reinar, destruido o principio que o fez rei. Verdade que nos parece de primeira intuição.

Chamamo-nos legitimistas porque assim pensamos, e como nós pensava o nosso Augusto Chefe, aquelle que jurámos Rei.

Logo que o Senhor Dom Miguel, regressando do desterro que a maçonaria lhe fizera soffrer, poz pé em terra portugueza, sou por

todo o paiz o grito: *Viva El-Rei o Senhor Dom Miguel Primeiro!* Grito que o povo levantava espontaneamente, sem que o acobardasse a presenca da divisão ingleza, nem as espadas de Saldanha e Villa Flor, que se achavam á frente do exercito, tendo collocado no commando dos corpos e nos lugares de importancia officiaes de sua confiança; mas o Senhor Dom Miguel, respeitando a lei, não accoetou a corôa, senão quando o tribunal competente sentenceou a sea favor. Era um príncipe verdadeiramente magnanimo aquelle Senhor.

Reservámos para artigo especial o segundo documento que, para provar a legitimidade do imperador do Brazil ao throno portuguez, nos apresenta o sr. Thomaz Ribeiro.

XXIII

Vão fallar por nós os documentos, diz o sr. Thomaz Ribeiro.

Já vimos o valor do primeiro, e antes de fallar do segundo, isto é, da falla que ao imperador do Brazil dirigiu a deputação, que a regencia mandou ao Rio para o cumpri-mentar, notaremos a *delicadeza*, (que era um dos predicados d'aquelle sr.) com que a deputação foi tratada. Tendo chegado ao Rio de Janeiro no dia 6 de junho só foi recebida no dia 13 de julho!

Não se esqueceu o sr. Thomaz Ribeiro de attenuar esta falta de consideração, com que o imperador, nas pessoas dos enviados da regencia, tratava esta e aquelles que ella tinha a louca pretensão de querer representar,

Mas é tão infeliz nas calumnias

com que tenta ferir os adversarios, como nas desculpas, com que pretendem salvar os seus.

«Não foi bem recebida esta deputação no Rio de Janeiro, diz elle, porque apenas chegada alli, sabendo da outorga da carta, começou a intrigar com lord Pas-somby, e com o ministro d'Austria, no intuito de persuadirem a D. Pedro que mandasse adiar a promulgação e juramento da carta, ao menos até á chegada da rainha a Lisboa.

«D. Pedro desgostou-se com a intriga por dois motivos—porque era muito liberal e porque não desejava ser contrariado.»

Perdoem-nos a phrase, mas não conhecemos outra; já se viu coisa mais ridicula do que esta desculpa que o sr. Thomaz Ribeiro pretende dar á grosseria, com que o sr. D. Pedro tratou os portuguezes que compunham aquella deputação? Seria um justo castigo que Deus lhes impunha pela irreflexão, com que deram um passo tão antipatriotico?

Com que, sr. Thomaz Ribeiro, D. Pedro procedeu assim por ser muito liberal!

Parece-nos que v. ex.^a estudou o que é liberdade pelo mesmo compendio por onde estudou o que é legitimidade! Faz idéa tão exacta d'uma como de outra.

Pois o sr. D. Pedro por ser muito liberal negava aos outros a liberdade de gostarem ou não da carta?!

O sr. D. Pedro não gostava de ser contrariado, por ser muito liberal, e quando alguém o contra-

riava procedia, segundo o grau da contrariedade, desde o modo porque o sr. Thomaz Ribeiro confessa que elle tratou a deputação da regencia, até ao que d'elle nos conta Rodrigo Pinto Pizarro!!

Procedendo assim com a deputação da regencia, aquelle sr. mostrou que era ainda o mesmo sr. D. Pedro que, dois annos antes, não tinha querido receber as cartas de seu Augusto Pac, e porque já então era muito liberal e respeitador do direito, aprisionou o brigue *Vcador*, em que ia o conde de Rio Maior, portador d'aquellas cartas.

A deputação composta dos srs. Arcebispo de Lacedemonia, Duque de Lafões e Francisco Eleuterio de Faria e Mello, dirigiu ao sr. D. Pedro a seguinte fallia:

«Senhor, o governo interino de Portugal julgou do seu dever enviar esta deputação, que hoje tem a honra de vir á presença de V. M.. I. e R. para dar testemunho do grande sentimento dos portuguezes na lamentavel perda do Augusto Pas de V. M. I., o sr. D. João VI, que Deus tem em gloria, e render, em nome d'aquelle povo fiel, a devida homenagem a V. M. como nosso rei natural e legitimo soberano. Tão grande dôr necessitava lenitivo e a Providencia, que visivelmente tem sempre protegido aquelle reino, lhe deparou o mais opportuno remedio na augusta pessoa de V. M., felizmente chamado pela ordem da successão a occupar o throno de seus augustos antepassados. Não merecia esta leal e briosa nação que tão bem fundadas esperanças ficassem baldadas; e se não conseguin, como so-

bretudo desejava, que V. M. a fosse pessoalmente governar, alcança grande bem de que V. M. lhe mande para rainha a primogenita de suas filhas, a sr.^a D. Maria II, em que se vae continuar a excelsa dynastia da serenissima casa de Bragança.»

Que significa esta arenga que a deputação recitou na presença do sr. D. Pedro?

Nada, absolutamente nada, embora a summa importancia que lhe quer dar o sr. Thomaz Ribeiro.

Nós cremos que uma deputação não tem mais poderes que aquelles que lhe conferem os seus committentes; mas que esta deputação deu um recado inteiramente differente d'aquelle, de que fôra encarregada, é inquestionavel.

Quando a commissão saiu de Lisboa, não podia saber que o sr. D. Pedro mandaria para rainha a *primogenita de suas filhas* e, não obstante, quando aquelle sr., por ser muito liberal, lhe fez a honra de a admittir á sua presença passado um mez e sete dias da sua chegada ao Rio, declarou que *alcançava grande bem* com esta deliberação de S. M. o imperador do Brazil.

Comparando as datas, havemos pois de concluir ou que a deputação fallou unicamente em seu nome, ou então que a farçada estava ensaiada antes de morto o Senhor Dom João VI, e que apenas estava só reservada a *mise-en-scene* para depois d'este funesto acontecimento.

Esta segunda opinião foi a geralmente seguida na epoca, em que tiveram logar aquelles successos.

Mas, como o sr. Thomaz Ribeiro

finge dar grande importancia áquella deputação, e com toda a força da sua auctoridade diz: *Leiam estes nomes*; confrontaremos com esta deputação uma outra deputação e com os tres nomes que formavam a deputação, que foi pedir um rei ao imperador do Brazil, a deputação que foi ao paço dos nossos reis pedir a um Principe portuguez, que aos direitos que lhe dava a lei reunia o amor de todo um povo, não que abuse da força que lhe dá a sua popularidade, nem que faça prevalecer os seus direitos por meio d'essa força; mas que convoque os Tres Estados do reino, para que elles decidam o que só elles decidir pôdem.

Talvez o sr. Thomaz Ribeiro na sua tão curiosa collecção de documentos não tenha este, por isso lh'o vamos offerecer; eil-o:

«Senhor, os membros da nobreza, abaixo assignados, por si, e como representantes de todo o corpo da nobreza, vem penetrados de respeito e veneração, supplicar a Vossa Alteza, que se digne acceder aos votos de uma nação que deseja, e tem a necessidade de vêr a Vossa Alteza collocado sobre o throno de seus augustos e reaes antepassados, visto que, segundo as leis fundamentaes da monarchia, esse throno Vos pertence de pleno direito. A nobreza portugueza tem sido constantemente e nunca deixará de ser, o mais firme apoio do throno. Em todas as memoraveis epochas da historia, ella deu as mais decisivas provas da sua fidelidade e honra, e nas circumstancias actnaes, não pode deixar de tomar uma parte activa no importantis-

simo negocio que interessa e occupa toda a nação. A nobreza tem, pois, a honra de submeter a Vossa Alteza a necessidade de realisar os votos que lhe dita a lealdade mais incontestavel, e de Vos representar, que o meio mais seguro de o affectuar e mais conforme com a dignidade de Vossa Alteza e com as leis fundamentaes da monarchia, seria a convocação dos tres estados do reino, feita segundo os antigos usos e costumes com o fim de alli se tratar legalmente um objecto da mais elevada importancia; isto é, para fazer reconhecer solememente os legitimos direitos de Vossa Alteza á corôa de Portugal e suas dependencias, e abolir a pretendida carta constitucional portugueza, *visto haver sido dada por um monarcha antes de ter recebido o juramento da nação e de ser reconhecido por ella como rei de Portugal* e o ella ter mudado essencialmente a ordem de successão ao throno em desprezo das leis fundamentaes do reino. Os membros da nobreza esperam da alta sabedoria de Vossa Alteza, o glorioso exito de uma empreza tão justa e salutar para o bem geral da nação; esperando, elles se limitam a supplicar com fervor a Vossa Alteza, que se digne acolher benevolamente os seus votos, e elles tem uma plena e inteira confiança em que Vossa Alteza os attenderá de prompto, fazendo justiça á sua supplica.

(Assiguados)

Duque de Lafões—Marquez de Lourical, dito de Tancos, dito de

Olhão, dito de Sabugosa, dito de Borba, dito de Lavradio, (D. Antonio) dito de Penalva, dito de Torres Novas, dito de Bellas, dito de Vallada, dito de Pombal, dito de Vagos, dito de Vianna, dito de Alvito—Conde de S. Miguel, dito de Belmonte, (D. Vasco) dito de Belmonte, (D. José) dito de Almada, dito de Soure, dito de Redondo, dito de S. Vicente, dito de Vianna, dito de Atalaya, dito de Cea, dito de Porto Santo, dito de Carvalhaes, dito de Mesquitella, dito de S. Lourenço, dito da Figueira, dito de Castro Marim, dito de Barbacena, dito de Murça, dito de Cintra, dito de Paraty, dito de Valladares, dito de Peniche, dito de Alhandra, dito da Ega, dito de Rio Maior, dito da Povoia, dito de Povolide, dito de Anadia, dito da Redinha, dito de Pombeiro, dito dos Arcos, (D. Miguel) dito de Subsera, dito da Louzã, (D. Luiz) dito de Resende, dito da Ponte, dito das Galveas, dito Barão de Alvito, dito da Lapa—Visconde de Asseca, dito da Bahia, dito de Souzel, dito de Torre Bella, dito de Magé, dito de Villa Nova da Rainha, dito de Estremoz, dito de Juromenha, dito de Souto de Elrei, dito de Azurara, dito de Manique, dito de Beire, dito de Veiros—principal Silva, dito Freire, dito Menezes, dito Lencastre, di o Corte Real, dito Camara, dito Furtado—D. Prior de Guimarães Prior-mór de Aviz—Barão do Sobral, (Gerardo) dito da Villa da Praia, dito de Beduido, dito de Sande, dito da Portella, dito de Queluz, dito de Tavarede, dito de Quintella—D. Fernando de Almeida—etc. etc.»

XXIV

Vão ainda fallar por nós os documentos.

Thom. Rib. pag. 97.

Já vimos os dois mais importantes documentos que o campeão da dynastia brasileira apresentou para provar que o sr. D. Pedro era o legitimo rei de Portugal; os outros, ha-de confessar o proprio auctor do livro, que analysamos, serem, ainda como meios de argumentação, mais ridiculos do que aquelles.

A maçonaria, que cercava o sr. D. João VI, tinha preparado as coisas de sorte que o paiz, tomado por surpresa, e sob a pressão que sobre elle exerceu o general João Carlos de Saldanha, achou-se de repente dominado pela carta feita pelo sr. D. Pedro, cujo governo se estabeleceu de facto.

Um principe qualquer faz, com direito ou sem elle, uma lei, consegue pelos seus ardís e auxiliado pela força e influencias estrangeiras introduzila em um paiz; argumentar depois com os actos emanados do governo creado por essa lei, a favor da legitimidade d'aquelle principe, é de uma extravagancia, que nem em poesia se pôde admittir.

Pois é, nem mais nem menos, o que faz o sr. Thomaz Ribeiro para provar a legitimidade do sr. D. Pedro!

«Vão ainda fallar por nós os documentos» diz elle, e sabem os leitores quaes são esses documentos?

São os discursos que o ministro do reino recitou por occasião de abrir e fechar as camaras!

Se o sr. Thomaz Ribeiro se admirasse de um homem tão respeitavel como D. Francisco Alexandre Lobo ter accedido ser n'aquellas circumstancias ministro do reino, achar-lhe-iamos ruzão; nem sabemos explicar o facto senão por aquelle tão triste axioma: *Errare humanum est*. Mas sendo ministro que havia de fazer senão cumprir as funcções do seu cargo? Abriu e fechou as camaras com aquellas phrases tão conhecidas e usadas em semelhantes occasiões. Querer agora com os seus discursos argumentar a favor da legitimidade do sr. D. Pedro, se não é extravagancia, não passa de delirio.

«Note-se, diz ainda o sr. Thomaz Ribeiro, que tudo isto se vae passando já depois de ser conhecida, reconhecida, jurada e praticada a carta constitucional.»

O que nós sobretudo notamos, é que elle tenha a ingenuidade de o dizer! E' verdade, sr. Thomaz Ribeiro, só sob a pressão da carta, poderia haver em Portugal vozes que se levantassem a favor da soberania estrangeira! Bem faz v. ex.^a indo buscar á regencia e á carta *todos os inauferiveis direitos* do imperador do Brazil ao throno de Portugal, não podia de certo encontrar os em outra parte.

Admira-se depois que o sr. Bispo de Vizeu fosse em 1828 um decidido partidario do *Senhor Dom Miguel*. Aqui não achamos fundamento para a admiração, isto explica-se facilmente pela segunda parte do aphorismo, a que acima nos referimos: *Est sapientis mutare consilium*.

Apresenta ainda um quinto documento, e esse confessamos ser

de uma força extraordinaria! E' uma carta do governo da carta, carta que o sr. Thomaz Ribeiro diz ser da Sr.^a Infanta Regente, parecendo ignorar que documentos d'esta ordem são sempre dos ministros, embora escriptos em nome do rei ou do regente.

Este sim, este é um documento de truz, e quando outras glorias não tiveramos, só elle *honrava o seculo nosso!*

N'esta carta lê-se muita coisa decisiva; diz ella, por exemplo, que «nada podia salvar Portugal do abysmo, em que estava proximo a cair, senão a carta constitucional, que o nosso magnanimo, immortal e legitimo rei, o sr. D. Pedro, houve por bem outhorgar-nos.»

Uma carta dirigida á camara de Albufeira, assignada pela Sr.^a Infanta regente, em que se diz isto... tem razão, sr. conselheiro, depois de tão importante documento fica plenamente demonstrada a legitimidade do sr. D. Pedro!

Os grandes successos dependem ás vezes de bem pequenas coisas. Supponhamos que a Sr.^a Infanta, enthusiasmada, por exemplo, com a leitura do D. Jayme, escrevia a alguém e dizia: Thomaz Ribeiro salvou a litteratura do abysmo em que estava a cair, Thomaz Ribeiro tornou-se immortal, tornou-se um legitimo Rei. Ah! tinhamos D. Thomaz primeiro com investidura egual á do sr. D. Pedro; mas inquestionavelmente com melhores direitos, por que não renunciou a nacionalidade portugueza, nem é capaz de commetter crime, pelo qual a perca.

Apezar das boas qualidades que

lhe reconhecemos, vemo-nos comtudo forçados a chamar-lhe ingrato, pelo modo como trata a Sr.^a Infanta, depois d'esta Senhora ter dado ao sr. D. Pedro a legitimidade! Diz elle:

«Quem diria que esta constitucionalissima Senhora era 1826 havia de tornar-se uma acerrima absolutista em 1828?»

«Quem diria que esta augusta princeza, tão temente a Deus e tão patriota, havia de fazer herdeiros de seus bens uns padres inglezes?»

Nada de poesia, sr. Thomaz Ribeiro; está escrevendo historia, por consequencia na descripção dos factos verdade e mais verdade; nas deducções, logica e mais logica.

Que facto ou factos o auctorizam a dizer que a Senhora Dona Isabel Maria foi uma acerrima absolutista em 1828? Absolutista foi Sua Alteza em 1826, quando, mal^a aconselhada, contribuiu não pouco para que o ferrenho absolutismo ou despotismo do sr. D. Pedro esmagasse Portugal.

Cite ao menos um facto de 1828 ou de qualquer anno posterior, com que prove o acerrimo absolutismo d'aquella Augusta Princeza. Temos dito mais de uma vez ao sr. Thomaz Ribeiro, e ver-nos-hemos forçados a repetil-o algumas outras: Em historia não é lícito inventar, e sua ex.^a, talvez pelos habitos da poesia, toma muitas vezes esta liberdade.

Vamos agora á logica, que tambem soffre não pequenos tractos nas mãos do sr. Thomaz Ribeiro. Explique-nos, sr. conselheiro, como por uma princeza ser temente a Deus não possa nomear seus herdeiros uns padres inglezes.

E' d'uma sublimidade este raciocinio, que não só o não comprehendemos, mas custa-nos a imaginar como haja mão, que o escrevesse!

A proposito de princezas tementes a Deus, e de testamentos. Temos uma curiosidade a que o sr. conselheiro, que sabe tanta coisa e possui tão bons documentos, poderá talvez satisfazer: Não nos dirá v. ex.^a onde param os Apostolos de Villa Viçosa?

Os leitores sabem, que na capella real de Villa Viçosa havia um apostolado de tamanho natural e de prata. Ora o sr. D. Pedro, que tomava providencias a tempo, para prevenir que certos objectos se desencaminhassem, fez-se thesoureiro da capella real de Villa Viçosa, mandando conduzir para sua casa, para as conservar conjunctamente com outras preciosidades, que tambem já tinha em boa arrecadação, as pratas d'aquella capella.

Morreu o sr. D. Pedro, e dizem-nos, que deixára recommendação testamentaria, para que fossem restituídas aquellas pratas; mas, deixasse ou não esta ordem, o certo é que os Apostolos não appareceram, extranhando todos que a agusta viuva d'aquelle senhor, princeza tão temente a Deus, não fizesse alguma declaração a este respeito.

O certo é que quem fôr a Villa Viçosa não encontra lá os Apostolos!

E para o escandalo ser maior affirma-se, que já depois da morte da viuva do sr. D. Pedro, os Apostolos de Villa Viçosa foram barra fóra. Talvez o sr. Thomaz Ribe-

ro nos pudesse dizer para onde foram, e quem os mandou.

Applicando ao sr. Thomaz Ribeiro as suas proprias palavras, diremos: Ha-de ter paciencia, já que por este medo nos provocou, e ha-de ouvir o que era melhor guardar no esquecimento.

Para castigar a ousadia com que, ingrato! foi revolver as cinzas da Senhora Infanta Dona Isabel Maria, ejaculando sobre ellas chocarrices de mau gosto, nós poderíamos, Santo Deus! reproduzindo o que teem escripto pennas liberaes. . . . mas nem nol-o permite a consciencia, nem o saberíamos fazer por causa de uns certos preceitos que nos ensinaram em pequenos.

XXV

Depois de publicar os cinco documentos, de que fallámos nos dois artigos precedentes, acrescenta o sr. Thomaz Ribeiro: «Para não avolumar a transcripção de documentos não reproduzimos a proclamação da regente. . . .»

Pois a regente proclamou? Não o sabiamos, aliás tinhamos ha muito dado as mãos á palmatoria.

Proclamou a regente! Fez mal sr. conselheiro, fez mal em não apresentar a proclamação! Uma proclamação da regente! E ha ainda quem se atreva a negar a legitimidade do sr. D. Pedro?!

A este documento nada resiste.

A quem disser que D. Pedro foi réo de lesa magestade, respondemos é falso, a regente proclamou.

Se nos disserem: que D. Pedro fez guerra a seu pae e rei, que fez guerra á nação, responderemos ainda: é falso, a regente proclamou.

Se nos disserem está separado o Brazil de Portugal, por effeito da rebellão de D. Pedro, respondemos com uma gargalhada, mostrando ao mesmo tempo a proclamação da regente.

Triumphou, sr. conselheiro, o busto de v. ex.^a deve ser collocado aos pés da estatua do immortal dador.

E' preciso que a posteridade saiba que se a dynastia de Aviz teve um João das Regras, não faltou á dynastia brasileira um Thomaz Ribeiro.

Quanto sangue se teria poupado se v. ex.^a pudesse ter feito em 1832 o serviço que fez em 1881? Pois se v. ex.^a tivesse então apresentado os valiosos documentos que hoje nos fornece, especialmente a famosa proclamação da regente, teria sido necessario que Rodil pizasse terra portugueza, que viessem ás nossas aguas as esquadras ingleza e franceza?

Quem havia de resistir á força d'aquelles documentos? Que louco continuaria a chamar legitimo ao Senkor Dom Miguel?

A gloria corôa v. ex.^a, e as gerações futuras repetirão o seu nome, cheias de respeito e gratidão.

A'vante, sr. conselheiro, é necessario que v. ex.^a esclareça ainda alguns pontos, o que hoje lhe é facilimo, depois de ter vencido a questão principal.

Que vantagem tem v. ex.^a, pedimos que nos satisfaça esta curiosidade, em falsificar a historia tanto na narrativa dos factos, como na citação das epochas? Antes de descobrir aquelle famoso documento, comprehendiamos, ora o *quem não pôde trapacear*; mas continuar

no mesmo systema, parece indicar que não confia muito na victoria.

Diz o sr. Thomaz Ribeiro a paginas 109: «Até á proclamação da infanta regente, em 11 de agosto de 1826, ainda não tinha apparecido em Portugal o seisma politico da illegitimidade de D. Pedro.»

Escrevendo assim parece que contava que, pelo respeito devido a tão eminente publicista, ninguem se atreveria a fazer-lhe a mais minima observação: enganou-se porém, cá estamos nós para lhe corrigir as inexactidões.

Antes, muito antes de 11 de agosto de 1826, já resoava em muitos pontos da monarchia o grito tão popular como patriotico: *Viva El-Rei o Senhor Dom Miguel Primeiro!* Muito antes d'esse dia tinha o Senhor Dom Miguel sido proclamado Rei pelos generaes visconde de Canelas, marquez de Chaves, visconde de Monte Alegre e Maggessi, por uma parte do exercito e por grande numero de paizanos de todas as classes da sociedade. Podiamos offerecer lhe como prova uma proclamação do bravo general visconde de Monte Alegre, datada de Bragança 23 de julho de 1826; podiamos offerecer-lhe um auto de juramento de fidelidade ao Senhor Dom Miguel, datado de 31 de julho d. 1826 assignado pelo illustre general Maggessi, pelo seu chefe de estado maior D. João de Abreu da Silva Lobo, e por muitos outros officiaes.

Pretende o sr. Thomaz Ribeiro com estas falsificações historicas occultar que a nação portugueza guerreou desde o principio a carta e o seu dador. Não lh'o consentiremos, temos a nosso favor mui-

tos documentos, e que não podem ser taxados de ridiculos, como os que sua ex.^a apresenta; temos muitas testemunhas, porque ainda vivem alguns dos briosos emigrados para Hespanha, vivem muitos filhos d'estes.

A leal nação portugueza assim que teve conhecimento dos meios postos em acção para lhe tirarem o seu Rei legitimo, e com elle as suas instituições fundamentaes, soltou o grito de liberdade, e se a sorte ou os ardis, de que a maçonaria lançou mão, obrigaram os soldados da legitimidade a emigrar para Hespanha, nem por isso foi infructifero aquelle grito da lealdade, porque podemos dizer que perdemos a liberdade, mas não perdemos a honra.

A todas as pessoas, e ainda ha muitas, que presenciaram os successos de 1826, pedimos que nos digam qual de nós falla verdade, se o sr. Thomaz Ribeiro quando affirma que antes de 11 de agosto de 1826 ninguem tinha posto em duvida a legitimidade do sr. D. Pedro, se nós, affirmando que antes d'esse dia já a fidelidade tinha feito ouvir sua voz, em diferentes pontos do paiz, mas especialmente no Algarve, no Alentejo, e em Traz os Montes, proclamando Rei de Portugal o Senhor Dom Miguel.

Mais uma inexactidão historica commetteu o sr. Thomaz Ribeiro, e nera é tão pequena, como parece á primeira vista, nem é filha da boa fé.

Quando o patrono de uma causa se vê obrigado a lançar mão d'estes meios, só por este facto não pôde haver homem recto que não condemne similhante causa.

Nem soffreu o animo ao sr. Thomaz Ribeiro acabar o capitulo, sem commetter mais uma falsidade historica, e de tal ridiculo que chegamos a ter dó do escriptor que assim se rebaixa; ouçam:

«Quando o tal scisma appareceu (chama scisma ao facto de ser negada a legitimidade do sr. D. Pedro, não pôde ser mais proprio o termo, mas *de minimis non curat pretor*) houve abundancia de reis proclamados para Portugal, como já noticiámos: D. Miguel (o Senhor), D. Maria Thereza, Fernando VII, D. Carlos, D. Sebastião e até D. Manuel II (o Marquez de Chaves).»

Provas, provas, sr. Thomaz Ribeiro; diga-nos onde, quando e por quem foi proclamado cada um d'esses reis.

Não nos seria difficil demonstrar que cada um d'elles representava melhores direitos do que os do sr. D. Pedro; pois até D. Fernando e D. Carlos se eram estrangeiros como elle, não tinham feito guerra a Portugal, nem sobre elles pesava o titulo VI do livro V da Ordenação do Reino.

Se n'esta questão temos aniquilado completamente o sr. Thomaz Ribeiro, não nos resulta d'ahi gloria, a defeza das boas causas é facilima; nem é por isso de extranhar que um homem de tantos recursos litterarios, como o nosso illustre comendador, tenha sido infeliz na adopção dos meios de defeza: Onde os ha de ir buscar melhores?

Ainda quando fosse verdadeira a proclamação d'essa abundancia

de reis de que nos falla, d'ahi nada podia colher a favor da causa que defende. Se nós fomos tão pouco escrupulosos, em relação á verdade, como o livro de que nos occupamos, adoptando a tal historieta, deduziríamos d'ella que o povo portuguez já então odiava D. Pedro por sorte que não só lhe preferia qualquer principe de sangue real, mas, á falta d'este, qualquer portuguez de character nobre e leal, qualquer d'esses portuguezes incapazes de renegarem a patria.

O povo, em geral bom, tem sempre o sentimento do dever e da honra, não podia por isso sympathisar com um principe, que lhe offendera a honra e dignidade nacional, regeitando a nacionalidade portugueza; não podia sympathisar com um principe que tinha faltado aos seus deveres como filho, como principe, como soldado e como christão. E não se enganou na sua previsão o bom povo portuguez, qualquer que subisse ao throno, em lugar de D. Pedro teria sido muito menos funesto ao paiz, e á Religião. Hoje podemos dizel-o, porque infelizmente a experiencia nos auctorisca a isso, foram menos funestos a Portugal os Filippes, foi-lhe menos funesto Napoleão.

XXVI

Reservou o sr. Thomaz Ribeiro para capitulo especial algumas cartas que o Senhor Dom Miguel escrevera de Vienna d'Austria a seu irmão, a S. A. a Senhora D. Izabel Maria, a S. M. Britannica, a S. M. Catholica, o contracto esponsalicio com sua augusta sobri-

nha a princeza do Grã-Pará, o Breve pelo qual Sua Santidade concede as dispensas tanto para os esponsaes, como para o casamento, e o seu juramento.

Já dissemos bastante a respeito d'este, provando que o Senhor Dom Miguel o não podia cumprir por versar sobre materia illicita, por offender interesses do terceiro, e que fôra obrigado a dal-o por ser o unico meio pelo qual podia obter a liberdade; o juramento explica as cartas.

Crê ou morre, é a logica do Alcorão; jura ou não saes d'aqui, foi o dilemma que a maçonaria empregou para coagir o Augusto Prisioneiro a dar um juramento, que em sua liberdade jámais daria.

E assim mesmo não o deu sem fazer a reserva, de que resa o protocollo de Vienna de 20 de outubro de 1827, sendo muito para admirar da lealdade do sr. Thomaz Ribeiro que, apresentando aquellas cartas, não apresentasse tambem a carta do Senhor Dom Miguel a seu irmão, em que aquelle Augusto Senhor, segundo o referido protocollo e segundo se affirmou em 1829 na camara dos Communs, *teve a previsão de declarar que acceitava a regencia, uma vez que fosse sancionada pela vontade geral do povo, e SOB A RESERVA DE SEUS DIREITOS PESSOAIS.*

Ora, desde que o Senhor Dom Miguel foi forçado a dar o juramento que deu, que pôz todavia dependente da vontade geral do povo (despota) era claro que todos os seus actos politicos, enquanto o povo não fizesse ouvir a sua vontade, deveriam estar em harmonia com aquelle juramento.

E assim se explica a redacção das cartas que o sr. Thomaz Ribeiro apresenta, como *suprema razão* a favor da legitimidade do Sr. D. Pedro.

Mas ainda quando assim não fosse, ainda quando o Senhor Dom Miguel, ao escrever aquellas cartas, estivesse plenamente convencido de que não tinha direitos ao throno, e por isso os reconhecesse em seu irmão; tinha esta persuação algum valor legal? Poderia ella tirar o direito a quem o tinha, e dal-o a quem o não tinha?

Não foi de balde que logo na primeira pagina lamentamos que o sr. Thomaz Ribeiro saísse do Parnaso; alli, enbriado pelo perfume das flores, podia sonhar á sua vontade, e quando pela imprensa reproduzisse os seus sonhos, causar-nos-ia algumas horas de prazer ao contemplar as sublimes concepções da imaginação do poeta; mas aqui, nas considerações que possa fazer sobre o direito, ou na apreciação dos documentos historicos, sonhar... é uma desgraça, é um descredito.

Parece-nos ter dito bastante para mostrar que as cartas apresentadas pelo sr. Thomaz Ribeiro nem podiam dar direito ao Sr. D. Pedro, nem infirmar o do Senhor Dom Miguel.

Estarão no mesmo caso as cartas do Sr. D. Pedro?

Não provarão ellas que aquelle senhor não só tinha renunciado o throno, mas até a qualidade de cidadão portuguez, e isto depois dos reiterados juramentos de fidelidade, feitos a seu pae e á nação?

Vamos dar alguns extractos d'essas cartas, que tem um caracter

official, por ser uma *eligião* feita por ordem das côrtes.

Em 4 de outubro de 1831, dizia elle a seu pae:

«A independencia tem-se querido cobrir comigo e com a tropa, com nenhum conseguiu, nem conseguirá, porque a *minha honra* e a d'ella é maior que todo o Brazil; queriam me, e dizem que me querem acelarar imperador; protesto a V. M., que nunca serei prejuizo, que nunca lhe serei falso, e que elles farão essa loucura, mas será depois de eu e todos os portuguezes estarem feitos em postas; é o que juro a V. M. escrevendo n'esta com o meu sangue estas segredas palavras: juro sempre ser fiel a V. M. e á Nação e á Constituição Portugueza.»

Em 9 de outubro escrevia:

«Tudo está mais acomodado porque tem medo da tropa portugueza: bom dizia eu a V. M. que necessitava de tropa n'este paiz. Espero que elles não quererão vêr a peça do pano, do qual virão a amostra no dia 21 de abril.»

Em 10 de dezembro dizia:

«Existe por agora socego, porque a tropa está unida, e mui obediente, apesar de ser pouca para o serviço; ella tem-se feito merecedora que eu participe a V. M. o quanto ella é afferrada á Constituição e á causa nacional, mas não achando eu que esta parte dada por mim a V. M. seja sufficiente paga de tão constante adhesão, e serviços por ella praticados, dese-

jaria que V. M. o fizesse saber ao soberano congresso, e *implorasse da minha parte* um agradecimento privativo a esta, visto ter trabalhado tanto, e com tanto proveito geral e nenhum particular.»

Assim fallava elle enquanto lhe convinha enganar El-Rei, e a nação; mas logo que chegaram ao Rio de Janeiro os decretos que o mandavam recolher ao reino, começou a mudar de linguagem; notem bem os leitores a differença que vae havendo d'umas para outras cartas; como a tropa que até aqui tanto merecia *se converte* em pouco de discordia; como elle que *com o seu proprio sangue* escreveu aquelle juramento de fidelidade a El-Rei e á nação, vae ladeando até nos declarar guerra!!

Era na realidade um principe sympathico, de uma honra admiravel, de uma fé inquebrantavel, não podiam es liberaes escolher melhor chefe, nem ha heroe mais digno das nenias do sr. Thomaz Ribeiro.

Mas continuemos a ver alguns periodos da correspondencia d'aquelle senhor.

Em 14 de dezembro escrevia o seguinte:

«Dou parte a V. M. que a publicação dos decretos fez um choque mui grande nos brazileiros e em muitos europeus aqui estabelecidos, a ponto de dizerem pelas ruas:

«Se a constituição é fazerem-nos mal, leve o diabo tal coisa; havemos fazer um termo para o principe não sair, sob pena de ficar responsavel pela perda do Brazil pa-

ra Portugal e queremos ficar responsaveis por elle não cumprir os dois decretos.»

Sem embargo de todas estas vozes, eu me vou apromptando com toda a pressa e socego, a fim de ver se posso, como devo, cumprir tão sagradas ordens, porque a minha obrigação é obedecer cegamente e assim o pede a minha honra, ainda que perca a vida, *mas nunca* (reparem) pela exposição ou perdimento d'ella fazer perder milhares.»

No dia immediato, 15, escreve uma outra carta em que já vae acentuando mais os pontos nos iii, diz assim:

«Hoje sube que por ora não fazem representação, sem que venham as procarações de Minas, S. Paulo, e outras, e que a representação é d'este modo, segundo oigo: *ou vae, nós nos declaramos independentes, ou fica, e então continuamos a estar unidos, e seremos responsaveis pela falta de execução das ordens do congresso.*»

Em 9 de janeiro de 1822, diz:

«Dou parte a V. M. que no dia de hoje ás dez horas da manhã recebi uma participação do Senado da Camara pedindo-me uma audiencia, respondi que ao meio dia podia vir o senado, que eu o receberia; veio o senado, que me fez uma falla mui respeitosa, e em summa era que logo que desamparas-se o Brazil, elle se tornaria independente, e ficando eu, elle persistiria unido a Portugal. Eu respondi o seguinte: Como é para bem

de todos, e felicidade geral da nação, estou prompto: diga ao povo que fico.»

Como veem os nossos leitores, o principe já não hesita em declarar a seu Augusto Pae que lhe não obedecerá, pelo contrario, positivamente diz que apesar das ordens ficará no Brazil, *por ser para bem de todos e felicidade geral da nação.*

E o juramento de fidelidade a El-Rei e á nação, que elle escreven com o seu proprio sangue?

Perguntem por elle ao sr. Thomaz Ribeiro.

Sua ex.^a é capaz de escrever meio cento de magnificos versos alexandrinos para provar que um juramento, ainda que seja dado em plena liberdade, e em materia licita, sendo escripto com o proprio sangue não obriga, e aquelle que o deu não incorre em perjurio por faltar a elle, doutrina que não é jesuitica, e por isso corrente na escola dos grandes homens.

E aquell'outro juramento de que embora a independencia pretendesse cobrir-se com o principe e com a tropa, o não conseguiria, porque a sua honra e a da tropa era maior que todo o Brazil?

Da honra do principe já os leitores não duvidam, mas vão ver no capitulo seguinte o que aconteceu á tropa portugueza que alli estava, porque não quiz ser *tão honrada* como elle.

XXVII

A divisão portugueza era o unico obstaculo que o principe rebelde encontrava á execução dos seus

perfidos planos; e por isso, mudando repentinamente de linguagem, as cartas, que escrevia a seu Augusto Pae, parecia não terem outro fim senão desacreditar os honrados soldados portuguezes.

Não havia crime que lhes não imputasse: os officiaes embriagados, os soldados sempre dispostos á rebellião, o general, Jorge de Avilez, principal culpado do estado em que se achava a divisão! E tudo isto era uma calunnia filha do odio que tinha aos portuguezes, por serem um obstaculo á sua desregrada ambição.

Emquanto para Portugal assim fallava d'aquella mesma divisão, que poucos dias antes tinha asseverado ter uma honra maior que todo o Brazil, tratava de levantar a opinião publica contra ella, o que conseguiu, fomentando nos brazileiros um odio de morte contra os portuguezes, odio que sessenta annos não teem podido extinguir completamente.

Não é o desejo de ir revolver as cinzas do principe rebelde, do portuguez degenerado, que nos leva a fazer estas ligeiras considerações; fazemos uma verdadeira violencia ao nosso genio, mas somos provocados pelo sr. Thomaz Ribeiro.

Apresentou uma serie de cartas do Senhor Dom Miguel, que apenas dizem que obrigado a dar um juramento, o dera interino, isto é, obrigando-se a cumpri-lo até ouvir a vontade da nação, e assim o fez, e n'esse intervallo as cartas que escrevia eram conformes com o que tinha promettido, nem outra coisa era propria d'aquelle senhor, modelo de cavalheiros desde os seus primeiros annos.

Estão no mesmo caso as cartas do sr. D. Pedro?

Diga-nos sr. Thomaz Ribeiro não acha n'ellas sobejas provas de perjúrio?

Quanto daria v. ex.^a para achar documentos que contra o Senhor Dom Miguel provassem a centesima parte do que provam contra o sr. D. Pedro as cartas, que temos publicado e as que vamos publicar?

Mas o sr. D. Pedro não foi perjuro, não foi absolvido do juramento pelos jesuitas, foi absolvido pelo MALHETE, que é auctoridade competente.

Vejamos, porém, como elle mudou de opinião a respeito dos soldados portuguezes.

Em 23 de janeiro escreveu o sr. D. Pedro a seu Augusto Pae, queixando-se do general Jorge d'Avilez, que não dizer do príncipe, andava pelos quartéis incitando os soldados á rebellião. Todos nós conhecemos muitos dos soldados que foram expulsos do Brazil pelo sr. D. Pedro, e nenhum d'elles deixava de protestar contra esta calúnia, como nenhum deixava de se queixar dos insultos e más tratamentos, que os portuguezes alli soffreram pelo crime de não quererem tomar parte na rebellião, ficando ao serviço do sr. D. Pedro contra seu Augusto Pae e contra a nação, que teve a infelicidade de lhe dar berço.

No dia 29 de janeiro dava o príncipe parte a El-Rei de ter vindo uma deputação de S. Paulo, exigindo que elle ficasse no Brazil, e por esta occasião dizia:

«A divisão cada dia está mais

insubordinada, e visto este seu anti-constitucional modo de proceder, já tenho navios promptos para a levarem; espero que saia até 4 do mez que vem o mais tardar.»

Em 2 de fevereiro foi ainda mais explicito e energico, diz elle:

«Tenho procurado todos os meios para que a divisão auxiliadora parta por bem, porque lhe tenho dito que assim o exige o socego d'esta provincia, mas apesar das razões não querem partir.

«O praso que lhes dei para embarcarem, é até 5 do corrente, e se elles o não quizerem fazer, então nem se lhes paga, nem selhes manda de comer, nem agua; e como elles pela terra dentro não podem entrar, porque estão cercados pela rectaguarda, e a meio do rio está a fragata *União* e barcás canhoneiras, hão de embarcar, ou hão-de morrer.»

Em 10 da mesmo mez escrevia:

«Cangado de aturar desaforos á divisão auxiliadora e faltas de palavra, assim como a de no dia 5 d'este me prometterem ficarem embarcados no dia 6, fui no dia 9 a bordo da *União*, e mandei um official dizer da minha parte á divisão que eu determinava que no dia 10 ao romper do sol ella começaria a embarcar, e que assim o não fazendo eu lhe não dava quartel e os reputava inimigos; a resposta foi virem todos os commandantes a bordo representar in-

convenientes, e representarem com bastante soberba; respondi-lhe já ordenei, e se não executarem amanhã, começo a fazer fogo, elles partiram, e com effeito fazendo n'elles maior effeito o medo, que a honra que elles dizem ter, começaram a embarcar no dia que lhe determinei, e hontem ás 3 horas e meia da tarde já estavam a bordo dos navios, mansos como uns cordeiros...

Vamos agora transcrever um trecho da sua carta de 14 de fevereiro, por dizer e ppecialmente respeito ao partido constitucional portuguez, que, diga-se aqui á puridade, commetten, alguns annos depois, a indignidade de o acceitar para chefe.

«Desde que a divisão auxiliadora saiu, tudo ficou tranquillo, seguro e perfeitamente adherente a Portugal; mas sempre conservando em si um grande rancor a essas côrtes, que tanto teem, segundo parece, buscado atterrar o Brazil, arrasar Portugal e entregar a nação á Providencia.

.....
«A raiva é só a essas facciosas côrtes.

«No dia 9 do corrente appareceu a esquadra, mandei-a fundear fóra da barra, por o povo estar muito desconfiado de tropa, que não seja brazileira, e tem razão, porque uma vez que os chefes hão-de obedecer ás côrtes actuaes, temem a sua ruina total....

«Se a tropa desembarcasse immediatamente, o Brazil se desuniria de Portugal.

.....

«Peço a Vossa magestade mande apresentar esta ás côrtes, para que saibam que o Brazil tem honra, e é generoso com quem lhe busca o mal, e diz o dictado portuguez que bem folga o lobo com a couce da ovelha.»

Não gosta, sr. Thomaz Ribeiro, não acha que o principe que assim procede e assim falla, merece que se lhe levantem estatuas nas praças principaes do reino?

Chamamos especial attenção para a seguinte carta de 26 de abril de 1822:

«Dou parte a V. M. que tendo-se o governo de Minas Geraes querido mostrar superior a mim e ás côrtes, fui lá e mandei convocar os eleitores para elegerem outro. Ao chegar fiz esta seguinte falla: Brissos Mineiros, os ferros do despotismo começaram a quebrar no dia 24 de agosto no Porto rebentaram hoje n'esta provincia, etc.»

Tem graça, não acha sr. Thomaz Ribeiro, estes ferros do despotismo de que falla o principe, especialmente em uma carta dirigida a El-Rei seu pae? Além da falta de respeito e delicadeza, que o emprego d'esta phrase revela, é de uma hypocrisia revoltante: para li-songear o povo condemna os actos de seu pae; para enganar o povo, para conseguir levar o á rebellião contra El-Rei e a patria, tenta com esta phrase occultar o que lhe vae n'alma! Depois de aclamado imperador, foi tal que obrigou os brazileiros a pô-lo fóra, e se não foge tão depressa, não teria vindo a Portugal espalhar a desgraça e a

desordem n'este paiz que teve a infelicidade de lhe ser patria.

Em 26 de julho de 1822, escrevia a seu pae:

«Eu, Senhor, vejo as coisas de tal modo (fallando claro) que ter relações com Vossa Magestade, só familiares, porque assim é o espirito publico no Brazil, não para deixarmos de ser subditos de V. M., que sempre reconhecemos e reconheceremos como nosso Rei, mas porque *Salus populi suprema lex est*, quero dizer que é um impossivel *phísico e moral* Portugal governar o Brazil; ou o Brazil ser governado por Portugal.»

Com esta carta manda o principe rebelde copia dos decretos pelos quaes se declara perpetuo defensor e protector do Brazil, e manda convocar cortes no Rio de Janeiro, para que o Brazil esteja independente de Portugal; manda igualmente copia do seu manifesto aos brazileiros, em que depois d'uma serie de accusações contra Portugal, convida as differentes provincias a *exarar e assignar o acto da sua emancipação*, e termina assim:

«Brazileiros em geral! amigos, reunamo nos; sou vosso *compatriotiz*, sou vosso *defensor*; encaremos como unico premio de nossos suores, a honra, a gloria, a prosperidade do Brazil. Marchando por esta estrada, verne-heis sempre á vossa frente, e no lugar do maior perigo. A vossa felicidade, (convençei-vos) existe na vossa felicidade; é minha gloria reger um povo brioso e livre. Dae-me o exem-

plo de vossas virtudes e da vossa unão. Serei digno de vós.»

Este manifesto é datado do 1.º de agosto de 1822.

Que mais quer sr. Thomaz Ribeiro? Não acha edificante esta correspondencia? Não encontra em cada uma das cartas do seu heroe uma admiravel coherencia com aquelle juramento que elle escrevera com o seu proprio sangue?

Que mais quer, sr. Thomaz Ribeiro? V. ex.^a, é provavel, volte ao ministerio; pois bem, eu sendo novamente ministro proponha, e faça approvar pela sua maioria uma lei, decretando a apothese do Sr. D. Pedro; decretando que a sua estatua se reproduza de sorte que, nem a mais pequena aldeia fique sem o seu castigal, e então sim, então é que entraremos no seculo das luzes, então poderão affirmar ter a Astrêa baixado ás terras!

Já vemos o sr. D. Pedro declarado protector do Brazil, já temos o Brazil com parlamento seu; já vemos as differentes provincias convidadas a assignar o acto da sua independencia.

No capitulo seguinte vel-o-hemos em guerra com Portugal, e continuaremos a vêr o sr. Thomaz Ribeiro calumniando o Senhor Dom Miguel, e extasiado de enthusiasmo em frente do Principe, que se levantou com as possessões que seu Pae lhe confiára, que fez guerra a Portugal, que mandava agoitar os soldados portuguezes, que nos tirou a mais rica parte da monarchia; que...

Mas basta, para attrahir a veneração do sr. Thsmaz Ribeiro não é preciso mais.

XXVIII

Eil-o de posse dos trinta dinheiros, mas mais impenitente que o discípulo traidor, não pára ante o horror de seus crimes.

Trocou o Rei e a patria pelo goso de um sceptro, que mais tarde a ninguém lhe disputaria, a esse goso sacrilego sacrificou o juramento que tinha escripto com o proprio sangue, se por ventura mão perdisse o não gravou no papel com o fim de illudir o rei e a patria, premeditada já a traição.

Nas cartas, que publicámos nos dois artigos precedentes, revella o sr. D. Pedro o seu caracter, começa por jurar fidelidade a seu Pae e á Patria, escrevendo o tal juramento com o seu proprio sangue, e termina por se declarar protector do Brazil, e crear alli um conselho de estado, uma camara legislativa, isto é, um governo inteiramente independente do Portugal.

Já vimos como, para o conseguir, poz fóra do Brazil a divisão portugueza; conseguido isto, o resto era facil. No dia 12 de outubro de 1822 consummou a perfidia, fazendo-se proclamar imperador do Brazil. Já antes, em 22 de setembro, tinha escripto uma carta a seu Pae, dizendo: *De Portugal, nada, nada, não queremos nada.*

Diga-nos agora o sr. Thomaz Ribeiro, se na escala dos grandes crimes não tem lugar de preferencia as acções do sr. D. Pedro? Considere-o como filho, como príncipe, como funcionario publico, e como simples vassallo, e diga-nos depois se o acha digno das estatuas que lhe levantaram no Porto

e em Lisboa; diga-nos se aquellas estatuas não provam muito contra o patriotismo de quem as levantou.

Logo que o sr. D. Pedro conseguiu o titulo de defensor do Brazil, declarou-se pelos seus actos independente, nem foi necessario esperar pela sua aclamação de imperador, para governar o Brazil por sua conta e risco, demittindo os ministros e mais funcionarios que seu Augusto Pae nomeára, e substituindo-os por homens capazes de o ajudarem na guerra que premeditava contra Portugal; e que julgava indispensavel para consummar a separação.

Já vimos que expulsou a divisão portugueza, mas é necessario que o leitor saiba que acompanhou esse acto com as barbariaes e insultos de que era capaz.

Uma força inimiga, vencida e prisioneira no campo da batalha, não é tractada por homens cultos, como foi tractada pelo sr. D. Pedro aquella divisão.

De uma nota do *Diccionario Democratico*, definindo D. Pedro, transcrevemos as seguintes linhas:

«Ah! sim; estamos muito certos:—é aquelle, que se levantou com as colonias, e que roubou a Portugal as suas maiores e mais ricas possessões, que tantos suores e trabalhos custaram aos nossos maiores.

«Ah! e não é este o mesmo que declarou guerra a Portugal, que mandou varar soldados portuguezes até lhes cair a carne a pedaços, e isto por *negras* mãos, para quem, parece, só deveriam ser feitos os flagellos?!

«E não é elle o mesmo que des-

truiu o nosso commercio colonial, e que nos tratou como a gente mais vil do mundo?!

«Ah! sim, não duvidemos; ahí estão os periodicos liberaes e as fallas dos deputados de 1822, que muitas vezes nos deram a ler aquellas celebres cartas, em que dizia a seu Pae: — *Nós somos dois Monarchas, que estamos em guerra.*

«Tambem nos mostraram outras, em que dizia: — *Eu de Portugal nada quero, nada; — eu vou dar o ultimo golpe ao Commercio portuguez.*

«E os mesmos canaes nos asseguraram então, que a sua viagem á Bahia não tivera outro fim senão agradecer áquellas *caboucas e tapuias* gentes, o desvelo e coragem com que se portaram na expulsão dos *tandalos* portuguezes.»

E mais abaixo o mesmo diccionario, que se publicou pouco depois dos brasileiros o expulsarem do imperio, diz:

«Ainda existem muitos a quem fez cair em miseria e desgraça pelo *ultimo golpe*, que deu no Commercio Portuguez; muitos cujos filhos fez morrer nas guerras do Sul; muitos, cujos parentes, amigos, conhecidos e correspondentes pereceram e vão perecendo nas revoluções do Rio, Bahia e Pernambuco, de que elle é auctor e primeiro culpado.

«Muitos, que ainda teem os ouvidos scandalizados dos improperios e blasphemias, que no Brazil lhe escutaram; muitos, finalmente, cujas carnes caíram a pedaços, e cujo sangue reventava das veias á força de varadas, que a negra gente lhes descarregava, sendo el-

le que as mandava, e até muitas vezes quem fazia o compasso...»

A este respeito lembramo-nos de ter ouvido a um distincto official general que esteve no Brazil, que inlo o sr. D. Pedro, como costumava, assistir ás flagellações que os portuguezes soffiam, e não apparecendo em uma occasião varas, ou por descuido ou por qualquer outra circumstancia, metterá promptamente a mão á algibeira, tirára uma peça, e mandára comprar juncos, para chibatar soldados portuguezes, pelo crime de serem fieis ao seu Rei, que era ao mesmo tempo pae do seu verdugo. Acção digna de tão grande principe, e para commemorar a qual não teem faltado em Portugal governos, que obriguem uma parte do exercito portuguez a passar em continencia pela frente da estatua, que, em desdouro de Portugal alguns degenerados portuguezes lhe fizeram levantar no Recio.

Somos forçados pelo sr. Thomaz Ribeiro a estas recordações historicas, que bem desejaramos não fazer, oxalá sua ex.^a tivesse sabido evital-as, mas já que o não fez, *ha de ter paciencia, e já que nos provocou ha de ouvir o que era melhor guardar no esquecimento.*

Ainda para provar como o sr. D. Pedro sabia guardar um juramento, vamos recorrer a uma testimonha insuspeita, á *Liberdade*, e de um artigo que sob o titulo *Libertador* publica no seu numero de 24 de julho de 1881, transcreve-mos as seguintes linhas:

«*O heroe*, cuja estatua é em Lisboa ha nove annos tão festejada

nos dias 24 de julho; por carta patente de 30 de dezembro de 1822, concedia aos seus subditos brasileiros a faculdade de armarem corsários contra o pavilhão e as propriedades de Portugal, conferindo-lhes as seguintes vantagens:

«O valor da embarcação aprisionada, 200\$000 réis por cada peça de artilheria, 50\$000 réis por cada soldado, 400\$000 réis por cada official até capitão, 800\$000 réis por major até coronel, 2:000\$000 réis por cada general!»

«A 19 de junho de 1822 escrevia o referido *príncipe* D. Pedro a seu pae el-rei D. João VI:

«Digne-se a providência dar-lhes (aos brasileiros) uma sorte livre e preservá-los da escravatura dos vossos lusitano-hespanhoes, *infames despotas*... que firmam as vossas *côrtes facciosas, horriveis e pestíferas!*»

«Extracto da carta do mesmo príncipe D. Pedro ao Senhor D. João VI, de 10 de julho de 1824:

«Vossa magestade já quanto antes deve reconhecer a independência do Brazil... Posso assim falar, pois de Portugal já disse a vossa magestade *não queria nada*... O reconhecimento será feito, ou mais tarde ou mais cedo; pois os brasileiros e eu seu *Imperador*, não mudamos de tenção, e antes morreremos com a espada na mão, uma vez que jurámos *independência ou morte*... Eu como *Imperador e vossa magestade como rei* estamos em guerra; devemos sustentar os direitos das *nações independentes, de que somos chefes*.»

«Em 26 de julho de 1822 escrevia o mesmo príncipe a seu pae:

—D'aqui em diante eu não devo fazer executar outros decretos senão os da representação brasileira. As côrtes de Lisboa não são nada para mim.»

Que mais quer, sr. Thomaz Ribeiro?

Confronte tudo, quanto temos deixado transcripto nos tres ultimos capitulos, com aquelle juramento escripto com o sangue do príncipe rebelde, e diga-nos se ha perjuro que se possa comparar ao seu heroe? Descubra, *Et eris mihi magnus Apollo*, não diremos um elixir que purifique a asquerosa memoria de quem assim se esqueceu do que devia a si, a seu pae, ao seu paiz e ao seu Rei, mas ao menos uma attenuante.

Siga o nosso conselho, que é dictado pela prudência e pela lealdade com que tractamos até os nossos adversarios: Se tem interesse pela dynastia da carta, não provoque questões sobre legitimidade, nem nos violenta a pegar no escarpello para fazer a autopsia do famoso dador:

Este ponto está terminada, isto é, ás correspondencias do Senhor Dom Miguel, apresentadas pelo sr. Thomaz Ribeiro, para provar o perjuro d'aquelle Augusto Senhor, mas que nada provam; oppoemos as correspondencias do Sr. D. Pedro que o provam exuberantemente; oppoemos uma parte da sua historia escripta pelo *Diccionario Democratico* e pelo sr. P. Amado na *Liberdade*, que são tambem provas muito para attender.

E já que transcrevemos uma parte ao artigo do sr. P. Amado, pedimos licença para transcrever o resto.

Depois de copiar a carta de despedida que o sr. D. Pedro escreveu a seu filho, diz o sr. P. Amado:

«Fugido do Brazil em frente da revolução dos dias 6 e 9 de abril de 1831, D. Pedro confessa que o Brazil é a sua patria e chama a D. Pedro II o seu Imperador! Pois bem, o brasileiro, o subdito de Pedro II declarou-se depois regente de Portugal, com o mesmo direito com que cinco annos antes lhe tinha dado uma constituição—a tal carta pastel decretada em 29 de abril de 1826!!!»

«O referido Imperador D. Pedro I do Brazil, julgado pelo coronel Rodrigo Pinto Pizarro, que sendo depois barão da Ribeira de Sabrosa, foi ministro da guerra e presidente de ministros da rainha sr.^a D. Maria II, princeza brasileira e brasileira a todos os respeito. No dia 23 de junho de 1834 apresentou-se-lhe o provedor do 2.^o districto da capital na hospedaria de Maria das Neves, onde se achava hospedado Pizarro, intimidandolhe ordem de prisão, á vista d'uma portaria que lhe fez vêr, ao que Pizarro respondeu, o seguinte, como consta do respectivo auto:

«Que não reconhecia a auctoridade de D. Pedro; por ser um principe brasileiro, que arbitrariamente se apossara da regencia d'estes reinos; que nunca o reconhecera, nem lhe prestara juramento; que se achava doente, e só arrastado aeria levado á prisão; que elle bem sabia que o queriam assassinar, e que d'isso tinha sido avisado por cartas de Londres; que D. Pedro

era muito capaz de o fazer, pois que no Rio tinha mandado assassinar *quatorze* individuos, sendo um d'elles o Malagueta, e que chegara ao excesso de levar pela sua propria mão um copo de ponche envenenado á porta de um fuão; que estando em Lisboa parte dos assassinos, de que D. Pedro se servia no Rio, alguém o estava esperando para commetter um novo crime.»

«Este retrato foi feito por um homem que bem conhecia o tal *Libertador* de Portugal!!! Ficamos por aqui.

«P, Amado.»

A *Liberdade* termina com as seguintes linhas:

«O que dizeis a tudo isto ó liberaes de uma figa! E a *legitimidade*?! Vergonha!

.....

XXIX

Risum teneatis, amici?

Destina o sr. Thomaz Ribeiro o capitulo XIII do seu livro á questão juridica, segundo nos diz, e baixando a vista das alturas da sciencia por onde paira, cá para os simples mortaes, diz:

«Podíamos ficar aqui pelo que respeita á legitimidade.»

Mas, mestre, como tratou da legitimidade, se ainda agora vae encetar a questão juridica? Será lá no reino da lua a questão da legitimidade independente do direito?

Nós já o desconfiavamos, e se

v. ex.² não o suppozesse assim, não se ateveria a passar diploma de portuguez e de rei de Portugal ao imperador do Brazil, e tremelheia a mão, quando ousasse pegar na penna, para chamar usurpador ao Senhor Dom Miguel.

Quando lemos as primeiras linhas do livro do sr. Thomaz Ribeiro, logo esperámos encontrar n'elle todas as heresias politicas e juridicas, que a mais escandecida imaginação de poeta podesse inventar; mas ainda assim não esperavamos que o esclarecido publicista chegasse a ponto de separar a questão da legitimidade da questão do direito.

Seria grande o embaraço em que nos veríamos, se nos obrigassem a classificar o merecimento de cada um dos capitulos do livro, que o sr. Thomaz Ribeiro escreveu, e intitolou *Dom Miguel e a Sua Realza*. Não sabemos qual d'elles é mais admiravel; mas se fossemos forçados a escolher um, decidir-nos-ia-mos provavelmente pelo capitulo XIII.

E' admiravel! Alli pullulam as bellezas a par das verdades historicas; as deducções logicas disputam primazias ao rigor juridico.

E o mais admiravel é que inscrevendo o auctor este capitulo *Questão Juridica*, não cita n'elle uma unica lei, um unico principio de direito que dê o throno á dynastia da carta. Mas perdão, o sr. Thomaz Ribeiro não necessita fazer citações d'esta ordem, o direito é elle. e desde que decreta que o rei legitimo de Portugal é o imperador do Brazil, e a sua descendencia, excluida a linha masculina, devemos acatar a decisão, e

confessar o erro em que estavamos.

Vamos, porém, á analyse d'este famoso capitulo, e respeitando a propriedade litteraria do auctor, pedir-lhe-hemos licença para transcrever, *ipsis verbis*, o seu primeiro periodo:

«Podiamos ficar aqui pelo que respeita a legitimidade, deixando o miguelismo a responder a D. Miguel, ao papa, aos duques, aos bispos, ás côrtes estrangeiras, porque n'esta lucta que se presenceou entre o ostensivo e o occulto, entre os governos e os partidos, havia exactamente: *ce qu'on voit, et ce qu'on ne voit pas.*»

N'este periodo ha o quer que seja de Sybellino, que faz que não comprehendamos bem o que o auctor quer dizer, ou pelo menos a razão porque elle podia deixar o miguelismo a responder a D. Miguel. Nós bem sabiamos que havia e ha *ce qu'on ne voit pas* e que isso infitiu poderosamente na lucta, que se presenceou entre os governos e os partidos, mas o que não comprehendemos é a razão porque, por haver *ce qu'on ne voit pas* podia o sr. Thomaz Ribeiro dar-se por satisfeito em quanto á questão da legitimidade, deixando o miguelismo a responder a D. Miguel.

Não admira, porém, que o não comprehendamos, não é dado ao reptil acompanhar a aguia quando se eleva ás nuvens.

Mas não necessita o miguelismo responder ao Senhor Dom Miguel, aquelle Augusto Senhor com uma lealdade e uma rigidez de princi-

pios, que cremos ser desconhecida lá no reino da lua, poz a questão em termos tão claros que está respondida por si.

Nós julgamos ter á face das leis da Egreja, á face do direito publico portuguez, e até á face da analyse grammatical das palavras, mostrado que o juramento do Senhor Dom Miguel não passava, quando muito, de um juramento interino, que elle se tinha obrigado a cumprir, em quanto a nação, legalmente representada, não decidisse o ponto. E porque não era capaz de faltar ao seu juramento, em quanto as côrtes não decidiram a questão, tratou seu irmão como Rei de Portugal, não só quando directamente se lhe dirigia, mas quando d'elle fallava a outras pessoas.

Isto está exhuberantemente tratado. Comtudo, para respondermos ao sr. Thomaz Ribeiro, supponhamos que o Senhor Dom Miguel deu um juramento em plena liberdade, e sem fazer as prudentissimas reservas que fez, quer que lhe digamos o que responderíamos em tal caso? Dir-lhe-íamos: Senhor, o vosso juramento não pôde por sorte alguma prejudicar os nossos direitos e fóros; nós não podemos ser governados por príncipe estrangeiro, e vosso irmão é um estrangeiro; nós não podemos consentir que no throno dos nossos Reis se sente um scelerado, que attentou contra a integridade da monarchia, que fez guerra ao nosso Rei e ao nosso paiz, que poz a preço as cabeças dos portuguezes, e vosso irmão commetteu todos estes crimes. Não pôde elle occupar o throno de Portugal;

n'este caso chama-vos a lei ao throno, e nós não vos dispensamos do cumprimento d'esta prescripção legal.

Responder-lhe-íamos, pouco mais ou menos isto.

Quer tambem o sr. Thomaz Ribeiro que respondamos ao Papa, por que elle concedeu dispensa para o casamento do Senhor Dom Miguel com a sr.^a D. Maria da Gloria, dando a esta senhora o tratamento de rainha de Portugal! Valha-nos Deus, sr. Thomaz Ribeiro, pois não sabe v. ex.^a que os Pontífices reconhecem sempre os governos de facto, por julgarem não dever entrar nas questões politicas? E v. ex.^a e os seus amigos politicos que disputam ao Papa os direitos que Elle recebeu da mão do mesmo Deus, pertenderão agora dar-lhe um direito que elle não tem, nem quer?

Destinando o sr. Thomaz Ribeiro este capitulo á questão do direito, lavrou a sentença, que condemna a causa, que com tanto empenho quer defender.

O leitor, pegando no livro que estamos analysando, para saber quaes as leis que deram o throno ao sr. D. Pedro e á sua descendencia, vae necessariamente a este capitulo, por ser aquelle em que o auctor promette tratar a questão do direito; e por mais minuciosa que seja a busca, não encontra uma unica palavra que o esclareça.

E' na verdade admiravel o auctor: Quando diz que vae entrar na questão de direito, affiança ter já dito o bastante em relação á questão da legitimidade, quer dizer que esta questão se pôde tra-

tar independentemente da questão do direito !!! E depois para se não cançar a folhear, não os Acenos das Côrtes, nem a Ordenação do Reino, por que isso nada vale no juízo d'aquelle publicista, mas o seu famoso direito publico constitucional, invoca a auctoridade do sr. Mártens Ferrão, a quem faz profunda cortezia. O que, diga-se sem espirito de offensa, nos faz lembrar a historia dos leigos, dando reverendissima um ao outro.

E leigos se mostram effectivamente n'esta questão os dois escriptores, embora em outras materias sejam tão eruditos que, a justo titulo, occupam distinctos logares entre os homens sabios de Portugal.

Mas diz o sr. Thomaz Ribeiro:

«A questão de direito está, desde 1830, esgotada; e ainda assim ultimamente o sr. Mártens Ferrão, conselheiro de estado e procurador geral da corôa, escreveu uma excellente memoria, tão lucida, como copiosa, com a qual devia contentar os mais exigentes.»

E assim foi.

N'este ponto não queremos que ninguem seja mais exigente do que nós, e podemos affiançar ao auctor do livro *Dom Miguel e a sua realza*, que ficámos não só contentes, mas contentissimos com a *lucida e copiosa memoria* do sr. Martens Ferrão.

Se até aqui era evidente, a nosso ver, o direito do Senhor Dom Miguel, depois da publicação da *lucida e copiosa memoria* ficou evidentissimo.

A quem pretenda questionar-o,

apontamos para a memoria dizendo: Um profundo jurisculto portuguez, e que acceitou o encargo official de defender os direitos da dynastia da carta, disse, como vêdes, a favor d'esta... nada; que mais prova quereis de que não ha uma unica rasão juridica, que se possa allegar a seu favor?

A quem tiver lido a memoria do sr. Martens Ferrão parecerá incrível que o sr. Thomaz Ribeiro ousasse dizer d'ella:

«Porque não responderam elles á memoria do sr. Martens Ferrão? Porque aos seus argumentos juridicos não se responde com as lettras grandes de um cartaz...»

Quaes são os argumentos juridicos que se encontram n'aquella memoria?

Tantos como os que se leem no livro do sr. Thomaz Ribeiro.

O sr. conselheiro Martens Ferrão evitou com cuidado o escolho da legislação portugueza ácerca da successão do reino; bem sabia elle que não encontraria nem nos Assentos dos Tres Estados do Reino, nem na Ordenação coisa que não condemnasse a causa que elle se encarregara de defender, e por isso recorreu ao direito publico constitucional do sr. Thomaz Ribeiro.

Mas, se se pôde dar o nome de argumentos juridicos, aos que o sr. Martens Ferrão adduziu para provar a *usurpação* do Senhor Dom Miguel, o que contestamos; ainda assim não consentiremos que o sr. Thomaz Ribeiro ouse dizer que se não respondeu aos taes argumentos.

Faça quantas cortezias quizer ao sr. Martens Ferrão; mas não á nossa custa, que não lh'o consentiremos, e uma vez que ousou dizer que *aos seus argumentos juridicos não se responde*, emprazamolo para que nos diga qual foi, na questão de legitimidade, a asserção do sr. procurador geral da corôa, que não ficasse completamente pulverisada pelos nossos artigos.

Suspeito era o nosso juizo, e por isso não nos atreveriamos a escrever isto, se nos não achassemos auctorisados a fazê-lo pelo voto de pessoas competentissimas, e o que é mais pelo voto de gregos e troianos.

Temos até o voto do sr. Thomaz Ribeiro!

Pois que significa o livro *D. Miguel e a sua realza* senão a necessidade de acudir ao sr. Martens Ferrão, ou antes á causa que sua ex.^a tanto comprometteu com os seus *argumentos juridicos irrespondiveis?*

Enteuta-se bem; quando dizemos que o sr. Martens Ferrão comprometteu a causa, não queremos pôr em duvida os conhecimentos juridicos de sua ex.^a: o seu erro consistiu unicamente em trazer para a discussão uma causa, que não tem defesa.

Dissemos que o sr. Thomaz Ribeiro viera acudir ao sr. Martens Ferrão, e agora perguntamos: Quem virá acudir ao sr. Thomaz Ribeiro?

XXX

Quid domini facient, audent cum talia fures?

Julgou o sr. Thomaz Ribeiro que, apezar do seu direito publico

constitucional resolver satisfatoriamente a questão da legitimidade, não devia contudo deixar de fallar nos Tres Estados, reunidos em Lisboa, no anno de 1828.

«Fundaes, senhores nossos adversarios, diz elle, a legitimidade de D. Miguel no voto dos tres estados, que eram as assembléas politicas tradiccionaes de Portugal?»

Não diremos que a prosa do sr. Thomaz Ribeiro prime pela logica ou pela força da argumentação; reconhecemos que o direito não é o seu forte, e que não duvida, quando lhe convém, inventar historia, em lugar de escrever historia; mas compensa tudo isto com a extraordinaria graça de que é dotado.

Não exageramos, fazemos-lhe apenas justiça. Pois não tem summa graça, quanto á paginas 129 do seu livro, nos pergunta, se fundamos a legitimidade do Senhor Dom Miguel nos Tres Estados, que tinham demais a mais o defeito de ser as assembléas politicas tradiccionaes de Portugal?

Póde haver na lá mais engraçado do que extranhar, que os legitimistas vão buscar o direito de successão á fonte do nosso direito publico, ao pacto constituinte do paiz; em lugar de o irem buscar á regencia de 1826, á proclamação da regente e á carta?

Já se vê que o sr. conselheiro não escreveu isto por falta de bom senso; estava de bom humor, quiz fazer rir os seus leitores.

E conseguiu o seu proposito; os leitores riram, e riram muito; nem podiam deixar de rir d'aquelle lembrança, aliás galantissima.

Recorrer á lei fundamental do paiz, em lugar de recorrer áquelle

famoso direito publico constitucional do sr. Thomaz Ribeiro, que, entre outras bellezas encerra, no dizer do eximio poeta, a de, ainda antes de existir, regular já as principaes questões do paiz, é uma aberração inexplicavel!

Mas, ainda assim, julgou o sr. Thomaz Ribeiro que devia contar aos seus leitores uma historia que tirasse a auctoridade aos Tres Estados, reunidos em Lisboa em 1828. E com aquella força inventiva, que todos lhe reconhecemos, e que pôde dar grandes creditos ao poeta; mas que desacredita, ou antes aniquila o historiador, diz d'aquella assembléa, o que com verdade e justiça se poderá dizer, passado o dia 21 de agosto, das eleições do districto do Porto, que s. ex.^a habilmente dirige.

Antes, porém, de analisarmos as invenções do historiador, permittamos que lhe façamos uma pergunta:

Os Tres Estados reunidos em Lisboa, em 1828, fizeram a lei que deu o throno ao Senhor Dom Miguel, ou decidiram que o throno pertencia a este Augusto Senhor desde o dia 10 de março de 1826, á vista do pacto constituinte, dos assentos dos Estados de 1385 e 1641, e de toda a legislação portugueza?

No primeiro caso, muito ganharia o sr. Thomaz Ribeiro, se podesse provar quanto diz em relação ao modo como foram constituídos aquelles estados; no segundo perdeu o tempo.

Nós que, durante esta longa discussão, temos sido de uma condescendencia inexcedivel com o sr. conselheiro, levaríamos a nossa

condescendencia a ponto de lhe conceder tudo quanto quizesse, em relação aos Tres Estados reunidos em 1828, sob condição de vir discutir connosco os pontos juridicos, em que se basearam aquelles estados para decidirem, que o legitimo successor do Senhor Dom João VI era seu filho, o Senhor Dom Miguel.

A incompetencia do juiz pôde annullar o processo, mas não invalidar o direito; para isso, ainda que o sr. Thomaz Ribeiro chegasse a demonstrar, que os juizes que lavraram sentença a favor do Senhor Dom Miguel eram incompetentes, nem por isso infirmava os direitos d'aquelle Augusto Senhor.

A primeira qualidade do historiador é a verdade. Escrever uma collecção de invenções mais ou menos felizes, revestindo-as de um colorido apropriado, e intercalando-as com alguns ditos espirituosos, pôde ser um bonito romance, mas nunca será um capitulo de historia.

Diz muito bem o sr. Thomaz Ribeiro, quando affirma que *não fica bem á gente séria representar de foliões.*

As coisas sérias tratam-se seriamente, e quando não ha argumentos para as sustentar, é melhor desistir da defesa do que *pintar panos de theatros que só illudem a distancia*, especialmente, quando elles são taes que só podem servir *para barracas de feira, em aldeia sertaneja.*

Porque um francez confundiu Instituto de Coimbra com Universidade de Coimbra, resultando d'ahi dizer que o sr. Carreira de Mello era *membro correspondente da universidade de Coimbra*; repetir diversas vezes este dito, querendo

convertê-lo em argumento na questão da legitimidade, prova a carencia de argumentos, e faz lembrar a razão com que o sr. Thomaz Ribeiro diz: *não fica bem á gente séria representar de foliões.*

Temos sempre entendido que, para tratar a questão da legitimidade se devia recorrer ao direito portuguez; não o entende assim o sr. Thomaz Ribeiro, e não admira que esteja divergente de nós n'este ponto, quem o está em tantos outros.

Em lugar de analysar os assentos das côrtes e a Ordenação do Reino, refutando os argumentos que a elles vão buscar os legitimistas, e descobrindo argumentos, com que fundamente a legitimidade do sr. D. Pedro, pois em quanto o não fizer, pôde dizer-nos: —os descendentes do sr. D. Pedro reinam, porque nós os revolucionarios, ajudados pelas nações estrangeiras assim o queremos; mas não pôde dizer-nos reinam, porque a lei lhes dá o throno; em lugar, dizemos, de proceder a este trabalho, vae analysar a historia do sr. Carreira de Mello, e porque lh'acha uma data errada, o que não passa de uma inadvertencia do auctor, ou quem sabe? de um descuido da revisão, faz com isso grande bulha, faltando pouco para nos dizer, n'aquella linguagem amavel e pollida, que por vezes emprega no seu livro, D. Miguel foi um usurpador, o tanto que até o sr. Carreira de Mello diz que os delegados da regencia foram mal recebidos no Brazil pelo imperador D. Pedro, a 25 de abril de 1826, quando elles saíram de Portugal a

26 de abril, *um dia depois de serem mal recebidos.*

Quando se recorre a estes meios, confessa-se a falta de argumentos, e confessa tambem o auctor, que se esqueceu de que estava tratando de coisas sérias.

No capitulo seguinte responderemos ao que o sr. conselheiro diz sobre o modo *como se fabricaram* os estados de 1828.

XXXI

Depois de se admirar de que os legitimistas fundem a legitimidade do Senhor Dom Miguel no voto dos Tres Estados, passa o sr. Thomaz Ribeiro a dizer-nos *como se fabricaram as côrtes de 1828.*

Decididamente o distincto poeta não contava comnosco. Membro da sociedade do elogio mutuo, pensou que assim como elle se extasiava em frente da *memoria tão lucida como copiosa* do sr. Martens Ferrão, *cujos argumentos juridicos são irrespondiveis*, todos se extasiariam em frente do seu livro, tão copioso, e tão lucido que até illucida as questões juridicas, sem apresentar um unico argumento juridico; e resolve as questões historicas, fazendo historia com a mesma semcerimonia com que faria um poema.

Não lh'o consentiremos; e recordando a sua ex.^a a recommendação que faz a outrem: *Não fica bem a gente seria representar de foliões*, protestaremos contra o systema de responder *com algararras de rapazio* ou *com extractos de historia ad usum liberalium.*

Mas ouçamos o sr. Thomaz Ribeiro:

«O primeiro braço dos tres estados—o clero—era, como bem o

sabeis, com raras mas illustres excepções, o promotor feroz de todo o movimento reacccionario.

«A alma do clero miguelista era o erudito padre José Agostinho de Macedo... Era aqui dominante a Junta apostolica, tendo á sua frente a rainha-mãe, e o celebre e letrado bispo de Vizeu, que pelo menos tres vezes jurou em vão o nome de Deus, como bispo, como par e como ministro, confiava talvez nas indulgencias de Roma, pois que o *Papa est omnia et super omnia.*»

Para fazer idéa do merecimento do livro do sr. Thomaz Ribeiro, não necessitaria o leitor mais do que ler as linhas que elle escreveu em relação ao braço do clero, e que deixamos fielmente transcritas.

Confessa, contra vontade, que o primeiro braço ou o primeiro estado era contrario á revolução.

Temos pois a discutir só os outros dois braços.

Nem podia deixar de ser reacccionario o clero, visto que a acção do *dador* e da *dadiva* era anticatholica; mas o epiteto de *feroz* dado pelo sr. Thomaz Ribeiro a este braço é sublime !!

Quem conheceu o caracter mau e pacifico do sr. D. Patricio, Cardeal Patriarcha de Lisboa; quem conheceu o santo bispo de Coimbra, o sr. D. Joaquim Nazareth; o bispo de Castello Branco, tambem D. Joaquim e egualmente respeitavel; o bispo de Leiria, o bispo de Vizeu, e todos os outros membros do clero, que tinham assento nos Tres Estados, e vê a feroz semcerimonia com que o sr. Thomaz Ribeiro dá a esta res-

peitavel corporação o epiteto de feroz, hesita, sem saber se ha-de qualificar esta leviandade de innocente ou de calumniadora.

Porque estes homens illustres já não estão no numero dos vivos, não podemos consentir que se falte ao respeito devido aos seus nomes, sem protestar, pelo menos, contra a inexactidão historica, que o termo feroz envolve.

Não é muito escrupuloso na apreciação dos factos historicos o sr. Thomaz Ribeiro, e com a mesma exactidão com que dá a qualificação de ferozes a homens os mais pacificos e res. citaveis, assevera que a alma de todos elles era o padre José Agostinho de Macedo!

N'esta asserção, custa nos dizel-o, revela o sr. conselheiro ou ignorancia ou perversidade.

Porque os escriptos do padre José Agostinho de Macedo tinham um certo descomedimento de phrase, improprio do homem serio, mas especialmente de um padre ou de um conselheiro, o sr. Thomaz Ribeiro apresenta-o como sendo a alma de todo o braço do clero, para fazer recahir sobre este o odioso que alguns escriptos d'aquelle mereciam.

Isto é uma falsidade, e de tal ordem, que só pela tangente da calumnia pôde livrar o auctor do abysmo da ignorancia historica!

E algumas linhas mais abaixo, já não era José Agostinho de Macedo quem dominava o braço do clero, mas a junta apostolica, o rainha-mãe e o bispo de Vizeu!

Esta junta apostolica, presidida pela rainha mãe, não passa de uma producção de escandecida cabeça

de poeta; nunca tivemos conhecimento da existencia de tal junta.

Fecha o sr. Thomaz Ribeiro com *charre de ouro* aquelle periodo. Ao *papa est omnia et super omnia*, pôe a seguinte nota:

«Deviamos dizer *erat*, mas é authenticamente aquelle latim.»

Perdôe-nos sua ex.^a, mas não achamos esta nota nem muito delicada, nem muito diplomatica. O *erat*, além de ter um certo cheiro a apostasia, não nos parece escripto por mão, que calça luva branca. Além de que, *aquelle latim* foi escripto para os catholicos; o Papa pôde ter passado de moda para o sr. conselheiro, e entender s. ex.^a por isso que devia substituir o *est* pelo *erat*; mas nós os catholicos não consentimos na mudança: para nós o Papa é o que sempre foi, é o que sempre ha de ser.

O poder do Papa ha-de durar enquanto durar o mundo; pôde o sr. conselheiro querer substitui-lo pelo seu direito publico constitucional; os seus esforços *non prevalebunt*, e os seculos, lamentando a desgraça d'aquelles que o tentarem, hão-de rir-se da tentativa, como nós já nos rimos do *erat*, que a fatuidade do escriptor lhe fez talvez vêr como um *mot d'esprit*, não passando de uma jogralidade de máo gosto.

Mas, vamos ao fundo da questão. É falso, que José Agostinho de Macedo influísse nos membros do clero que tinham assento em côrtes; eram em geral homens muito illustrados e de grande respeitabilidade para seguirem outra voz, que não fosse a da sua consciencia. E de que isto não passa de uma invenção do sr. Thomaz Ribeiro,

são testemunhas todos os homens d'aquella epocha, que ainda existem.

O proprio inventor da asserção a desmente, dizendo logo em seguida, que o clero era dominado pela junta apostolica, presidida pela Senhora Dona Carlota Joaquina.

Mas quando assim fosse, em que infirmava o direito do Senhor Dom Miguel o facto de ter José Agostinho de Macedo grande influencia no clero?

Parece que impozeram ao sr. Thomaz Ribeiro a tarefa de escrever um grosso volume em que demonstrasse a legitimidade, com que o imperador do Brazil dispôz de nós e do reino, e como o Senhor Dom Miguel foi um usurpador; sua ex.^a acceitou, ou porque a sua posição politica o forçou a isso, ou porque, confiando bastante no seu talento, julgou que venceria todas as difficuldades.

Mãos á obra: faltavam-lhe as razões juridicas, com que sustentasse os direitos do brasileiro e condemnasse os do principe portuguez; não se prendeu com isso, pôz de parte todo o direito constitutivo da monarchia portugueza, pôz de parte todas as deliberações das côrtes, e as prescripções legais da Ordenação do Reino, e lançando mão do seu direito publico constitucional, sem se lembrar que não é permitido provar *idem per idem*, franziu a sobancelha, e trocando a amenidade do poeta pelo rigor do pedagogo, declarou que a questão da legitimidade estava decidida pelo seu direito publico constitucional.

Mas isto só não bastava para encher o livro, e havia até uma cer-

ta conveniencia em não insistir muito n'este ponto, *quid faciendum?* Escrever historia.

Sim; se nos falta o direito, disse provavelmente s. ex.^a, façamos historia, d'este modo é facil encher o livro, e confundir a questão por maneira que não faltará quem nos dê razão: agora apresentando entes de imaginação que argumentem a nosso favor; depois transtornando os factos, que nos possam prejudicar, e por fim com a força, que tiro do meu nome, negando tudo o que nos possa prejudicar, e afirmando tudo o que nos possa convir.

Não encontramos outra explicação á liberdade, mais que de poeta, com que o sr. Thomaz, em logar de escrever historia, inventa historia.

XXXII

*Não fica bem a gente séria
representar de foliões.*

Th. Rib. pag. 129.

Depois de dar tão bom conselho, mal pensaria o leitor que o sr. Thomaz Ribeiro se atrevia a escrever, logo na pagina seguinte estas linhas:

«O segundo braço—a nobreza—foi escolhido a bel-prazer da auctoridade, sendo a convocação feita por cartas especiaes, em cujos sobrescriptos só escreveram os nomes dos que julgaram seus fieis.»

Ha periodos escriptos com tal cynismo, que por mais esforços que se façam, é sempre difficil que a resposta seja moderada.

Escrever historia de factos coevos, adulterando por tal sorte a verdade, não fica bem a quem se

preza de serio, e desculpa ou pelo menos attenua qualquer excesso que possa apparecer na resposta. Faremos, todavia, o possivel para não sair das raíças que a prudencia marca; pois que, se a causa dos adversarios não ganha com as falsificações historicas, tambem a nossa não lucra com a descortezia.

Assim, respondendo ao periodo, que deixamos transcripto, começaremos por extranhar que o auctor, que tão versado é nos costumes da côrte, faça reparo em que os avisos se fizessem ao braço da nobreza por cartas especiaes. Como queria que se fizessem? Por cartazes nas esquinas, como beneficiado que convida para praça de touros?

Talvez fosse um *melhor systema*, mas nem era proprio da seriedade do acto, nem os membros da nobreza estavam acostumados a isso. Por cartas especiaes era ella sempre convidada, quando tinha de se reunir para qualquer acto. Não colhe pois o reparo do illustre estadista e tão distincto cortezão. A nobreza foi convocada pelo modo que estava em praxe, e não podia, nem devia ser convocada de outro modo.

O auctor parece ignorar os costumes da côrte, n'aquelle tempo; e acostumado ás tricas eleitoraes do seu tempo, vê nos sobrescriptos das cartas de aviso aos membros da nobreza um grande meio para o governo contar com maioria.

Pois está enganado, ou quer enganar os outros. O Senhor Infante não necessitava recorrer a esses meios; nem o saberia fazer, por não ser discipulo da escola liberal, nem o faria, porque similhante fraude repugnava á lealdade do seu cara-

cter, á nobre independência de que deu provas até ao ultimo momento da sua vida.

Não o necessitava, dissemos, e dissemos bem; porque, quem foi, mal pôz o pé em terra portugueza, recebendo nos braços de todo o povo, aclamado de uma a outra extremidade do reino com o maior entusiasmo, por movimento espontaneo do paiz, não necessitava lançar mão das *tranquibernas*, que á falta de argumentos o sr. Thomaz Ribeiro inventa, para assegurar a votação dos Estados.

Compreende-se que faça isso um governo que se impõe a uma nação, que não tem a seu favor a força do direito, mas só o direito da força, e força de mais a mais estrangeira. O sr. conselheiro sabe a quem nós nos referimos... Mas fingir que recorrera a esses meios o Senhor Infante, para se fazer acclamar rei, é levar á ultima extremidade o abuso da penna.

As auctoridades intervinham, mas para pedir ao povo que esperasse pela decisão do tribunal competente; nós mesmos ouvimos, mais de uma vez, a auctoridade, vindo ao centro dos grupos populares, intimar-lhes socego, e quando elles prorompiam em acclamações, gritando com a força que dá o entusiasmo: *Viva El-Rei o Senhor Dom Miguel Primeiro!* dizer-lhes: «O Senhor Infante não quer isso, e eu não o posso consentir.»

E o povo continuava a gritar: *Viva El-Rei, viva o legitimo Rei de Portugal, o Senhor Dom Miguel Primeiro!*

O sr. Thomaz Ribeiro, se escrevesse historia com a imparcialidade, de que o homem serio se deve

revestiir quando pega na penna para ser historiador, tinha na popularidade innegavel do Senhor Dom Miguel a prova do contrario de quanto escreve em relação ao assumpto.

Ha, entre milhares de factos, um que vamos apontar a sua ex.^a e que prova bem de que lado estava a massa geral da nação, e fallamos d'este com especialidade, por que o sr. conselheiro não póde dizer que o ignora, pois isso equivaleria a confessar uma absoluta ignorancia da historia do periodo de que se trata.

No dia 16 de maio de 1828, a guarnição do Porto levantou-se contra o governo do Senhor Infante, movimento que foi secundado por muitos corpos em diferentes pontos do reino, convergindo todos sobre o Porto, que foi escolhido para base de operações.

Este movimento fôra preparado e era dirigido pelos generaes Saldanha, Villa Flor, Saraiva, Stubbs, conde de Sampaio e Azevedo, e tomaram n'elle parte caçadores 2, 3, 6, 7, 9, 10, 11 e 12; infantaria 3, 6, 9, 10, 18, 21 e um batalhão do 23, artilheria 4, alguma cavallaria; milicias do Porto, da Maia, de Oliveira, Coimbra e Figueira e os academicos.

Estes corpos saíram das suas praças ou terras que guarneciam, e atravessaram o reino por diferentes pontos para se dirigirem ao Porto.

O povo considerou-os desde logo rebeldes; e por isso não tomou parte no movimento; pelo contrario, desenvolveu-se em todo o paiz extraordinario enthusiasmo pelo Senhor Dom Miguel, e o povo em

toda a parte corria a bater os rebeldes, que tiveram de fugir vergonhosamente para a Galliza.

Partecerá, talvez, este facto deslocado aqui; mas nós apontamolo unicamente para mostrar a popularidade do Senhor Dom Miguel, popularidade que o dispensava, ainda que elle fôra da escola liberal, de recorrer aos meios, que o sr. Thomaz Ribeiro inventa, para obter solução favoravel nos Tres Estados.

Mas como argumentamos a posteriori, não necessitamos o uso d'estes raciocinios para provar, que são falsas as asserções de sua ex.^a. Temos direito de lhe exigir que prove as accusações que faz, para se não expor a que fiquemos com o direito de lhe applicar o epitheto que compete aos que attribuem aos seus adversarios acções más, sem que as possam provar, por não terem fundamento e serem apenas a execução d'aquelle tão conhecido preceito que Voltaire legou aos seus discipulos.

Sr. Thomaz Ribeiro, v. ex.^a a paginas 130 do livro *D. Miguel e a sua Realza* diz, que nos sobrescriptos das cartas convocatorias do braço da nobreza em 1828 só se escreveram os nomes dos que a auctoridade julgava fideis. Emprazamolo a declarar quaes foram os nomes dos membros da nobreza que não foram convidados para irem tomar o seu lugar nas côrtes de 1828.

Esta declaração é importantissima, aliás bem conhecida v. ex.^a o direito que nos fica.

XXXIII

São maravilhosas as descobertas

historicas feitas pelo sr. Thomaz Ribeiro em relação aos Tres Estados de 1828.

Já vimos como o clero nada valia, por estar sob o peso da influencia do padre José Agostinho de Macedo, e de uma celebre junta apostolica, creada pelo sr. Thomaz Ribeiro e presidida por Sua Magestade a Senhora Dona Carlota Joaquina; como fôra illegal a convocação do braço da nobreza, por ser feita por cartas especiaes e com sobrescriptos; resultando d'aqui ser excluida a maioria da nobreza, descoberta que immortalisa o auctor; agora vamos ver como os procuradores dos povos saíram todos do chapéo do ministro.

Sic itur ad astra!

Não se conquista a immortalidade sem grandes arrojões, e se o sr. Thomaz Ribeiro se limitasse a escrever historia, se nos apresentasse os factos taes quaes se deram não passaria de uma vulgaridade d'este mundo sublimar; mas não foi sua ex.^a cercado para o vulgar; não lh'o permite o seu talento, e por isso, fabricando historia, fabricou o elevadissimo pedestal, onde a posteridade o admirará como um dos primeiros inventores d'este seculo de invenções.

Quer fazer convencer os seus leitores de que o governo exercera pressão para que as camaras elegessem procuradores, homens que fossem partidarios do Senhor Dom Miguel, e isto porque na carta regia que mandava proceder á eleição se dizia:

«Recommendo vos que vos lembreis de que em todo o tempo, principalmente no actual, convém que haja grande consideração na

dita eleição para que se faça em pessoas, que pela sua qualidade e procedimento pretendam sómente o serviço de Deus e do throno e zelo do bem publico, havendo o maior cuidado em que se não receba voto para procurador, que não recaia em pessoa que mereça aquelle conceito.»

Esta recommendação, com que tanta bulha pretende fazer o sr. Thomaz Ribeiro, pecca por inutil, por desnecessaria; mas em nada offendia os direitos do povo, nem a dignidade do governo.

Estabelecera o pacto constituinte dois principios, que todo o governo que emanasse d'elle, tinha obrigação de guardar e fazer guardar, primeiro que tudo DEUS, depois a MONARCHIA. E por isso que nenhum governo tem direito de o ser, rasgando os principios a que deve a existencia, o governo filho das côrtes de Lamego, das de Coimbra e das de Lisboa, tinha primeiro que tudo e sobretudo o dever de attender ao serviço de Deus e ao da monarchia, e não consentir que se conspirasse contra o altar e o throno, embora fosse pelos meios chamados legais; porque n'este caso não ha legalidade possível, a não ter o sr. conselheiro a habilidade de nos provar que ha direito contra legalidade.

O governo da monarchia tradicional tinha, e não podia deixar de ter, uma teigão decididamente catholica, e não se podia nem devia consentir que viesse tomar parte n'elle quem não fosse catholico; o mesmo dizemos enquanto ao principio monarchico: não achamos pois que peccasse, a não ser pela inutilidade, fazendo aquella recom-

mendação quem lavrou e assignou, a carta regia a que se refere o sr. Thomaz Ribeiro.

Além d'isso, os procuradores dos povos não eram chamados para discutir a fôrma da governo; mas sim para dizerem se o throno pertencia ao sr. D. Pedro ou ao Senhor Dom Miguel, e para decidirem esta questão conscienciosamente muito convinha, que fossem homens que só pretendessem o serviço de Deus e do throno, e que tivessem zelo pelo bem publico.

Se a carta regia recommendasse que fossem eleitos só miguelistas e não pedristas, então sim, então colhia o argumento; mas a recommendação de que fossem eleitos só os amigos do serviço de Deus e do throno, podia-se dispensar; foi uma inutilidade, mas não era contra o espirito da lei e em nada viciava a eleição.

Que diria o sr. Thomaz Ribeiro, se um homem eminente do partido legitimista, e com a approvação, pelo menos tacita, de todo o partido, nas vespervas da eleição proclamasse aos seus, dizendo lhes que com a ponta do punhal affastassem da urna o adversario que lá tentasse chegar?

Talvez sua ex.^a se não lembre do facto a que nos referimos, o que não admira, especialmente n'esta epocha, em que quem está á frente de um districto, e tão importante como o do Porto, pouco lhe é o tempo para dar as suas ordens aos administradores, vigiar que estes as transmittam fielmente aos regedores e cabos de policia; attender ás exigencias dos influentes, obtendo dos ministros para este uma graça honorifica, para aquelle um

emprego; tomando as providencias necessarias, para que seja livre das garras do recrutamento um infeliz que a sorte chamara ás armas, ou para que o fisco seja indulgente para com outro, que mais valioso tributo póde dar ao governo indo á urna em lugar de ir a casa do recebedor.

E' provavel, repetimos, que sua ex.^a se não recorde do facto, a que nos referimos, por isso vamos offerrecer lhe alguns versos da magnifica proclamação, já que a, não podemos transcrever na integra, por ser muito extensa:

«.....Povo, confunde-os
De teu juizo no terrivel dia.
E se algum, mais insano, ousar seu voto
Na assembléa da patria, que renegam...
Se elle o ousar, pois que a lei não pre-
viu tanto,
Possas o livre punhal voar-lhe ao peito.»

Transcrevemos estes versinhos apenas como uma curiosidade e não como argumento, porque nem a logica nos permite usar argumentos d'esta ordem, nem o *livre punhal* justificaria qualquer illegalidade que se tivesse commettido em 1828.

Ha todavia um facto a que não podemos deixar de alludir. Sabe o sr. Thomaz Ribeiro o que liberaes costumam fazer em vespéras de eleições, todos os administradores de concelho que tinham sido nomeados pelo governo transacto, são postos na rua, e as administrações entregues a amigos.

Pois em 1828, o Senhor Infante não procedeu assim. Os procuradores a côrtes dependiam das camaras tanto ou mais que os actuaes

deputados dependem dos administradores dos respectivos concelhos, e todas as camaras que aquelle Augusto Senhor encontrou no reino, quando a elle regressou, tinham sido creada sob a influencia do governo constitucional, sendo ministros Trigoso, D. Francisco d'Almeida, Mello Breyner, barão do Sobral, Saldanha e Ignacio da Costa Quintella; pois foi commettido a essas camaras o encargo de mandarem procuradores a côrtes!!

Se v. ex.^a se despiisse de espirito partidario, bastava-lhe esta consideração, para não vir atacar a legalidade com que o braço do povo foi eleito em 1828.

O Senhor Infante e o seu governo não fizeram preparativo algum para que a eleição lhe fosse favoravel..

E ainda que era muito licito duvidar da legalidade da regencia da Senhora Infanta, e não menos da sua imparcialidade, o que dava direito ao Senhor Infante a tomar as medidas que a prudencia e a imparcialidade lhe dietas em, Sua Alteza preferiu mostrar n'este importante acto a abnegação, que caracterizou todos os actos da sua vida.

Além de que, ainda quando o Senhor Infante não tivesse a abnegação, que lhe reconhecemos, só por uma puerilidade iria intervir na eleição dos procuradores a côrtes. Se, logo que se espalhou a noticia da sua chegada a Lisboa, as povoações corriam em massa aos paços do concelho a acclamal-o; se as camaras, sem esperarem pela decisão dos Tres Estados, umas o acclamavam Rei, outras lhe pe-

diam que tal se declarasse, que necessidade tinha elle ou o seu governo de ir tirar á eleição o cunho da legalidade, o cunho da verdadeira expressão da vontade do paiz?

Sr. Thomaz Ribeiro, estas coisas só se fazem, quando ha necessidade de as fazer, e v. ex.^a é um documento vivo que prova esta asserção, pois conhece muito bem quem tem necessidade de recorrer a semelhantes meios para ostentar uma popularidade que não tem.

XXXIV

Nenhum paiz tinha uma representação mais livre que Portugal, antes de 1834; não podiam ser invadidos pelas *fornadas* os braços do clero e da nobreza, e não era tão facil corromper os eleitores do braço do povo, como hoje.

Reuniram-se pela ultima vez as antigas côrtes da monarchia em 1828, foi legalissima a sua convocação, como temos provado, e representavam ellas legitimamente o paiz, sendo por isso o tribunal competente para decidir a questão da successão e valida inquestionavelmente a sua decisão.

Mas, para provarmos como é destituida de fundamento toda a argumentação do sr. Thomaz Ribeiro, e como os seus argumentos, ainda quando não fossem falsos, nada concluem, supponhamos por um momento, que havia uma junta apostolica presidida por Sua Magestade a Rainha, e que esta junta dominava o braço do clero; que resultava d'ahi?

Não teriam por isso valor as decisões d'aquelle braço.

Mas, levemos a nossa condescendencia até á extremidade: supponhamos, como o sr. Thomaz Ribeiro, que essa junta, por se chamar apostolica, era tão condemnavel que condemnados ficavam quantos com ella communicavam, e ponhamos por isso o braço do clero fóra do combate.

Supponhamos que os nobres não deviam ser convocados por cartas e *cartas com sobrescripto*, attentado tanto maior quanto é mais para respeitar a carta sem sobrescripto, depois que o augusto dador *por chalaga* para cá nos escreveu uma assim; supponhamos ainda, que, como o erudito conselheiro quer dar a entender, resultou d'estas cartas com sobrescripto não ser convocada a maioria dos titulares, embora, a não serem os que estavam fóra do paiz, todos firmassem com as suas assignaturas o respectivo assento; mas façamos estas concessões, não só para mostrar respeito á madureza dos argumentos do sr. conselheiro, mas ainda á elevada sagacidade com que sua ex.^a os foi descobrir.

E assim ponhamos tambem de parte o segundo estado.

Resta-nos só o braço do povo!

Esse ficou completamente aniquilado depois, que sua ex.^a pelas suas aturadas investigações historicas, conseguiu descobrir a carta regia de 6 de março de 1828, em que se recommendava ás camaras que convinha, que a eleição recahisse em pessoas que só pretendessem o serviço de Deus, do throno e do bem publico!

O serviço de Deus! Que horror!

Bem se deixa ver aqui a influencia de uma junta apostolica!

O serviço de Deus, depois de ser já conhecido no paiz o direito publico constitucional do sr. Thomaz, é coisa que se possa tolerar?

E podiam ter voto em côrtes procuradores votados ao serviço de Deus?

Mas não pára aqui a carta regia nas suas extravagantes exigencias: recommenda que para decidir a quem pertence o throno sejam escolhidos homens que se interessassem pelo throno.

Já viram absurdo d'esta ordem?

E isto depois de ser conhecido aquelle grande principio social, que manda enforçar o ultimo rei legitimo nas tripas do ultimo frade, para garantir á sociedade os seus direitos e preparar á Europa um brilhante futuro!

E' ainda pouco; em suas endiabradas exigencias a carta regia leva o cynismo a recommendar que os eleitos sejam pessoas, que se interessassem pelo bem do povo!

Tem rasão, sr. conselheiro, o bem do povo é monopolio de v. ex.^a e dos seus correligionarios.

Estava reservada para a familia liberal, especialmente para o ramo d'essa familia a que v. ex.^a pertence, fazer a fortuna d'este povo, *poupando* o suor do trabalhador *zelando* os direitos do artista, a dignidade da massa geral da nação e a integridade do territorio, e desde que o seu heroe e todos os submissos servos d'elle e da sua dynastia, tomaram o encargo de *defensores* do povo, não deviam homens, que se interessavam no serviço de Deus e do throno, ter a

ousadia de se dizerem amigos do povo.

Ponhamos tambem fóra de acção o braço do povo!

E recapitulando digamos: As cortes de 1828 foram nullas, por estar um dos seus braços sob a influencia da junta apostolica; por ser o segundo convalidado por cartas com sobrescriptos, e por ser o terceiro composto de homens que se interessavam no serviço de Deus, do throno, e do povo. São nullas e de neuhum effeito as suas resoluções; que mais quer, sr. conselheiro? Ou que vantagem colhe para a causa que defende? O direito pelo qual o Senhor Dom Miguel se assentou no throno, foi feito por aquellas cortes ou era preexistente?

Se nos admiramos da belleza dos argumentos de v. ex.^a, muito mais nos admiramos de que v. ex.^a ignore o que eram as cortes da monarchia tradicional e o que ellas podiam; e que v. ex.^a ignore radicalmente prova-se pelas seguintes linhas que escreveu a pag. 133 do seu livro:

«Clamam, depois d'estas gentilezas, em tom de triumpho *et ore rotundo* (este *ore rotundo* fica aqui a matar) que D Miguel fôra ELEITO por unanimidade! Como se esta unanimidade não fosse a sua condenação...»

Muito bem, sr. conselheiro, muito bem! Agora está v. ex.^a desculpado de quanto tem escripto e com alvará para escrever quanto lhe vier á cabeça.

Se v. ex.^a não fosse um homem revestido de tantos titulos litterarios e scientificos, só aquelle magnifico ELEITO lhe dava jus a ser

approvado com distincção em historia portugueza e em direito publico portuguez.

Eleito, sr. conselheiro eleito ?!

Valha-nos Deus! pois o throne portuguez foi nunca electivo ?

V. ex.^a e os seus correligionarios politicos, por uma certa conviniencia, negam a existencia das côr.es de Lamego; mas se estas não existiram, onde, como e por quem foi eleito o primeiro rei de Portugal, e quem elegeu, como e onde os seus successores? Já se vê, que nem a ficção da não existencia das côrtes de Lamego salva o tão desgraçado ELEITO, que não em desdouro da monarchia legitima, mas do auctor apparece a pagina 133 do livro *D. Miguel e sua realza*.

Abramos, porém, a historia portugueza nas suas primeiras paginas, e vejamos ahí o nosso direito patrio em relação ao throno e aos que n'elle podem, por direito, tomar assento.

Sr. conselheiro, a monarchia tradicional portugueza nunca teve rei eleito, desde o sr. D. Affonso Henriques até ao Senhor Dom Miguel de Bragança.

As cortes de Lamego confirmaram ao sr. D. Affonso Henriques o titulo de rei, que os seus soldados lhe tinham dado no campo de Ourique e depois da batalha de Arcos de Val de Vez; mas aquelle Augusto Senhor já era soberano por direito hereditario.

Affonso VI de Leão doou a sua filha Dona Tareja, para esta casar com o conde D. Henrique, algumas terras que foram o nucleo da monarchia portugueza; o desejo de engrandecer os seus es-

tados e o de arrojear para fóra da peninsula os sarracenos levou o conde D. Henrique a declarar-lhes guerra: muitas victorias vieram co-roar o seu valor e augmentar os seus estados.

Seu filho o sr. D. Affonso Henriques, herdando com os estados de seus paes o seu valor e o odio aos sarracenos, proseguiu a guerra contra estes sempre com o titulo de conde, até que o entusiasmo da victoria de Ourique levou os seus soldados a aclamar-o rei, titulo que lhe foi confirmado pelas cortes de 1143.

Bem vê, sr. conselheiro, que aqui não houve eleição, houve uma mudança de titulo, pois o sr. D. Affonso Henriques não recebeu a soberania das mãos do povo ou dos soldados, herdou-a de seus paes. Nem ainda do Senhor Dom João 1.^o se pode dizer, que foi eleito; as cortes de 1386 reuniram-se para verem quem devia succederao ultimo rei; e tendo perdido os direitos de successão sua filha pelo facto de se fazer estrangeira; não podendo apresentar-se como successores os filhos de D. Ignez de Castro por terem pegado em armas contra Portugal, seguiu-se o mestre d'Aviz, a quem as cortes decidiram competir o reino apesar de ser bastardo.

Ainda que o throno portuguez fosse electivo, ninguem tinha reinado com melhores direitos do que o Senhor Dom Miguel; porque o suffragio universal o aclamou rei logo que elle chegou a Portugal. Todavia, se não estamos dispostos a consentir que o sr. Thomaz Ribeiro fabrique historia, muito menos consentiremos que fabrique

direito, ou que, abusando d'este e d'aquella, e ainda muito mais dos leitores, nos venha dizer que o Senhor Dom Miguel foi eleito pelos estados de 1828.

Sr. Thomaz Ribeiro, a verdade sobretudo; o Senhor Dom Miguel subiu ao throno pelo direito que lhe fora transmittido por seu augusto pae, em conformidade com as leis da monarchia: As côtes de 1828 não lhe deram, nem lhe podiam dar o direito; não fizeram mais que reconhecer esse direito.

XXXV

Se uma academia offerecesse um premio a quem amontoasse em um livro maior numero de falsidades historicas e de absurdos juridicos, ornando estes e aquellas umas vezes com os mais grosseiros insultos, outras com o sarcasmo impio ou com a heresia, ninguem o poderia disputar ao sr. conselheiro Thomaz Ribeiro.

Se sua excellencia quizesse fabricar historia dos tempos fabulosos, não daria mais largas á sua imaginação de poeta do que escrevendo a historia do seculo actual.

No seu livro, *D. Miguel e a sua Realza*, ha periodos que não podem deixar de provocar a indignação do homem serio, como cremos que provocarão a inveja dos cynicos, quando virem que nunca lhes foi possivel chegar tão longe.

A paginas 135, com aquella autoridade magistral, que o mais fofo orgulho lhe deu, escreve: «Se a vontade da nação é quem dá as legitimidades, teve-a por si D. Pedro no dia 31 de julho de 1826...

e teve-a, quando a nação elegeu livremente os seus deputados, segundo os preceitos da carta.»

Queria o sr. Thomaz Ribeiro que o povo adivinhasse; unica hypothese, em que podia estar prevenido para se revolucionar contra a carta, no mesmo dia em que ella appareceu,

Ora isto não aconteceu, nem podia acontecer, e o povo tomado de surpresa pelo dador e por aquelles que entravam no segredo, levou alguns dias antes de sair para a rua, protestando com as armas na mão que não queria a carta, porque lhe coarctava as suas liberdades, fóros e regalias; que não queria a carta, por que só os Tres Estados tinham o direito de alterar a lei fundamental da nação; que não queria a carta, porque não queria, nem devia receber leis de um estrangeiro.

E por que o povo não fez isto immediatamente, deduz o sr. Thomaz Ribeiro, que a vontade da nação estava toda no dia 31 de julho de 1826 pelo lado do sr. D. Pedro.

Não foi muito feliz n'esta argumentação o sr. conselheiro; porque, se lançamos mão dos factos, provamos mais uma vez que falsificou a historia; e, se o não fizéssemos, poderíamos argumentar contra o sr. D. Pedro e as suas *preciosas* dadas, dizendo:—o povo no dia 31 de julho de 1826 geralmente as abraçou, porque as não conhecia; mas logo que as conheceu, jurou-lhes guerra e por tal sorte o fez, que para forcarem o povo portuguez a aceitar o dador e as dadas, não foi bastante a intriga diplomatica, nem o oiro corruptor espalhado ás mãos cheias: foi ne-

cessario que tres poderosas nações, a França, a Inglaterra e a Hespanha, viessem com mão armada arrancar do seio dos portuguezes o principe, que era as suas delicias, e obrigar-os a acceitar a carta, o dador da carta, e as suas consequencias.

Nem se podia explicar de outra sorte essa expontaneidade, com que o erudito conselheiro diz fôra recebido o governo do sr. D. Pedro, e o modo como depois o povo se armou para o guerrear.

A não ser assim, como explicaria o sr. Thomaz Ribeiro este phenomeno, ou como provaria a sua asserção? Mas sua ex.^a não se cansa com provas. Seguindo o conselho de Voltaire, escreve quanto lhe parece convir á causa que defende e, para prova, contenta-se, de ordinario, com a respeitabilidade do seu nome.

Sem contestarmos essa respeitabilidade, permitta-nos comtudo que tiremos as justas deducções do que escreve, ou que, lançando mão da historia, provemos com ella a inexactidão das suas asserções.

Nunca foram bem recebidos do povo portuguez, nem o sr. D. Pedro, nem as suas dadivas, e tanto assim, que a propria regencia, apesar de creada *ad hoc* pelo famoso decreto posthumo, se não atrevia a acceitar e mandar jurar a carta, e só o fez, quando João Carlos de Saldanha, então general do partido do Porto, ameaçou que marcharia sobre Lisboa á frente da força do seu commando, se a carta não fosse immediatamente jurada.

Forte com este apoio, não hesitou a Sr.^a Infanta Regente em mandar jurar a carta; mas pare-

cendo-lhe, e parecendo-lhe bem, que João Carlos de Saldanha e mais alguns generaes, como elle dedicados á causa do Imperador do Brazil, com as forças de que dispunham eram insufficientes para forçarem o povo portuguez a receber como rei um estrangeiro, e a acceitar a lei que elle queria impor ao paiz, recorreu á Inglaterra, e a divisão Clington veio a toda a pressa soccorrer a carta, a Regente e o dador da carta.

«Acude... que se não corres,
Póde ser que não aches quem sóccorres.»

Dizia Palmella ao gabinete inglez, e tanto o fez persuadir d'esta verdade, que nem se deu tempo a reunir a divisão toda; á proporção que os corpos se apromptavam, seguiam logo para Portugal.

Nós não fabricamos historia; correm impressos documentos officiaes, que provam tudo isto.

Se fosse verdade o que asseverava o sr. Thomaz Ribeiro, em relação ao modo como o povo portuguez recebeu a principio o sr. D. Pedro, um melhor defensor d'aquella causa, e que fosse tão pouco escrupuloso, em relação á verdade, como sua ex.^a, não viria fazer uma revelação, que tanto compromette o primeiro Imperador do Brazil, vindo até justificar o modo como o trataram os brasileiros..

E já que por incidente tocámos n'este ponto, desejariamos que o sr. conselheiro nos aconselhasse em relação ao juizo que devemos fazer das causas, que levaram os brasileiros a pôr fôra do Brazil o seu primeiro imperador. Em quanto não responder auctorisa-nos a dizer: Os brasileiros fizeram ao sr.

D. Pedro, o mesmo que o sr. Thomaz Ribeiro indica terem-lhe depois feito os portuguezes. Em quanto o não conheceram, trataram-o muito bem; mas, logo que o conheceram, deliberaram pol-o fóra e só descansaram depois de o terem obrigado a fugir.

Dissemos que o sr. Thomaz Ribeiro se dispensava de provar o que escrevia: nem sempre o faz; ás vezes apresenta provas, que antigamente se dizia serem de cabo de esquadra, e hoje poderemos dizer serem de conselheiro: D. Pedro, diz elle, tinha a seu favor a vontade da nação, e para prova temos o modo como esta elegeu livremente os seus deputados, segundo os preceitos da carta!!!

Assim, assim, sr. conselheiro; assim é que se argumenta, o mais é historial!

Mas partindo d'esse principio controverso, podemos dizer: A vontade da nação, no dia 21 de agosto de 1881, estava toda do lado do sr. Fontes, do sr. Thomaz Ribeiro e dos seus amigos politicos; por isso que a nação elegeu *livremente* os seus deputados, segundo os preceitos de suas ex.^{as}!!

Querer, no anno da graça de 1881, argumentar com as eleições feitas *livremente segundo os preceitos da Carta*, é d'uma ingenuidade maravilhosa. Não podemos, contudo, negar a este argumento uma belleza, é a harmonia em que está com todos os outros, apresentados no magnifico livro, que estamos analysando.

No livro do sr. Thomaz Ribeiro a delicadeza da phrase disputa preferencias á verdade historica e ás razões juridicas. A paginas 136 dá

ao Senhor Dom Miguel os epithetos de usurpador e aleivosos; aos duques chama perjuros; blasphemos aos Bispos, e a nós, ao povo miguelista ou legitimista, *idem est quod idem valet*, chama-nos arrua-ceiros embriagados... Para desforço não iremos consultar os compendios por onde o sr. Thomaz Ribeiro aprendeu, até porque tinhamos medo de sujar as mãos, pegando nos livros, porque sua ex.^a estudou; limitar-nos hemos a dizer: O sr. Thomaz Ribeiro é—o sr. Thomaz Ribeiro.

Nem ao céo pediremos vingança contra a calunnia, nem contra aquelle que tão mal tracta os Christos do Senhor; pelo contrario, seguindo a ligão do Divino Mestre, elevaremos a voz ao throno do Eterno Padre, repetindo: *Pater, dimitte illi, non enim scit quod dicit.*

XXXVI

Tem sido longa a resposta que emprehendemos dar ao livro do sr. Thomaz Ribeiro, e estamos ainda longe de a concluir: porque, em cada pagina encontramos materia para mais de um artigo, quer a analysemos pelo lado historico, quer pelo lado juridico; e interminavel se tornaria, se attendessemos tambem á logica e até á grammatica.

E apezar de extensa, não nos satisfaz; porque aquelle famoso livro só ficaria bem respondido, se nos fóra possível reproduzir-o na integra, acompanhando-o das reflexões ou esclarecimentos convenientes. Mas, se não podemos reproduzir-o na integra, daremos, ao menos, aos nossos leitores o

prazer de lerem algumas linhas das que o auctor escreveu de paginas 136 a paginas 137.

«Nas escavações e investigações archeologicas do velho direito portuguez não temos esperanza de nos entendermos. Tentemos por deferencia que não porque a julgemos indispensavel.»

Lendo estas linhas, perguntou-nos uma creança, que se prepara para fazer exame de instrucção primaria, se a palavra archeologicas estava aqui empregada com propriedade, qual era o complemento objectivo d'aquelle verbo tentemos, e se achamos boa e bem portugueza aquella construcção *que não porque?*

Já se vê que isto não passa de um dito de creança: referimol-o como tal, *que não porque* tenha importancia.

Lembra-nos ter assistido, no velho theatro do Salitre, á representacção de uma engraçada magica, uma das scenas da qual se passava no reino dos ephemeris; n'aquelle paiz havia generaes, que apenas tinham nascido oito dias antes, e era velho, velho decrepito, quem chegava aos 15 dias.

Não diremos que o sr. conselheiro seja do tal paiz dos ephemeris, mas figura-se-nos seu visinho ou arraiano, quando considera escondido nas vetustas sombras da archeologia o que dista apenas cinquenta annos.

O novo direito, ou antes o direito publico constitucional do sr. Thomaz Ribeiro, data de 31 de julho de 1826, para conhecer o direito anterior a esse dia são necessarias escavações e investigações archeologicas!!

E o peor é o desengano, que nos dá, de não ter esperanças de se entender, não diz com quem, mas julgamos ser comnosco, nas taes investigações archeologicas; não a'mira: os peiores cegos são os que não querem ver, e como sua ex.ª, por assim lhe convir, não quer ver tudo o que está escripto ou na legislação ou na historia anterior a seu direito publico constitucional, não se pôde entender comnosco.

Mas continuemos a transcripção d'aquella brilhante pagina:

«Antes de tudo ponhamos de parte as côrtes de Lamego, em cuja existencia e authenticidade já hoje só vós acreditaes. Os frades de Alcobaça, com serem bernardos, permittiam-se, ás vezes sonhos de politica romanesca, n'aquellas pesades e longas noites claustraes, entre a refeição apocriptica da tremenda e a hypocrita modestia da parva matinal.»

Quanto pôde o terror das investigações archeologicas! Só porque as contemplou por um pouco, o sr. conselheiro ficou tão transformado que escreveu essa algaravia, de que damos, para estudo, as linhas que deixamos transcritas.

Ponhamos de parte a auctoridade pedagogica, com que o sr. Thomaz Ribeiro declara serem inacreditaveis as côrtes de Lamego, e ponhamos tambem de parte aquelle vós, que ninguem sabe com quem concorda, e depois pediremos com toda a ingenuidade ao auctor que nos diga, para que são aqui chamados os frades bernardos, a tremenda e a hypocrita modestia da parva matinal.

Mas, perdão; o trecho que apresentámos para estudo não fica completo sem estas linhas que seguem logo á *parva matinal*:

«Procuremos leis authenticas, e ESTUDE-AS; que isto de fazer historia por compendios miguelistas e noticias de jornaes póde ser bom para estrepitos, para *chantage*, nunca para se tomar a serio.»

Temos pena que o sr. conselheiro tenha tanto horror á archeologia; porque, se não fôra isso, aconselhar-lhe-íamos que fizesse as taes escavações e investigações archeologicas, porque com os principios de direito publico portuguez que ignora, ou finge ignorar, encontraria tambem algumas regras sobre o uso das conjunções copulativas, sobre a concordancia do verbo com o sujeito, e do relativo com o substantivo, que, apesar do pó archeologico, não são completamente inuteis para quem escreve.

Deixemos, porém, as questões acerca da differença, que existe entre o *jota* e o *i romano*, e vamos á questão principal.

O sr. conselheiro, forte com o seu direito publico constitucional, põe de parte, com as côrtes de Lamego, todo o direito publico portuguez, parecendo-lhe desnecessario fallar d'elle, a não ser por deferencia.

Agradecendo a deferencia, como mais uma prova da inquestionavel amabilidade de sua *ex.^a*, pediremos todavia licença para lhe dizer, que não podemos tomar a sério o modo como quer prescindir, ou finge poder-se prescindir, do antigo direito portuguez.

Figuremos uma hypothese: v.

ex.^a era já conselheiro em 10 de março de 1826, quando foi morto officialmente o Senhor Dom João VI, e era consultado sobre a questão da successão; que faria, havia de esperar que fosse *outhorgada* a carta, ou havia regular a sua resposta pelas prescripções do direito existente?

Perdõe-nos v. *ex.^a* que lhe digamos, que o querer decidir esta questão pela carta, rebaixa quem apresenta tal pretensão, e dá aos outros o direito de não tomarem a serio as cartas de conselho, e cremos que com mais rasão do que a que o sr. Thomaz Ribeiro tem para não tomar a sério a historia feita *por compendios miguelistas e noticias de jornaes*.

Ha poucos absurdos eguaes ao de argumentar a favor da legitimidade da dynastia da carta com a mesma carta, é *idem per idem*.

E' corrente em direito que a lei não tem força retroactiva, mas e sr. Thomaz Ribeiro e o sr. Martens Ferrão não o entendem assim, e pretendem decidir pela carta uma questão, que existia antes de existir a carta.

E não pára aqui o absurdo dos illustres conselheiros; acham que para decidir uma questão o meio mais equitativo e racional é arvorar um dos contendores em legislador, e decidir depois a questão pela lei que elle fizer.

Não exageramos, é exactamente o que pretendem os dois conselheiros.

Morreu o sr. D. João VI, deixando dois filhos, um brasileiro e outro portuguez; aquelle tinha a seu favor a primogenitura, mas tinha contra si a nacionalidade e

algumas gentilezas de que já temos fallado; d'aqui proveiu a questão de qual dos dois devia succeder a seu pae.

N'estas circumstancias, o primeiro decreta uma carta, declarando-se rei, os srs. conselheiros dizem que para decidir a questão nada mais é preciso.

E note-se, que a propria carta não cita um unico principio pelo qual o sr. D. Pedro deva ser rei; é rei porque elle o decretou, e tanto basta para satisfazer os eximios conselheiros.

E quer o sr. Thomaz Ribeiro que o tomemos a sério, quando argumenta assim!!

Fez bem em vir com a chocarice da *tremenda* e da *hypocrita modestia da parva matinal* para se illudir a si mesmo; pois quando ouvir que os leitores se riem do seu livro, póde crer que se riem das suas graças e não dos seus argumentos.

XXXVII

«Que é legitimidade, segundo o direito antigo?» Assim principiou o sr. Thomaz Ribeiro um periodo do seu inimitavel livro, e depois de declarar que põe de parte as subtilizas escolasticas, diz-nos que escreve um estudo para o povo e não para as academias; porque ahi todos teem já opiniões formadas e inabalaveis.

Comprehendemos que não tenha aspirações a illudir as academias, e que se limite a querer enganar o povo. Nem trabalha em outra coisa a escola a que s. ex.^a pertence, como a nossa tem por fim mostrar-lhe a verdade.

D'esta vez, porém, não escreveu nem para as academias, nem para o povo; confunde legitimidade com direito divino; embrulha a auctoridade de José Agostinho de Macedo com as Bullas Pontificias; pergunta nos se a legitimidade será o direito de feudo hereditario, ou de dote, o de conquista, o de primogenitura e varonia, o de herança testamentaria, o de eleição pura e simples, o reconhecimento das demais nações, ou o reconhecimento do reino, e diz por fim que o Sr. D. Pedro tem tudo isto a seu favor, mas não nos diz o que seja legitimidade.

E fez bem em a não definir, mas melhor teria feito se não perguntasse o que ella era, segundo o direito antigo. O termo é tão proprio e tão expressivo, que está dizendo ser Rei legitimo aquelle que as leis constitutivas do paiz declararam tal.

Estabelecido este principio, que nem as academias, nem o povo podem regeitar, resta examinar as leis do paiz, e em conformidade com ellas, e não pelo direito publico constitucional do sr. Thomaz Ribeiro, nem pelas *suas noções philosophicas sobre direito*, decidir qual dos dois filhos do Senhor Dom João VI era chamado por ellas á successão.

Parece impossivel que um homem que se diz portuguez e que nós cremos ser bom portuguez, no empenho de confundir a questão, chegasse até a pôr a legitimidade dependente do *reconhecimento das demais nações!*

Rebaixar a tal ponto o patriotismo só é dado ás noções philoso-

phicas da escola do sr. Thomaz Ribeiro.

Por tres vezes, em 1580, em 1808 e em 1834, teem as nações estrangeiras imposto soberanos a este paiz: da primeira e da segunda triumphou o nosso espirito de nacionalidade e independencia, em quanto á tereira podemos apenas dizer que o futuro pertence a Deus. Em todas ellas cedemos á força, mas nunca reconhecemos, nem reconheceremos nos estrangeiros o direito de nos imporem um rei de sua escolha. Deixamos essa gloria para a escola do sr. Thomaz Ribeiro.

Por deferencia *que não porque* o julgue necessario, tem o sr. Thomaz Ribeiro a longanimidade de apontar para as Ordenações do Reino, citando o liv. 2.º tit. 55 nos seus primeiros §§ e o liv. 4.º tit. 100, e como já nos disse que escrevia para o povo, dá-se por muito satisfeito com isto, presumindo que o povo não conhece as Ordenações, e lhe faltará paciencia ou tempo para as consultar.

E quem vir o tom magistral com que o erudito conselheiro faz aquella citação, julgará que effectivamente aquelles titulos da Ord. dizem o sufficiente para provar, que por morte do Senhor D. João VI o throno pertencia ao Sr. D. Pedro.

A citação do titulo 55 do livro 2.º da Ordenação, é para nos provar que o Sr. D. Pedro era cidadão portuguez; com o titulo 100 do livro 4.º, quer demonstrar-nos que a primogenitura dá direito á successão.

E assim provou o que estava provado, o que ninguém contesta

ou contestou. Mas não fez bom serviço á causa que defende em vir, «por deferencia *que não porque* o julgasse necessario,» fallar nas Ordenações do Reino.

Quem contesta ao Sr. D. Pedro que foi cidadão portuguez, quem nega ter elle nascido primeiro do que o Senhor Dom Miguel?

Para fazer uma habitação completa esqueceu ao sr. Thomaz Ribeiro ajuntar ás citações da Ordenação a certidão do baptismo d'aquelle Sr., e a certidão de obito do Senhor Dom João VI.

São dois documentos *importantes*, pelo menos interessam tanto para a questão como os titulos da Ordenação que cita.

O titulo da Ordenação que interessa no caso sujeito é o tit. 6 do liv. 5.º

Estude-o o sr. Thomaz Ribeiro, e veja, se pôde mostrar-nos que o Sr. D. Pedro não commetteu os crimes previstos nos numeros 2, 3, 4, 5 e 8 do tit. 6, do Liv. V, das Ord. do reino. Empenhe toda a força da sua argumentação para nos demonstrar que não foi réo de lesa-magestade, e, enquanto o não demonstrar, creia que perde o seu tempo, quando pretende fazer crer, que o successor legitimo do Senhor Dom João VI era seu filho o Sr. D. Pedro.

São bem claras e terminantes as disposições da Ord. a este respeito. «O réo de crime de lesa-magestade, diz ella, será condemnado que morra morte natural cruelmente.» E emquanto aos filhos diz: «O crime de lesa-magestade infama os que descendem da linha do criminoso, posto que não tenham culpa.»

Já o dissemos uma vez, e repetil-o-hemos agora: A posição do nosso adversário, assim elle a soubesse utilizar, é muito melhor do que a nossa; para defender a *legitimidade* do Sr. D. Pedro não necessitava dizer uma unica palavra menos delicada contra o Senhor Dom Miguel; se tão repetidas vezes emprega contra elle os termos *usurpador*, *perjuro*, etc. etc., é o luxo da calumnia alimentado pela *polidez* da escola revolucionaria.

Temos pena de não poder reproduzir aqui as estrophes, que os correligionarios do sr. conselheiro, os soldados do Sr. D. Pedro, cantavam em seus berros pelas ruas, na presença dos seus officiaes, e do proprio Sr. D. Pedro!! A escola que tolerava que aquelles dissessem o que diziam da Imperatriz Rainha, não pôde condemnar o sr. Thomaz Ribeiro pelas *polidas* phrases que dirige ao Senhor Dom Miguel.

A nossa posição, porém, é muito differente; não podemos demonstrar a legitimidade do Senhor Dom Miguel, sem provar os crimes do Sr. D. Pedro; foram esses crimes que fizeram rei legitimo de Portugal o Senhor Dom Miguel. Pelo menos é esta a nossa convicção, e n'ella persistiremos, enquanto nos não convencerem de que estamos em erro.

Se o Sr. D. Pedro se não tivera tornado réo do crime de lesa-magestade; se se não tivera feito estrangeiro, como o declara nas suas cartas e proclamações; se se tivera sempre conservado fiel ao seu rei e á nação, a legitimidade era inquestionavelmente sua, e todos nós

os legitimistas nos chamaríamos pedristas e não iniguelistas.

Mas, commetteu o Sr. D. Pedro crime de lesa-magestade? Vejamos o liv. V. Tit. 6.º da Ord.

Commette o crime de lesa-magestade:

1.º O que tentasse a morte do seu Rei etc. Ponhamos de parte este numero.

2.º O que tiver castello ou fortaleza do Rei, e se levantar com ella.

Levantou-se ou não com as fortalezas, que o Rei lhe tinha confiado, o Sr. D. Pedro? Responda a isto sr. consalheiro.

3.º Aquelle que em tempo de guerra fôr para os inimigos do Rei, para fazer guerra aos logares dos seus reinos.

Quando tivemos a guerra com o Brazil, de que lado estava o Sr. D. Pedro, estava do lado do Rei ou do lado dos inimigos do Rei? Fazia guerra a favor de Portugal, ou a Portugal?

Responda; sr. conselheiro, e se para responder, com mais consciencia, necessitar recorrer a algum documento, lembrámos-lhe as cartas que o Sr. D. Pedro escreveu a seu Augusto Pae, e sobre tudo a carta patente que auctorisa a armar navios de corso contra Portugal, e que põe a preço as cabeças dos portuguezes.

4.º Aquelle que der conselho aos inimigos do Rei em seu desserviço ou do seu Real Estado.

O Sr. D. Pedro fez mais do que dar conselho aos inimigos do Rei e de Portugal, pôz-se á sua frente, dirigia-os, conseguindo assim tirar ao Rei a maior parte dos seus estados. Nega isto sr. conselheiro?

5.º Aquelle que fizer conselho e confederação contra o Rei e seu estado ou tractar de se levantar contra elle, ou para isso der ajuda, conselho e favor.

Que nos diz, sr. conselheiro, incorreria ou não o sr. D. Pedro n'este crime?

8.º Aquelle que quebrar ou derribar as armas reaes.

Foram ou não derribadas em todo o Brazil as armas reaes?

E quem as derribou?

E' este o titulo da Ord. que interessa ao ponto que se discute; citar os artigos que o sr. Thomaz Ribeiro citou não passa de uma puerilidade.

Vir demonstrar o que está demonstrado, o que ninguem contesta, se não é puerilidade, prova a ausencia completa de melhores razões.

Que pretende concluir, sr. Thomaz Ribeiro, da citação que faz da Ord.?

Será melhor que aos prove que elle não incorreu nos numeros do Tit. 6 do Liv. V que deixamos citados.

Não o pôde conseguir, e se o conseguisse, ainda assim inúteis eram as suas citações; porque, respondendo a ellas, nós diríamos:

O sr. D. Pedro foi portuguez, é verdade, mas apostatou, preferindo a nacionalidade brazileira á portugueza; foi primogenito, mas vendeu a primogenitura.

E para o provarmos não obrigaremos o sr. Thomaz Ribeiro a envolver-se no pó archeologico; apontar-lhe hemos apenas para a constituição do Brazil e para o tractado de Separação.

Legere et non intelligere....

Não fazemos applicação d'esta regra ao sr. Thomaz Ribeiro, embora nos assista o direito de lhe dizer: V. ex.^a não entendeu o Tit. 100 do Liv. 4.º da Ord., aliás não o teria citado, nem teria affirmado bastar es-e titulo para sabermos que o sr. D. Pedro herdára de seu Augusto Pae a corôa, como primogenito varão.

Já mostrámos de um modo irrefutavel, que a Ord. decide este pleito a nosso favor, no Tit. 6 do Liv. 5.º, declarando réo de lesa-magestade o sr. D. Pedro e pondo-o, por isso, e a toda a sua descendencia, fóra da linha de successão; mas não pararemos aqui, queremos mostrar ao sr. conselheiro que a Ord. Liv. 4.º Tit. 100 só prova contra as pertenções de s. ex.^a. «Ha-de ter paciencia, já que por este modo nos provocou, ha-de ouvir o que era melhor guardar no esquecimento.»

O Tit. 100 do Liv. 4.º regula a ordem, por que se succederá nos morgados e bens vinculados, mas depois de estabelecer que o herdeiro será o filho varão mais velho, diz no § 3.º: «E tudo o que acima dito é, se entenderá, não declarando ou dispondo o instituidor em quaesquer dos ditos casos em outra maneira, porque o que elle ordenar ou dispozer, se cumprirá.»

E' muito racional, e muito clara esta disposição; nem nos parece que haja pessoa, que saiba medianamente direito, que se atreva a decidir um pleito sobre a succes-

são de um vínculo, sem estudar a instituição, para se conformar com as disposições do instituidor. Seria uma necessidade, ainda quando a Ord. o não prescrevesse; mas o sr. Thomaz Ribeiro, que se arroga o direito de fazer direito, prescinde d'isso. *De minimis non curat prætor*, e como leu que o filho varão mais velho succede no vínculo, acha que esse preceito, roborado com a sua auctoridade, é quanto basta para convencer aquelles, que teem a ventura de ler o seu livro, de que o successor legítimo do Senhor Dom João VI foi seu filho o sr. D. Pedro.

Menos auctorisados que s. ex.^a, não nos atrevemos a fazer direito, restringimo-nos ao que está escripto, e por isso, observando a prescripção da Ord. Liv. 4.^o, Tit. 100, § 3.^o, para sabermos se o sr. D. Pedro podia succeder a seu Augusto Pae, necessitamos ver as condições que a instituição estabelece, para que o filho mais velho possa succeder na corôa.

Os principios do nosso direito publico excluíram sempre do exercicio da soberania ao principe que não fôr natural d'estes reinos, que não exercer a soberania dentro dos mesmos reinos, e o principe que tenha feito guerra á sua patria.

Desde que se prove que o sr. D. Pedro estava incurso em alguma d'estas excepções, é evidente que o proprio Tit. 100 do Liv. 4.^o, que o sr. Thomaz Ribeiro invoca a favor d'aquelle principe, o exclue do direito á successão.

E que o sr. D. Pedro se tinha naturalisado brasileiro, perdendo por isso a sua qualidade de cida-

dão portuguez, prova-se até pelo direito publico constitucional do sr. Thomaz Ribeiro; veja-se a constituição do Brazil, a carta de 1826. o tractado de separação do Brazil, a carta de despedida que o sr. D. Pedro escreveu a seu augusto filho, o actual imperador do Brazil, etc., etc.

Para provar que o sr. D. Pedro exercia soberania fóra de Portugal, basta olhar para a data da carta constitucional.

Que o sr. D. Pedro fez guerra a Portugal, não o poderá negar o proprio sr. Thomaz Ribeiro.

Que diz a isto, sr. conselheiro? não sophisme, nem ladeie; recba a questão como ella é, e responda, se tem que.

Para poder fazer obra pelo seu direito publico constitucional, o sr. Thomaz Ribeiro, decreta que nem se falle em côrtes de Lamego; diz sua ex.^a com o ar auctoritario, de que reveste as suas decisões: «Antes de tudo ponhamos de parte as côrtes de Lamego em cuja existencia e authenticidade já hoje só vós acreditaes.»

Unde venit tibi fiducia tanta? diria um auctor muito conhecido, se se encarregára de responder ao sr. conselheiro, e nós, parodiando-o, diremos: Mestre, quem lhe deu auctoridade para pôr de parte as côrtes de Lamego? Quem lhe disse que ninguem acredita n'ellas?

Está completamente enganado; acreditam n'ellas todos os que sabem alguma coisa da historia de Portugal; é verdade que negou a sua existencia um grande historiadador, mas cremos que o fizera por capricho, ou por assim convir aos principios que defendia; além de

que, o sr. conselheiro não terá, cremos nós, a louca pretensão de querer fazer passar por infallível aquelle historiador.

Que mais prova quer o sr. conselheiro da existencia das côrtes de Lamego do que, ver a referencia que a ellas fizeram sempre os Tres Estados, quando se tratava de leis de successão? E esses corpos, onde se reuniam os homens mais eminentes em saber, fariam todos elles obra, isto é, fundamentariam as suas resoluções nas determinações de um corpo que não tinha existido? Nas leis da hermeneutica não valerão mais as opiniões de tão grande numero de sabios, do que a opinião do sr. conselheiro, por muito respeitavel que seja? Quando sua ex.^a estudou as leis da hermeneutica não deixariam de certo de lhe ensinar que, para conhecer a existencia do um facto ou para o apreciar, vale muito mais, *ceteris paribus*, o testemunho dos homens coevos ou quasi coevos do facto, do que o testemunho d'aquelles que viveram muitos seculos depois.

Assim, se nós sabemos, por exemplo, que as cortes de 1385 para decidirem a quem pertencia o throno por morte de D. Pedro I, se regularam pelas prescripções das côrtes de Lamego, para que havemos dar mais peso á opinião do sr. Alexandre Herculano, que viveu cinco seculos depois, do que aos sabios d'aquella epocha?

E para mostrar o valor d'aquella decisão, temos duas considerações, emquanto a nós de muito peso: nas côrtes de 1385 tomou assento João das Regras; foi elle quem pôz a corôa na cabeça de D.

João I, e para o fazer não teve outra fonte aonde ir buscar razões juridicas, senão ás côrtes de Lamego; e nós crêmos que o sr. Thomaz Ribeiro, apezar, dos seus arrojados poeticos, não ousará passar carta de ignorante a João das Regras.

A segunda consideração não é de menos valor; prova plenamente não haver em 1385 quem duvidasse da existencia das côrtes de Lamego. E' sabido, que não faltava quem disputasse o throno ao Mestre de Aviz, e desde que João das Regras, para mostrar que o throno lhe pertencia, se fundava nas côrtes de Lamego, se fosse licito duvidar de que ellas tinham existido, não faltaria quem, para fazer cair a argumentação do defensor do Mestre de Aviz, viesse apresentar esse argumento; pois desde que se provasse que não tinham existido aquellas côrtes, não havia razão juridica, que se oppozesse ás pretensões da Rainha D. na Beatriz, filha d'El-Rei D. Fernando, e que ainda chegou a ser acclamada depois da morte de seu pae, em 1383.

Estas considerações parece-nos que provam a favor das côrtes de Lamego; as chocarices da *tremenda* e da *hypocrita parva* só provam a falta de provas.

Tambem foram reconhecidas as cortes de Lamego pelas de 1580 e 1641, e as de 1698 foram convocadas pelo sr. D. Pedro II, para explicarem um artigo das cortes de Lamego.

Mas, parece impossivel que um homem illustrado como o sr. Thomaz Ribeiro, julgue que infirma os direitos que o Senhor Dom Miguel

tinha ao throno de Portugal, negando a existencia das cortes de Lamego! Ainda que essas cortes não tivessem existido, nem por isso seriam meos provados os direitos d'aquelle Augusto Senhor; em lugar de dizermos que o throno era seu, porque lh'o davam as côtes de Lamego, diriamos que lh'o davam as cortes de 1385 e as de 1641, sendo confirmados os seus direitos por todas as outras cortes, em que se tratou da successão, ou de coisa que lhe dissesse respeito.

Estamps a paginas 138 do livro do sr. Thomaz Ribeiro, e todos os argumentos, que até aqui temos encontrado ou nada provam ou provam contra o que s. ex.^a pretende demonstrar. E para provar que estava n'este caso a citação que faz dotit.^o 100 do livro 4.^o da Ord.es-crevemos este artigo, pois determinando aquelle tit. no seu § 3.^o que a successão dos vinculos se deve regular segundo as disposições do instituidor, e sendo os instituidores do vinculo, que se chama throno de Portugal, as cortes de Lamego, é claro que por morte do sr. D. João VI devia a successão ser regulada segundo as suas preserções, e foi em conformidade com esse artigo que as côrtes de 828 decidiram, como decide todo o homem imparcial, e que tome para base de suas decisões o direito e não as paixões ou os interesses pessoases, que desde o dia da morte do sr. D. João VI a coroa d'estes reinos pertenceu a seu filho o Senhor Dom Miguel.

XXXIX

Com muita prudencia andára o

sr. Thomaz Ribeiro, evitando a questão do direito, ou querendo substituir o direito publico portuguez pelo seu direito publico constitucional.

Teve por fim a leviandade, *por deferencia que não por que o julgasse indispensavel*, de fingir que entrava na questão da legitimidade; caro lhe tem custado e custará o seu arrojo, embora evitasse tocar na constituição da monarchia, concedendo-nos apenas, por um rasgo de generosidade que, ampliass. nos o sea direito publico com alguns decretos do Senhor Dom João VI.

Antes de entrarmos na analyse d'esses decretos, protestaremos mais uma vez que somos, na verdadeira accepção da palavra, mais liberaes, muito mais liberaes do que o sr. conselheiro.

O que não admira, porque o verdadeiro despotismo está no desprezo da lei e o revolucionario que põe a sua vontade acima da lei é o verdadeiro despota; ao passo que o legitimista, respeitando a lei, comprehende o que seja liberdade, é o seu verdadeiro amigo e como tal não consente, que se mexa na lei, senão pelos meios que a mesma lei auctorisa.

E por sermos mais livres que o sr. Thomaz Ribeiro, apezar de sermos muito mais respeitadores do monarcha, não acceptariamos decretos do Senhor Dom João VI, que viessem derogar a lei do paiz.

Posto isto, ainda que o Senhor Dom João VI tivesse pelos seus decretos declarado, que seu fiho o sr. D. Pedro era o legitimo successor da corôa, essa declaração a nosso ver, não prejudicaria os di-

reitos do Senhor Dom Miguel, di-
reitos que lhe provinham dos Es-
tados Geraes da nação, que todo
o homem que tem algumas noções
de direito ha-de sempre reco-
nhecer superiores á vontade do
Rei.

Mas, vamos fazer uma ligeira
analyse d'esses decretos, e pare-
ce-nos que o leitor ficará conven-
cido, de que valem tanto como to-
da a outra argumentação do sr.
Thomaz Ribeiro.

Cita sua ex.^a a carta patente
de 13 de maio de 1825; cita o edicto
perpetuo de 29 de agosto de 1825;
cita o decreto de 9 de janeiro de
1817; as instrucções particulares
dadas *segundo determinação d'El-
Rei*, diz o sr. Thomaz Ribeiro, pe-
lo conde de Porto Santo ao mar-
quez de Palmella, então nosso mi-
nistro em Londres, datadas de 19
de novembro de 1825 para que lhe
obtivesse do governo inglez o reco-
nhecimento expresso de D. Pedro,
como legitimo successor de seu
pae; e o decreto de 6 de março
de 1826.

E' esta a formidavel artilheria,
com que o sr. conselheiro preten-
de combater a legitimidade do
Senhor Dom Miguel.

Seja-uos lícito duvidar da au-
thenticidade das taes instrucções
particulares dadas ao marquez de
Palmella; fazemol-o, não porque
ellas possam prejudicar o prin-
cípio que defendemos; mas pelo res-
peito que temos á memoria do Se-
nhor Dom João VI, incapaz de
rebaixar assim a dignidade do seu
nome e do seu reino.

Se fomos diplomaticos e o Rei
de Portugal nos encarregara de
uma tal missão, demittir-nos-íamos,

mas não iríamos rebaixar ante o
estrangeiro o nosso Rei, o nosso
paiz e a propria dignidade.

Não acreditamos em taes ins-
trucções, reputamol-as apocripas;
mas em todo o caso foram mais
uma vergonha, que o paiz deve ao
marquez de Palmella e ao partido
liberal.

Estes liberalões teem sempre
rojado o pobre Portugal aos pés
dos estrangeiros.

Que duvida podiam elles ter em
acceitar para rei um estrangeiro,
quando foram pedir á Inglaterra
que lh'o desse como tal!

E aqui não podemos deixar de
notar uma coincidência: annos an-
tes, tinha ido a França pedir um
rei a Napoleão uma commissão de
portuguezes; é escusado dizer que
todos elles seguiram depois o par-
tido liberal, como foram liberaes
todos os que pegaram em armas
a favor de Napoleão contra Por-
tugal.

Deixemos pois ao marquez de
Palmella e aos liberaes, que elle
tão dignamente representava e
servia, a gloria de irem pelir um
rei ao ministerio inglez, como não
invejamos a que tiveram, aquelles
que o foram pedir a Napoleão, e
vejamos os decretos, com que o
sr. conselheiro *fulmina* os legiti-
mistas.

Estes decretos, ou teem a data
anterior a 29 de agosto de 1825,
tractado da Independencia, ou
não.

Se teem a data anterior, acha-
mos verdadeiramente galante a in-
nocencia infantil com que são ci-
tados!

Queria, sr. conselheiro, que o

imperador do Brazil antes de o ser fosse tratado como tal?

Mas de que nos admiramos?! quem pretende que elle, depois de ser brasileiro, seja portuguez, póde querer que elle, ainda antes de ser brasileiro, já o fosse!

Mas a não ser assim, pedimos ao sr. conselheiro nos diga, o que era o sr. D. Pedro, antes de ser imperador do Brazil?

V. ex.^a naturalmente responde; que era o principe real, o herdeiro presumptivo do seu augusto pae.

Ora, sendo assim, como queria que o Senhor Dom João VI lhe chamasse? Dava-lhe os titulos que n'aquella epoca tinha.

Cita-nos depois a lei de 29 de agosto de 1825.

E' o tractado da separação do Brazil.

Esta citação revela, de duas uma, ou o sr. conselheiro não leu o tractado, ou não o entendeu. E estabelecemos este dilemma para livrar sua ex.^a do epitheto de falso, que aliás lhe pertenceria.

Como não podemos admittir que um homem de tanta intelligencia como o sr. Thomaz Ribeiro não entendesse a lettra e espirito d'aquelle tractado, preferimos acreditar, que o não leu e o citou, jurando nas palavras do seu collega o sr. conselheiro Mártens Ferrão, que não duvidou asseverar, que n'aquelle tractado ficavam salvaguardados os direitos do sr. D. Pedro á corôa portugueza.

N'esta hypothese, pedimos ao sr. Thomaz Ribeiro, que leia aquelle contracto, e concordará connosco não haver alli uma unica palavra a favor dos direitos, com que

o sr. D. Pedro ficava á corôa de Portugal; pelo contrario, se de todos os lados não pullulassem argumentos e razões juridicas contra os pretendidos direitos do sr. D. Pedro, para provarmos, que elle os não tinha, não necessitavamos mais do que aquelle tractado.

Se é condemnavel a arrogancia de ir ensinar o Padre Nosso ao cura, tambem nos parece, que o seja aquella de ir dar conselhos, a quem a lei declara auctorizado a dá-los; todavia, permita-nos, sr. conselheiro, lhe aconselharmos, não nos torne a citar documento, que não tenha lido e estudado; pois na verdade não fica bem a qualquer homem, que péga em uma pena, embora se não adorne com o pomposo titulo de conselheiro, citar, para provar uma proposição, documento que prove absolutamente o contrario.

Leia, sr. conselheiro, leia o tractado de 29 de agosto de 1825, e verá que o não enganamos.

Nós não costumamos falsificar documentos; ainda que a consciencia nol-o permittira, temos tantas razões juridicas, tantas provas a nosso favor, que não necessitavamos recorrer a meio tão condemnavel; mas nem por isso queremos que v. ex.^a faça obra pelo que nós dizemos.

Leia aquelle tractado, leia-o com attenção, e verá que as altas partes contractantes, o Senhor Dom João VI, rei de Portugal, e o sr. D. Pedro I, imperador do Brazil, estabelecem n'elle, pela forma mais clara, e positiva, a separação dos dois estados e das duas dynastias.

No artigo 1.º, o Senhor Dom João VI reconhece a independência do Brazil, e cede a seu filho, D. Pedro e seus legitimos successores, a soberania do Brazil.

«Toma sómente e reserva para a sua pessoa o titulo de imperador do Brazil.»

No artigo 2.º, o Sr. D. Pedro annue a que seu pae tome *para a sua pessoa* o titulo de imperador.

Que significa a declaração feita pelo sr. D. João VI de que o titulo, é só para a sua pessoa, declaração que o sr. D. Pedro vem tornar mais explicita no art. 2.º?

Pois, se aquelles senhores tivessem a mais leve idéa de que a corôa de Portugal se havia de unir á do Brazil por morte do Senhor Dom João VI, tinha alguma razão de ser aquella declaração?

Não diz ella simples e claramente, que o rei de Portugal que succeder ao Senhor Dom João VI e todos os outros que vierem depois d'este não gosarão o titulo de imperador do Brazil?

Mas acha pouco, sr. conselheiro?

Leia o art.º 3.º. Compromette-se n'elle o imperador do Brazil a não acceitar propostas de qualquer colonia de Portugal para se unir ao Brazil; e podia acceitar o todo, elle, que se tinha compromettido a não acceitar a parte?

Já vê, sr. conselheiro, que nos não excedemos, aconselhando a v. ex.ª que não tornasse a citar documentos sem primeiro os ter lido e estudado.

Se v. ex.ª tivesse lido este documento, não o citava de certo.

Ha ainda um outro documento citado pelo sr. Thomaz Ribeiro, é o decreto de 6 de março de 1826.

N'este decreto não ha uma unica palavra a favor do Sr. D. Pedro, como tambem não ha a favor do Senhor Dom Miguel: o decreto falla no legitimo herdeiro e successor da corôa; mas não diz quem elle seja.

Não comprehendemos, para que o sr. Thomaz Ribeiro o cita, ou que pretende demonstrar com elle.

Nós sem diffiuldade demonstrariamos ser elle irritó e attentatorio contra os direitos e liberdades do povo, por exceder as attribuições e poder real; não o faremos, porém, porque o reputamos apocripheo.

Já pedimos ao sr. Martens Ferrão nos dissesse onde se encontra o autographo; fez ouvidos de mercador, faremos agora o mesmo pedido a v. ex.ª: Diga-nos, sr. Thomaz Ribeiro, onde existe o autographo tão valioso do decreto de 6 de março de 1826?

XL

Ha verdades que a penna se recusa a escrever; porque, embora seja inquestionavel o direito que ellas teem á publicidade, deve todavia esse direito ser regulado pelos respeitos e delicadeza, que os homens devem uns aos outros.

E, se o sr. Thomaz Ribeiro nos dispensou d'esses deveres, desde que ousou com mão sacrilega profanar a mansão dos mortos, levantando as campas dos sepulcros para arrojá sobre as cinzas d'aquelles, que o punhal dos seus correligionarios fizera baixar á sepultura, as mais grossieras calumnias, o exemplo não é para seguir.

Nem o seguiremos; deixemos a calúnia á escola de Voltaire; a grosseria da phrase, a quem não tem melhores argumentos para defender a causa que advoga.

Além de que, vemos o sr. Thomaz Ribeiro tão sobrecarregado de diplomas, avultando entre elles a carta de bacharel e a de conselheiro, que, quando não fosse uma offensa á pessoa, seria um menosprezo d'estes, dizer que o livro de s. ex.^a revela a mais absoluta ignorancia do direito patrio, o mais profundo *esquecimento* da historia.

Se não é de um bacharel em direito perguntar qual o fundamento do nosso direito de legitimidade, também não abona muito os conhecimentos historicos do escriptor que faz esta pergunta.

Existe ali, na extremidade occidental da Europa, um reino chamado Portugal; ha alguém que não conheça a lei pela qual se deve regular a successão na corôa d'esse reino; é de primeira intuição que o meio de se esclarecer é estudar a fundação da monarchia, vêr como ella se instituiu e as leis que estabeleceu para a successão.

E isto mesmo está determinado na Ord. Liv. IV Tit. C. § III, que o sr. Thomaz Ribeiro cita para provar que o throno era do Sr. D. Pedro, e que nós e todos os que lerem aquelle Titulo hão-de concordar em que só prova contra o Sr. D. Pedro.

Estabelece uma serie de hypoteses, que podemos dizer serem outros tantos absurdos: já mostrámos como nada valem ou nada provam as cartas de lei e decretos do Senhor D. João VI, citados pelo sr. conselheiro.

E depois **escreve**:

«O reconhecimento unanime das côrtes da Europa já vos fica demonstrado e provado; no reino já sabeis como D. Pedro foi reconhecido até 1828.»

Emquanto ao reconhecimento das côrtes da Europa, correm parrelhas a abjecção com o absurdo. Nós, os legitimistas, não pedimos um rei a Napoleão, como o não pedimos ao imperador do Brazil, nem o pediremos ao consenso unanime dos reis da Europa. Soffremos o que a França, a Hespanha e a Inglaterra nos impozeram; fomos vencidos, mas não estamos convencidos. E ainda assim, note o sr. conselheiro, que esse mesmo argumento nada colhe a favor da legitimidade do Sr. D. Pedro. Não foram os reis legitimos de França e da Hespanha que pozeram cá o Sr. D. Pedro: enquanto a legitimidade imperou n'aquelles paizes, não tiveram os revolucionarios portuguezes esperanças de triumphar; e tal era a consciencia que elles tinham da legitimidade do Sr. D. Pedro, que olharam, e com razão, como um triumpho, a queda da legitimidade em França.

Os nossos antepassados fundaram a monarchia com a ajuda de Deus, e pelo valor dos seus braços; foram elles os que fizeram a lei, d'accordo entre o povo e o soberano, sem ouvirem a opinião dos estrangeiros, que não eram, nem deviam ser alli chamados para coisa alguma.

Mas, pondo de parte a offensa que o sr. Thomaz Ribeiro faz ao nosso espirito de nacionalidade e independencia, querendo que nos rojemos vil e abjectamente aos pés

dos estrangeiros, para nos dizerem quem ha-de ser o nosso rei, perguntaremos agora ao sr. conselheiro, o que prova esse reconhecimento? Serve, e muito, para estabelecer as boas relações entre os diferentes estados; pôde até dar ao governo, que o obtem, força moral para se sustentar, o que sem elle não conseguiria; mas, na questão da legitimidade prova tanto, que depois de termos visto Luiz Filipe e Napoleão reconhecidos por toda a Europa, estamos vendo Humberto reconhecido rei de Napolles.

Mas não se contenta com o reconhecimento dos estrangeiros; accrescenta:

«No reino, já sabeis como D. Pedro foi reconhecido até 1828.»

Quando lemos alguns periodos do livro do sr. Thomaz Ribeiro, ficamos sem saber se os devemos attribuir a ignorancia historica, ou ao fatuo orgulho de que s. ex.^a se deixaria possuir, quando o escreve, pensando que á importancia do seu nome todos curvariam a cabeça; que os seus absurdos passariam por axiomas, as suas invensões por verdades historicas. Enganou-se, porém: não fomos só nós que nos rimos, quando abrimos o tal livro.

A carta foi jurada officialmente no dia 31 de julho de 1826, e n'esse mesmo dia, na provincia do Alentejo, o leal general Maggessi, á frente de alguns corpos do exercito portuguez, jurava fidehdade ao Senhor Dom Miguel I; em Trazos-Montes, o visconde de Monte Alegre, o marquez de Chaves, visconde de Canellas e outros repetiam o mesmo juramento; no Al-

garve era tambem acclamado o Senhor Dom Miguel, e em diferentes pontos da monarchia, as povoações se levantavam ao som do mesmo grito; foi isto o que determinou o governo da carta a pedir auxilio á Inglaterra, foi isto o que determinou a vinda a Portugal da divisão Clington; mas o erudito conselheiro ignora tudo isto, e muito senhor de si escreve: «No reino já sabeis como D. Pedro foi reconhecido até 1828.»

Continúa: «Era estrangeiro? Não; dizem-no as Ordenações.» E cita o liv. II, tit. 85. Mas cita este titulo como cita tudo o mais. O titulo diz os que são portuguezes, mas não diz os que deixam de o ser; isto é, diz, o que nunca ninguém contestou, que o sr. D. Pedro nasceu portuguez, mas não diz, que elle continuaria a ser portuguez, depois dos crimes que praticou, e depois de se ter naturalisado brasileiro.

Este ponto está plenissimamente demonstrado; sobre elle temos escripto mais de um artigo, a que o sr. Thomaz Ribeiro não pôde responder; mas como sua ex.^a insiste, e de paginas a paginas vem dando como provado, que o imperador do Brazil ficou sendo portuguez depois de ser brasileiro, forçoso nos é tambem voltar ao assumpto; e para na repetição offercermos alguma variedade, se até aqui temos combatido o sr. Thomaz Ribeiro com o direito publico portuguez, combatel-o hemos agora com o seu proprio direito publico constitucional; e porque sua ex.^a não conhece bem a historia da separação do Brazil e dos factos que a precederam, ou porque finge não

a conhecer, por assim lhe convir, fallaremos um pouco d'ella *quam animus meminisse horret*.

Em 29 de setembro de 1821, decreta o soberano congresso, que o Sr. D. Pedro entregue o governo do Brazil e regresso a Portugal. Recebida esta ordem, escreve o principe a seu Augusto Pae, declarando que em breve cumpriria as determinações do mesmo congresso; mas um mez depois (9 de janeiro de 1822) torna a escrever-lhe, significando a tenção de não voltar mais a este reino, porque assim lh'o requerera n'esse dia a camara municipal do Rio de Janeiro e alguns outros brasileiros, e porque enfim *era para bem de todos*; a verdade, porém, era por estar já resolvido a capitanear a separação politica do Brazil. Seguiram muitos factos, de que já temos fallado, no decurso d'esta resposta, como a expulsão da divisão auxiliadora, a creação de um conselho de estado, a convocação de uma assembléa constituinte, etc., etc.

Em presença da manifesta desobediencia do principe, votaram as côrtes, em 24 de julho de 1822, um decreto, que El-Rei sanccionou, em que intimavam ao Sr. D. Pedro o seu regresso a Portugal, *sob pena de incorrer nas comminações da constituição para o rei e seu successor, que sahisse do reino sem licença das côrtes*, isto é, de perder o direito á corôa de seu pae.

Obedeceu elle, voltou? Não; logo, até pelo direito publico constitucional do sr. Thomaz Ribeiro perdeu o direito de succeder a seu pae, na corôa de Portugal.

Que diz a isto sr. Thomaz Ri-

beiro? Não é direito archeologico, o que hoje invocamos; combatemol-o com o seu proprio direito publico constitucional.

Ainda mais, sr. conselheiro; v. ex.^a que á falta de razões juridicas tantas vezes recorre, para combater a legitimidade do Senhor Dom Miguel, a auctoridades tão insuspeitas como a sua, permittanos que para combater a nacionalidade portugueza do Sr. D. Pedro, e por consequencia a sua legitimidade, recorramos ao mesmo Sr. D. Pedro.

O Sr. D. Pedro, em 1824, declarou franca e expontaneamente que não tinha, nem queria ter direito á corôa de Portugal; dizia elle em 15 de julho d'aquelle anno: «*Eu não quero mais nada de Portugal*, é incompativel com os interesses do Brazil e de Portugal, que seja rei d'este ultimo reino» e accrescenta: «*A' nação portugueza zelosa da sua independencia e exigindo de mim uma prova irrefragavel do meu desejo de a ver para sempre separada da nação brasileira, sou servido declarar: Que já não tenho pretensão alguma, nem direito á corôa de Portugal.*»

Ora, se o Sr. D. Pedro perdeu o direito á corôa de Portugal em vida de seu pae, não podia abdicar em ninguem esse direito. *Nemo dat quod non habet*. Logo, nem elle foi legitimo rei de Portugal, nem o podem ser os seus descendentes.

E hoje, para satisfazer ao sr. Thomaz Ribeiro, por quem temos a maior consideração, argumentámos só com o direito publico constitucional de sua ex.^a.

Ainda como resposta á citação

do liv. II da Ord. invocaremos o testemunho do sr. D. Pedro; já publicámos a carta de despedida que elle escreveu a seu filho, vejamos agora a despedida que dirigiu aos brasileiros; eil-a:

«Não sendo possível dirigir-me a cada um dos meus verdadeiros amigos em particular, para me despedir e lhes agradecer ao mesmo tempo os obsequios, que me fizeram, e outro sim para lhes pedir perdão de alguma offensa, que de mim possam ter, ficando certos que, se em alguma coisa os aggravei, foi sem a menor intenção de offendel-os: faço esta carta para que, impressa, eu possa d'este modo alcançar o fim a que me proponho.

«Eu me retiro para a Europa, saudoso da PATRIA, dos filhos, e de todos os verdadeiros amigos. Deixar objectos tão cáros, é sumamente sensível, ainda ao coração mais duro: mas deixal-os para sustentar a honra não pôde haver maior gloria. Adeus PATRIA, adeus amigos, e adeus para sempre.—Bordo da nau ingleza *Wurspite*, 12 d'abril de 1831.—D. Pedro d'Alcantara de Bragança e Bourbon.»

XLI

Fomos finalmente apanhados! Agora sim, agora não ha remedio senão confessar que o sr. Thomaz Ribeiro, apezar do seu horror pela archeologia, foi descobrir um documento dos principios do seculo XV, que mata completamente a questão! Por este documento, ou com este documento na mão, quem quizer um rei para Portugal escusa de ir busca-lo ás terras

de Santa Cruz, em não sendo de cá estão satisfeitas as prescripções legaes. Se os liberaes não estivessem tão bem servidos, porque assim como todos os ministros servem sempre muito a contento do Sr. D. Luiz, assim este augusto Senhor serve muito a contento de todos os ministros liberaes; se os liberaes, dizemos, não estivessem tão bem servidos, tinham agora um belo ensejo, pegavam no documento, que o sr. conselheiro descobriu, e com elle na mão traziam para cá o bey de Tunes, e logo que elle estivesse no poder e podesse dar a um carta de conselho, a outro nomeal-o chefe de uma repartição, a este chamal-o ao ministerio, áquelle entregar um governo civil, etc., etc., variam como todos elles gritavam: este sim, este é o legitimo rei de Portugal, segundo a *constituição* de 1409, feita por D. Manuel, o *Feliz*.

Ainda assim para salvar a honra do convento, sempre será bom declarar que o termo *constituição* não é nosso, é do sr. conselheiro. Sua ex.^a não é muito forte, ou pelo menos não é muito escrupuloso na applicação dos termos; fallando da lei que concedia ao Senhor Dom João VI o titulo de imperador, não duvidou chamar-lhe *edicto perpetuo*, apezar de ser n'ella prescripto que acabaria com a vida d'aquelle monarcha, foi uma perpetuidade que não durou sete mezes; com a mesma semcerimonia chama agora constituição a uma lei do Sr. Dom Manuel.

E quem sabe, talvez o não faça por innocencia, convir-lhe-ia apresentar El-Rei Dom Manuel fazendo do constituições, para se não ex-

tranhar que também D. Pedro as fizesse; e, ainda assim, ha grande differença; Dom Manuel era portuguez e legislava para portuguezes, o Sr. D. Pedro era brasileiro e não legislava para brasileiros.

Mas vamos ao importante documento, que nas suas excavações archeologicas o sr. conselheiro teve a habilidade de descobrir.

Sua ex.^a, se não foi com fim premeditado, só por equivoco lhe podia chamar constituição; pois cremos que conhece muito bem a significação etymologica da palavra, assim como cremos que sabe melhor do que nós, que o Senhor Rei Dom Manuel de gloriosa memoria ponde descobrir a India, mas não podia fazer constituições.

E se tivesse esse capricho não lh'o consentiriam os portuguezes d'aquella epoca, que sabiam dar a vida no serviço do seu Rei, como sabiam sustentar os fóros e regalias que lhes dava a constituição do estado.

Mais de um exemplo podiamos citar ao erudito conselheiro para provar o nosso asserto. Sabe sua ex.^a que El-Rei Dom Fernando teve uma filha unica, que esta princeza casou com soberano estrangeiro, e que, em consequencia das clausulas estipuladas no contracto matrimonial, por morte de seu pae em 1333, chegou a ser aclamada em Portugal; mas as côrtes de 1335, que tinham o mau gosto de se não reger pelo direito publico constitucional do sr. Thomaz Ribeiro, e que levavam o obscurantismo a ponto de não reconhecer no Rei o direito de fazer constituições, nem ainda o de alterar a que tinha sido feita por

quem a podia fazer, não estiveram por aquella acclamação, e declararam a Rainha a Senhora Dona Beatriz incapaz de succeder no throno, por ser estrangeira pelo seu casamento, e tão estrangeira, que até era Rainha de um paiz estrangeiro.

De El-Rei Dom João II sabe o sr. conselheiro, que não fez poucas tentativas para que lhe succedesse no throno seu filho natural, o infante Dom Jorge; mas como o povo acreditava então que o Rei não podia alterar as leis constitucionaes do paiz, baldados foram os esforços do monarcha: o throno passou a quem de direito pertencia, ao Duque de Beja, o Senhor Dom Manuel.

E como haviam as côrtes de ceder do seu direito de regular as leis de successão, e decidir as duvidas que sobre ellas podesse haver, quando nas questões de regencia se mostravam tão zelosas, que não davam ao Rei o direito de nomear regentes com poderes magestáticos? O sr. conselheiro sabe de certo o que aconteceu á Rainha, a Senhora Dona Leonor, viuva de El-Rei Dom Duarte.

E' pasmoso nas suas descobertas o nosso auctor; em seguida áquella de que acabamos de fallar, e que bastaria para o nobilitar, escreve logo: «Mas nas côrtes de 1641 não encontramos nada que exclua D. Pedro da successão.» Que podemos responder a isto? Dizer que sua ex.^a ou não as leu, ou não as entendeu, e preferimos admittir uma d'estas hypotheses, a dizer que é um falsario, pois não sabemos que outro titulo pertença a quem affirma que um documento

diz o que não diz, ou *vice-versa*. Deixemos porém ao leitor a liberdade de qualificar, como quizer, o facto, e vamos ao essencial.

Então, sr. conselheiro. não encontra nas côtes de 1641 nada que exclua o Sr. D. Pedro da successão? Pois nós nada encontramos n'aquellas côtes que o não exclua.

Primeiramente, declaram que só pôde reinar em Portugal príncipe portuguez, e que *resida no reino*. Chamamos especialmente a attenção do distincto jurisconsulto sobre a clausula e *que resida no reino*. Se tivesse visto esta prescripção das côtes de 1641, não fallaria na famosa *constituição feita* pelo Sr. Dom Manuel; porque, ainda quando o monarcha feliz se tivera mettido a fazedor de constituições, um assento de côtes tinha derogado a *constituição* manuelina, e feito prevalecer o velho direito portuguez, e nós cremos que nem no seu direito publico constitucional o sr. Thomaz Ribeiro achará preceito que o auctorise a dizer, que um assento de côtes vale menos que um decreto ou uma carta patente do monarcha, ainda quando quizessemos por condescendencia dar-lhe o pomposo titulo de *constituição*.

Mas queremos que os nossos leitores conheçam as palavras de que se serve o sr. conselheiro: «E' preciso ver que direito alli se estabelece para os herdeiros e successores de mais do que uma coroa. Por aquella constituição os futuros reis de Portugal, até ficavam dispensados de residir n'estes reinos.»

Nem necessitamos analisar o

documento de que falla o sr. Thomaz Ribeiro! Chama-lhe constituição, o que, como já dissemos, revela tanto conhecimento da lingua como do direito, e depois de elevar aquelle documento á cathedra de constituição, não admira lhe dê os foros que lhe dá. Nós não lh'os podemos dar, porque não aprendemos pelos compendios, porque aprendeu o sr. conselheiro. Se as cortes não reconheceram no Senhor Dom Duarte o direito de nomear regente a Rainha, sua esposa; como não tinham reconhecido em El-Rei Dom Fernando o direito de determinar que sua filha continuasse a ser portugueza, depois de ser soberana d'outro paiz, como quer que se reconheça no Senhor Dom Manuel o direito de legislar sobre a successão da monarchia?

Mas, á vista do que deixamos citado, insistirá ainda o sr. Thomaz Ribeiro em dizer que «nas côtes de 1641 não encontrou nada que exclua D. Pedro da successão?»

Não o cremos, e acharíamos até mais facil fazer ás côtes de 1641 o que fez ás de 1143; poderia tambem dizer:

«Ponho de parte as côtes de 1641 porque n'ellas ninguem acredita senão vós.»

Ha paginas no livro do sr. Thomaz Ribeiro maravilhosas, n'este caso está a pagina 140. Depois de nos dar noticia de que El-Rei Dom Manuel fazia constituições, e de nos dizer que nas côtes de 1641 não encontrára nada que exclua D. Pedro do throno, continúa:

«Caréceis do voto dos tres estados? mas esses eram convocados para quando faltava a successão

legal, o que n'este caso se não dava.»

Vae cada vez a melhor este sr. conselheiro: em pegando na pena e... olhe, sr. conselheiro, faça versos, e deixe-se de escrever sobre a historia e sobre direito. Cada um tem a sua sina, e a de v. ex.^a não é esta.

Então as côrtes reuniam-se só quando faltava successão legal?

Parece impossivel que um homem que saiba ler se atreva a dizer isto; pois para se convencer de que está em erro, basta ler meia duzia de paginas da historia de Portugal.

E todavia ha um homem que se adorna com meia duzia de pomposos titulos, que só devem recair em homem de saber, que não duvida dizer:

«As côrtes só se reuniam quando faltava successão legal.»

Ora diga nos, sr. conselheiro, diga-nos conscienciosamente: quando morreu o Senhor Dom João VI havia successão legal?

De certo porque sua magestade deixou dois filhos e tres filhas portuguezas.

Mas desgraçadamente (para sermos indulgentes queremos suppôr que os seus correligionarios estavam de boa fé), suppunham uns que o throno pertencia ao sr. D. Pedro, diziam outros ser o Senhor Dom Miguel o legitimo herdeiro de seu Augusto Pae.

Qual era o tribunal competente para decidir esta duvida?

Nós dizemos que eram os tres estados; v. ex.^a acha juizes mais competentes os companheiros do ex-imperador do Brazil!

Aquelles 2:300 francezes, 2:133

inglezes, 370 escocezes, 400 irlandezes, 900 belgas e 500 polacos, além de plenamente instruidos no nosso direito patrio, que tinham estudado nas tabernas dos seus respectivos paizes, tinham a investidura legal, foram elles os juizes que o *immortal* escolheu para virem decidir o pleito; mas como á sentença que elles proferiram ainda se pozessem embargos, veiu julgar o pleito em ultima instancia o general Rodil.

Assim, assim, se deci'em com a maior regularidade as questões internas de um paiz.

Mas não fallemos só do pleito que se seguiu áquella desgraçada *indegestão* de laranjas, que teve o Senhor Dom João VI, de que o não poude curar o cirurgião Aguiar embora empregasse para isso todos os meios ao seu alcance, serviço que o sr. D. Pedro lhe remunerou generosamente, fallemos em geral.

Nunca, nem uma só vez, as côrtes se reuniram por falta de successão legal.

Em 1385 existia a sr.^a D. Beatriz, filha de El-Rei Dom Fernando, e as côrtes reuniram-se para declararem que aquella senhora não podia reinar por ser estrangeira, e para decidirem a qual dos outros pretendentes pertencia o throno!

A sentença foi a favor do mestre de Avis, que passou a ser Dom João I.

Em 1641 quando as côrtes se reuniram já estava aclamado rei o Duque de Bragança, que passou a ser Dom João IV, e ninguém duvidava da sua legitimidade, nem havia quem lhe disputasse o thro-

no; todavia El-Rei entendeu, e entendeu bem, que devia chamar a côrtes os tres braços da nação para legalisarem a sua aclamação, e tomarem as medidas que a sua prudencia lhes ditasse para evitar a repetição das tristes scenas de 1580.

Emprazamos o sr. conselheiro para nos dizer quaes foram as côrtes, que se reuniram por faltar successão legal?

E, todavia, sua ex.^a não duvida affirmar que ellas só se reuniam com este fim!!!

Para não irritar o systema nervoso de s. ex.^a não o convidaremos a fazer estudos archeologicos, fallemos apenas do seculo XVII para cá.

O Senhor Dom João IV estabeleceu que se chamasse o reino a côrtes pelos tres estados, todas as vezes que o bem publico o exigisse.

Foi em conformidade com esta determinação do Rei restaurador, que o Sr. Dom Pedro II convocou as côrtes de 1668; foi em conformidade com ella, que o Senhor Dom João VI pela sua carta de lei de 1824 as mandou convocar.

Talvez tenhamos ainda de voltar a este ponto; hoje ficaremos por aqui, por que vae já demasiadamente longo este artigo.

XLII

A antiga constituição da monarchia portugueza fazia a felicidade interna do paiz e dava-lhe no estrangeiro o respeito, de que sempre gosou, até que a revolução, suscitando ambições, veio semear a desordem e a desconfiança entre

os filhos d'esta terra, levando-a primeiro aos mais execraveis excessos, para cahir depois no abatimento em que hoje a vemos.

Para lograrem seus fins, conheceram que dependiam do povo; mas o povo, bom por indole e pelos principios em que tinha sido educado, não os ajudava, nem comprehendia lucta contra a monarchia tradicional, que estimava com amor filial.

E de que a estimava deu provas no enthusiasmo com que secundou o Senhor Dom Miguel na restauração de Villa Franca; no enthusiasmo com que em 1828 se armou em sua defeza, e com que batalhou até 1834, e ainda no modo como correu ás armas em 1846.

Era, pois, necessario levar a si-zania ao meio do povo; era necessario aos ambiciosos, para empolgarem o poder, fazerem do povo instrumento, e para o conseguir põem em acção a sua arma favorita—a mentira. Mentiam, quando fallavam da antiga monarchia; mentiam, quando promettiam ao povo liberdade, egualdade e fraternidade. Mentiam sempre.

E não perderam o habito, depois da victoria, quem defender a presa com as mesmas armas como a fizeram.

E' para ver como escrevem historia os mais mimosos filhos da revolução!

Estão tão acostumados á caluniania, que lhes parece innocente o uso d'ella.

Assim vemos o sr. Thomaz Ribeiro não hesitar em chamar blasphemos aos Bispos portuguezes de 1828, como não hesita em chamar embriagados aos portuguezes que

nas ruas e praças publicas acclamavam o Senhor Dom Miguel!! Eramos então pequenos, bem pequenos, mas ainda temos orgulho de ter sido dos primeiros portuguezes que levantaram a voz gritando: Viva El-Rei de Portugal, o Senhor Dom Miguel 1.º! E não estavam embriagados, sr. conselheiro, nem estavam embriagados aquelles que conosco levantaram eguaes acclamações. Viamos a nosso lado as principaes pessoas da localidade. Não estavam embriagados, que nem a nossa educação, nem a nossa posição social o permittiam. E quer que lhe demos uma prova de que não estavam embriagados? Depois de ter dado expansão ao nosso entusiasmo, fomos ao templo render a Deus as devidas graças por ter restituído a este reino o Senhor Dom Miguel. E foi solenne o acto, cantou-se um *Te Deum* e subiu ao pulpito um distincto orador.

Bem sabemos que o sr. Thomaz Ribeiro não é velho; não obstante, a sua idade e os cargos que tem exercido na sociedade, exigem de sua ex.^a mais seriedade e que trate com respeito, ou pelos menos com verdade, os membros de um partido que não especulam com a politica, que sabem detender as suas convicções, e que baixam ao sepulcro pobres, mas honrados.

Com a mesma verdade, com que chama blasphemos aos Bispos portuguezes de 1828, e embriagados aos legitimistas, falla das antigas côrtes da monarchia, convocadas n'aquelle anno. Já vimos que sua ex.^a não faz idéa do que eram as antigas côrtes, aliás não diria tanta heresia historica e ju-

ridica, sempre que falla d'ellas; mas das de 28, não contente com o que inventou em relação a cada um dos estados, e a que já demos a devida correccão, torna a fallar d'ellas a paginas 140, pretendendo apagar da elevada posição que lhe pertence José Acurcio das Neves! Não queira subir tão alto, sr. conselheiro, que pôde cair e ficar mal ferido na queda.

José Acurcio das Neves foi um dos vultos da sua epocha; o sr. Thomaz Ribeiro não conhece quanto elle valia, pretende deprimil o unicamente, porque tinha o defeito de ser legitimista. Perfeito só Deus, e então releve v. ex.^a a José Acurcio das Neves esse defeito, e respeite o seu nome, que é por muitos titulos respeitavel. Pretender metter o ridiculo um tal nome, seria d'umna audacia incrível, se não acreditassemos que quem o faz não lhe conhece o valor. Respeite, ao menos, os mortos, sr. conselheiro, se quer que os vivos o respeitem. José Acurcio das Neves, que v. ex.^a pretende deprimir, era um grande homem pelo seu saber, pela sua honra, e pela sua seriedade. Era um homem de grande saber, e se não temessemos offender a v. ex.^a, diríamos que José Acurcio das Neves, na balança da sciencia, pesava mais que duzia e meia de conselheiros. Não pretenda mettel-o a ridiculo, sr. conselheiro, que no ridiculo cae quem apresenta taes pretensões.

As côrtes de 1828, na opinião do sr. Thomaz Ribeiro, *matavam em germen um reinado que se annunciava com uma aurora de liberdade.*

Era uma aurora que os bрази-

leiros já tinham experimentado e com que se não deram muito bem, o que era mais uma razão para os portuguezes desejarem que a tal *aurora* fosse brilhar para outros climas e nos deixasse no nosso obscurantismo.

O sr. conselheiro, que sabe tanto, ha-de ter conhecimento de um periodico que alguns liberaes publicavam em 1826, em Londres, intitulado *O Popular*; pois esse periodico tambem não queria, apesar de redigido por liberaes, a tal auroa da liberdade.

No seu n.º 19, pag.82, fallando de ter ido á Bahia Tito Borges Carneiro, mandado pelo sr. D. Pedro, para agradecer aos bahianos a expulsão da divisão portugueza, diz: «Todos teem na memoria este facto, cuja consequencia fora o descredito da nação e a ruina total de muitos particulares; pois bem, D. Pedro I *d'alem*, que a nossa regencia de Lisboa intulou D. Pedro IV *d'aquem*, vae agradecer aos bahianos todos estes males causados aos lusitanos Per esta amostra verão o que teem a esperar do seu Pedro IV, e os brasileiros do seu Pedro I.»

Já vê sr. conselheiro, que aquelle periodico não queria ser illuminado pela brilhante aurora com que v. ex.^a se fascina.

Ora veja o que elle diz a pag. 85, a respeito da morte do Senhor Dom João VI:

«A opinião geral é, que morrera em 6 de março, e não em 10, como dizem as Gazetas, e que este intervallo fôra preciso para cobrir apparencias, urdir a trama, e *forjar o decreto de nomeação da Re-*

gencia, que D. João VI nem dictou nem assignou.»

Este decreto é o tal de que pedimos o autographo ao sr. Martens Ferrão, e depois a v. ex.^a; mas não fomos mais felizes que os pares de 1826, que por mais que o pediram, nunca lhe pozeram a vista em cima.

E a pag. 87 continúa:

«Deixou 7 filhos, dois varões e cinco femeas.

«D. Pedro, que segundo o tractado de 29 d'agosto de 1825, reconhecido por toda a Europa, deve ser considerado estranho e não pôde succeder na corôa, á vista das leis fundamentaes das côrtes de Lamego.»

Estes tambem entendiam que D. Pedro era estrangeiro, e acreditavam nas côrtes de Lamego.

Ora para que o sr. conselheiro veja que este *Popular* valia alguma coisa, dir-lhe-hemos que faziam parte da sua redacção, Pinto Pizarro, Garrett, etc.

O mesmo periodico publica uma carta de Pinto Pizarro a Garrett, então em Londres, que vamos transcrever, porque a achamos curiosa, e por isso digna de ser offerecida ao sr. Thomaz Ribeiro:

«Paris, 31 de outubro de 1831.

Meu amigo

Está decidido: o ex-imperador do Brazil declara-se Regente de sua Filha, logo que chegue á ilha Terceira.

Deve saber-se, que D. Pedro, ultimamente para dar apparencias de legalidade ao projectado e insensato dominio que diz *vem to-*

mar sobre Portugal, fez que se formassem em Paris e Londres representações em nome dos seus *fieis vassallos*, pedindo-lhe, que se declarasse Regente em Portugal por sua Filha; e para que os que estavam n'estas cidades assignassem as representações, fez dizer aos de Londres que os de Paris já tinham requerido e o mesmo aos de Paris a respeito dos de Londres.

O mesmo se praticou relativamente aos da Terceira !

.....

Esta singular galanteria consta dos Papeis Francezes, a qual os *sapientissimos* Bethans e Constants que cercavam D. Pedro, julgaram necessaria, por se oppôr a *tão alta dignidade* do Decreto d'elle mesmo ex-imperador do Brazil, que confirmou o Tractado de separação.

Não ha duvida, que alguns homens da facção de 1820 trabalham com muito calor em dispor os animos a favor do ex-imperador; porém a maioria dos liberaes, que não podem esquecer-se das suas *virtudes*, teem-se pronunciado contra elle, e dizem que nunca governará em Portugal.

Os homens da facção de 1820 trabalhando para o ex-imperador do Brazil ser Rei de Portugal !

Aquelles que disseram d'elle o que todo o mundo sabe !

Quem o acreditará ?

Aquelles que em 1826 lhe chamaram estrangeiro. . .

Os coriféos do Liberalismo querendo hoje para Rei aquelle, a quem hontem apontaram os crimes !

Oh ! meu Deus ! quanto póde a falta de character !

Que uma nova facção por suas vistas e interesses particulares concebesse o infernal plano de levar a Portugal na qualidade de Regente a esse homem, que os negros e mulatos do Brazil não quizeram, não seria para espantar attentos os elementos de que se compõe a emigração; porém, que os Catões de 1820, os paes da patria, depois do que disseram, escreveram, e publicaram a respeito d'aquelle que foi agradecer aos bahianos quando se empenharam em expulsar os lusitanos, corressem para pedirem ao desnaturalizado portuguez, e reconhecido soberano estrangeiro; a esse que pelo tractado de 29 de agosto de 1825 ficou sendo estrangeiro; e como tal não póde reger Portugal, por que lh'o prohibem, além de outras as Leis Fundamentais das Côrtes de Lamego, e a quem a Regencia de Lisboa intitidou Pedro IV em virtude do Decreto de 6 de março que D. João VI nem dictou, nem assignou, que acceitasse o Governo de Portugal, é o que nenhum portuguez deve riscar da memoria, para pôr em execração a esses homens, para quem a falta de character, e de vergonha é já uma profissão, um modo de vida.

E em que virá a dar esta alliança do ex-imperador com a facção de 1820 ?

Não te parece que de ambas as partes se concebem perfidos e atraçoados projectos ?

Que outra cousa se deve esperar de tal gente ?

Mas, uns e outros, enganam-se em suas vistas; porque nem esse homem objecto, e detestavel, que

se rebelou contra a sua patria, que insultou a seu Augusto Pae, e que perseguiu os portuguezes, ha-de governar em Portugal; nem esses obscuros, desprezíveis, e infames demagogos, que se nutrem de esperanças, que se ensaiam para empregos lucrativos, que meditam vinganças lisongeiras, que nenhuma consideração os constrange, hão-de dar, como outr'ora deram, a lei á nação portugueza. Manda, meu amigo, publicar ali esta minha carta, porque n'isso fazes um serviço aos bons compatriotas.»

Lêa se agora, o que responde o sr. Garrett em 25 de janeiro de 1832:

«Esta carta, que recebemos de Paris, em outubro do anno passado, bem longe estavamos de a publicar, para não magoarmos com verdades nuas, e cruas os nossos bons compatriotas; porém, hoje que, um documento authenticico, qual o officio, que o sr. Candido José Xavier dirigiu ao coronel Pizarro em data de 6 do corrente, patenteia aos portuguezes emigrados o futuro horroroso, que os espera, se esse despota banido, e sem patria os chegar a governar, não hesitamos em o publicar. Outros escriptos devem gemer na imprensa, que tendam a mostrar quem é o Augusto Pantaleão, que nos quer flagellar com novas cadeias, e quem são os infames, que o cercam, é que o aconselham: e desde já rogamos aos nossos verdadeiros portuguezes emigrados, para seu bem, gloria e salvação da nossa infeliz patria, que se armem contra esse portuguez degenerado, que não tendo mando, nem auctoridade, não se achando ainda de posse do go-

verno, que deseja, e dizendo-se constitucional, já manda proceder, processar e julgar, e, o que é mais em um paiz estrangeiro, os nossos bons concidadãos emigrados, só porque escreveram verdades com muita decencia, e com muito respeito!.....

Eis aqui as provas:

Levei á presença de *Sua Magestade Imperial; Duque de Bragança*, em seu devido tempo, a carta que v. s.^a me enviou em data de 26 de dezembro proximo passado, e bem assim outra, que de v. s.^a recebi em data de 1 do corrente. Em resposta a ambas ellas, Sua Magestade imperial me ordena que eu communique a v. s.^a que o mesmo Augusto Senhor não tem ordens algumas, que lhe dar, por quanto não só tem resolvido não empregar v. s.^a na expedição, que se prepara, mas em data d'esta mesma manda remetter á Regencia um exemplar do escripto que v. s.^a acaba de publicar, com o titulo de—*Norma das Regencias de Portugal*—a fim de que, no caso de que v. s.^a se apresente em qualquer parte do territorio, em que se acha estabelecida a auctoridade de Sua Magestade Fidelissima a Senhora D. Maria II, seja preso, julgado, e processado, servindo de corpo de delicto o mencionado escripto; não porque trata de opiniões politicas, cuja discussão deve ser a cada um inteiramente livre; mas porque provoca á rebelião as tropas leaes da mesma Augusta Senhora. O que por ordem expressa de Sua Magestade Imperial, participo a v. s.^a para a sua intelligencia. Deus guarde a v. s.^a Paris, 6 de janeiro de 1832—Se-

nhor Rodrigo Pinto Pizarro. — Candido José Xavier.»

Offerecemos estes documentos ao sr. Thomaz Ribeiro para a sua collecção; deve estimal-os, porque provam muito a favor do reinado que se annunciava como uma aurora de liberdade.

Isto só como curiosidade, porque das bondades de tal reinado e da belleza da tal aurora, já todo o paiz julga com segurança, porque julga *a posteriori*, dizendo cheio de gratas recordações e de terriveis desenganos:—o que fomos e o que sômos!

XLIII

Para legitimar a carta e o seu augusto dador, seria necessario fazer desaparecer toda a nossa legislação antiga. Bem o comprehendeu o sr. conselheiro Mártens Ferrão, quando escreveu a sua consulta ou relatório ácerca do empréstimo de 1832; e porque o comprehendeu, fechando a sete chaves todos os documentos que tinha colleccionado *em melhores tempos*, só considerou como leis de successão o celebre decreto de 6 de março de 1826, e os actos emanados de uma auctoridade tão legitima como aquelle decreto.

Menos avisado andou o sr. Thomaz Ribeiro. Embora julgasse poder prescindir do direito para julgar a questão da legitimidade, pois começa o seu capitulo XIII, que se insereve *Da questão juridica*, dizendo: «Podiamos ficar por aqui pelo que respeita a legitimidade,» sempre teve a condescendência de fallar das antigas côrtes.

E como os grandes genios se não prendem com ninharias, viu-

se livre das côrtes de Lamego, decidindo, com a auctoridade magistral, que somos os primeiros a reconhecer-lhe, que ellas não tinham existido; das de 1641, affirmava não conterem os seus assentos uma unica palavra contra a legitimidade do Sr. D. Pedro, e diz d'estas que não elegeram D. João IV, como das de 1828 diz que affirmamos terem ellas eleito por unanimidade o Senhor Dom Miguel, como se essa unanimidade não fosse a nossa condemnção.»

Já fizemos ver ao sr. conselheiro que o reino de Portugal nunca foi electivo: é erro tão crasso affirmar o contrario, que, pela honra da Universidade, e pelo respeito que merece uma carta de conselho, sentimos profundamente que o commettesse o sr. Thomaz Ribeiro.

Faz-nos elle crer que sua ex.^a sentenciou José Accurcio das Neves sem nunca ter lido, nem estudado seus escriptos: pois não perdia o tempo. E se não fosse o receio, tão natural, de que nos chamessem atrevidos por oasar dar conselho a um conselheiro, aconselharíamos sua ex.^a a que lesse alguma coisa do que escreveu aquelle tão notavel jurisculto. E se agora, sem conhecimento de causa, e só por espirito faccioso, tentou rebaixar José Accurcio das Neves, cremos que se elevaria e não pouco, quando pelo estudo do que elle escreveu, estivesse mais habilitado a entrar n'estas questões.

Não nos leve, sr. conselheiro, a mal esta divagação: acredite que não temos a mais leve indisposição contra v. ex.^a; no seu interesse, e sobre tudo no interesse da

verdade, nos atrevemos a pedir a v. ex.^a que estude os escriptos de José Accurcio das Neves. Estude-os, sr. conselheiro, estude-os, que lhe serão de grande proveito.

E por que José Agostinho de Macedo, a quem não faltava talento, nem sciencia, pelo seu genio irascivel levava muitas vezes a exaggeração além das raia da prudencia e da verdade, é frequentemente citado pelo sr. Thomaz Ribeiro, querendo fazer o partido legitimista responsavel pelo que elle escreveu.

Nós acceitamos a responsabilidade de tudo o que decidiram os nossos corpos legaes: a responsabilidade do que escreveu um ou outro particular, não a acceitamos, nem podemos acceitar.

Diga-nos, sr. conselheiro, um liberal escreve meia duzia de insultos grosseiros e infames contra o Sr. D. Luiz ou alguma pessoa da sua augusta familia, toma v. ex.^a a responsabilidade d'esses insultos? Um outro escreve duzia e meia de disparates em historia ou em direito, podemos nós exigir que o partido liberal tome a responsabilidade do que aquelle seu confrade escreveu? De certo que não.

Este ponto não merece discussão; entramos n'ella, porque fizemos proposito de não deixar irrespondida uma linha do famoso livro do sr. Thomaz Ribeiro.

A' falta de melhores argumentos, transcreve sua ex.^a as seguintes linhas de José Agostinho de Macedo: «Represente a nação, não a soberania porque a não tem, mas á soberania, quando for chamada; venha por seus procuradores a côrtes, consulte ao rei, mas

não delibere; proponha, e não impere.»

Forte com esta auctoridade, conclue que as côrtes nada deixaram como direito, e menos como doutrina. E nós lendo estas linhas concluimos, que o sr. Thomaz Ribeiro não leu os assentos das côrtes, para não concluirmos que, para chegar aos seus fins, está traindo a sua consciencia.

Nós quereríamos que o sr. conselheiro nos dissesse porque direito se regeu o reino até 1826, quando havia uma questão de successão ou de regencia, e quem fez esse direito?

Não acredita ou finge não acreditar nas côrtes de Lamego; mas recohece as de Coimbra, ás quaes faz a honra de conceder os titulos de *felizes e gloriosas*. Pois bem, essas gloriosas côrtes excluíram da successão a Senhora Dona Beatriz e os principes D. João e D. Diniz; estes, por terem pegado em armas contra a patria, aquella, por ter casado com estrangeiro, e procederam assim em conformidade com o direito publico do reino; mas quem tinha feito esse direito? Gostariamos que s. ex.^a nos respondesse a esta pergunta.

Já vê que só esta observação deita por terra a inqualificavel proposição de que —*as côrtes nada deixaram de direito*.

Mas passemos ás de 1641: ignora v. ex.^a, ao que parece, o que ellas deliberaram. Em um dos capitulos antecedentes, para refutar a proposição de que ellas nada continham contra a legitimidade do Sr. D. Pedro, proposição que v. ex.^a avançou com a semcerimonia do costume, mostrámos o erro

em que estava, ou a que pretendia arrastar os leitores; agora accrescentaremos que ellas, corroborando a doutrina existente, declararam:

1.º Que os tres estados do reino, juntos em côrtes, representam o mesmo reino;

2.º Que tinham o poder de restituir o reino a quem de direito pertencia, seguindo a mesma forma, que no principio do mesmo reino se guardava com o Senhor Dom Affonso Henriques, primeiro rei d'elle, fazendo assento declaratorio;

3.º Que era coisa certa em direito, que ao reino sómente compete julgar e declarar a legitima successão, quando sobre ella ha duvida entre os pretendentes.

Poderíamos citar lhe outras côrtes; mas, porque d'ellas já temos fallado no decurso d'esta resposta, passaremos tambem a dizer alguma coisa das côrtes constitucionaes de 1822, não em quanto á legitimidade, que não reconhecemos n'essas côrtes o direito para a alterar; mas em quanto á pessoa do Sr. D. Pedro.

Abra, sr. conselheiro, o diario da camara de 1822, e, na sessão de 19 de setembro, recommendamos-lhe o discurso do sr. Bento Pereira do Carmo; depois de fallar de estado em que estava o Brazil, diz aquelle deputado:

«E em taes circumstancias de verá porventura continuar a delegação do Principe Real? De nenhuma sorte.

«O Sr. D. Pedro d'Alcantara, assentando de si para si que os portuguezes de ambos os hemisphérios nasceram para seu bel pra-

zer, tem-se feito arbitrario e despotico, sempre com a capa de constitucional; como se palavras nos illudissem! Apezar da moderação, com que as côrtes (a quem teve a bondade de chamar facciosas e pestíferas) o trataram, tem S. A. tantas vezes reincidido, que já não é possível, sem grande quebra da dignidade nacional, fecharmos os olhos a seus hostis e illegaes procedimentos. Deve pois cessar desde já a sua delegação; e em vez d'ella instaurar-se a regencia já sancionada na constituição. E' justamente o que determina o artigo 4.º

«Mas onde residirá o Sr. D. Pedro? Deve voltar para Portugal, e se o principe não vier, então commine-se e imponha-se-lhe a pena já decretada na constituição.»

Outros deputados fallaram no mesmo sentido: era unanime o voto das côrtes contra o procedimento do Sr. D. Pedro.

Depois foi votado e sancionado o seguinte decreto.

Dom João por graça de Deus, etc.

Art. 1.º E' nullo o decreto de 3 de junho do corrente anno sobre a convocação das côrtes do Brazil, e bem assim quaesquer outros actos legislativos emanados do governo estabelecido no Rio de Janeiro.

Art. 2.º Verificar-se-ha a responsabilidade do secretario ou secretarios d'aquelle governo que houverem assignado ou referendado qualquer dos referidos actos.

Art. 3.º O mencionado governo, desobedecendo a El-Rei e ás côrtes e constituindo-se independente é governo de facto e não de di-

reito. Será considerado como traidor, o commandante da força de terra ou mar, e como criminoso qualquer outra auctoridade, que desde a publicação do presente decreto obedecer ao sobredito governo actual, salvo se mostrarem que foram obrigados pela força.

Art. 4.º Visto haver cessado a delegação do Principe Real, será logo nomeada a regencia, que deve exercer o poder executivo, delegado no Brazil em os termos da constituição.

Art. 5.º O Principe Real embarcará em direitura a Portugal no termo de um mez, contado desde a intimação, sob pena de se proceder do mesmo modo, que a constituição prescreve para o caso em que El-Rei ou o successor da corôa tendo saído do reino de Portugal e Algarve com licença das côrtes, se não recolha sendo chamado, findo o praso concedido.

Art. 6.º O governo por todês os meios de que possa dispor, fará executar as disposições do presente decreto, ficando revogadas quaesquer outras na parte que lhe forem contrarias.

Pago das côrtes, 26 de setembro de 1822.

Este decreto devia ter muito peso para o sr. Thomaz Ribeiro, mas é archeologico; não sabemos se já pertence ao direito publico constitucional de S. ex.^a, mas cremos que sim.

Que nos diz ao art. 3.º? Póde o Sr. D. Pedro, á vista d'elle, ser declarado traidor?

Que nos diz ao art. 5.º? O Principe foi mandado vir, não veio, ficou inculco na pena comminada; quer dizer, só por este

facto, independente de todas as gentilezas que praticou, perdeu os seus direitos de successor á corôa.

XLIV

Porém se ainda restassem escrupulos na acceitação de D. Pedro, a sua abdicação tirava todas as duvidas.

(Th. Ribeiro, pag. 141.)

E' sublime! Não sabemos se é mais admiravel aos olhos da jurisprudencia, se aos olhos da philosophia.

Não se prende, como temos visto, com o direito publico portuguez o sr. Thomaz Ribeiro, e tão pouca importancia lhe liga que nem o estuda; tem o seu direito publico constitucional, e quando este não chega para satisfazer ás necessidades da argumentação, diz com os seus botões: — com o mesmo direito com que os auctores do direito publico constitucional o fizeram posso eu crear um novissimo direito, e com elle governar este paiz, que teve a felicidade de me ver nascer. E' verdade que nem todos estarão dispostos a acceitar o meu novissimo direito; mas o remedio é facil, embrulho-o n'uma capa ou em uma formula, impenetravel á mais fina intelligencia, e deixo-o assim correr mundo.

E dito e feito; apresenta esta... este... não sabemos como lhe devemos chamar, apresenta isto:

«Porém se ainda restassem escrupulos na acceitação de D. Pedro, a sua abdicação tirava todas as duvidas.»

Decididamente, sr. conselheiro, v. ex.^a está mangando connosco, como mangou com quem lhe encommendou o sermão.

Vamos analisar a tal sentença, chamemos-lhe assim, que poucas cabeças seriam capazes de conceber, e que só a illustrada penna do sr. Thomaz Ribeiro podia ter o arrojo de entregar á publicidade.

Achamol-a tão sublime que nos não fartamos de a repetir, queremos que fique bem gravada na memoria dos nossos leitores:

«Se ainda restassem escrúpulos na acceitação de D. Pedro, a sua abdicação tirava todas as duvidas.»

Mas, mestre, diga-nos, como quer que entendamos, ou como entende v. ex.^a esses *escrúpulos*? Não os podemos tomar senão na acceção de duvidas sobre a legitimidade do Sr. D. Pedro.

Sendo assim, querer, como v. ex.^a quer, que essas duvidas fiquem desfeitas pela abdicação d'aquelle senhor, é querer o absurdo, é querer o impossivel.

Pois os que teem escrúpulos em acceitar o Sr. D. Pedro como rei, por que não acreditam na sua legitimidade, pôdem porventura acceitar a sua abdicação?

Pois se o Sr. D. Pedro não tem direito para reinar, como o pôde ter para abdicar?

Só esta proposição que v. ex.^a escreve muito senhor de si, e com aquelle tom pedagogico que sobresae em todo o seu livrinho, bastaria para o condemnar.

Nem param aqui as pretensões do sr. conselheiro: não só quer que aquelles que duvidam dos di-

reitos do Sr. D. Pedro para reinar, lh'os reconheçam para abdicar; mas quer mais, quer que os que duvidam de taes direitos fiquem convencidos d'elles pelo facto da abdicação.

Permitta-nos sua ex.^a a honra de sermos expositores do seu livrinho, e para tornar mais claro o texto, servir-nos do seguinte exemplo:

O sr. Thomaz Ribeiro imaginava um bello dia que era senhor do Passeio Publico, a camara disputava-lhe a posse; cedia em uma pessoa qualquer os seus direitos; desde esse momento, pela logica do sr. conselheiro, não só o passeio ficava sendo da pessoa a quem elle o tinha cedido, mas o acto da cedencia tirava todas as duvidas, que os mais escrúpulosos podessem ter acerca dos direitos do sr. Thomaz Ribeiro.

Ah! Genuense, Genuense, quanto é para lastimar o abandono a que te votaram!

Mas, se o sr. Thomaz Ribeiro concebe que possa abdicar aquelle sobre cujos direitos ainda ha escrúpulos, nós não podemos admitir essa theoria, partindo do principio incontrario: *Nemo dat quod non habet*.

A abdicação! E fulla v. ex.^a na abdicação do Sr. D. Pedro!

Em boa consciencia nada encontramos que possa defender os direitos d'aquelle senhor; mas para contestar os de sua augusta filha bastava-nos o decreto da abdicação.

Para que a abdicação de um throno seja valida é indispensavel:

1.º Que a pessoa que abdica tenha direito ao throno;

2.º Que a pessoa em quem recae a abdicção seja a legitima herdeira;

3.º Que no acto se guardem todas as prescripções legais.

Dos direitos do sr. D. Pedro ainda o sr. conselheiro nos não convenceu, nem ha quem se dê por convencido, em quanto sua ex.^a não apresentar melhores provas do que as deduzidas até aqui.

Nem necessitavamos proseguir; a questão fica cortada *a radicibus*, desde que se prova que o Sr. D. Pedro, pelos seus actos proprios e espontaneos se tinha inhabilitado para a successão.

Queremos todavia dizer alguma coisa em relação ao segundo requisito.

Talvez que o sr. conselheiro umas vezes distraído com as musas, outras com as varias e multiplices occupações, annexas aos elevados cargos publicos que desempenha, não tenha visto bem o acto da abdicção; pois leia-o que é curioso.

E' datado de 10 de maio de 1826, quer dizer 9 mezes depois de reconhecida a independencia do Brazil, por um tractado solemne, que inhabilitaria o sr. D. Pedro para succeder no throno, se por ventura não o estivesse já por ter commettido os crimes previstos no Tit.VI do Liv.V da Ordenação do Reino, e por ter infringido as condições que o reino, representado em côrtes pelos seus tres estados, estabeleceu, com o poder que ninguem lhe podia disputar, antes da revolução, para que o Principe podesse succeder a seu pae na corôa da monarchia.

E sabe o sr. conselheiro em quem o imperador do Brazil abdicou?

Pensa talvez que foi em algum portuguez ou portugueza?

Pois está enganado; leia o decreto e lá verá que abdicou em uma estrangeira, na princeza do Grão-Pará!!

Cremos que o sr. conselheiro sabe que o Grão-Pará não era portuguez desde 29 de agosto de 1825.

Não tinha o sr. Thomaz Ribeiro decerto lido o decreto da abdicção, ou se o tinha lido não tinha reparado n'esta circumstancia, aliás cremos teria evitado fallar n'elle, como evita fallar em tudo que possa conduzir á verdade, e por tanto condemnar o direito que o pae tinha para abdicar e o direito da filha para receber a abdicção.

Mas suppondo momentaneamente que por morte do Senhor Dom João VI a corôa pertencia ao Sr. D. Pedro, quem lhe deu o direito de attentar contra a integridade da monarchia?

Os crimes de 1822 a 1825 não o auctorisavam; pelo contrario, a reincidencia agravava e muito a acção criminosa, a não dispôr o contrario o direito publico constitucional do sr. Thomaz Ribeiro.

Mas admittamos tambem a hypothese de que o Sr. D. Pedro podia abdicar: Quem lhe dava o direito de privar o filho de succeder na corôa de Portugal para fazer d'esta um presente á sr.^a princeza do Grão-Pará?

O 3.º requisito para a legalidade da abdicção é que no acto se guardem todas as prescripções legais.

Diga-nos, sr. conselheiro, já re-

parou d'onde vem datado o decreto da abdição?

Do Rio de Janeiro!!

E v. ex.^a que é tão versado em direito crê que o rei possa de um paiz estrangeiro estar legislando sobre Portugal?

Parece-nos pois que a tal abdição que v. ex.^a diz que tira todas as duvidas, nada prova a favor do Sr. D. Pedro, e prova plenamente contra os direitos de sua augusta filha.

Nós, porém, podemos estar em erro, pedimos ao sr. Mártens Ferrão que nos tirasse d'elle, mas fez ouvidos de mercador; v. ex.^a veio acudir-lhe, veio collocar-se entre nós e elle; pois bem, faça o que elle não fez, tire-nos do erro, se porventura estamos n'elle.

A's duas linhas que acabamos de analisar, seguem-se quatro que não são menos bellas. reservamolas por isso para capitulo especial.

XLV

A successão para linha collateral só podia admittir-se na falta de descendencia directo, e D. Maria II não tinha por acto nenhum seu, nem podia ter, pela sua menoridade, alienado os seus direitos.

(Th. Rib. pag. 148)

Se não fôra ridicula, seria sublime, esta lembrança da successão da linha collateral! Quem não soubesse o parentesco do Senhor Dom Miguel com o Senhor Dom João VI, ao ler as linhas do livro do sr. Thomaz Ribeiro, que tomámos pa-

ra epigraphe, diria serem irmãos estes dois senhores, porque só n'este caso se poderia fallar em successão da linha collateral.

Ah! sr. conselheiro, v. ex.^a quando chegou ao fim do seu livro devia estar na realidade cansado de tanto escorregar! A cada pagina o vemos fazendo equilibrios para se sustentar, mas ás vezes não o consegue, e... estende-se. Desculpe-nos a phrase, por ser academica.

D'esta vez *estendeu-se* miseravelmente com a tal lembrança da *successão para a linha collateral!!!*

E querem saber a razão porque se não podia admittir a tal successão collateral? «D. Maria II não tinha, por nenhum acto seu, nem podia ter, pela sua menoridade, alienado os seus direitos.»

Ignora porventura o sr. conselheiro que pela lei natural os filhos seguem a condição dos paes? E que, sendo assim, a Senhora D. Maria da Gloria depois do dia 29 de agosto de 1825, era tão brasileira como seu pae?

Mas se aquella augusta senhora tinha direitos seus, direitos proprios, que só podia perder por um acto seu, isto é, se a corôa passava directamente do Senhor D. João VI para ella, para que servia a abdição?

Se a querem reconhecer como immediata successora de seu avô, como chamaram ao primeiro imperador do Brazil D. Pedro IV, e como lhe reconheceram o direito de *nos felicitar* com a *opima* dadiva da carta?

Mais logica, sr. conselheiro, mais coherencia nos argumentos. Mas, é impossivel; a causa é de si tão

má, que, apesar do robusto talento do sr. Thomaz Ribeiro, da sua inquestionavel erudição, apesar de ter sido procedido por um outro talento egualmente robusto, e não menos erudito, o sr. conselheiro Mártens Ferrão, e de ter visto os escolhos, em que o seu collega e predecessor naufragou, não pôde evitar igual sorte, e a cada momento estamos vendo o fragil batel que sua ex.^a dirige, tendo á prôa o mais faccioso interesse partidario, e sentado ao leme o sophisma, a sogobrar nas ondas da jurisprudencia e da historia, ou a perigo de se desfazer de embate á verdade. O naufragio é inevitavel, nem lhe pôde valer um outro batel que lá vemos largar panno.

Este vem das praias da apostasia; ao leme está o cynismo; é guardado pela falsificação historica, e pelo desprezo do direito; a mentira leva na mão a escota; vem carregado de contrabando; a sua guarda não falla a nossa lingua, falla a franceza; prevenido talvez que não podia fazer fortuna em terra portugueza, vae fazer commercio illicito com os estrangeiros.

Em seu alcance irá a verdade, e não será por isso mais feliz que os predecessores.

A Senhora D. Maria da Gloria não alienou os seus direitos, diz o sr. Thomaz Ribeiro, e diz muito bem, nós acrescentaremos apenas que não tinha que alienar.

Que aquella Senhora não podia herdar de seu avô a corôa, affirmo-o o sr. Thomaz Ribeiro, como já o tinha affirmado o sr. conselheiro procurador geral da corôa, fazendo consistir todos os seus direitos no decreto de 6 de março de

1826, na carta constitucional e no decreto de abdicação.

Nós, que não acreditamos na authenticidade do decreto de 6 de março, nem podemos achar legitima a carta e o decreto da abdicação, podiamos limitarmo-nos a dizer: Enquanto nos não provardes que o Sr. D. Pedro tinha direito para decretar a carta e para abdicar, não podemos admittir os direitos da sua filha.

Mas queremos conversar com o sr. Thomaz Ribeiro a este respeito, diverte-nos immenso o seu livrinho e por isso iremos analysando linha por linha, palavra por palavra quanto sua ex.^o alli escreveu.

«D. Maria II não tinha alienado os seus direitos, diz o auctor.»

Que direitos, perguntamos nós?

E aqui ha-de permittir sua ex.^a que lhe offereçamos um dilemma: Se a abdicação é um acto sério, e com valor juridico, é evidente que aquella Senhora não tinha direitos proprios, e necessitava que elles lhe fossem transmittidos por seu pae; se ella tinha direitos proprios, direitos seus, é então a abdicação um acto ridiculo e irrisorio, nem pôde ficar com qualificação inferior a esta a carta constitucional.

E o peor (entende-se peor para o sr. conselheiro), o peor é que fica d'este modo s. ex.^a sem o beijinho do seu direito publico constitucional, deste que estabelece que a Senhora D. Maria da Gloria tinha direitos seus; porque, sendo assim, passando os direitos do Senhor D. João VI para a sua augusta neta, é evidente que o Sr. D. Pedro foi usurpador dos direitos de sua filha, quando decretou a carta.

Ainda mais, se os direitos pas-

saram do Sr. D. João VI para sua neta, é evidente que havia obstaculo juridico a que o Sr. D. Pedro os recebesse, e se elle os não recebeu como lhe chamaes D. Pedro IV?

E se elle tinha esse obstaculo juridico, como toleraes a carta?

Ah! sr. conselheiro, d'aqui não ha fugir: Se D. Pedro foi rei depois de morto o Sr. D. João VI, não tinha a sr.^a D. Maria da Gloria os direitos de que v. ex.^a falla; se ella os tinha, não foi D. Pedro rei de Portugal.

Isto segundo as theorias de v. ex.^a, segundo o seu direito publico constitucional; segundo as nossas, e segundo o direito publico portuguez, nem o sr. D. Pedro podia ser rei por morte de seu augusto Pae, nem a sr.^a D. Maria da Gloria tinha os taes direitos de que v. ex.^a falla, como passamos a demonstrar.

Podiamos reduzir a demonstração a bem pouco, quer nos servissemos do antigo direito portuguez, quer recorressemos ao direito publico constitucional do sr. Thomaz Ribeiro.

No primeiro caso, apontariamos para a Ord. Liv. V Tit. VI que condemna evidentemente o sr. D. Pedro como réo do crime de lesa-majestade, e tanto bastava para a sr.^a D. Maria da Gloria não poder succeder a seu avô.

Poderá o sr. conselheiro achar rigorosa esta lei, por levar a punição até áquelles que não tinham parte no crime; não lho questionaremos, mas é o caso de se dizer: *Dura lex, sed lex*.

Mas perdão, o sr. Thomaz Ribeiro não condemna, approva a lei

de 19 de dezembro de 1834, logo não pôde achar rigoroso o Tit. VI do Liv. V da Ord.

Para mostrarmos pelo direito publico constitucional do sr. Thomaz Ribeiro que a sr.^a D. Maria não podia succeder a seu avô, bastaria citar o decreto das côrtes de 26 de setembro de 1822 e especialmente no seu § 5.^o

Nós, porém, queremos dar a esta questão mais latitude, e por isso passaremos a demonstrar, independentemente d'este decreto e do livrô 5.^o da Ordenação, que a sr.^a D. Maria da Gloria não herdou, nem podia herdar de seu augusto avô direitos ao throno de Portugal.

Temol-o dito, mais de uma vez no decurso d'esta resposta: nós não queremos offender nem levemente os descendentes do primeiro imperador do Brazil; na parte historica não podemos consentir que o sr. Thomaz Ribeiro falsifique os factos, como o não consentimos ao sr. Martens Ferrão; na parte juridica apresentamos as nossas duvidas na esperança de que suas ex.^{as} nos esclareçam.

E' indubitavel que os filhos por direito natural seguem a condição do pae, e todos os publicistas concordam em que se o pae assentou seu domicilio em paiz estrangeiro, adoptando a nacionalidade d'esse paiz, os filhos ficam pertencendo a esse mesmo paiz; prescreve-o a Ord. no Liv. II Tit. 55, prescreve-o o direito publico constitucional do sr. Thomaz Ribeiro.

Para demonstrar que a sr.^a D. Maria da Gloria era estrangeira, basta-nos a carta de 1826 e a constituição do Brazil: a carta, no seu

Tit. II Art. 8.º; a constituição do Brazil no seu art. 6.º, e mais explicita e particularmente nos Artigos 118 e 119.

E' verdade que nasceu portugueza a sr.ª D. Maria da Gloria, e tanto que teve o titulo de Princeza da Beira; mas tornando-se brasileira pela constituição do Brazil de 1823, foi como tal considerada herdeira presumptiva do throno do Brazil, e quando em 1825 nasceu o Sr. D. Pedro, hoje imperador do Brazil, deu-se lhe o titulo de Princeza do Grã-Pará, que pelo art. 105 da constituição d'aquelle imperio, pertence ao herdeiro presumptivo da corôa, depois do principe imperial.

E ser-lhe ia dado primeiro o titulo de Princeza imperial, depois de Princeza do Grã-Pará se fosse portugueza? Não o consentiriam, nem o podiam consentir os brasileiros, nem o consentia a sua constituição, que a excluiria da successão no throno do Brazil pelo seu Artigo 119.

E note se que estas disposições são anteriores á morte do Senhor Dom João VI, circumstancia muito attendivel.

Nem se diga que a Sr.ª D. Maria da Gloria não podia ser prejudicada pelos actos de seu pae, o que já vimos ser contra o direito natural e contra as prescripções da Ordenação, mas seria até contra os interesses da Real Menor.

Depois da separação do Brazil, se a Sr.ª D. Maria da Gloria tivesse direitos ao throno de Portugal (contra o que continuaremos a protestar, em quanto o sr. Thomaz Ribeiro nos não tirar as duvidas que lhe temos apresentado) nem

por isso deixava de os ter ao throno do Brazil; mas aquella augusta senhora não podia ser ao mesmo tempo princeza portugueza e princeza brasileira, seria uma anomalia que nem o direito publico moderno auctorisa, e que nenhum poeta poderia inventar sem incorrer nas censuras de Horacio na sua arte poetica; além de que é muito delicado o sr. Thomaz Ribeiro para apresentar o retrato de uma senhora e de mais a mais de uma princeza, feito por arte que apontando para elle se podesse dizer: *Resum teneatis, amici?*

Mas sendo assim, não podendo a Sr.ª D. Maria da Gloria ser ao mesmo tempo portugueza e brasileira, e não podendo a opção partir d'aquella augusta senhora, que contava apenas quatro annos, quando foi outorgada a constituição do Brazil, e seis, quando foi assignado e reconhecido o tractado de separação, quem pôde disputar ao Sr. D. Pedro, seu pae e tutor natural, o direito de optar? Quem se não elle, podia decidir se a Sr.ª D. Maria da Gloria seria d'alli em diante portugueza ou brasileira?

E que o Sr. D. Pedro optou pela nacionalidade brasileira para sua augusta filha, prova-o a constituição do Brazil, prova-o o facto de ter aquella senhora sido legalmente declarada Princeza imperial do Brazil, e depois do nascimento de seu irmão ter sido legalmente declarada Princeza do Grã-Pará.

Que responde a isto, sr. conselheiro?

, Com franqueza: não acha uma puerilidade, impropria da seriedade de v. ex.ª, e que repugna aos seus titulos de doutor e de con-

selheiro aquelle argumento, que se lê a paginas 141 do seu livro: D. Maria II não tinha, por acto nenhum seu, alienado os seus direitos?

XLV

Aqui está o que eram as antigas côrtes, umas commissões consultivas.

(Thom. Rib. pag. 141.)

Antes de virar pagina, é bom que mostremos ao leitor mais esta belleza do livro do sr. Thomaz Ribeiro.

E' para vêr como fallam estes mestres da lei! E porque fallam com este conhecimento de causa, e *promptos decident do que nada entendem*, tem levado o paiz ao estado em que o vemos.

Mas se os avaliardes pelo ar magistral com que se apresentam, pelo tom pedagogico com que *ensinam* direito e historia *aos seus meninos*, curvareis a cabeça ante tão profundo saber, tomando cada palavra por uma sentença.

E havemos de confessar que para aquelles a quem a consciencia não impõe deveres, para aquelles a quem é indifferente chamar ao branco preto ou ao preto branco, sempre que isso convenha aos seus fins, o systema não é máu. Lisongeia o seu amor proprio a ponto que, cremos, elles mesmos se chegam a convencer de que sabem o que ignoram; e dão á sua argumentação uma força extrinseca, que compensa a pobreza intrinseca, que lhe encontra quem a sujeita á analyse.

Ora como dos leitores sejam poucos os que possam preceder a

essa analyse, e esses mesmos de ordinario impossibilitados de a fazer, porque lhes não deixam tempo as suas obrigações, conseguem espalhar, entre o povo, pechisbeque, que passa como ouro de lei.

Nós, porém, que além de gostarmos de dar ás coisas os seus proprios nomes, vemos n'isso um dever de consciencia e de honra, não lh'o consentiremos, em quanto Deus, por mercê, nos dê forças para sustentar a penna, que com a ajuda do mesmo Senhor esperamos estará até ao fim da nossa vida, como tem estado desde os nossos primeiros annos, ao serviço do direito e da justiça, queremos dizer, da legitimidade religiosa e politica.

Que o sr. Thomaz Ribeiro necessita ler a nossa historia, e estudar os assentos das antigas côrtes da monarchia, deprehende-se de todo o seu livro; mas, para o concluirmos, bastaria ver a pagina 141, e n'ella as celebres linhas em que sua ex.^a não duvida affirmar que as antigas côrtes eram apenas umas *commissões consultivas*.

Se examinarmos os assentos de todas essas côrtes, desde as de 1143 até ás de 1828, veremos como todos elles dão solemne desmentido á asserção do sr. Thomaz Ribeiro, que diriamos irrefletida, se não vissemos n'ella um proposito de esconder a fonte do direito patrio portuguez, para assim mais facilmente negarem os direitos do Senhor Dom Miguel e proclamarem os de seu augusto irmão.

Se fôr licito o en prego de taes meios, diriamos que muito avisado andava n'isto o sr. Thomaz Ribeiro; pois que não podia publicar

nenhum dos assentos das côrtes, acerca da successão do reino, sem condemnar a dynastia, que pretende defender. Assim, julgou sair do embarço dizendo: *as côrtes não pa-savam de umas commissões consultivas*. O que afirma com o mesmo desembaraço e com o mesmo fim, com que ousou dizer que nas côrtes de Lamego só nós acreditávamos.

Já mostrámos o ridiculo d'esta asserção, e como era indispensavel acreditar nas côrtes de Lamego, por isso que todas as testemunhas coevas ou quasi coevas declaravam que ellas tinham existido, e a ellas se referiam muitas das outras côrtes.

Provada pois a sua existencia, perguntaremos ao sr. conselheiro se umas côrtes que fallam como *aquellas fallavam e cujos assentos empregam a linguagem que se lê n'aquelles*, serão apenas umas commissões consultivas?

Sr. conselheiro, uma de duas: ou mais estudo, ou mais verdade; pois que as palavras, a que agora estamos respondendo, provam, ou que v. ex.^a se não deu ao trabalho de ler os assentos das antigas côrtes, ou que, por assim convir aos interesses que advoga, nega o que seus olhos viram, trahe o que a sua consciencia lhe dicta.

Partindo pois da melhor hypothese = a de v. ex.^a não ter lido os assentos das côrtes = vamos, citando-lhe alguns, convencê-lo de que está em erro, quando assim avalia aquellas assembléas; verdadeira expressão da vontade nacional, e nas quaes, como já fizemos ver, quando tratámos da legalidade das côrtes de 1828, o governo

não tinha acção, ao passo que o povo a tinha liberrima.

Não é isto um dito vago, não affirmamos d'aquellas côrtes serem a verdadeira expressão da vontade nacional, com a mesma consciencia com que os escriptores revolucionarios o dizem das que se tem reunido em S. Bento depois de 1834.

O primeiro e segundo braço era a verdadeira representação do Clero e da Nobreza, cujas decisões o ministro do reino não podia, como hoje, dirigir á sua vontade, por meio das tão conhecidas fornadas.

O terceiro braço era composto pelos representantes das cidades e villas, que tinham a-sento em côrtes. E ainda n'este braço não tinha o governo a faculdade de ampliar ou restringir os recenseamentos, segundo lhe convinha; as côrtes tinham determinado quem podia votar, e o modo porque o devia fazer. Vamos dar resumida noticia do processo eleitoral, fazendo-o especialmente para mostrar ao sr. Thomaz Ribeiro o grosseiro erro, que commette, quando affirmam serem as côrtes antigas apenas umas commissões consultivas.

Tinham voto na eleição dos procuradores dos povos todas as pessoas que andavam na governança, assim vereadores e almotacés, como procuradores do conselho e os filhos d'estes, e bem assim todos os membros da *Casa dos vinte e quatro*, isto segundo um aresto das côrtes de 1668 e 1674; a votação fazia-se por listas assignadas, sendo os votos recebidos e contados pelo Juiz de fóra e pelo escrivão da camara, que lavrava auto da

eleição, segundo estava também determinado pelas mesmas côrtes de 1666.

Ha um facto na eleição de deputados ás côrtes de 1642 pela villa de Barcellos, que prova a liberdade com que procediam os eleitores: Declarou o Juiz de lóra que, conforme a Carta Convocatoria, deveria haver todo o cuidado em se fazer a menor despeza possível, e que para se conseguir esse fim bom seria eleger algumas pessoas da governança que por essa occasião estavam em Lisboa; pareceu boa a lembrança, e a camara assentou que ella se fizesse presente aos eleitores, propondo-se-lhes os nomes de taes pessoas, que eram Francisco Machado, Manuel Barbosa e o licenciado Ignacio da Costa, para d'estes escolherem quaes deviam ser os seus representantes. Não estiveram por isso os eleitores, e foram proclamados seus procuradores em côrtes o licenciado Diogo da Costa Homem e Fernando da Costa. Este facto pode-se facilmente verificar vendo na Torre do Tombo o Mago 10 de côrtes, Doc. n.º 9.

Mas vamos á questão principal: *As antigas côrtes eram umas comissões consultivas*, diz o sr. Thomaz Ribeiro, e nós perguntaremos ao illustre estadista:

Não tem todo o character deliberativo, ainda mais, todo o character imperativo, o artigo VI das côrtes de Lamego: Não queremos que o nosso reino saia das mãos de portuguezes. E o art. XI: Se o filho mais velho morrer, vivendo o rei, o segundo reinará?

Bem vemos que estes artigos não fazem conta ao sr. Thomaz

Ribeiro: o primeiro exclue o Sr. D. Pedro, porque deixou de ser portuguez, pela constituição brasileira de 1823, e pelo tratado de separação de 1825; o segundo entrega o throno ao Senhor Dom Miguel, porque o filho mais velho do Senhor Dom João VI, ainda na vida d'este augusto Senhor, tinha morrido politicamente para Portugal.

E, como lhe não fazem conta estes artigos, decreta: nas côrtes de Lamego só vós acreditaes. Já lhe provámos que não era assim, e talvez destineis ainda um capitulo a tratar d'este assumpto em particular.

As côrtes de 1385, excluindo da successão do reino a Senhora Dona Beatriz, por ter casado com Dom João de Castella, tornando-se assim estrangeira e rainha de um paiz estrangeiro; excluindo os infantes D. João e D. Diniz filhos de Pedro I e de Dona Ignez de Castro pelo facto de terem pegado em armas contra Portugal, foram ou não deliberativas e imperativas, sr. conselheiro?

Não o pôde negar v. ex.^a, como não pôde negar que a razão, porque foi excluida a Sr.^a Dona Beatriz, exclue o primeiro imperador do Brazil; a razão porque foram excluidos os infantes D. João e D. Diniz, exclue o Sr. D. Pedro.

Não seriam ainda imperativas as côrtes de 1385, quando reconheceram o Mestre d'Aviz como successor de seu irmão El-Rei D. Fernando, dispensando-lhe a irregularidade que lhe provinha de ser bastardo, e reconhecendo-o e acclamando-o Rei de Portugal?

«O assento de côrtes em 28 de janeiro de 1641 será ou não d'liberativo?

Não se apresentou ante aquellas côrtes o Senhor Dom João IV como o tinha feito ante as côrtes de 1143, o Senhor Dom Affonso Henriques?

E não deliberaram ellas que a aclamação do povo era legal, por estar em conformidade com o direito, fazendo parte d'aquelle assento o texto das leis de Lamego?

Seriam consultivas as côrtes de 1498 e 1499, nas exigencias que fizeram a El-Rei Dom Manuel, em relação a seu filho, o Principe Dom Miguel? E note-se que este principe se a morte o não tivera arrebatado tão cedo, traria grandes vantagens á coroa de Portugal, que por morte d'elle foram para a casa d'Austria. Mas as *taes commissões consultivas* desprendiam-se de todas as considerações, nem havia interesses que as seduzissem, quando se tractava da segurança de Portugal e de suas venerandas instituições.

Se o sr. conselheiro não conhece as côrtes de 1475, aconselhemos-lhe que as veja, para nos dizer depois a idéa que faz do modo como ellas se houveram com Dom Affonso V, quando este projectou passar a segundas nupcias com sua sobrinha a Senhora Dona Joanna de Castella: exigiram lhe que antes de dár a mão d'espôso áquella Princeza, ficasse estabelecida em seu filho, do primeiro matrimonio, o principe Dom João a successão á corôa de Portugal. E Affonso V, por carta regia de 5 de janeiro de 1476, cumpriu por tal sorte aquella exigencia, que duran-

te a sua ausencia do reino de Portugal, foi este governado pelo dito seu filho, com o titulo de Rei.

Não cremos que o sr. conselheiro ignore o que as cortes fizeram em relação á descendencia de Dom Pedro II, e que fallando do povo que tinham as cortes, mui positivamente o confirmaram dizendo: *Quibus solis est auctoritas morem antiquem mutandi*, que só ellas tinham auctoridade para alterar a lei estabelecida.

Seriam consultivas as côrtes de 1439, quando determinaram que a regencia do reino fosse entregue ao duque de Coimbra, contra a determinação de El-rei Dom Duarte, que em seu testamento dispunha ficasse regente a rainha?

Podíamos ainda fazer outras citações; mas para que, se a nossa doutrina é a corrente, e já fica sufficientemente demonstrada, ao passo que a pro da do sr. Thomaz Ribeiro ha apenas a affirmativa de sua ex.^a e dos que são tão interessados como elle em esconder a verdade e negar o direito?

E ha mais de mais seculo que andam n'este empenho, e todavia nada teriam conseguido, sea revolução não fizesse que a força do direito fosse suplantada pelo direito da força.

O direito ha-de um dia triumphar, e em quanto não chega o momento das restaurações, tenhamos ao menos a satisfação de ter sempre sido sacerdotes da verdade e da justiça, podendo dizer com a mão sobre a consciencia: nunca pozemos ao serviço da revolução a nossa intelligencia, nem vendemos a nossa penna ao ouro dos poderosos.

XLVI

As côrtes antigas não tinham razão de ser, desde que tavia as côrtes constitucionaes da carta.

(Thom. Rib. pag. 142)

Esta proposição repugna ao bom senso e aos principios mais triviaes de direito; mas não conhece aquelle, nem se prende com este o sr. Thomaz Ribeiro, quando trata de chegar a seus fins.

Duas questões se nos offerecem aqui: são legitimas as côrtes da carta? E ainda quando o fossem, seriam ellas o tribunal competente para decidir a questão dynastica entre o Sr. D. Pedro e o Senhor Dom Miguel?

Estão respondidas, e por medo irrefutavel, estas duas questões; todavia, uma vez que nos propozemos a acompanhar o sr. Thomaz Ribeiro, queremos dizer, a responder ao seu maravilhoso livro pagina por pagina, forçoso nos é voltar a ellas.

São legitimas as côrtes da carta?

Sr. conselheiro, chamamos para este ponto a attenção de v. ex.^a

A carta para ser lei, que obrigasse pela força do direito, e não pelo direito da força, necessitava ter sido dada por quem tivesse poder para o fazer, e observadas todas as prescripções em tal caso exigidas.

Ora que o Sr. D. Pedro não tinha direito para decretar a carta, temol o exuberantemente provado com a Ordenação do reino no Tit. VI do Liv. V e outros; temol o

provado com as côrtes de 1143, 1385 e 1641; temol o provado com o decreto do soberano congresso de 1822, com a constituição brasileira de 1823, com a correspondencia que o Sr. D. Pedro teve com seu Augusto Pae, com os inqualificaveis actos com que precedeu o tractado de separação do Brazil, com este mesmo tractado, com as cartas que escreveu ao imperador seu filho e aos brasileiros, quando estes o forçaram a fugir do Brazil, etc. etc.

Demonstrada a primeira, fica prejudicada a segunda; isto é, desde que se prova que o Sr. D. Pedro, por ser réo do crime de lesa magestade, e por ser estrangeiro, tinha perdido o direito de succeder a seu Augusto Pae, desnecessario é demonstrar que, decretando a carta, não observou as prescripções exigidas pela lei.

Arguem muitos o Sr. D. Pedro por não ter prestado o juramento, que a lei exige aos Reis de Portugal, antes de começarem a reinar; não lhe fazemos essa arguição, porque lhe negamos a obrigação de prestar tal juramento, nem lh'o receberiamos se o viera prestar em nossas mãos. A lei impõe este dever ao filho primogenito dos Reis de Portugal, quando succede a seu pae. N'este caso não estava o Sr. D. Pedro, por ter perdido os direitos de successor.

Mas vamos á segunda pergunta. Se fossem legitimas as côrtes da carta, seriam ellas o tribunal competente para decidir a questão dynastica entre o Sr. D. Pedro e o Senhor Dom Miguel?

Responda-nos, sr. Thomaz Ribeiro, mas responda-nos em prosa

chã, prosa que esteja á altura da nossa intelligencia: quando v. ex.^a escreveu o disparate juridico, que serve de epigrapho ao presente capitulo, não viu logo que commettia dois erros palmares, que não commetteria um estudantinho de instrucção primaria, querendo que a sua carta tivesse força retroactiva, e que, dado um ponto de controversia, um dos interessados tivesse o direito de fazer a lei, pela qual se decidisse o ponto controvertido?

Estava sério ou brincava, sr. conselheiro, quando ouseu escrever isto?

Não temos querido entrar na analyse da carta, porque a questão que no momento nos occupa, é a da legitimidade, e ainda quando a carta fosse um código perfeitissimo, regeital-a hiamos com indignação por ser illegitima, e pela affronta que com ella recebia a nossa independencia.

Nós somos livres e não queremos dominio estrangeiro, disseram os portuguezes de Almacave; nós somos livres e não queremos dominio estrangeiro, repetiram os portuguezes em Aljubarrota e nos cem gloriosos combates, que se seguiram ao primeiro de dezembro de 1640. Nós somos livres, e não acceitamos uma lei estrangeira, e que, ainda quando o não fora, attentava contra os nossos direitos, repetiram os portuguezes em 1826, logo que o sr. Charles Stuart nos trouxe a carta do imperador do Brazil, e só não repetiram este grito alguns degenerados, que mais se deixaram dominar pelo *sacra famas auri* do que pelos interesses e dignidade da patria.

E d'esta carta que não tem uma

unica circumstancia que o naciolise, que para não poder ser lei do paiz bastava ser decretada em paiz ex rangeiro, dada por um imperador estrangeiro, referendada por um ministro estrangeiro, registrada em uma secretaria estrangeira; d'esta carta que tira ao reino a fruição dos seus melhoes fôros e de suas mais bellas garantias, para as dar ao imperador do Brazil; diz o sr. Thomaz Ribeiro que depois que ella appareceia não tinham razão de ser as côrtes antigas !!

Nós queriamos que o erudito conselheiro abandonasse a louca pretensão de nos impôr as suas decisões; cae no ridiculo e não colhe resultado, porque póle estar certo que ninguem curva a cabeça á sua voz *injallivel*.

Outro systema, mais racional e mais pratico: Quando avançar uma proposição demonstre-a. Para asseverar que as côrtes antigas não tinham razão de ser depois da carta, devia provar-nos primeiro que o imperador do Brazil era rei de Portugal, e depois de provado este primeiro ponto, provar que o rei de Portugal tinha direito para substituir por uma outra a lei fundamental da monarchia.

Desafiamos v. ex.^a a que nos prove isto, mas com os principios do direito e com os argumentos historicos.

Não tenha a fatuidade de querer substituir estes e aquelles pelas suas decisões, desacompanhadas sempre da força que a logica e a verdade dão á argumentação, e muitas vezes envolvidas, ou de proposito ou por descuido em uns

períodos, que parecem destinados a salvar-as pelo intelligivel.

Comtudo forçoso é confessar que no livro do sr. Thomaz Ribeiro lá apparece uma ou outra verdade, que nós seremos os primeiros a reconhecer; assim diz a paginas 143:

«O rei *a Deo coronatus* acabou desde que se proclamaram os principios liberaes.»

Se pelo fructo se conhece a arvore, nós já devíamos ter conhecido não serem *a Deo coronati* D. Pedro e os reis que a liberdade nos tem dado.

Diz bem, sr. conselheiro, diz muito bem; n'aquella coroação podia intervir o diabo, Deus nunca.

Diz bem, sr. conselheiro, diz muito bem; Deus não podia dar a um soberano a missão de guerrear a sua Igreja, isto só se faz por inspiração do diabo.

Diz bem; quem vir a collecção dos decretos contra as immundades da Igreja, seus direitos e propriedades, publicados na famosa regencia do Sr. D. Pedro, e depois cuidadosamente conservados, corrigidos e augmentados pelos seus successores, ha-de forçosamente reconhecer, com o sr. Thomaz Ribeiro, que taes reis não foram *a Deo coronati*.

Nem se julgue que esta verdade escapou inadvertidamente dos bicos da penna do auctor.

Sua ex.^a protesta que não acceita todos os principios liberaes de 1789; isto é, não quer que o continno da sua secretaria deixe de lhe dar ex.^a, nem quer despir os europeis com que se enfeita; mas pelo que toca ás relações do esta-

do para com Deus, nada fica devendo áquelles heroes, não o diz só na pagina 143.

Nós, pelo contrario, detestamos toda a obra de 1789, mas sobre tudo quanto então se fez e se ensinou contra Deus e a sua Igreja.

XLVII

«D. Pedro não allegou origem divina; trazia na mão o código dos humanos direitos, que elle reconhecia a este povo, e cujo respeito, e cuja manutenção alli promettia assegurar-nos; e dizia-nos: —Cidadãos livres, acceitaes-me este contracto?»

(Thom. Rib. pag. 143.)

Punia outr'ora a Ord. do Reino o crime de mentir ao Rei, e não estabelecia penas para aquelle que mentisse em nome do Rei, ou falsificasse as palavras de S. M., por não presumir hou esse quem se atrevesse a tanto. Era além d'isso a mentira considerada como falta de boa educação, e por isso aquelle que d'ella fazia uso, ou encontrava fechadas as portas da sociedade ou era alli mal recebido.

Por termos negado e continuar a negar, enquanto acerca d'este ponto não formos esclarecidos, que o Sr. D. Pedro, primeiro imperador do Brazil, fosse reilegitimo de Portugal, nem por isso deixamos de condemnar o attentado d'aquelles que, reconhecendo-o como tal, lhe não guardam os respeitos inherentes a essa cathegoria. E se condemnamos todo aquelle que a outrem

attribue acções que elle não fez, ou põe em sua bocca palavras que elle não pronunciou, com muita mais razão condemnamos aquelle que ousa tanto em relação ao seu rei.

E' certo que os reis, de quem o sr. Thomaz Ribeiro confessava não terem sido *Deo coronati*; estes reis, de quem crê fazer o elogio, asseverando não allegarem em seu favor origem divina, tendo uma origem opposta a esta, e *coroados pelo diabo*, não devem estranhar a mentira. Nós, porém, não podemos deixar de stygmatisar o historiadór, que a emprega para enganar os seus leitores; ou o politico, que d'ella faz estrada para chegar ao seu fim, como de que, seguindo a verdade, não dar ao campo opposto.

Condenando o abuso, com que o sr. Thomaz Ribeiro põe na bocca do Sr. D. Pedro palavras que elle não pronunciou, e lhe attribue intenções que elle não teve e estão em completa opposição com a sua indole oppressora e despotica, que lhe valeu ser posto fóra do Brazil, e ainda em maior opposição com os seus sentimentos em relação aos portuguezes do que tantas provas deu, vamos analysar as palavras que do livro do sr. conselheiro copiamos, para nos servirem de epigraphe a este capitulo, ou antes vamos confrontal-as com o documento official, a que se referem, e diga-nos depois o leitor, se um homem, que se preza de serio, pôde escrever o que s. ex.^a escreveu.

Fallando da carta de 1826 diz que o Sr. D. Pedro, trazendo-a na mão, nos disséra: Cidadãos livres, acceitaes-me este contracto?»

Contracto! Que idéa faz da palavra contracto, sr. conselheiro? Pois v. ex.^a atreve-se a chamar á carta contracto? Tem o merecimento da invenção; não nos consta que algum outro assino a alcunhasse. Contracto! Sabe v. ex.^a o que é um contracto? Nem em poesia poderá v. ex.^a arranjar-nos um contracto, em que não haja, pelo menos, duas partes contractantes. Quaes são as partes contractantes que, depois de discutirem os seus reciprocos interesses e direitos, vieram a um accordo e d'elle lavraram o termo, que corre mundo com o nome de carta constitucional?

Ha-de v. ex.^a convir em que nos não faltava razão, quando lamentavamos que saísse dos campos amenos da poesia, para vir tomar logar na aridez da politica e da historia. Allí tudo lhe sorria; cada linha que lhe sahia dos bicos da penna, era mais uma flor para reunir ás muitas que lhe engrinaldavam a frente, aqui pelo contrario... mas vamos ao ponto.

Diz o sr. Thomaz Ribeiro que o Sr. D. Pedro, offerecendo-nos a carta, nos disséra: «Cidadãos livres, acceitaes-me este contracto?»

Não sabemos onde sua ex.^a viu estas palavras, ou outras a que possa dar semelhante interpretação.

Se erra miseravelmente, quando á carta chama contracto; calca cynicamente aos pés a verdade, quando affirma que o Sr. D. Pedro consultára o paiz ácerca da acceitação da carta.

Nem creiam os leitores que negamos a magnanimidade do Sr. D. Pedro com a mesma facilidade

com que o sr. Thomaz Ribeiro a affirma. Não, senhores; elle tem a seu favor apenas a liberdade de poeta; nós temos os documentos, que nos auctorisam a dizer: E' falso, completamente falso tudo quanto o sr. Thomaz Ribeiro escreve a seu nome e respeito.

O Sr. D. Pedro, não contente com o presente que nos fez da carta, sem se lembrar que, ainda na hypothese d'elle ser rei legitimo de Portugal, não tinha direito de derogar as leis fundamentaes, pois, por maior que seja o poder do soberano, é inquestionavel que deve parar ante o contracto fundamental, sem o que a união social desappareceria; não contente, dizemos, com attentar contra as leis fundamentaes, publicando a carta, acompanha-a de um decreto que começa assim:

«D. Pedro por graça de Deus, Rei de Portugal e dos Algarves. —Faço saber a todos os meus subditos portuguezes, que sou servido DECRETAR, DAR e MANDAR JURAR immediatamente pelas tres ordens do estado a carta constitucional, abaixo transcripta, a qual d'ora em diante REGERÁ estes meus reinos e domínios, etc.»

Diga o leitor imparcial, se ha nada mais despotico do que isto, e diga nos em seguida, que qualificação merece o sr. Thomaz Ribeiro, quando affirma que o sr. D. Pedro nos perguntára, se acceitavamos aquelle contracto?

E' tão exacto na pergunta que põe na bocca do Sr. D. Pedro, como no modo porque finge ter o povo respondido; diz elle: «E o povo portuguez *ouviu* e acceitou entre jubilos a D. Pedro, a sua carta, e

com ella e *por ella* a sua filha primogenita.»

Em tudo isto ha só de verdade aquelle *por ella*. Sim; só pela carta a Sr.^a D. Maria da Gloria occupou o logar, em que morreu em Portugal, pois fóra da carta não havia razão que a chamasse ao throno.

Aquelle *ouviu* é magnifico! Digamos, sr. conselheiro, quando e onde foi que o povo portuguez *ouviu* D. Pedro perguntando-lhe se queria a carta, a que v. ex.^a por *innocencia* e querendo trazer para a politica as liberaes poeticas, chama, sem reparar na construcção da palavra, *contracto*?

O Sr. D. Pedro não podia fazer semelhante pergunta em quanto confeccionava a carta, a não ser que por *chalaça* a fizesse ao sr. Ch. Stuart; mas cremos que v. ex.^a nem *por chalaça* chamará portuguez a este sr., e muito menos representante do povo portuguez. E quando, chegando a Portugal, o sr. Ch. Stuart a tirou do bolso, tirou tambem o decreto em que o *libertador* havia por bem decretar e mandar jurar *immediatamente* a tal carta.

Mas de tudo o mais para admirar nas descobertas do ex mio poeta são aquelles *jubilos com que o povo recebeu a carta*! E tão admiraveis os achamos (os taes jubilos) que, a nosso sentir, eram dignos de ser cantados em magnificos versos alexandrinos.

No decurso do seu livro, em mais de um logar, diz o sr. conselheiro o contrario; quando lhe convem affirma, com aquella semcerimonia com que nega habitualmente a verdade, que o povo não

se insurreccionára contra a illegitimidade do Sr. D. Pedro, mas sim contra a carta; porque a santa alliança e uma entidade de que não temos noticia, mas de que sua ex.^a falla muito, denominando-a *junta apostolica*, tremeram logo que tiveram noticia da carta.

Aqui viria talvez a proposito perguntar-lhe quando quer que o acreditemos: quando falla nos jubilos, com que o povo recebeu a carta, ou quando diz que se insurreccionou contra ella? Mas não, não incomodemos com mais perguntas o sr. conselheiro; perguntemos antes á historia se é verdade ter a carta sido recebida em Portugal entre jubilos.

Por um lado o receio de ir lançar o paiz na guerra civil, e por outro um certo pejo, cremos nós, de receber a lei imposta por um soberano estrangeiro, fizeram com que a regencia, apezar de creada pelo decreto de 6 de março, hesitasse em acceitar a carta; João Carlos Saldanha, então general do partido do Porto, ameaçou o governo de Lisboa, e sob esta pressão foi acceita a carta.

Mas não se demorou a fidelidade portugueza em protestar contra esta invasão dos nossos direitos e contra esta affronta nacional. As proclamações do visconde de Monte Alegre, do marquez de Chaves, do general Maggesi e outros, e o echo que ellas encontraram no paiz, forgaram o governo da carta a rojar-se servilmente aos pés da Inglaterra, que lhe enviou a toda a pressa o general Clinton á frente de uma brilhante divisão. Ponde esta conter o movimento reaccionario, mas não ponde suffocar com-

pletamente o espirito nacional, que se conservou sempre agitado até ao dia 22 de fevereiro de 1828.

Chegou n'esse dia o Senhor Infante, e a noticia da sua chegada levou a todos os pontos do paiz a força moral para o proclamarem Rei de Portugal.

Não desistiram os revolucionarios: prepararam nos Açores a expedição que em 1832 veio ao Mindello, composta em grande parte de estrangeiros; sabe-se o jubilo com que o povo os recebeu, e foi elle tal que apezar das traições e dos *milagres* que fez o oiro estrangeiro, foi necessario que Rodil á frente de um exercito hespanhol, auxiliado por mar pelas esquadras franceza e ingleza, viessem arrancar do seio dos portuguezes o Senhor Dom Miguel, e forçar a nação a acceitar a carta.

Isto é o que nos diz a historia; esta é a verdade de que são testemunhas todos os homens que teem mais de cincoenta annos.

Foi pela bocca da artilheria estrangeira que o Sr. D. Pedro disse aos portuguezes: «Cidadãos livres, acceitaes-me este contracto?»

Não está má esta liberdade, sr. conselheiro; faz-nos lembrar a liberdade que os musulmanos offercem, quando apresentando em uma das mãos o Alcorão, e na outra o altange, acompanham a acção com as palavras—*crê ou morre!* que o sr. Thomaz Ribeiro com a elegancia do seu ameno estylo, não duvidaria talvez traduzir assim: Cidadãos livres, quereis acceitar este contracto, que vos offerece o propheta?

XLVIII

Os sectarios de D. Miguel contradiziam-se, pois que se por um lado proclamavam como *inauferíveis* os direitos do seu menarcha, por outro lado appellavam para a eleição dos tres estados, que, já o dissemos, nunca foi precisa senão quando o throno se achava vago.

(Thom. Rib. pag. 145)

Na maior parte das paginas do livro do sr. Thomaz Ribeiro, nota-se uma falta de exactidão, que só pôde revelar ignorancia ou má fé, acompanhada sempre de um bem pronunciado orgulho, que por vezes temos corrigido e continuaremos a corrigir.

Custa-nos fazel-o; mas, ou havemos de quebrar a penna, ou havemos de sustentar a verdade em toda a sua pureza, que não foi outro o fim, com que viemos á imprensa.

São tão diferentes as escolas que seguimos, que estamos sempre em opposição: opposição nos fins, opposição nos meios. Horrorisa-se o sr. Thomaz Ribeiro com os Reis *«Deo coronati»*; a nós repugnamos os que são coroados pelo diabo. Para defender estes, não tem outra arma senão a mentira; nós preferiríamos a verdade ao interesse dos primeiros, se por ventura esta os podesse prejudicar.

Emboa venha recheado de injurias, não provocadas e desnecessarias á causa, que defende, o li-

vro do sr. Thomaz Ribeiro, embora trate com os termos mais grosseiros o Senhor Dom Miguel, o respeitavel episcopado d'aquella epoca, a nobreza e o proprio povo legitimista, nós desejaríamos evitar os termos *ignorancia* ou *má fé*, que a analyse do seu livro nos força a empregar; repugna-nos empregal-os, mas é indispensavel fazel-o, porque não achamos meio de os substituir.

Para nos pôr em contradicção, finge o sr. Thomaz Ribeiro, que nós, em 1828, appellámos para a eleição dos tres estados, accrescentando com a sua habitual modestia: *«já o dissemos, nunca foi precisa senão quando o throno se julgou vago.»*

Aquelle *já o dissemos*, tem muita graça; nós, porém, menos doceis que os discipulos de Pithagoras, não só não repetimos com elles o *ipse dixit*, mas temos a franqueza de accrescentar que, o *já dissemos* nada significa, depois de termos provado que no decurso do seu livro poucas coisas tem o auctor escripto, que não pequem por inexactidão na parte historica, ou por contraproducentes na parte juridica.

Ha nas linhas, que escolhemos para epigraphe d'este capitulo, uma accusação falsa aos legitimistas, e um miseravel erro historico, que sua ex.^a não salva sob a poderosa egide do seu—*já o dissemos*: Nem os legitimistas recorreram aos tres estados para elegerem Rei o Senhor Dom Miguel, nem os tres estados se reuniram com esse fim, pois que nunca foi electiva a monarchia portugueza.

Os legitimistas tão conhencedo-

res estavam dos direitos do Senhor Dom Miguel, que nem se lembravam da convocação dos tres estados: esperavam apenas que aquelle Augusto Senhor regressasse ao reino para o aclamarem; e a sim o fizeram, pois não houve terra, 'em que a noticia da sua chegada não produzisse uma entusiastica acclamação, que não era feita pelos ebrios, como na sua polida phrase diz o sr. Thomaz Ribeiro, mas pelo clero, nobreza e povo; e algumas terras, não poucas, poderiamos citar em que tomaram parte n'essas expansões legitimistas as damas de primeira qualidade.

A convocação dos tres estados foi um acto do Senhor Dom Miguel, proprio da sua consciencia de christão, e do seu character de cavalheiro.

Via que o povo por toda a parte o acclamava, e bem conhecia que essas acclamações tinham por base o direito; todavia seu irmão dizia-se rei de Portugal, e, ainda que poucos, alguns portuguezes affirmavam pertencer a elle o throno. Desde que este lhe era questionado, não permittia a consciencia recta a' aquelle Augusto Senhor que d'elle tomasse posse, sem que o tribunal competente se pronunciasse.

Quando foi em Vienna d'Austria forçado a dar um juramento, para poder obter a liberdade de voltar á patria, ainda que sabia que o juramento coacto a nada obriga, teve comtudo a prudencia de fazer reserva dos seus direitos e dos da nação, cuja vontade prometeu então respeitar. E que meio tinha para conhecer a vontade da nação,

a não ser a convocação dos estados?

Foram estas razões que o determinaram áquella convocação. O sr. Thomaz Ribeiro sa e-o tambem como nós; mas no interesse da causa que defende, e discipulo de Voltaire, não duvida affirmar o contrario.

Custa-nos a crer que o sr. Thomaz Ribeiro ignore por tal sorte a nossa historia, especialmente na sua parte politica, que não saiba que a monarchia portugueza nunca foi electiva, e que as nossas antigas côrtes nunca se reuniram para eleger Rei.

Não foi eleito o Senhor Dom Affonso Henriques, como o não foi o Senhor Dom João I, nem o Senhor Dom João IV. Nem foram convocadas para eleger monarcha as côrtes de 1143, 1385 e 1641.

Ignora o sr. Thomaz Ribeiro que o Senhor Dom Affonso Henriques possuiu os seus estados por direito hereditario e por direito de conquista, e não por eleição, e que as côrtes de 1143 não fizeram mais que confirmar o titulo de rei, que os seus soldados lhe deram depois da batalha de Campo de Ourique e especialmente depois da batalha dos Arcos de Valle de Vez?

E note sua ex.^a, que dizemos *especialmente depois da batalha dos Arcos de Valle de Vez*, porque ainda que é inquestionavel, que no Campo de Ourique fôra acclamado Rei o Senhor Dom Affonso Henriques, é certo que não apparece documento assignado por aquelle Senhor com o titulo de Rei, senão depois da batalha dos Arcos.

Das côrtes de 1385 tambem se

não pôde com verdade dizer que elegessem Rei.

Foram alli discutidos os direitos da filha do Senhor Rei Dom Fernando, e sendo declarada inhabil para o throno, por ter adoptado outra patria, e não tendo o ultimo Rei deixado mais successão, voltaram-se, como era de razão e de direito, para os successores do Senhor Dom Pedro I. Declarados tambem inhabéis para o throno os filhos da *miseria e mesquinha* Ignez de Castro, por terem tomado a armas contra Portugal, seguia-se-lhes o Mestre d'Aviz, tambem filho do Senhor Dom Pedro I, mas tinha contra si o ser illegitimo; as côrtes, porém, attendendo aos muitos serviços que elle já tinha prestado ao paiz, e ao muito que d'elle se devia esperar, e a não haver outro descendente do Senhor Dom Pedro I, dispensaram a illegitimidade do seu nascimento e julgaram que a elle pertencia de direito o throno.

Das côrtes de 164 tambem não pôde dizer que elegessem Rei, não só porque o throno de direito pertencia ao Senhor Dom João IV, mas porque o occupava desde o 1.º de dezembro do anno anterior.

Quando exerceram, pois, o poder electivo as antigas côrtes?

O sr. Thomaz Ribeiro não está ainda na segunda meninice; todavia quem ler algumas das paginas do seu livro pôde desconfiar d'isso: as creanças levantam castellos de cartas, para terem o gosto de os fazer cair; o sr. Thomaz Ribeiro inventou que nós tínhamos appellado para a eleição dos tres estados e que as côrtes elegiam o rei, para ter o gosto de nos dizer: — apanhei-os em contradição!

E a este proposito notaremos, que a construcção n'este periodo nos parece um pouco parda, diz elle: «por outro lado appellavam para a eleição dos tres estados, que, já o dissemos, nunca foi precisa senão quando o throno se julgou vago.»

A eleição dos tres estados!! mas sr. conselheiro, só eram eleitos os procuradores do povo, os outros estados não; a lei designava quem n'elles tinha logar. Mas parece-nos que v. ex.^a queria dizer outra coisa e não lhe chegou a lingua; queria dizer que nós appellavamos para que os tres estados elegessem o Senhor Dom Miguel.

E depois continúa:

«A eleição nunca foi precisa senão quando o throno se julgou vago.»

Aqui a interpretação é mais difficil, porque em ambos os casos nos dá disparate: se a eleição de que s. ex.^a falla se refere ao acto de eleger as côrtes, além do erro historico, ha o disparate de suppor que as côrtes só eram precisas, estando vago o throno; se se refere ao acto das côrtes elegerem rei, ha a sublime descoberta de que, havendo rei, não era necessario eleger outro.

Se é admiravel o sr. Thomaz Ribeiro, inventando historia, ou interpretando a Ordenação do Reino, toca no sublime, quando, penetrando se do valor das suas decisões, escreve com pasmosa semcerimonia qualquer sandice, suppondo que por sair da sua pena passará por sentença. Assim, poucas linhas abaixo do periodo que acabamos de ver, escreve que os realistas *inventaram uma legitimidade em que elles mesmos não acreditaram.*

Mas, sendo assim, deve ser coisa fácil destruir os argumentos com que elles defendem a tal legitimidade inventada, e nós desafiámos o illustre e illustrado conselheiro a que nos prove, que o Sr. D. Pedro não foi réo de lesa-majestade; que não attentou contra a integridade da patria; que não fez guerra a Portugal e ao Rei de Portugal, que... mas basta; prove-nos estes pontos e *erit nobis magnus Apollo*.

E agora, para fallarmos a linguagem do sr. Thomaz Ribeiro, diremos: Já o dissemos, sr. conselheiro, v. ex.^a que é ministro do Sr. D. Luiz, deve ter, e de certo tem, o maior empenho em servir este Augusto Senhor; pois bem, com os conhecimentos juridicos e historicos que v. ex.^a possui, póde fazer-lhe um importantissimo serviço: prove, mas com uma argumentação séria, e que tenha por base o direito e a verdade, que este Senhor não é rei por obra e graça da revolução, e pela coacção que sobre Portugal exerceram a Inglaterra, a França e a Hespanha; mas porque o direito publico portuguez o chamou ao throno. Nem venha com os argumentos tirados da carta, porque esses nada provam a favor da dynastia; pelo contrario, só pela legitimidade d'esta póde depois provar a legitimidade d'aquella.

Siga o nosso conselho, sr. conselheiro; prove a legitimidade da dynastia, no que lhe fará um importante serviço no estrangeiro, porque talvez se aproxime a hora das legitimidades serem poder; serviço no interior, porque, provada a legitimidade da dynastia

actual, acabaram os miguelistas, por isso que nós não podemos estar senão onde estiver a legitimidade.

E por fim a empreza não é difficil: basta que v. ex.^a refute o que nós temos escripto em resposta ao seu livro.

XLIX

«Vemo-nos forçados a escrever uma memoria não só juridica mas historica e politica.»

(Thom. Rib. pag. 147)

Quem abrir n'esta pagina o livro do sr. Thomaz Ribeiro pensará que não faltam n'elle argumentos juridicos e historicos para provar a legitimidade do Sr. D. Pedro.

Nós, porém, convidamos o leitor a que leia attentamente as 306 paginas, de que se compõe aquelle livro, e que nos cite quaes são os argumentos juridicos ou historicos, empregados pelo auctor, para demonstrar que o Sr. D. Pedro devia succeder no throno de Portugal a seu Augusto Pae.

A carta constitucional é a base de toda a argumentação de sua ex.^a; mas nós convidamol o a provar a legitimidade da carta, antes de dar fóro de legitimo ao que emana da carta.

E' uma questão de direito, mas uma questão previa, que é necessario decidir, para depois poderemos avaliar se a carta póde ou não dar direitos.

Temos visto como o sr. Thomaz Ribeiro abusa dos termos e a facilidade, com que conta historias;

vimol-o chamar á carta contracto, e assegurar que o dador perguntára ao povo portuguez se a acceitava, sem se lembrar que a propria carta e o decreto, que a acompanhava, lhe dão desmentido official.

Não consentiremos pois, que ao seu livro dê os fóros de memoria juridica, emquanto nos não mostrar quaes os principios de direito, com que o fundamenta.

E' decerto para respeitar a auctoridade de sua ex.^a; todavia hade ser difficil encontrar quem acredite na legitimidade do Sr. D. Pedro, só por que o sr. Thomaz Ribeiro o disse.

O *crê ou morre* de 1834 já lá vae.

Então sim, então podia v. ex.^a brilhar, fazendo direito e historia por sua conta e risco, que ninguém se atreveria a contradizel-o, sob pena do livre punhal voar ao peito do misteravel que tanto ouzasse.

Mas hoje não é assim: se nos diz, que o Sr. D. Pedro era o legitimo rei de Portugal, provamos-lhe que está em erro; se nos aponta para a carta como base do direito, dizemos, que os portuguezes só pela força teem, por tres vezes, acceitado a lei do estrangeiro, e que, apesar da desmoralisação de tantos annos, ainda lhes não faltam os brios para quebrarem o terceiro jugo, como quebraram o primeiro e segundo.

Finge que nós fundamos os direitos do Senhor Dom Miguel no facto d'este Augusto Senhor ter cunhado moeda, commandado o exercito e legislado. E' facilimo combater argumentos d'esta ordem

tão facil como a conquista dos castellos que D. Quixote atacava, matambem a gloria não é superior. Póde ser que um ou outro escriptor legitimista apresente esses actos como prova de que o Senhor Dom Miguel ao direito hereditario reuniu o facto de reinar; mas nenhum de nós lhe chama legitimo por ter exercido a realaleza.

Para defendermos a nossa causa, não necessitamos recorrer ao sophisma, nem crear uma argumentação *ad hoc*.

Collocámos a questão nos seus verdadeiros termos, dizendo: El-Rei o Senhor Dom João VI tinha dois filhos; o mais velho perdeu o direito da primogenitura por uma serie de crimes, e ainda quando não tivera commettido estes, o tractado de separação do Brazil terminante e positivamente o declara estrangeiro, e excluido da successão ao throno de Portugal. N'este caso o throno passou e não podia, legalmente, deixar de passar para o filho segundo.

Prove, sr. Thomaz Ribeiro que isto não é assim; prove que o Sr. D. Pedro não commetteu os crimes de que é arguido; prove que não existe o tractado d'agosto de 1825, que separou as duas corôas, e depois ser-lhe-ha facil mostrar, que o Sr. D. Pedro não perdeu o direito de successão e que por consequencia o não podia ter o Senhor Dom Miguel.

Depois, para provar a barbaridade dos legitimistas, transcreve umas linhas de um folheto do padre José Agostinho de Macedo.

Se fôra licito este modo de argumentar, nós, para provarmos a barbaridade dos cartistas, limitar-

nos-íamos a transcrever algumas linhas do sr. Thomaz Ribeiro.

Depois das estatísticas officiaes, apresentadas ás camaras pelos proprios ministros de estado, affirmam que no primeiro anno da *liberdade* tinham sido assassinados mais de tres mil e quinhentos miguelistas; depois de andarem ainda por ahí pedindo esmola os poucos officiaes que restam da convenção de Évora Monte; depois de existir ainda a lei de 19 de dezembro de 1834, atreve-se o sr. Thomaz Ribeiro a escrever: «Em Portugal não ha odios politicos dos liberaes contra os absolutistas e passou breve o periodo das vitórias.»

Que mais podia José Agostinho escrever? Pareceu tão pouco ao sr. Thomaz Ribeiro que fossem mortos, em um anno, só tres mil e quinhentos legitimistas; que consentissem que os officiaes da convenção morressem á fome, em logar de caírem feridos pelo livre punhal, que se atreveu a escrever as linhas que deixamos transcritas!!

E não são só estas; poderíamos citar outras; que mostram até aonde chegam os odios liberaes, de que o sr. Thomaz Ribeiro se torna eco.

E para fechar com chave de ouro o seu capítulo XIV, escreve: «E negareis agora que a grande maioria, a quasi unanimidade era liberal?»

E' impagavel este sr. Thomaz Ribeiro! Copia um trecho de José Agostinho e outro de Napier, e á vista d'elles acha-se auctorizado a affirmar que era liberal a grande maioria do paiz!

Mas sendo assim, para que veio cá o proprio Napier; para que andaram os agentes do Sr. D. Pedro assalariando gente pelas tabernas estrangeiras; para que veio Redil, para que vieram as esquadras franceza e ingleza? Não vê, sr. conselheiro, que os escriptores que se prezam de serios, não inventam historia em logar de escrever historia, para se não arriscarem a que lhes façam o que nós fazemos a v. ex.^a? Nós damos solemne desmentido ás suas asserções, e desafiamol-o a que nos convença de calumniadores, quando affirmamos que v. ex.^a conta historias em logar de escrever historia.

E isto de escrever, sem ter por base a verdade, offerece serios riscos; quem o faz cae sempre, nem pôde deixar de cair, em manifestas contradicções.

A paginas 153 affaega v. ex.^a que a grande maioria da nação era liberal; tendo por diferentes vezes asseverado que a guerra feita a D. Pedro não tinha outra razão senão ser este príncipe liberal. Ora, sendo inquestionavel que a maioria da nação guerreou D. Pedro, como explica, sr. conselheiro, este *simul esse et non esse*?

Se tivermos tempo, ainda havemos de percorrer todo o livro do sr. Thomaz Ribeiro, só para offerecer uma distração aos nossos leitores, apresentando-lhes as contradicções, que n'elle se notam, e a semcerimonia com que o distincto poeta affirma aqui o que nega acolá. Será um trabalho que os leitores nos agradecerão, porque, se não instrue, diverte.

L

Depois de ter asseverado a paginas 153 que a maioria, a quasi unanimidade da nação era liberal, diz o sr. Thomaz Ribeiro, a paginas 157:

«Um partido numeroso e consideravel, em que predominavam como influencia, a maioria das classes privilegiadas, e como força a quasi totalidade dos mal intencionados o (refero-se ao Senhor Dom Miguel) sustentava e defendia. Tambem tinha por si alguns fanaticos, gente de boá fé, a quem os Alvitos Buellas, da imprensa, do pulpito e do confessionario, representavam o partido liberal irremissivelmente condemnado ás penas eternas.»

Confrontem-se estes dois trechos e digam-nos em qual d'elles falla verdade o sr. Thomaz Ribeiro. O leitor imparcial, depois de reconhecer a manifesta contradicção, em que o auctor cae, pôde desassombradamente acrescentar: falta á verdade em ambos. No primeiro asseverando ser a nação quasi unanimemente liberal; no segundo, collocando-se a si e aos seus amigos no campo legitimista, quando diz pertencerem a este partido os mal intencionados.

Não podemos comprehender como um homem que vive na sociedade, e que, embora por obra e graça da revolução occupa um dos primeiros logares d'esta, não possa escrever uma pagina sem que a grosseria da phrase dispute primazias com as falsidades historicas.

Bem sabemos, que para defender a causa que defende não po-

dia ir buscar armas ao arsenal da verdade; mas para faltar á cortezia não lhe conhecemos rasão.

Bem difficil confessamos, é a empreza que sobre seus hombros tomou o sr. Thomaz Ribeiro; o seu orgulho não lhe permitia que o conhecesse. Parecia-lhe que o seu nome bastaria, para salvar o seu collega o sr. conselheiro Mariens Ferrão, e que não havia quem ousasse cruzar armas com elle.

E se a grosseria da phrase e o insulto soez ao Principe, que depois de uma vida de martyrio, e sempre honrada, morreu ha dezeseite annos respeitado de nacionaes e estrangeiros, nos não provocara, deixaríamos o seu livro correr mundo, sem nos occuparmos d'elle; porque a pobreza de argumentos juridicos ou historicos, que apresenta, prova a favor da legitimidade do Senhor Dom Miguel mais do que quanto nós podemos dizer, e o que ha pouco tínhamos escripto, respondendo ao sr. procurador geral da corôa, ficou intacto, apesar de, para o refutar, escrever o sr. Thomaz Ribeiro 206 paginas.

Mas logo que abrimos aquelle famoso livro, vimos que era indispensavel castigar a ousadia, com que o seu auctor tentara arrojaraquerosa baba sobre as cinzas de um principe, que, embora tivesse para o auctor os defeitos de ser catholico, e de ser o legitimo herdeiro do Senhor Dom João VI, e embora a honra, com que viveu e morreu, não fosse titulo para lhe adquirir os respeitoes revolucionarios, ainda assim lhe ficavam os titulos de portuguez e membro da Casa de Bragança, que lhe davam

direito aos respeitos que lhe negou o sr. Thomaz Ribeiro.

Teremos muitas vezes sido asperos na phrase; mas como não o ser, quando vemos na frente um contendor, que para calcar a verdade e adular o crime, não poupa insultos desde o rei até ao ultimo dos seus subditos?

Nós gostaríamos de tratar a importante questão da legitimidade portugueza como ella devia ser tratada.

Todos os dias estão os nossos tribunaes decidindo questões, mais ou menos importantes, sem que no decurso do seu processo appareça um termo grosseiro, uma palavra que se possa reputar injuriosa, e a questão da legitimidade não a pode um homem de tão fina educação, como o sr. Thomaz Ribeiro, tratar, sem distribuir a esmo insultos e injurias a todo um partido, sendo os menos offendidos aquelles a quem apenas dá o titulo de ebrios!!

Alem de que os direitos do Sr. D. Miguel não seriam prejudicados pelo facto de estarmos ebrios, como assevera o sr. Thomaz Ribeiro, aquelles que nas ruas e praças publicas o acclamámos rei de Portugal.

Para se decidir esta questão nem é necessario citar mais do que um nome, o do Sr. D. Pedro; se os seus actos o fizeram perder o direito de succeder a seu Augusto Pae, o throno era inquestionavelmente do Sr. D. Miguel; se, pelo contrario, se provasse não ter elle praticado actos que prejudicassem os seus direitos de primogenitura, o throno seria inquestionavelmente seu.

A pouco, e bem pouco se reduz a questão; trate-a n'este campo, sr. Thomaz Ribeiro, e esteja certo que não fugiremos d'elle.

E pode elle tractar-a n'este campo? De certo que não. E assim se explicam as torturas em que põe a verdade e o direito, e como quer supprir a falta de argumentos com os doctos que nos arreja.

Mas prosigamos na leitura do livrinho. A paginas 159 lê-se: «Ora desde as peripecias, comicadas umas, outras luctuosas do *advento* de D. Miguel, depois da aleivosia da dissolução das côrtes e da convocação dos tres estados.....»

Mais uma vez somos forçados a lembrar ao sr. conselheiro que o homem, que se preza de serio, tem obrigação de respeitar a verdade, e que mal anda sua ex.^a faltando habitualmente a ella; porque nos dá o direito de o não accreditarmos, e porque auctorisa a empregar o seu nome como argumento negativo, podendo quasi dizer-se: isto é falso por que o sr. Thomaz Ribeiro affiançou que o não era.

Emprazamos o sr. Thomaz Ribeiro a que nos diga quaes foram as peripecias comicadas e quaes as luctuosas do *advento* do Senhor Dom Miguel.

Quando o Senhor Dom Miguel chegou a Portugal nem foram necessarias peripecias comicadas, que d'essas fizeram monopolio os amigos do sr. Thomaz Ribeiro, nem as podia haver luctuosas, porque com a chegada do Principe, desapareceram os terrores, que começavam a affligir o povo portuguez, e que largamente e desen-

volveram em 1834, quando o livre punhal contava as victimas por milhares, e os companheiros de D. Pedro se espalharam pelo reino, roubando as casas dos miguelistas.

A chegada do Senhor Dom Miguel espalhou a alegria entre o povo portuguez, longe de trazer as luctuosas peripecias, que o distincto poeta creou na sua fertil imaginação.

Ha 53 annos que raiou esse dia verdadeiramente festivo para Portugal, e ha ainda muitas testemunhas, que pôdem vir a juizo convencer o sr. Thomaz Ribeiro de falsario.

As scenas luctuosas houve-as, é verdade, mas foram produzidas, pelos criminosos attentados dos amigos do Sr. D. Pedro, dos clientes do sr. Thomaz Ribeiro.

Desde que o Senhor Dom Miguel chegou a Portugal, até que a revolução fez ouvir sua medonha voz, só houve em Portugal festejos, que traduziam a alegria que ia no coração d'este bom povo. Dizer o contrario, é trahir a verdade, e por modo tal que todos, os que viviamos n'aquella epocha, podemos com a força que dá a auctoridade de testemunhas coevas dizer e dizer bem alto: E' falso, é completamente falso, o que o sr. Thomaz Ribeiro afiança; no *advento*, como s. ex.^a lhe chama, do Senhor Dom Miguel, não houve taes scenas luctuosas.

Fallando do modo como a revolução de 1828 foi batida, faz recair a culpa sobre o general Saldanha; não entraremos n'essa discussão: quem fôr interessado em defender os creditos militares do velho marechal que lhe responda.

Sem se lembrar, ou para que os outros se não lembrem, de que foi dos liberaes a invenção de dar epithetos affrontosos aos seus adversarios politicos, por mais de uma vez falla o sr. Thomaz Ribeiro nos epithetos dados pelos realistas aos constitucionaes; na pagina que estamos vendo, diz que a folha official lhe dava todos os epithetos vis, desde *impios* até *excommungados*.

Muitos actos dos liberaes justificam a folha que assim os qualificava; poderíamos citar alguns exemplos, mas é desnecessario, porque todos os que conhecem a historia da chamada liberdade em Portugal sabem quanto ella abunda em impiedades, e quantos actos teem os liberaes praticado, para deverem ser considerados excommungados *ipso facto*.

E se não querem ter o trabalho de lançar os olhos sobre a historia dos ultimos sessenta annos, basta que leiam o que escreve o ministro do reino do Senhor Dom Luiz, em uma carta que ahi corre impressa em alguns jornaes. E neguem ainda que o Senhor D. Luiz é um rei catholico, e que elle e os seus ministros não observam os juramentos que teem dado, e não respeitam o art. 6.^o da carta constitucional!

O ministro catholico do catholico rei de Portugal defende a apostasia! Ao cumprimento dos deveres de um padre e dos juramentos que deu quando tomou ordens, chama hypocrisia; os amores sacrilegos legitima-os pela apostasia... mas não prosigamos, nós aqui respondemos ao livro do sr. Thomaz Ribeiro, a sua carta já tem sido e

continuará a ser devidamente corrigida em outros artigos.

LI

Não só muitos ecclesiasticos, os mais illustrados e conscienciosos, eram liberaes, mas muitas das principaes familias do reino seguiram desde logo o partido de D. Maria II.

(Thom. Rib. pag. 158).

Quizeramos dar por terminada a resposta ao sr. Thomaz Ribeiro, que já vai longe; mas, em cada pagina do seu livre, encontramos uma nova falsidade, que o animo nos não soffre deixar sem resposta.

Não procuramos gloria, que a não encontra quem tem na frente um tal inimigo; mas queremos deixar bem assentado que o sr. Thomaz Ribeiro não é mais consciencioso em historia do que em direito, nem mais serio, quando ataca a legitimidade do que quando ataca a Egreja.

Querem alguns separar a legitimidade politica da legitimidade religiosa, o que repugna aos principios, e que somos dispensados de refutar, por que se encarregam de o fazer os chefes dos nossos adversarios.

Convidamos os que dizem que a religião nada tem com a politica, a que descubram no nesso campo um homem capaz de escrever uma carta, como a que ha pouco publicou o irmão do abbade de Silgueiros.

E em quanto o não descubram,

convidamol-os a que nos expliquem, uma vez que a religião nada tem com a politica, como se dá o phenomeno dos hereses e apostatas estarem todos do lado de lá.

Do lado de lá, dizemol-o com a mão sobre a consciencia; porque, se algum apparecesse no nosso campo, protestariamos contra a intrusão, e declararíamos *urbí et orbí* que não era dos nossos, e que por isso não devia cá estar; como nós não podíamos, nem devíamos estar onde elle estivesse.

E por este modo encarregam-se de demonstrar o erro dos que dizem que a religião nada tem com a politica, os que escrevem cartas como a que escreveu o sr. Thomaz Ribeiro, com offensa da lei e do bom senso. De que sua ex.^a estava em guerra com este, tínhamos sobejas provas; mas não podíamos, ainda assim, presumir que elle, ministro da carta e pela carta, se atrevesse a desprezal-a tão manifestamente.

Se o sr. Thomaz Ribeiro tivesse começado pela publicação da sua carta, em louvor do apostata e da apostasia, não nos teria admirado quanto escrevesse no livro, a que estamos respondendo. Quem escreveu aquella carta está habilitado para atacar quanto é santo, justo e virtuoso, e n'esse caso teríamos talvez agradecido ao ministro do sr. D. Luiz os grosseiros insultos, que escreveu contra o sr. D. Miguel e contra nós mesmos, limitando a isto a nossa resposta. Agradecendo... não o dizemos por ironia, applicamos o termo na sua genuina significação; porque só nos incommodariam os elogios do apostata.

Mas, pordoem-nos os leitores esta pequena digressão; vamos entrar na materia.

«Muitos ecclesiasticos, os mais illustrados e conscienciosos, eram liberaes» diz o sr. Thomaz Ribeiro, com aquella lealdade, com que costuma fallar o ministro do sr. D. Luiz.

Nós poderíamos responder mas o termo é grosseiro, e repugna-nos applical-o, ainda que seja a um apostata., Assim limitar-nos-hemos a perguntar-lhe os nomes d'esses muitos ecclesiasticos illustrados e conscienciosos, que tomaram o partido do Sr. D. Pedro.

Como illustração pôde de certo apresentar-nos um, o sr. D. Francisco de S. Luiz, que morreu patriarcha de Lisboa, e fique por ahí. Ora, como consciencioso apresenta-nos naturalmente o nome do padre Marcos, o confessor do Sr. D. Pedro, em quem não deixará de reconhecer a *hombriedade de character e lisura do procedimento*: é até capaz de lhe achar *as mãos mais puras do que as d'aquelles que hão-de ser Bispos e Arcebispos e Cardeaes e Monsenhores e Papas, sem terem os seus merecimentos e os seus dotes*.

Faz-nos o nome do consciencioso padre Marcos lembrar uma anedota, que ouvimos a um respeitavel fidalgo, que já não existe, o sr. conde de Redondo.

Quando o Sr. D. Pedro estava a morrer, no palacio de Queluz, mandaram *pro decentia* chamar o parochio de Bellas para lhe vir administrar os Sacramentos; o bom Sacerdote não se fez esperar, veio immediatamente; chegado a Queluz, mandaram-no esperar em uma

sala; passado muito tempo, appareceu o padre Marcos, e disse ao prior que lhe pedia desculpa de ter tomado o seu logar; mas que vendo o imperador a morrer, e temendo que elle parochio não chegasse a tempo, lhe tinha por suas mãos administrado a Extrema-Unção. Ao que o parochio respondeu: visto isto, não tenho aqui que fazer, e retiro-me. Tempos depois, não appareceu a ambula pertencente á capella de Queluz, que nos dizem era riquissima, e foi accusado o parochio de Bellas de a ter roubado, quando *administrou* a unção ao imperador!

Effectivamente a ambula desappareceu; o accusado não a roubou, porque era incapaz d'isso, e porque não administrou a Extrema Unção ao doente; mas este caso nada tem provavelmente com o consciencioso padre liberal, de que nos falla o ministro do Sr. D. Luiz; repetimol-o apenas como curiosidade historica.

Se reconhecemos a illustração do sr. Cardeal Saraiva, nem por isso podemos consentir que se diga que os ecclesiasticos mais illustrados estavam com D. Pedro; o sr. Thomaz Ribeiro pôde apenas apresentar este: nós, da classe episcopal, podemos oppor-lhe o Bispo de Vizeu o Senhor Dom Francisco Alexandre Lobo, o Arcebispo de Evora, o Senhor Dom Fortunato de S. Boaventura, o Bispo de Portalegre, o Senhor Dom José Francisco da Soledade Bravo, cada um dos quaes não valia menos em illustração do que o Senhor Dom Francisco de S. Luiz.

Em quanto a ecclesiasticos *conscienciosos* não encontramos no cam-

po legitimista nenhum que possamos pôr em parallelo com o padre Marcos. E porque para nós é de grande consideração o preceito *parce sepultis*, passaremos adiante.

Não é mais exacto, quando falla das principaes familias do reino, que quando falla dos padres, o sr. Thomaz Ribeiro. Cita onze, e para shegar a este numero faz figurar duas vezes a familia Palmella, e include Fernandes Thomaz no numero das principaes familias do reino. Tem licença para tudo, quem sente vacilar a fé com a definição do dogma da Immaculada Conceição.

Nós, porém, que defendemos a verdade, e que julgamos que esta deve presidir á coordenação da historia, não temos licença para ficar calados, quando apparecem estes traficantes da historia.

E' falso, podiamos dizer; mas não basta; ainda que, graças a Deus, temos mais credito que o ministro do Sr. D. Luiz, temos tambem menos orgulho que aquelle balofo argumentador, e por isso não cremos que bastem as nossas asserções para destruir as asserções do contrario. Apresentaremos provas que mais uma vez convençam de falsario o sr. Thomaz Ribeiro:

Diz elle que « muitas das principaes familias do reino seguiram desde logo o partido de D. Maria II. » Vejamos:

Quantos duques estavam de lá? Nenhum; os que havia eram decididos partidarios do Senhor Dom Miguel.

Quantos marquezes? Poderiamos ir assim por classes demonstrando que a nobreza estava, com

raras excopções, com o Senhor Dom Miguel, e que por consequencia mais uma vez faltou á verdade o sr. Thomaz Ribeiro, quando affirmou que muitas das principaes familias do reino seguiram desde logo o partido de D. Maria, (da Senhora D. Maria, diriamos nós).

Nunca a verdade soffreu tão maus tractos como nas mãos do herege e apostata ministro do sr. Sr. D. Luiz.

Não admira; para ser herege é necessario calcar a verdade; nem a pôde estimar quem defende a apostasia.

Depois de nos dizer que os mais illustres e conscienciosos padres eram liberaes, assim como o eram grande numero das principaes familias do reino, diz a paginas 163, que as auctoridades estampavam nas columnas da *Gazeta* os nomes de toda agente, a proposito de donativos, ou de agraciados com a regia effigie, para os comprometter.

Aquellas mãos puras, tão puras como as de qualquer outro apostata, não pegam na penna senão para... (é necessario muita virtude para não estampar o termo proprio), não pegam na penna senão para illudir os leitores.

Mas não o conseguireis; porque não vól-o consentiremos. Defensores da verdade, levantaremos sempre a voz para dizer ao publico. E' falso, é completamente falso quanto está escrevendo aquelle apostata.

Não eram estampados os nomes dos legitimistas nas columnas da *Gazeta* para os comprometter: todos elles ambicionavam a gloria

de servir o seu Rei, e não dispensavam a honra de serem conhecidos e bem conhecidos como legitimistas ou miguelistas.

Esta asserção não é como as vossas; para a provarmos offerecemos os nomes dos legitimistas da actualidade. Nenhum de nós regeita o nome de miguelista ou legitimista; nenhum de nós soffreria que se duvidasse de que o somos; porque cada um de nós aceita esse nome como um titulo de honra. Não era pois a auctoridade quem queria comprometter-nos; eramos nós todos que não desprezavamos nenhum meio, que se offerecesse, para dar ao Rei testemunho de nossa fidelidade, e ao paiz a prova do nosso patriotismo.

Os apostatas, que d'ordinario o são por um interesse qualquer, não podem comprehender a abnegação, com que os legitimistas não abjuraram em frente da quadrupla alliança, nem em frente do livre puahal, como não abjuram ainda hoje, depois de perto de meio seculo de soffrimentos de todo o genero.

E seria preciso usar de meios liberaes, queremos dizer, de má fé, para comprometter homens d'estes a defender a legitimidade?

Só o sr. Thomaz Ribeiro, ou quem valha tanto como sua ex.^a, será capaz de o dizer.

LII

Quando começámos a responder ao sr. Thomaz Ribeiro, ainda elle não tinha publicado a sua carta manifesto, em que se declara heredeiro e apostata, e em que calu-

nia a Egreja; aliás têl a-íamos transcripto, limitando-nos depois a perguntar aos leitores se mereceria credito em politica quem assim ousa caluniar a Egreja, quem tem a impudencia de advogar a mancebia, e mancebia sacrilega; quem acha mais respeitaveis as prisões que esta lança, do que aquellas que ligam o sacerdote á Egreja; quem prostitue a penna a ponto de ao padre apostata e amancebado chamar honrado e puro!!

Quem escreve a carta que o sr. Thomaz Ribeiro escreveu ao sr. Camillo Castello Branco torna-se indecente, e se acha homens que queiram ser seus collegas no ministerio, cria aos homens de bem, aos homens de uma só palavra, de um só credo, um embaraço invencível para cruzarem com elle a espada.

Nós, porém, já tínhamos começado o combate, e por isso somos forçados a continuá-lo, ainda que nos repugna; faremos, todavia, por terminá-lo quanto antes.

Defensores da legitimidade, damos graças a Deus por ver os chamados direitos dos nossos adversarios, defendidos pelo sr. Thomaz Ribeiro; pois nos envergonharíamos se o viramos do nosso lado. Está onde deve estar.

E o que dizemos de nós, dizemos tambem dos portadores dos titulos do emprestimo real de 1832.

Que admira que o sr. Thomaz Ribeiro desconheça a obrigação, que a honra impõe ao governo de Portugal, de pagar aquelle emprestimo, quando desconhece o significado da palavra honra, a ponto de dizer, que a honra obrigou seu irmão a apostatar, como se fôra

possível que a honra obrigasse um homem a deshonrar-se!

Quem desconhece ou despreza o direito que a Egreja tinha a exigir os serviços do Abbadé Henrique Ribeiro, e a exigir que elle observasse fielmente as obrigações que contrahiua no momento solenne de receber as sagradas ordens, mal pôde respeitar outros direitos.

Quem ousa negar a legitimidade da Egreja, a ponto de dizer que um presbytero conserva a sua fé em Deus vivaz e pura, depois de ter abandonado a fé na doutrina da Egreja, pôde ter auctoridade para fallar na legitimidade politica?

Quem, para justificar a mancebia, nega os direitos de Deus e da sua Egreja, pôde duvidar, para justificar a falta de um pagamento, negar os direitos de um monarcha, e negar a lei que deve regular esses direitos?

O governo, que a revolução estabeleceu em Portugal, em 1834, achou commodo, depois de se ter apropriado do dinheiro proveniente do emprestimo Outrequin e Jauge, deixar de o pagar, e para justificar um tal procedimento, se justificação podesse ter, allegou a illegitimidade do Senhor Dom Miguel.

Era de molde esta causa para ser defendida pelo sr. Thomaz Ribeiro. Encarregou-se da defeza, reproduzindo os argumentos, se tal nome se lhes pôde dar, apresentados pelo sr. procurador geral da corôa e da fazenda, e já destruidos por modo irresponsivel nas columnas da *Nação*; adubou-os, porém, com alguns novos sophismas, com citações inexactas, ou que provam o

contrario, não se esquecendo da calunnia, sua arma favorita. E como deixaria de caluniar a legitimidade religiosa?

Tem sido *not d'ordre* para todos os inimigos da legitimidade, levantarem grita contra esta, classificando de tyrannicos todos os actos a que as circumstancias a obrigavam.

Não é nossa intenção defender quanto se fez nos seis annos que o Senhor Dom Miguel reinou em Portugal; actos houve que estimariamos se não tivessem praticado; mas que encontram a sua desculpa na excitação, filha necessaria das guerras civis e nas provocações feitas aos legitimistas pelos chamados liberaes.

Não podemos contudo tolerar que venha ahi qualquer tartufo, fazendo profissão de humanitario, e talvez ainda com o punhal mal limpo, fallar das tyrannias commettidas n'aquelle tempo. O proprio sr. Thomaz Ribeiro, no decurso do seu livro, mas especialmente no capitulo XV, confessa que durante o reinado do Senhor Dom Miguel houve uma conspiração constante dos liberaes contra a auctoridade estabelecida.

Alguns dos conspiradores foram julgados, segundo as leis existentes, e soffreram pena capital. Sentimos que elles tivessem incorrido na vindicta da lei, e mais sentimos ainda que esta lhes fosse applicada.

Mas que direito tem o sr. Thomaz Ribeiro a extranhar isto? Que fizeram os liberaes depois que foram poder? Já ahi se levantou alguem no paiz a favor do Senhor

Dom Miguel, que não fosse fuzilado?

E' certo que, depois da convenção d'Evora Monte, só o Algarve levantou o estandarte da legitimidade. E que fizeram os liberaes? fuzilaram o Remechido, fuzilaram seu filho, e fuzilaram todos os seus companheiros d'armas, que lhes caíram nas mãos.

Julga, sr. Thomaz, que os pobres combatentes das serras do Algarve, por serem legitimistas não tinham direito á vida?

Depois houve a tentativa das Marnotas, e todos os implicados que caíram nas mãos dos liberaes, foram sentenciados á pena ultima, sentença de que foram livres não pela humanidade, mas por conveniência eleitoral. O sr. Thomaz Ribeiro ha-de saber como um dos seus antecessores, o sr. Rodrigo da Fonseca Magalhães, converteu a tentativa das Marnotas em arma eleitoral.

Depois, em 1846, foi preso como conspirador a favor do Senhor Dom Miguel, quem escreve estas linhas; o delegado pediu logo que lhe fosse applicada a pena ultima; o juiz pronuncio-o como réo de morte, e se a quadrupla alliança que veio sustentar no throno, contra a vontade dos portuguezes, a Sr.^a D. Maria da Gloria, o não tivesse librado das mãos do carasco, não teria com isso ganho o sr. Thomaz Ribeiro, porque o seu livro não ficaria sem resposta, e teria de certo encontrado adversario mais robusto.

Seria para admirar a ousadia, com que o sr. Thomaz Ribeiro enche muitas paginas do seu livro, fallando das tyrannias da legiti-

dade, se não soubessemos a escola em que está filiado, o ministro apostata. Julgaríamos que depois da estatística criminal, apresentada ás camaras pelo ministro Franzini, estatística que elle confessa estar muito abaixo da verdade, porque as auctoridades não davam conhecimento ao governo de todos os crimes praticados nos seus districtos; julgaríamos que depois das declarações feitas no parlamento pelo ministro do reino Passos Manuel, não mais se fallaria nas barbaridades praticadas durante o governo do Senhor Dom Miguel; não tem porém acontecido assim, e o sr. Thomaz Ribeiro, fazendo côro com muitos dos seus correligionarios, vem em nova e mais augmentada edição, obedecendo aos preceitos do mestre Voltaire, e áquella regra tão conhecida entre as classes mais devassas e menos educadas, *chamalh'o antes que t'o chamem*, fallar das tyrannias do tempo do Senhor Dom Miguel!!

Respondem por nós a estatística Franzini e as declarações de Passos Manuel; mas podemos ir mais além, perguntando ao sr. Thomaz Ribeiro de que lado partiu o exemplo, quem teve a iniciativa das tyrannias, auctorisando desgraçadamente com ella as tristes represalias que se lhes seguiram, e que nós condemnamos?

O Senhor Dom Miguel, regressando de Vienna de Austria, foi recebido com o maior enthusiasmo pelo povo, que na sua alegria se esqueceu dos feitos liberaes de 1826 a 1828, nem d'elles procurou vingar-se; poucos mezes depois, a magonaria conseguiu levar á insurreição uma parte dos cor-

pos do exercito, ao grito de *Viva a liberdade!* grito que significa o fratricidio, pois que nunca se ouve, sem que o seu sinistro som não tenha por acompanhamento os gemidos das victimas. A revolução, batida por alguns corpos fieis e pelo povo, refugiu-se no Porto, e apesar de não haver provocação da parte dos legitimistas, foram estes atrozmente perseguidos, inventando a tyrannia liberal novos martyrios a que os sujeitou.

O sr. Thomaz Ribeiro ha-de ter conhecimento d'aquelle navio, a que os liberaes tiraram o leme, mettendo no porão grande numero de legitimistas, sem agua nem alimento de qualidade alguma, e depois de fechadas as escotilhas, picaram as amarras e deixaram-n'o ir na corrente. Felizmente as victimas foram salvas pelo arrojo caritativo de alguns tripulantes de outras embarcações.

Fugidos do Porto, puderam refugiar-se nos Açores, não os abandonou a tyrannia, e o bom povo açoriano ainda hoje se lembra com horror do que soffreu áquelles malvados.

Um respeitabilissimo cavalheiro dos Açores, o sr. Pacheco, remetteu-nos um ligeiro relatorio dos seus soffrimentos, que reservamos para publicar em outra occasião, por ir já longo este artigo.

E atreve-se o sr. Thomaz Ribeiro a fallar em tyrannias!

A revolução é insaciavel de sangue e dinheiro; immolou por isso nas aras da liberdade milhares de victimas, roubou milhares de casas, roubou os bens da Igreja, tem roubado o thesouro a ponto

de levar a divida publica ao estado fabuloso em que se acha, e por fim recusa-se a pagar aos credores do Estado. O que agora acontece aos srs. Outrequin e Jauge, pôde depois, sob qualquer pretexto, acontecer a outros.

LIII

Vamos terminar a resposta ao livro do sr. Thomaz Ribeiro, e não cremos faltar aos preceitos da modestia affiançando que pulverisámos todos os seus argumentos juridicos, se por ventura este nome se pôde dar ao que s. ex.^a assim denomina; como destruímos todas as suas provas historicas, mostrando que umas nada provavam e que outras tinham o defeito de serem invenção do auctor, ou de algum dos seus correligionarios.

Na falta de melhores argumentos, pretende o sr. Thomaz Ribeiro demonstrar a legitimidade do Sr. D. Pedro; porque este ou aquelle soberano lhe chamou Pedro IV, e por que no paiz se praticaram actos governativos em seu nome, e com ar victorioso pergunta:

«Quem pois reconheceu ahi a legitimidade de D. Miguel?»

A resposta era facil e salta aos olhos ainda do menos versado nos principios, que regulam questões d'esta natureza:

A legitimidade do Senhor Dom Miguel foi reconhecida pelo tribunal competente.

Nem prova contra ella o facto de ser reconhecida pelas nações da Europa a Sr.^a D. Maria da Glória.

Esse reconhecimento foi uma

consequencia necessaria do nefando e prejudicialissimo principio adoptado pela Europa, de reconhecer os factos consummados.

Se o sr. Thomaz Ribeiro conclue que a Sr.^a D. Maria da Gloria era legitima, porque foi reconhecida pela Europa, ha-de dizer que Napoleão III era o legitimo soberano da França e que Humberto é o legitimo rei de Roma, e o legitimo rei de Napoles.

Nós chamamos legitimo o que é feito em conformidade da lei, e por isso se a lei constitutiva do paiz chamasse ao throno o Sr. D. Pedro, diriamos ser elle o legitimo, embora a Europa toda reconhecesse o Senhor Dom Miguel.

Mas, porque promettemos não deixar sem resposta nenhuma das asserções do sr. Thomaz Ribeiro, entraremos tambem na questão das auctoridades; e porque s. ex.^a já nos declarou o horror que tem pela *archeologia* e, porque a questão da legitimidade portugueza está hoje mais estudada do que em 1826, vamos ver como pensam aquelles, cuja opinião se deve reputar de peso.

Começando pelos paizes estrangeiros, cremos poder assegurar que os votos dos legitimistas são os de mais valor, por isso que a commuidade de interesses os leva naturalmente a estabelecer a legitimidade em toda a parte, e, para que o possam fazer forçoso lhes é, em qualquer ponto onde appareça letigio, estudar de que lado está o direito. Isto é incontestavel.

Ora bem; percorramos as nações da raça latina e perguntemos aos legitimistas de cada uma

d'ellas, de que lado está a legitimidade portugueza.

Atrever-se-ha o sr. Thomaz Ribeiro a negar, que, se se constituíssem em tribunal, para decidir esta questão, Carlos VII, o Rei de Napoles, os Duques de Modena, Parma e Toscana, e o Conde de Chambord, todos elles votariam a favor do Senhor Dom Miguel? Não o pôde fazer, como nós tambem não negaremos que, se se constituíssem em tribunal todos os reis illegitimos, nenhum d'elles votaria a favor do Senhor Dom Miguel.

Como explica o sr. conselheiro isto?

Mas vamos a um meio pratico: levemos a questão para um tribunal que existe, e pelo qual o sr. Thomaz Ribeiro tem de certo toda a consideração; consultemos a imprensa. Explique-nos, sr. Thomaz Ribeiro, a razão porque todos os jornaes legitimistas de Hespanha, França e Italia fazem causa commun commosco. Note bem que, não ha um unico jornal legitimista, em qualquer d'estes paizes, que não esteja convencido de que a legitimidade portugueza existe no Senhor Dom Miguel.

Não terão estudado a questão, ou elles, que estabelecem o direito como base, prescindirão em Portugal do direito, por um mero capricho?

Nós sabemos que um homem, que dispõe de tantos recursos litterarios e scientificos, como o sr. Thomaz Ribeiro, facilmente pôde responder-nos, e por isso pedimos a sua ex.^a uma resposta, não agora, que as suas occupações de ministro lhe absorvem o tempo todo,

mas quando largar a pasta, que cremos será breve.

E até em Portugal, se o sr. Thomaz Ribeiro consultar a imprensa periodica, verá como muitos dos mais esclarecidos jornaes liberaes não dão á dynastia da carta outros direitos, senão aquellos que emanam da vontade do povo.

21
Temos á vista um livro, que publicámos em 1867, e que intitúlamos *Monumento*. Se soubessemos que o sr. Thomaz Ribeiro não tinha este livro, tomavamos a liberdade de lhe offerecer um exemplar. Se o lesse, cremos, modificaria um pouco as suas opiniões em relação aos actos do Senhor Dom Miguel I. Não seria tão chorado, como o foi, Aquelle Augusto Senhor por uma nação inteira, se a consciencia não dissesse ao povo: «Perdemos um verdadeiro amigo, acabaram-se as esperanças de tornar a ver Aquelle, que, em quanto reinou n'este paiz, antepoz a gloria nacional aos seus interesses pessoais; Aquelle, que, se voltasse a Portugal viria, como diz Henri-que V, não para fazer a sua fortuna, mas a fortuna da nação.»

Deixemos porém estas conside-

rações. Fallámos no *Monumento*, porque n'elle transcrevemos os artigos que a imprensa periodica portugueza escreveu por occasião do falecimento do Senhor Dom Miguel; ali poderá ver o sr. Thomaz Ribeiro como muitos dos seus correligionarios confessam, que o direito hereditario era do Senhor Dom Miguel.

Mas basta. Cremos ter refutado completamente o livro do sr. Thomaz Ribeiro; agora resta-nos, como legitimistas, e representantes, na imprensa, d'este nobre partido, agradecer-lhe a publicação do seu livro; porque, no nosso entender: ninguém prova melhor a legitimidade do Senhor Dom Miguel do que o sr. Thomaz Ribeiro, vindo confessar que, para defender a legitimidade do Sr. D. Pedro, não ha um unico argumento de valor.

E, se sua ex.^a acccitasse um conselho nosso, dir-lhe-íamos que addicionasse áquelle livro a sua carta ao sr. Camillo Castello Branco; são duas obras monumentaes, que se completam uma á outra, provando que o auctor é tão heroe em politica como em Religião.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Biblioteca



M000018610